



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

Elias Diniz Sacramento

AS ALMAS DA TERRA
A violência no campo paraense

Belém - Pará
Agosto - 2007

Elias Diniz Sacramento

AS ALMAS DA TERRA
A violência no campo paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Fontes (DEHIS/UFPA)

Belém - Pará

Agosto - 2007

Elias Diniz Sacramento

AS ALMAS DA TERRA
A violência no campo paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Fontes (DEHIS/UFPA)

Data da defesa: 20/ 08/ 20007

Banca Examinadora:

Professora Doutora Edilza Fontes
(Orientadora – DEHIS/UFPA)

Professora Doutora Maria Elizabeth Rosa Acevedo
(Membro – NAEA/UFPA)

Professor Pós-Doutor Pere Petit Penãrocha
(Membro – DEHIS/UFPA)

Professor Doutor William Gaia Farias
(Suplente – DEHIS/UFPA)

Belém - Pará

Agosto - 2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Sacramento, Elias Diniz

As almas da terra: a violência no campo paraense / Elias Diniz Sacramento; orientadora, Edilza Fontes. - 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

1. Amazônia - História - Séc. XX. 2. Posse da terra - Moju (PA). 3. Violência - Moju (PA). 4. Agroindústria - Moju (PA). 5. Trabalhadores rurais - Moju (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

Dedicatória

Este trabalho é dedicado aqueles que morreram lutando pela terra, aqueles que sempre sonharam uma relação de amor e respeito com a propriedade rural, de onde sabiam que os lavradores, colonos, quilombolas e indígenas poderiam se manter. Não a relação capitalista, de exploração, que degrada o rico solo da Amazônia. Assim, esse trabalho homenageia todas essas pessoas, que pensando mais nos seus 'irmãos e irmãs', não mediram sacrifícios, como parlamentares, padres e freiras, além das centenas de lideranças sindicais assassinadas neste Pará. Em especial, o trabalho presta uma homenagem à irmã Dorothy Stang, Benedito Alves Bandeira e a Virgílio Serrão Sacramento.

Agradecimentos

Parafrazeando o professor Adelino Ferranti, que sobre a conclusão de um árduo trabalho, diz o seguinte: “*Nada acontece por acaso, tudo é fruto de muito trabalho, amor e sonhos*”. E é verdade, este trabalho custou tudo isso, muito trabalho com muitas dificuldades, sacrifícios que foram superados com a ajuda encontrada de muitas pessoas e instituições, mas também, muito amor, para poder chegar até o fim. Por isso, gostaria de compartilhar o resultado final com todos os que me acolheram em Belém, depois de chegar, meio que sem rumo da cidade de Tailândia para poder fazer o Mestrado em História Social da Amazônia.

Primeiramente, agradeço a Deus, apesar de tê-lo abandonado um pouco, sei que este não me abandonou, e apesar de alguns momentos turbulentos, sempre me mostrou alguma solução para que eu continuasse com meu objetivo, de concluir este trabalho.

A Universidade Federal do Pará, por ter disponibilizado o Programa de Pós Graduação em História, possibilitando maiores chances para a formação continuada de profissionais desta área, uma vez que seria muito difícil ter que me deslocar para outros estados para continuar o processo de qualificação acadêmica com Mestrado ou Doutorado.

Um agradecimento especial, pelo grande incentivo, a Professora Doutora Maria de Nazaré Sarges, a querida Naná, quando da cerimônia de Outorga de grau em História, em dezembro de 2003, anunciou que o Mestrado estava praticamente regularizado, e naquele momento disse que queria ver os formandos de Tailândia no programa, e posteriormente entramos, Francisca Prado e eu.

A Professora doutora Magda Ricci, orientadora da graduação, e que me deu incentivos para que pudesse continuar com o tema que havia desenvolvido na Monografia, uma vez que havia utilizado pouco minhas fontes, e poderia ampliar muito mais na pós.

A vários colegas do Mestrado, em especial ao Itamar, Alexandre, Iza Vanessa, Karolina, Kássia, e principalmente à Edileuza com quem pude dividir muitas dificuldade e risos durante este curso.

As secretárias do PPG, Ana Alice e a Silvane, por sempre estarem com um sorriso estampado no rosto nas horas de nos darem informações solicitadas.

Quero agradecer também ao Professor Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior, Coordenador do PPG, pelas preocupações que teve, querendo sempre saber se eu já tinha conseguido alguma atividade que pudesse fazer com que eu me mantivesse em Belém, meu muito obrigado pela indicação para na trabalhar na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Ao professor Pere Petit, por participado da banca de qualificação e ter dado grandiosas sugestões para a melhora do trabalho.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor William Gaia Farias, pelo companheirismo e acolhida desde o primeiro momento de minha chegada em Belém, sempre procurando saber como estava minha situação social, e ajudando sempre de alguma forma. Também pela participação na banca de qualificação, com muitas sugestões e críticas que foram muito úteis para o reordenamento do trabalho.

Também quero agradecer de forma muito especial a minha orientadora, Professora Doutora Edilza Fontes, que me ajudou na condução deste trabalho para que o resultado fosse o melhor possível, e tenho certeza que, graças a sua ajuda, isso aconteceu. Meu eterno muito obrigado.

Não poderia deixar de agradecer aos meus tios Jesuíno e Eunice, por terem cedido a casa para morar durante este período sem nada cobrarem de mim.

Um agrdecimento a Maria Graciete, que foi muita amiga durante este período, sempre se predispondo a me ajudar, como ajudou em vários momentos. Quero aproveitar e mencionar a querida 'Cris', pela ajuda na parte da informática, quando em alguns momentos de 'tensao', achava que iria perder meu trabalho.

A uma gente muito boa de Santarém que conheci durante o trabalho como professor universitário, em Especial a Keila, a Silvane e ao Adson, também por terem ajudado reta final do trabalho.

A muita gente boa da Uva, que sempre pude contar com o apoio e amizade, como a professora Sílvia, Beatriz e Karina. Também aproveito para agradecer aos colegas Wellington, Fabiano, Nélio, Edvan, e ao Benedito por ter me emprestado seu not book para fazer as correções do trabalho ainda em Santarém.

Às professoras que trabalharam como coordenadoras de história na UVA, Eliane, Ângela, Liliane e Gilma, pela confiança e amizade,

À CAPES/PIBIC, pela concessão da bolsa provisória disponibilizada no mês de agosto de 2006 a janeiro de 2007.

Um agradecimento pelos arquivos onde pesquisei, ao Centur, Assembléia Legislativa, Paróquia de Moju, FASE e CPT Belém e Regional Guajarina. Muito obrigado a todos os secretários desses setores pela atenção e confiança.

Aos amigos Levi e Abiezer, por sempre terem me apoiado e acreditado no meu potencial. Também quero aproveitar para agradecer aos colegas do Instituto UP Livre da Terra Firme, ao Andrei, Márcio, Jorginho, Dinho e ao Léo, por todo o apoio.

Aos 'irmãos' do Seminário Dom Oscar Romero, principalmente ao Padre Adamor e ao querido Antônio de Igarapé Miri pelos 'socorros' na ajuda do meu computador quando achava que iria perder o trabalho.

A todos os meus entrevistados, que pacientemente conseguiram encontrar um tempo disponível neste 'mundo do trabalho' para me relatarem fatos muito importantes para a construção do trabalho.

Aqui, um agradecimento a UVA, Universidade Estadual Vale do Acaraú, por ter me dado oportunidades de colaborar com a instituição durante esses mais de dois anos de minha estadia em Belém. Agradeço a Professora Suely Menezes, Curadora da UVA/PA, por ter acreditado no meu trabalho, e a instituição ter me efetivado.

À minha avó, Ana Serrão, pela sua vitalidade e resistência com seus quase 90 anos. Também a minha tia Nazaré, que sempre pude contar com seu apoio.

Aos meus irmãos, José Dorival, Dinalva, Edna, Sandra, João, Lourdes, Marlene, Ilene, Virgílio e Noemi, meus agradecimentos são em forma de carinho e retribuição, pelo apoio moral e econômico, dizendo que este trabalho também é de vocês, pois vocês acreditaram em mim, mostrando que mesmo com tantas dificuldades, vindo do interior, a gente pode, e consegue vencer.

Ao meu padrasto, Pedro José de Araújo Brito, pelo seu companheirismo e amizade, sempre fazendo com que fiquemos a vontade no seu humilde sítio.

A minha mãe, Maria do Livramento, mais do que um agradecimento, a minha gratidão eterna, por ter me apoiado muito, ficando em vários momentos preocupada, mas sempre sabendo que eu poderia vencer. Muito obrigado, do fundo do meu coração.

A amada minha filha, Maíra, além de agradecer pela paciência, meu perdão também, pelos muitos momentos de ausência, na hora de ajudar nos deveres escolares, na hora da brincadeira, pelo stress, espero que daqui pra frente possa estar mais presente, e que para com o próximo bebê que está a caminho, seja mais diferente.

A Danielly Cristina, minha esposa, grande companheira, que muitas vezes foi 'mãe e pai' ao mesmo tempo, assumindo a responsabilidade do seu trabalho e da casa simultâneo, sofrendo minhas angústias juntos, mas também sorrindo e sentindo comigo o sabor de que poderíamos vencer, acreditando e estando sempre ao meu lado. Amo você e este trabalho também é seu.

Por fim gostaria de fechar meus agradecimentos a uma pessoa muito especial, Virgílio Serrão Sacramento, a ele é que devo o sacrifício que passei para concretizar esta obra. Meu muito obrigado querido pai.

“Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”

Dorothy Stang

Sumário

Resumo	12
Abstract	13
Lista de fotografias	14
Abreviaturas	16
Introdução	17
Capítulo I: A história da violência no campo em Moju	24
1.1. Moju na década de 1970	25
1.2. A chegada dos projetos agroindustriais	34
1.3. Transformações na região Guajarina	41
1.4. A importância da Igreja Católica	51
Capítulo II: Os primeiros anos da década de 1980 – Organizar é preciso	64
2.1. A década de 1980: “explodem” os conflitos	65
2.2. A Oposição Sindical – a “esperança” dos lavradores	66
2.3. A importância das CEBs	68
2.4. As primeiras mobilizações “radicais”	73
2.5. Passando a “perna” na Oposição – irregularidades na eleição sindical de 1983	77
2.6. A nova batalha – a eleição sindical de 1983	84
2.7. A Nova Moju e os primeiros conflitos na década de 1983	91
2.8. Denúncias nos meios de comunicação: uma estratégia dos lavadores	93
Capítulo III: 07 de setembro de 1984. Resistência ou morte?	99
3.1. Passando por cima de tudo e de todos	109
3.2. Ipitinga e Curupéré: a resistência	102
3.3. 07 de Setembro: a tragédia anunciada	115
3.4. A repercussão da morte nos meios de comunicação	120
3.5. A prisão e defesa dos trabalhadores	122
3.6. As mulheres dos presos	128
Capítulo IV: A violência domina o cenário mojuense	132
4.1. A crise Fase x STR x Igreja Católica	133
4.2. A morte como intimidação	134

4.3. Um basta na violência	174
Considerações Finais	182
Fontes Consultadas	186
Referência Bibliográfica	190

Resumo

Durante o governo da Ditadura Militar, a Amazônia se tornou parte do projeto de prioridades para ajudar o Brasil a alcançar um desenvolvimento maior. O Pará teve nesse processo grande destaque por ser o ‘portal de entrada da região’. Assim, boa parte dos empreendimentos que foram implantados neste estado, não levava em consideração a população que habitava esta longínqua parte do Brasil, há muito esquecida pelos governos federais. Os projetos pensados eram totalmente opostos ao tipo de atividades econômicas que durante séculos se trabalhava na região pelas comunidades existentes, como dos indígenas ou dos colonos. Os projetos agroindustriais tinham como meta a apropriação de grandes quantidades de terra para alcançarem seus objetivos. Com a concessão dos representantes militares, a Amazônia sofreu profundas mudanças depois da instalação desses agros negócios, fazendo com que muitas cidades que já existiam vivessem uma fase de grandes conflitos para não permitirem que os projetos se instalassem simplesmente de acordo com a vontade desses empresários e que prejudicassem inúmeras famílias. O município de Moju vivenciou esse cenário. O processo de instalação das agroindústrias se iniciou ainda na década de 1970, mas foi na década de 1980 que os colonos viram-se ameaçados de perder suas terras para esses empreendimentos. Dessa forma, neste trabalho, analiso como se deu à entrada desses projetos, assim como a organização desses colonos e os enfrentamentos que tiveram durante todo este período e que fez com que este cenário se transformasse em “palco de guerra” durante vários momentos. Os documentos utilizados como dossiê, reportagem de jornais, atas de reuniões, reportagem de revistas, entrevistas de lideranças sindicais, lavradores, vítimas da violência, ajudam a entender como se deu este processo turbulento na pequena cidade, que a todo custo deveria chegar ao ‘desenvolvimento econômico’.

Palavras-Chave: Amazônia, agroindústrias, colonos, violência.

Abstract

During the government of the Military Dictatorship, Amazônia he/she became part of the project of priorities to help Brazil to reach a larger development. Pará had in that process great prominence for being it ' portal of entrance of the area '. Like this, good part of the enterprises that were implanted in this state, it didn't take in consideration the population that inhabited this longínqua it leaves of Brazil, he/she has been forgetting a lot for the federal governments. The thought projects were totally opposed to the type of economic activities that during centuries worked him in the area for the existent communities, as of the natives or of the colonists. The projects agroindustriais had as goal the appropriation of great amounts of earth for they reach its objectives. With the military representatives' concession, Amazônia suffered deep changes after the installation of those agriculture business, doing with that a lot of cities that already existed lived a phase of great conflicts for they allow not that the projects if they simply installed in agreement with the those managers' will and that harmed countless families. The municipal district of Moju vivenciou that scenery. The process of installation of the agroindústrias still began in the decade of 1970, but it went in to decade of 1980 that the colonists saw each other threatened of losing its lands for those enterprises. In that way, in this work, I analyze as he/she gave him to the entrance of those projects, as well as the those colonists' organization and the enfrentamentos that had during this whole period and that did with that with that this scenery if it transformed at " war " stage for several moments. The documents used as dossier, report of newspapers, proceedingses of meetings, report of magazines, interviews of syndical leaderships, tillers, you slay of the violence, they help to understand as he/she gave him this turbulent process in the small city, that should arrive to the at every cost ' economic development '.

Word-key: Amazônia, agroindústrias, colonists, violence.

Lista de Fotografias

Foto 01	Virgílio Discursa em um encontro em Abaetetuba	144
Foto 02	Virgílio com mais três companheiros	144

Foto 03	Foto 03: Virgílio com Fátima e Nery Azevedo em Abaetetuba	145
Foto 04	Velório do sindicalista Virgílio na Igreja	157
Foto 05	Velório do sindicalista Virgílio na Igreja	158
Foto 06	Celebração da missa de corpo presente	158
Foto 07	Celebração da missa de corpo presente	159
Foto 08	Saída da Igreja com o corpo do sindicalista Virgílio para o cemitério	159
Foto 09	Populares dobram a Rua da Saudade com o corpo do sindicalista Virgílio	160
Foto 10	Populares se aproximam do cemitério municipal	160
Foto 11	Sepultamento do sindicalista Virgílio	161
Foto 12	Maria do Livramento com alguns filhos e uma cunhada	166
Foto 13	Maria do Livramento com cinco filhos e outros familiares	166
Foto 14	Maria do Livramento com dois amigos	167
Foto 15	Maria do Livramento, Ana Serrão e Irmã Rosa	167
Foto 16	Raimundo Aventino discursa	168
Foto 17	Padre Sérgio Tonetto anuncia o início da Romaria	168
Foto 18	Maria do Livramento recebe um presente	169
Foto 19	Padre Zezinho discursa	169
Foto 20	Populares se preparam para a caminhada	170
Foto 21	Seguranças se preparam para a Romaria	170
Foto 22	Romeiros chegam ao local da morte do sindicalista Virgílio	171
Foto 23	Romeiros chegam carregando a cruz	171
Foto 24	Romeiros fixam a cruz	172
Foto 25	Romeiros terminam de fixar a cruz	172
Foto 26	Romeiros retomam a caminhada em direção a cidade	173
Foto 27	Romeiros carregam a faixa em homenagem ao sindicalista Virgílio	173

Lista de Abreviaturas

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AP	Ação Popular
BASA	Banco da Amazônia
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto, Brasileiro de Geografia e Estatístico
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico – Social do Pará
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos trabalhadores
PIN	Plano de Integração Nacional
PDS	Partido Democrático Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano nacional de Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Distribuição de Terras
RADAM	Radar da Amazônia
SAGRI	Secretaria de Estado de Educação
SEMTA	Serviço de Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SPDDH	Sociedade Paraense dos Direitos Humanos
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista

Introdução

O que são as almas terra? Ou mais direto, quem são as almas terra? São as almas dos que já morreram? Na verdade, são as almas dos que moram na terra, dos que vivem da terra, daqueles que possuem uma relação de amor pelo que retiram desta “mãe”, como muitos camponeses a chamam mesmo de “mãe terra”. A mãe terra sempre entoada em uma letra de canto popular, que diz assim, *‘ó mãe terra, o mãe terra, tu és a solução, para o homem de mãos grossas, que vive lá na roça, sempre lavrando o chão...’*. Assim, as almas da terra, são todas as pessoas que possuem essa relação de respeito com esta ‘terra’, onde retiram desta apenas o suficiente para a sobrevivência de suas famílias. Jamais querem utilizá-la como

mecanismo para um enriquecimento, como fazem latifundiários, grileiros, que esses, de almas de terra, nada têm.

Assim, A dissertação com o título “As almas da terra, a violência no campo paraense” tem a finalidade de apresentar entre tantas questões, o perfil histórico-social-político da década de 1980 no município de Moju-Pa. Neste caso, entendo que a história da luta pela terra em Moju foi muita significativa para a historiografia da região amazônica, e que por isso, esta deveria ser posta para o debate, fato que será discorrida em quatro capítulos, fazendo nesta introdução uma amostra de cada um destes.

No primeiro capítulo, intitulado “A história da violência no campo em Moju” apresento a história do município antes da década de 1980, onde o debate se dá em volta de um período em que a população não tinha conhecimento do que era a violência no campo propriamente dito. Nesse sentido, depoimentos foram de fundamental importância para apresentarem um quadro mais claro de como o município fez essa transição, que apesar de possuir uma precária infra-estrutura não convivia com tantos problemas ligados a terra que vieram a se intensificar na década de 1980.

Nesse sentido os subtítulos trabalhados como “Moju na década de 1970”, nos mostram, como já enfatizei, um pouco de como era o município até por volta da década de 70. Quando utilizo o subtítulo “A chegada dos grandes projetos agroindustriais”, onde o debate se dá por conta da chegada e instalação desses primeiros projetos agroindustriais na região do município, enfatizando o pioneirismo de algumas agroindústrias que viriam originar os conflitos pela terra. No subtítulo que fala sobre as “transformações na região Guajarina”, o trabalho remete as mudanças que começaram a ocorrer na mudança da economia, pois além de Moju, outros municípios vizinhos também sofreram grandes impactos com a entrada do capital especulador, principalmente os de Tomé-Açu e Acará, onde o índice violência ligada ao campo também foi alto no mesmo período em que Moju também passava por esta situação. Finalizo o capítulo com o subtítulo “A Igreja Católica: surge uma nova mentalidade”, onde apresento o debate a respeito da importância que a Igreja Católica teve no período em que a situação começava a ficar muito tensa. Não significa dizer que a esta Igreja foi a única responsável por dar início a uma organização que faria frente aos grileiros de terra, mas que através da chegada de alguns padres, o sentido foi outro, pois uniu a força de um grupo de lavradores com uma pequena organização já existente que era a própria Igreja em si, que embora o clero de modo geral não comungasse com as idéias de um envolvimento direto com os problemas ligados ao campo, porém em Moju, a Igreja declarou estar do lado desses

lavradores. Então a partir daí, se iniciou o processo de uma organização que iria dar enfrentamento aos graves problemas ligados a expulsão desse homem do campo.

No capítulo II, adentraremos no debate em que a dissertação passa a mostrar os momentos mais difíceis de Moju. Com o título “Os primeiros anos da década de 1980 – organizar é preciso”, abordo a questão relacionada com a importância da organização dos trabalhadores rurais, enquanto categoria mesmo. Nesse debate procuro demonstrar que a Igreja Católica teve muita importância em organizar, mas a força dos lavradores foi decisiva para “tomarem o sindicato” que naquele período se encontrava nas mãos de um grupo “pelegos”. É aquilo que a maioria dos lavradores que viveram o período chama de “uma história bonita”, por que, como apresento no debate, foi muito difícil esses trabalhadores conquistarem a instituição, o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju).

No subtítulo “A década de 1980 – explodem os conflitos”, analiso os primeiros anos com os conflitos ganhando uma proporção extraordinária nunca antes visto pelos trabalhadores rurais, e que para isso seria necessário fazer alguma coisa, como é apresentado no subtítulo que discuto a organização dos trabalhadores. “A oposição Sindical – o rompimento das antigas estruturas”, debate como os trabalhadores rurais, conscientes da situação em que se encontrava o campo mojuense partiram para a luta, procurando uma forma de destituir uma direção que não se importava com os problemas pelo qual estes estavam passando, e através da conscientização e de uma disputa, estes conseguiram tirar a direção “pelega” da instituição. No subtítulo “A importância das CEBs”, apresento o debate enfatizando a importância que este movimento popular teve pra ajudar na “tomada do STR de Moju. Quando apresento o subtítulo “As primeiras mobilizações radicais” mostram que os trabalhadores rurais, enquanto Oposição, ao fazerem algumas manifestações populares como passeatas protestando contra vários problemas sociais, inclusive pelo fato de a direção sindical se comportar como se não estivesse o correndo problemas no campo, foram taxados de baderneiros, arruaceiros, subversivos, pois ‘infringiam’ a ordem moral da sociedade. Nos subtítulos “Passando a “perna” na Oposição” e “irregularidades na eleição sindical de 1983 batalha – a eleição sindical de 1983” Discuto como se deu o processo da conquista do STR mojuense, uma vez que o processo foi muito “turbulento”, pois a direção que estava no sindicato usou de todas as formas para impedir que a Oposição conseguisse sair vitoriosa do pleito. Nos dois subtítulos finais “A Nova Moju e os primeiros conflitos na década de 1980” e “Denúncias nos meios de comunicação: uma estratégia dos lavadores” apresento os conflitos que se dão de forma declarada e como os trabalhadores reagem nos primeiros momentos,

enfocando que as denúncias nos meios de comunicação é uma delas e que acaba por se tornar uma grande arma destes na luta em defesa da terra.

No terceiro capítulo intitulado “07 de Setembro de 1983 – Resistência ou Morte?”, traçarei um debate sobre o conflito que se deu entre a empresa Reasa – Reflorestadora S/A da Amazônia (produtora de Dendê com várias) famílias de diversas comunidades localizadas na região do Jambuaçu e que culminou na morte do vereador Edmilson Soares do PDS, exatamente no dia 07 de Setembro de 1983, quando 44 trabalhadores se armaram com espingardas e dispararam suas armas no então vereador. O capítulo mostra como se deu o início desse conflito ainda no início dos anos 80, e que por diversas vezes foram feitas tentativas de se solucionar o caso pelas vias legais, fato que não conseguiu ser resolvido, chegando, infelizmente nesta trágica morte. Também mostrarei de que forma os trabalhadores rurais atuaram neste período, bem como as lideranças sindicais, primeiro ainda como Oposição e posteriormente como direção em si da categoria. Que apoio a FASE e a igreja Católica também deram neste caso. Que repercussão a questão ganhou. Tudo será debatido com detalhes e clareza neste terceiro capítulo.

No quarto e último capítulo pretendo abordar os anos finais da década de 1980, mostrando como se deu a atuação do STR neste período frente aos conflitos agrários que continuaram intensos. Além dos conflitos no campo, o período foi vivido por um conflito interno, uma vez que no município as empresas agroindustriais como a Socôco, a Dempasa, a Crai, a própria Reasa estavam com um grande contingente de funcionários, e estes por sua vez ainda não tinham uma instituição que defendesse seus interesses enquanto trabalhadores assalariados e que por esse motivo ainda recorriam ao STR. O conflito, neste sentido, se dá em função de que o STR não queria reconhecer esses trabalhadores como sendo trabalhadores rurais, uma vez que agora exerciam uma outra função, e que deveriam procurar se organizar enquanto nova categoria. Assim, a FASE, enquanto assessora do STR de Moju insistia que esses trabalhadores não ficassem “desamparados”, e que o STR deveria fazer esse papel. O conflito envolveu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, a Igreja Católica de Moju, a Diocese de Abaetetuba e a FASE, sendo finalizado com um certo desmembramento da instituição que assessorava diretamente os trabalhadores. Por fim neste capítulo, pretendo discutir a morte do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju Virgílio Serrão Sacramento no dia 05 de abril de 1987, apresentando o que significou essa morte para os trabalhadores do município, e também para a região. Mostrarei o que significou a 1ª Romaria da Terra feita no dia 25 de julho de 1987, se foi apenas uma homenagem pós-morte, ou foi algo mais além.

Ainda no quarto e último capítulo, apresento um quadro do município mojuense, em que a violência no campo chegou ao extremo. Nesse momento está presente um grupo de pistoleiros que impõe o terror não só no campo, mas na área urbana também. Dentro dessa situação são mortos dois trabalhadores rurais no início de janeiro de 1988. Para os trabalhadores de algumas comunidades da região do Jambuaçu isso vai ser a “gota d’água” para que estes venham a cidade no dia 08 janeiro de 1988 façam uma destruição em alguns pontos da cidade, numa ação muito rápida e organizada, deixando “atordoados” moradores e autoridades e botando pra “correr” os pistoleiros. Nesse sentido procuro mostrar como se deu essa ação, que repercussão e impacto esta causou no próprio município.

Vale ressaltar que para este trabalho me apoiei em fontes orais, com entrevistas de pessoas envolvidas diretamente no processo conflituoso como lideranças sindicais da época, trabalhadores rurais, religiosos que atuaram no período, funcionários da FASE, ex-prefeito de Moju no período, viúva do vereador assassinado, viúva do sindicalista também assassinado entre outros.

Com fontes de jornais, trabalhei com reportagens de denúncias, de mortes de expulsão dos lavradores de suas terras, de prisão das lideranças e lavradores, das mortes ocorridas no cenário, da invasão. Alguns meios de comunicação como os jornais, O liberal, A Província do Pará, Diário do Pará, Folha de Belém, Resistência foram de grande relevância para o embasamento documental. Também foram utilizados documentos como cartas, abaixo-assinados, pasquins feitos pelos trabalhadores rurais, bem como outros enviados pela Anistia Internacional, e que fazem parte de arquivos da CPT de Belém, da CPT Guajarina, da Paróquia de Moju, de algumas famílias que cederam parte desses documentos para o desenvolvimento da pesquisa e escrita da dissertação.

I Capítulo –A história da violência no campo em Moju

*A classe roceira e a classe operaria,
ansiosas esperam a reforma agrária,
sabendo que ela trará solução,
para a situação que está precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro,
que cada roceiro plantar sua área,
sei que na miséria ninguém viveria
e a produção já aumentaria
cinquenta por cento
até na pecuária.*

(Canto popular)

O dia havia amanhecido como um outro qualquer, era 08 de janeiro de 1988. As pessoas ¹ainda estavam despertando na cidade. O movimento pelas ruas ainda não era intenso por se tratar de um horário matinal. Mesmo com uma série de acontecimentos marcantes nos anos anteriores, a vida das pessoas não sofria grandes alterações. Os que eram funcionários públicos trabalhavam nos seus departamentos como hospital e nas secretarias da prefeitura,

¹ Aqui a referência se dá em relação aos fatos acontecidos ainda na década de 1980, como a morte do vereador Edmilson Ribeiro Soares, prisão de diversos lavradores, dirigentes sindicais, assassinato do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento e outros.

desenvolvendo suas atividades. Os que trabalhavam nas poucas indústrias madeireiras², também seguiam sua rotina normal naquela sexta-feira que apenas estava se iniciando, e que marcaria a vida dos moradores do município para sempre.

Apenas alguns moradores estavam na rua principal da cidade, onde se iniciava a rodovia PA 150, quando de repente avistaram aquele grupo numeroso de pessoas que ‘desciam’ em direção ao centro urbano. Segundo relatos populares e da imprensa³, eram aproximadamente 100 homens, todos com os rostos pintados com tinta preta ou pó de carvão, todos armados com espingardas⁴.

Do ponto de onde saíram para o centro da cidade, ficava a aproximadamente dois quilômetros, mas de suas localidades⁵ de origens, ficava mais do que um dia caminhando a pé. A ação foi rápida, bem planejada e contou com a participação de todos os envolvidos no grupo que se dividiram em grupos menores. Uma parte se dirigiu ao pequeno posto telefônico que contava precariamente com apenas dois aparelhos telefônicos, onde rapidamente destruíram tudo, quebrando as cabines e disparando suas armas contra as fiações para que não permitissem a comunicação. Outra parte se encaminhou para um pequeno supermercado que em forma de “saque” pegaram alguns frascos de 5 a 10 litros e logo se encaminharam para o posto de gasolina, onde utilizando o mesmo método do pequeno supermercado, também fizeram o mesmo, adquirindo o combustível.

Enquanto um pequeno grupo se dirigiu para o porto da balsa, onde existia apenas uma empresa que fazia o transporte dos carros de um lado para o outro, para não permitirem que isso não ocorresse, a fim de dificultar a comunicação também, para que não houvesse nenhuma possibilidade de se buscar “reforços” nos municípios mais próximos, os outros grupos se reuniram e foram em busca dos grandes objetivos, que era a casa do temeroso Claudomiro, conhecido como chefe da pistolagem em Moju e do delegado de Polícia, que segundo informações, se encontrava na Delegacia, naquelas primeiras horas da manhã⁶.

² Na década de 1980 poucas indústrias madeireiras haviam se instalado no município de Moju.

³ As notícias da invasão na sede da cidade de Moju foram noticiadas pelos seguintes veículos de comunicação: Jornal O Liberal, Diário do Pará, Estado de São Paulo. Nesses meios de comunicação, as notícias foram veiculadas nos dias seguintes ao fato ocorrido em Moju.

⁴ A espingarda é uma arma de fogo tipicamente utilizada pelo colono amazônico. Sua utilização tem o caráter mais de auxílio para a busca pela alimentação quando este sai em caça de animais silvestres.

⁵ As localidades de onde vieram os homens para a cidade no dia 08 de janeiro de 1988 pertenciam a algumas comunidades da região do Jambuaçu. A região era composta de mais de uma dezena de comunidades.

⁶ Segundo, algumas fontes, o comissário de polícia, percebendo a movimentação foi em direção à casa do homem mais procurado naquela manhã, e passou a informação de que o grupo estaria se dirigindo para a residência. Também a informação chegou até o Delegado de Polícia, que junto com outros poucos policiais abandonaram o posto, e como o chefe da pistolagem, fugiram

O grupo chegou primeiro na casa, e não estando mais ninguém, atearam fogo, destruindo todo o espaço físico junto com a mobília ali existente, deixando um rastro de destruição, seguiram para a delegacia de policia⁷, a fim de encontrarem o delegado, mas como este também não mais estava, também fizeram o mesmo processo da casa do pistoleiro, sendo antes, liberado alguns presos⁸ que se encontravam no local. Ali, o incêndio não teve o mesmo grau de destruição, mas deixou bastante danificado o prédio, sendo principalmente destruída a parte da frente, e sendo queimados todos os arquivos.

Algumas informações também davam conta de que o alvo dos revoltosos era o prefeito municipal⁹, mas como este havia se refugiado na casa de um conhecido, e eles não souberam onde era o refugio, e não causaram susto ao gestor municipal, então senhor Didi Teixeira na época.

Após a ação, o grupo utilizou a mesma rota e saiu da cidade, deixando a população atônita, sem entender nos primeiros momentos o que de fato havia realmente acontecido. Afinal, o município, mesmo com índices altos de violência¹⁰, mais localizada no campo, e não na área urbana, por isso, as pessoas não entendiam o que de fato havia acontecido e principalmente num tempo muito curto¹¹.

No dia seguinte, se encontrava no município um grande contingente de soldados militares que haviam sido destacados dos municípios próximos e da capital. A imprensa paraense também estava fazendo cobertura, e procurando informações a respeito da “grande revolta”, sendo pouco esclarecida pelos populares que também estavam atrás de informações.

Este acontecimento foi algo que marcou a história do município de Moju em fins da década de 1980. Um período que estaria finalizando com uma “resposta” dos camponeses não satisfeitos com os rumos tomados no campo. De forma detalhada, este processo será discutido no quarto e último capítulo deste trabalho. É notável que a ação dos camponeses não foi algo isolado, e sim que os grupos de pistoleiros, grileiros, empresários das agroindústrias, autoridades, haviam mais uma vez subestimados um grupo de trabalhadores, que até então achavam não ser capaz de criar uma organização e fazer uma investida, como a que foi feito.

⁷ Segundo informações, a pessoa que teria repassado as informações ao Claudomiro e ao delegado de policia naquela manhã teria sido o então comissário de policia, senhor Mário.

⁸ De acordo com as informações obtidas, eram poucos os presos que se encontravam na delegacia de policia no início dos anos de 1988.

⁹ O prefeito de Moju ainda nos anos de 1988 era o então Benedito de Azevedo Teixeira, ou Didi Teixeira como era mais conhecido.

¹⁰ A violência em Moju concentrava-se mais no campo, por conta dos conflitos agrários.

¹¹ A ação do grupo que o grupo fez na manhã do dia 08 de janeiro de 1988, ocorreu num tempo de aproximadamente duas horas de tempo.

As transformações ocorridas em Moju no início da década de 1980, foram impulsionadas, como em outras localidades amazônicas pelos projetos criados pelos militares, que governavam o Brasil. Esses projetos chegando para o município, também como nas outras localidades, trouxeram junto os conflitos no campo, que viriam a se estender por toda a década de 1980 e conseqüentemente pelas décadas seguintes.

Pra entendermos a história da violência no campo em Moju, é preciso observar as fontes encontradas, ou seja, é necessário analisar a implantação dos projetos agroindustriais, que faziam parte da política de desenvolvimento para a Amazônia proposta pelos governos militares.

1.1 – Moju na década de 1970

A autora Violeta Loureiro, ao escrever sobre o conflito de terra na famosa área do município de Viseu, então denominada de Gleba Cidapar nos apresenta como os conflitos pela posse da terra estiveram espalhados por regiões no Pará que não pertenciam somente ao Sul e Sudeste do estado, caso semelhante ao de Moju, pertencente também a outra região. No caso da Gleba Cidapar¹², os acontecimentos que levaram a questão da violência e se iniciaram mesmo ainda na década de 1960, e só terminaram no fim da primeira parte da década de 1980, com a morte de Quintino, o “herói bandido”¹³.

Não se pode afirmar que em Moju, a violência se inicie na década de 1960, ou 1970, mas principalmente no final desta última ou mesmo pra valer em inícios dos anos 1980. Não existe um comparativo de casos de violência no campo seja de uma região para outra região, ou de um município para outro município. Cada área é uma área diferente.

Outro trabalho, de grande respeito, é do autor Otavio Ianni, que estudou as transformações ocorridas no município de Conceição do Araguaia, pontuando as mudanças que o capital criou nessa região, do início do século XX e percorrendo todo esta temporalidade, mostrando o que as economias criaram ali, até chegar no mombento da vinda dos imigrantes com a abertura da Belém-Brasília. Se um dos pontos marcantes do trabalho de Ianni, a criação da Rodovia federal Belém-Brasília, em Moju, vai ser a criação da rodovia estadual PA 150, em fins da década de 1970. este acontecimento também atrairá inúmeras

¹² Sobre o conflito da Gleba Cidapar localizada no município de Viseu a autora Violeta Loureiro escreveu o trabalho intitulado Estado, Bandidos e Heróis Utopia e luta na Amazônia, publicado em 1997 pela Editora Cejup.

¹³ De acordo com o trabalho da autora Violeta Loureiro, “herói bandido” foi um termo criado com uma dualidade para o Quintino. Para os lavradores, ele era um defensor, um herói. Para o Estado, ele não passava de um criminoso, um bandido.

famílias para o município, na esperança de adquirirem um lote de terra para produzirem, para o sustento interno, ou também para a comercialização.

Porém, este fato só terá grande mobilidade já nos inícios dos anos de 1980 é importante frisar logo, que a chegada dessas famílias não será a grande causadora das disputas pela terra na região, mesmo por que o tamanho da área pretendida por essas famílias não ultrapassava mais do que um lote de terra, como eram denominadas as propriedades, mas sim as agroindústrias que começaram a chegar ainda em fins dos anos de 1970. São os projetos agroindustriais os grandes “vilões” das mudanças que irão o correr no município, uma vez que suas áreas pretendidas ultrapassam milhares de hectares para que possam por em prática suas ações desenvolvimentistas, ignorando o modo de vida rudimentar em que vivem os habitantes da região.

O lavrador Francisco dos Reis e Silva, morador da comunidade do Sucuriju relembra que aproximadamente no ano de 1938 a 1942, seus pais chegaram no município, e que a cidade como um todo não possuía muita infra-estrutura, como estradas, vicinais. Para ele a cidade era pouco “desenvolvida”. As primeiras pessoas que trabalharam para ajudarem na construção da estrada que ligava o município mojuense ao de Acará, faziam isso no “braço”. Nas décadas de 1960 e 70, o trabalho que existia era voltado para o extrativismo como a plantação da mandioca, cortar seringa, exploração da malva. Para o lavrador, a situação no município só teve um desenvolvimento maior no início dos anos 80, com o primeiro do governo do estado democrático pós – Ditadura Militar, Jader Barbalho.

Aí depois no governo do Jader Barbalho que mandou fazer essa estrada, melhorou, tiração de madeira que era o que tinha bastante aqui no Moju e aí o povo foi tendo algum servicinho, já depois de todos esses anos. Mas o Moju sempre foi bom, se não fosse bom não estaria aqui, com certeza, por onde eu andei, eu não taria aqui. Pra mim é um dos melhores lugares que eu tenho, eu não gosto que a pessoa se desfaça daqui do Moju.¹⁴

A fala do senhor Francisco nos dá uma breve noção sobre a situação do município mojuense, quando não existiam as estradas e a atividade era totalmente voltada pra agricultura familiar como a extração de produtos da floresta ou o simples roçado que era feito para a produção da borracha. Porém, esse modo de vida para todas as pessoas sofreria alteração com a chegada dos projetos agroindustriais.

Esses projetos, ao chegarem a Moju no final da década de 1970, mudariam a vida das pessoas que viviam no campo, principalmente aquelas que seriam atingidas de forma mais

¹⁴ RODRIGUES, Francisco Gomes. Lavrador aposentado. Entrevista realizada em 15/03/2006.

direta. O trabalho de Petit, Chão de Promessas, que discute transformações econômicas e políticas no Pará no fim do século XIX e todo o século XX, apresentam em certo momento a decadência da borracha, e início de outras culturas mais simples, como a juta:

Entre as principais mudanças econômicas ocorridas na Região Norte a partir dos anos 1940. Até a década de 1960, cabe destacar, além do segundo, curto e último ciclo da borracha (1943-1945), o aumento da produção agrícola, sobretudo das culturas de juta e pimenta-do-reino destinadas ao mercado nacional e internacional, ambas introduzidas na região por imigrantes japoneses; (...).¹⁵

Até o início da década de 1980, com a chegada das agroindústrias, o município de Moju não conhecia outra economia que tivesse uma grande estabilidade e pudesse atrair pessoas de outras regiões, fosse para tornar-se empreendedor ou para ser simples trabalhador, “peão” como eram conhecidos e entrarem na mata a fim de iniciarem os trabalhos, para o então “progresso”. Fato que antes dessa década isso não existia, apenas as famílias que trabalhavam com suas culturas¹⁶, ou brancas como também eram conhecidas.

O ex-presidente do STR de Moju, Mário dos Santos ou Mário do Sindicato como é mais conhecido no município, também reflete um pouco a situação da cidade quando das décadas de 1960 e 70. Nascido em uma comunidade chamada de Pensão Era, localizada as margens do rio Ubá, relembra que os produtos colhidos, principalmente da agricultura eram todos vendidos em Belém, pois os maiores comerciantes do município, que eram três, Pedro Gomes Nery, Pedro Magro, e Oscar Miranda, compravam boa parte da produção, mas o excedente era vendido na capital paraense. Nessas duas décadas, a malva foi um dos produtos que mais se destacou, e depois de trabalhada e “secada” esta era enrolada em forma de tubos e comercializada. A cidade de Moju, muito pequena tinha um estilo de vida muito pacato, onde a violência era mínima.

A cidade do Moju não era considerada cidade, muitos chamavam de vila que essa história real do Moju mesmo, que foi freguesia, vila, após, muito tempo passar a ser cidade, e era uma cidade muito pacata, muito humilde, mais do que é hoje, em função da popularidade, era um povo muito pequeno, poucas ruas e a gente vinha na cidade e acabava conhecendo grande parte da população que vivia na cidade, isso do comerciante até as próprias pessoas que residiam no Moju, na cidade, grande parte desse povo a gente conhecia, então a gente conhece Moju como sempre ficávamos nesse dia a dia rotineiro de sempre fazer algum tipo de compra na vila, ou seja, na cidade, então a gente tem muito esse contato, essa relação de sempre estar na cidade em função da necessidade que tem qualquer um cidadão

¹⁵ PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 66.

¹⁶ Culturas brancas são chamadas aquelas plantações cultivadas em pequenas quantidades como as de arroz, milho, feijão, mandioca feitas basicamente para a alimentação.

que vive lá no interior e que precisa fazer o seu intercâmbio na maioria das vezes na própria cidade local.¹⁷

A fala do senhor Mário, assim como do senhor Francisco dos Reis, nos permite entendermos um pouco a história do município, principalmente quando este menciona que o comércio era algo muito restrito, com apenas três pessoas que compravam os produtos em maior número de produção. Isso por si só denota a pouca complexidade de um município que parecia não se desenvolver, pois a produção era feita apenas de produtos, como o entrevistado mencionou, sendo a malva¹⁸, o grande destaque econômico dos anos anteriores aos anos 1980.

Por outro lado, um dos grandes problemas e entraves para esse desenvolvimento sem dúvida era a falta de rodovias e transportes terrestres, uma vez que até então o meio de transporte utilizado no município mojuense, e em outros tantos da Amazônia era o fluvial, como bem mencionou na fala acima, quando se precisava comercializar o produto, escoava-se para Belém, feito de embarcação, ouçamos outra fala, a do senhor Libório.

Ah, nesse período era muito difícil o transporte, aqui em Moju a gente morava ..., era muito difícil o transporte, o pessoal tinha que ir a pé, ou a cavalo até nos anos 68 por ai assim, então era um município, era bom de produção, as terra boa, mas, tinha uma dificuldade que era o transporte, e também escola; como a dificuldade que é do campo, que normalmente é essa dificuldade né.¹⁹

O senhor Aldenor também compartilha destas lembranças, de como era o município antes da construção das rodovias pelo governo estadual, lembrando das dificuldades que tinham os habitantes em fazer suas viagens e escoar os produtos. Para ele, não existiam estradas, existia sim, um caminho feito por algumas pessoas que extraíam madeira, mas de forma muito precária, e assim, muitas pessoas aproveitavam esses “caminhos” pra se deslocarem para as pequenas comunidades que começavam a se instalar de forma tímida. O primeiro carro que percorreu essas trilhas, de acordo com a lembrança deste, foi “um carro de boi”, puxado por uma “carrocinha”, foi posterior a isso que apareceu um caminhão da prefeitura que servia para escoar alguns tipos de produtos como farinha, arroz, malva e legumes dos colonos. A prefeitura de Moju não contava ainda com máquinas que pudessem melhorar a estrada, e nesse caso quem fazia este tipo de trabalho eram os agricultores. A

¹⁷ SOUZA, Mário dos Santos. Ex-presidente do STR de Moju. Entrevista realizada em 28/02/2006.

¹⁸ Juta como é mais conhecida, serve para fazer produtos como bolsas e outros derivados.

¹⁹ SANTOS, Manoel Libório Ferreira dos. Ex-presidente da CUT Guajarina, Ex-presidente da Fetagri e atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 15/02/2006.

maior parte das viagens para se chegar nos municípios próximos como Acará, Tomé-Açú e Belém era feito via marítima.

Os moradores do rio Ubá, eles passavam uma semana pra fazer uma viagem em Belém levar os produtos deles naqueles batelão, era remo, não existia motor, ninguém conhecia. Então o meio de trafegar tudo era pelos rios e igarapés, estrada não tinha naquele tempo, já veio a surgir estrada no ano 70, do primeiro mandato do Tenente Reis pra cá que ele conseguiu trator e mandou rasgar a estrada chamada colônia Pirateua, até no Luso ele mandou abrir estrada, já no ano de 73 conseguiram ligar, e no ano de 78 foi feito a estrada Moju-Tailândia, tudo no barro, não era empiçarrado e os carro era os mínimo que tinha, passava dois três dias pra fazer uma viagem no Acará, que as pontes tudo quebrado, era por cima de pinguelo.²⁰

As dificuldades com a falta de transporte faziam com que as pessoas não produzissem em grandes quantidades seus produtos, pois não tinham meios de transportes mais eficazes para conduzir até a área urbana do município. Documentos encontrados na igreja da década de 1980 como cartas, reportagens de jornais, abaixo-assinados, apresentam bem o problema da falta de transporte na então rodovia PA 252, que ligava o município de Moju ao de Acará. Os documentos nos permitem ter uma noção sobre a precariedade da falta de transporte coletivo para levar passageiros e cargas a partir da localidade do Jupuíba até a cidade de Moju e Abaetetuba. A documentação nos diz que eram apenas dois ônibus, e que não conseguiam dar conta da demanda. É possível perceber nestes documentos a qualidade do transporte, mostrando que a estrada era de piçarra e que os motoristas não respeitavam os passageiros. Outras denúncias são visíveis neste período como foi apresentado em uma carta no dia 13 de dezembro de 1980.²¹

Na carta endereçada ao chefe de Divisão de Transito, o senhor conhecido por Camacho, os trabalhadores rurais de várias comunidades como Sitio Bosque, Poacê, Ateua Grande, Pirateua, Olho d'água, Jupuíba, Ipitinga e Santana do Alto reivindicavam uma serie de melhorias nesse meio de transporte. Para os moradores dessas comunidades, existiam varias irregularidades na empresa do senhor Humberto Martins, que era mais conhecida por Esperança do Moju. A denúncia começava pelo fato da empresa possuir apenas dois ônibus e que suas linhas deveriam ser Moju – Acará e Moju – Abaetetuba, e dessa forma estes carros não eram suficientes sendo que várias vezes era necessário esperar um ônibus de uma linha diferente para fazer a condução do passageiro. A denúncia prosseguia frisando que os carros eram muitos “velhos” e não davam segurança, pois muitas vezes não possuíam nem freio e

²⁰ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

²¹ Carta enviada ao prefeito de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

nem luz, não tinham horário fixos. Muitas vezes os passageiros eram obrigados a descerem “na lama ou na chuva” para empurrarem. O preço da passagem era outra queixa. Maus tratos eram bastante comuns, como xingamentos pelo motorista e cobrador, como podemos perceber no trecho da carta abaixo

Quando falta ônibus da referida empresa e o passageiro apanha outro, é xingado pelos cobradores da mesma. Aconteceu que o dono da empresa, sr. Humberto Ferreira da Silva, fez uma velha senhora pagar outra passagem só por que a mesma entregou o talão já rasgado. Outro passageiro desceu, entregou o talão e subiu novamente para tirar seu embrulho. O dono da passagem cobrou-lhe outra passagem. Para 30 km o passageiro paga a importância de Cr\$ 40,00; para 8 km paga o mesmo preço ou seja Cr\$ 40,00. Também queremos saber se é obrigatório criança de menos de 10 anos de idade pagar a mesma passagem do mesmo preço do adulto. Gratos pela atenção, pedimos providencia e nós assinamos, juntos com os mesmos amigos que sentem o nosso problema.

Em fins da década de 1970, os moradores da zona rural já começavam a questionar as autoridades para os grandes problemas que lhes afetavam. Como principalmente a falta de transporte para o escoamento da produção, bem como para o próprio transporte dos passageiros. Por isso foi marcado 14 itens da reivindicação, que foi enviado ao chefe da divisão de trânsito, como era chamado na época o responsável pelo setor de transporte, ou secretário de transporte. O que parece serem reclamações simples, para os moradores são carregada de revoltas, um vez que apenas dois ônibus não eram suficientes para um número de pessoas bem grande, já na década de 1970 e início da década de 1980.

Outro carta, desta vez endereçada ao prefeito municipal, Tenente Reis vai além nas reivindicações. Neste documento, assinado apenas pelos moradores das comunidades do Ateua Grande, Jupuúba e Pirateua e que haviam se reunido no dia 09 de fevereiro resolveram cobrar melhorarias no ramal da comunidade do Jupuúba, pois o inverno dificultaria muito a saída desses moradores. Exigiam um horário fixo para o transporte “Esperança do Moju”. Isso se devia ao fato de muitos moradores terem que se acordar em horários diferenciados a noite para esperarem condução, que alguns casos chegavam ser extremos, como 3:00 hs e outros as madrugada. A parte educacional também preocupava os moradores dessas três comunidades, pois não existia horário fixo na escola, carteiras suficientes para os alunos. Exigiam melhores salários para os professores, melhores serventes para as escolas, como é mostrado no trecho do documento.

Queremos serventes mais higiênicas, que tirem as baratas dos filtros sem tampa e façam merenda cozida para não prejudicar a saúde das crianças. Queremos professora que trabalhe todos os dias da semana salvo caso de doença, pois a atual falta mais do que trabalha. Queremos carteiras, pois as crianças não podem sentar-se no chão. Queremos 2 filtros de água, pois as crianças não podem ficar com

sede. Queremos sanitários. Queremos professores suficientes para todas as crianças, pois há 17 crianças sem estudar. Sr. Prefeito, as nossas angústias não tem limite, mas nossas disposições também não tem limite. O Sr. Foi colocado no cargo Máximo do município pelo povo, e por isso tem o dever de resolver os problemas do próprio povo. E por este motivo lhe relatamos tudo isso e esperamos que atenda as exigências trazidas pela comissão e tome as providências necessárias.²²

Além dessas reclamações, muitas outras causavam revolta na população mojuense, uma vez que como podia um município não dar condições para a população rural produzir e comercializar seus produtos. Também uma outra questão era o transporte dos alunos, onde as empresas não queriam fazer a condução sem que os mesmos não pagassem por seus transportes., o que acabava gerando sempre novos impasses, uma vez que a prefeitura não dispunha de um transporte alternativo para fazer a condução desses alunos.

Porém, a abertura de rodovias era o sonho dos colonos, a abertura das vicinais, ou ramais, como era mais conhecidas pela população de Moju, era algo que se almejava a muito tempo. Pois mesmo nas localidades mais próximas da sede, a dificuldade era muito grande pra se chegar com um transporte. O senhor Francisco dos Reis e Silva, um dos moradores da vila do Sucuriju²³, relembra como era a estrada que passavam em frente de sua localidade.

Não, não, não tinha estrada nessa época, na época que quando meu pai chegou aqui no Moju era pra mata, da cidade pra cá pro centro. Eu conheci essa área aqui caminho, hoje você vê uma beleza de estrada, ela não tem uma segurança 100% mas tem. Naquela época não. Se você quisesse ir lá na cidade, você tinha que ir andando, fazer suas comprinha pra chegar uma hora, hoje não.²⁴

O senhor Francisco dos Reis relembra da dificuldade das pessoas em se locomoverem para a área urbana do município. Lembra que mesmo o município não tendo progresso, a parte de preservação estava mantida com a conservação de boa parte das terras ainda não terem sido causadas grandes danos, como viria a acontecer nas próximas décadas. Mesmo este achando que a rodovia tenha trago um desenvolvimento grandioso e uma oportunidade para os agricultores melhorarem suas produções, ele ainda guarda recordações das dificuldades que essas pessoas tinham em escoar seus produtos, quando a estrada era feito apenas de precários “caminhos”.

Era caminhando também, era só caminho. E aí quando foi em 68, antes do Tenente Reis, ele fez de 69 até 72, antes dele era o Oscar Miranda e ele tinha dois caminhões nessa época, ele tinha dois caminhões e ia buscar, que tinha dois galpões da Cata na época né, tinha a Cata, ele ia até o Ateua Grande, mas por dentro da mata, e foi evoluindo, evoluindo. Então, quer dizer que a estrada hoje ela é vice

²² Carta enviada ao prefeito de Moju. Fonte: CPT Regional Norte II, Belém – Pará.

²³ A vila do Sucuriju era a segunda vila do trecho Moju Acará.

²⁴ SILVA, Francisco dos Reis e. Lavrador, morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 10/01/2006.

versa, cheia de curva por que ela ia buscar os lugarejos, onde tinha uma casinha, ai eles passavam lá pra pegar algum saquinho de farinha na época, um pouquinho de milho. Eu tenho conhecimento naquela que com 12 anos que eu já estava em 1970,

Ai está possivelmente uma explicação do motivo para quem sabe existirem tantas curvas nas rodovias que ligam Moju aos municípios de Acará e de Tailândia, além de outras vilas. Quer dizer, o motivo da construção das rodovias possuírem tantas curvas se remete ao fato de no início da fundação dessas localidades elas terem sido feita por algumas famílias que habitavam determinados espaços com dificuldades de acesso, e que por necessidade de comercialização, começaram a entrar os primeiros transportes pra buscar essas mercadorias por dentro dos pequenos “caminhos”, que no período não podiam ser denominados de rodovia ou mesmo de estradas, devido à precariedade que estas apresentavam.

Mesmo assumindo a prefeitura de Moju no ano de 1983, o senhor Benedito Teixeira²⁵, conhecido por Didi Teixeira, relembra com era o município de Moju quando este chegou na cidade.

Olha, Moju tinha cento e poucos anos e eu estranhei a idade de Moju e o desenvolvimento de Moju, por que eu vim de Almerin, uma cidade já desenvolvida e eu cheguei aqui estranhei, até pensava que não era cidade de Moju, eu pensava que era uma vila de Moju, mas era cidade mesmo, mas infelizmente o desenvolvimento tava muito longe ,não tinha luz, a luz ia até nove, dez horas da noite, tinha dois motores velhos ai todo arrebatados todo tempo e servia até de galhofa pro pessoal que eles diziam assim, o pessoal perguntava “no Moju tem luz? Não eu passei de noite, tava no escuro”, por que de dia eles viam se tinha poste né, (risos). Era assim mesmo, era verdade, ninguém pode tirar o que era verdade. E eu achava que era falta de administração que tinha Moju né, por que tu sabes que Moju é um lugar aconchegante né, um povo educado, um povo muito bom, e de terras férteis né, tinha tudo pra ser um município bem desenvolvido, mas administração que passaram foi uma lastima né. Só lembravam de fazer curral eleitoral e não se lembravo de progresso né, do município, foi assim.

Como a construção das rodovias que ligam Moju aos municípios de acará e Tailândia é recente, as vilas ou povoados construídos na lateral dessas rodovias também não tinham um grande tempo de fundação. As povoações mais antigas do município estavam todas localizadas as margens dos rios Moju e de seus afluentes, como o rio Jambuaçu, rio Ubá, rio Cairari e outros menores

É melhor dizer que quem chegou primeiro aqui foi meus pais, lá pelo ano de 1952. Eles chegaram aqui, poucas famílias e eles faziam parte dessas poucas famílias. Eu já nasci no dia 07 de abril de 1955, então eu passei a ser um herdeiro também da localidade e tava com sete oito anos de idade e comecei a trabalhar na roça junto com meu pai. No ano de 71, 72, aqui não existia assim uma comunidade legalizada

²⁵ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

pela Paróquia ou pela Diocese, lá a nossa participação religiosa era tudo no Sarapoi, culto dominical, aula de catecismo, missa, tudo era no Sarapoi. Então em maio de 1974 eu já tinha a minha família, então através da minha mãe a gente criou uma comunidade aqui nesse local, São Pedro (...).²⁶

A comunidade citada pelo senhor Aldenor que foi criada em 1974 mostra bem que antes dessa data, não existiam as comunidades ou vilas que hoje estão localizadas na lateral das rodovias PA 150 e PA 250. Sem sombra de dúvida não existiam por que não estavam construídas essas rodovias. Somente com a construção com a construção duas rodovias é que novas famílias começaram a habitar esses povoados para nas décadas seguinte começarem a se configurarem como vilas. Ainda falando sobre as vicinais e a rodovia PA 150, o senhor Benedito Teixeira nos remete a um imaginário da precariedade em que essas transversais e a rodovia principal estavam submetidas. Para este memorialista, no município quase não existiam estradas vicinais. Os poucos ramais que existiam eram o do Jupuíba e o que ia para a cidade do Acará, muitos precários. Quando este assumiu a prefeitura, é que foram feitos novos ramais. A estrada que ligava Tailândia não existia, começou a ser construída na década de 1970, e como este recorda, era toda esburacada, “cheia de cratera”.

As estradas vicinais, quase não tinha estradas vicinais, tinha o Jupuíba, essa estrada que vai pro Acará, que já tinha também Moju Acará que chamava, os ramais ali pelo Jambuaçu não tinha ramal, tinha o ramal do São Pedro, o dono da fazenda parece que fez aquele ramal que eu acho que não foi nem a Prefeitura, foi o dono da fazenda que fez, o resto a gente construiu também uns ramalzinho por ai. Aqui pela margem da estrada, eu fiz do alto Jambuaçu, fiz o ramal do Santo Antonio, eu fiz o ramal ali do Libório que tinha na época né. Não lembro bastante o que eu fiz. O Urubuputaua eu conclui, conclui com ponte, ali o Pau da Isca, chamavam Pau da Isca outros chamam da Isca, mas eu chamava Pau da Isca né, na época, não sei se era Pau ou era da Isca. (...).²⁷

Em um período em que a Amazônia estava sendo “integrada” para o restante do Brasil, era necessário que se fizessem estradas para que estas pudessem fazer realmente a ligação das populações e principalmente da produção que deveria ser efetivada nesta região. Como no município de Moju vários projetos agroindustriais estavam sendo instalados, era necessário que as estradas fossem construídas definitivamente, não para que isso viesse beneficiar diretamente a população do município, mais sim os empreendedores que estavam se dirigindo para lá. Vale lembrar que só na rodovia PA 150, que liga Moju a Tailândia, foram instalados diversos projetos agroindustriais voltados para a agropecuária e para a plantação de

²⁶ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador a vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

²⁷ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

dendê. Já na rodovia PA 252, que liga Moju a Acará, foi instalado o grandioso projeto denominado Socôco. Percebe-se então na fala do ex-prefeito de Moju, que sua intenção parecia ser boa, mas que politicamente, havia mais do que bondade na construção destas obras, ou seja, além de beneficiar os donos de investimentos, também, tinha a intenção de atrair novos investidores.

1.2 – A chegada dos projetos agroindustriais

Como as rodovias PA 252 e PA 150 já estavam praticamente abertas em fins da década de 1970, a primeira ligando o município de Moju ao município de Acará, e a segunda ligando Moju ao então distrito de Tailândia, alguns grupos de acionistas decidiram investir seus recursos somados a outros milionários empréstimos (ou pelo ao menos utilizavam esses discursos em seus projetos quando iam em busca dos benefícios na região mojuense). Não existe dúvidas de que a abertura das rodovias e esses empréstimos feitos com o aval da SUDAM tenham sido os grandes atrativos para esses homens que se instalaram na região.

Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como incentivos fiscais e subsídios públicos.²⁸

Antes da década de 1964, quando os governantes brasileiros não tinham um projeto exclusivo de desenvolvimento para a Amazônia, os problemas relacionados com a terra existiam de forma inferior aos que foram criados Pós-Ditadura Militar e que começaram a se intensificar após a instalação de projetos agroindustriais. Foram os incentivos fiscais que atraíram inúmeros projetos desenvolvimentistas para a região transformando-a no cenário de mudança, uma vez que o colono agora dava vez aos ricos empresários que planejavam outro tipo de utilidade para as terras, onde o grande objetivo agora era a produção para comercialização, exportação.

Ao discutir os incentivos fiscais destinados para a Amazônia legal, Pere Petit nos mostra que os primeiros incentivos fiscais dados pela SUDAM, estiveram destinadas primeiramente a capital paraense e seus arredores, sendo posteriormente liberados créditos

²⁸ MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, “História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. IN: Novaes, FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1938, p. 664.

para programas de agricultura ou agroindústrias que estivessem localizados nos municípios da Amazônia.

Num primeiro momento, os incentivos fiscais foram exclusivamente destinados a estimular as atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém, sendo os principais beneficiários os empresários locais. Em outubro de 1966 (Lei nº 5.174, 27/10/66), foi reformulada a política de incentivos fiscais com o intuito de estender esses benefícios também a projetos agropecuários a serem implementados na região, nos mesmos termos que os incentivos fiscais vinham sendo aplicados na área de atuação da Sudene. Num outro tipo de projeto, uma das principais justificativas para os incentivos fiscais, a serem aplicados, quer na Amazônia Legal quer no nordeste, era a falta de capital nessas regiões para a modernização das suas economias.²⁹

Os principais projetos agroindustriais que chegaram ao município se destinaram a áreas que ainda não estavam “desbravadas”, e para ajudar no desenvolvimento e no progresso do município estas seriam de fundamental importância. Próximo das rodovias seria mais fácil escoar a produção, estas teriam como criar uma mobilidade mais eficaz, com a vinda de mão de obra para o trabalho, e para locomoção seriam muito mais prático.

É verdade que esses projetos só começam a chegar no município de Moju alguns anos depois da implantação do golpe dos militares, mas como bem frisou Petit, a construção da Belém – Brasília, foi sem sombra de dúvida um dos atrativos para que grupos empreendedores se dirigissem para essa região, pois a demanda de pessoas vindas, principalmente do Nordeste em busca de terras ou para servirem como mão de obra era um dos fatores que impulsionavam esses recursos para a região.

A construção das rodovias estadual PA 252 e PA 150 em Moju, não trouxeram de imediato uma leva de imigrantes nordestinos para o município. O que se pode imaginar que essas pessoas, ao chegarem atraídas pela construção da rodovia federal Belém – Brasília haviam se alojado em lotes de terra nas rodovias estaduais que ficavam a margem da BR 316, onde diversas povoações foram fundadas e posteriormente acabaram por se transformar em cidades.

Porém, se a construção da rodovia federal atraiu de imediato incentivos para a Amazônia e principalmente para o estado paraense, com a abertura das rodovias estaduais em Moju, não foi diferente. É verdade que para regiões mais distantes e que não ficavam na lateral de nenhuma rodovia, como a região do alto Moju, também diversos projetos foram ali implantados.

²⁹ PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 90.

A Reasa começou a se instalar lá por volta de 1977, ela comprou três mil hectares e chegou a ter dez mil hectares. A Socôco comprou um terreno de 200 hectares do Massarraro que era um japonês lá pelo ano de 78. A Agropalma ela começou a se instalar lá pelo ano de 78 ai no km 70 da PA 150.³⁰

Os projetos de maior porte que se instalaram em Moju foram voltado para a agroindústria, como bem frisou em sua fala o senhor Aldenor, os de coco e os de dendê, que inclusive foram os únicos que se pode perceber na atualidade que realmente conseguiram alavancar e permanecem e de certa forma mudaram a economia do município.

Dentre esses projetos citados que realmente conseguiram se desenvolver, apenas dois estão na ativa e com potenciais super elevados de produção, que são a empresa Socôco, produtora de coco localizada na Rodovia PA 252, que liga Moju a Acará e o da Agropalma, que produtora de dendê e beneficiadora do óleo dessa palmeira, localizada na Rodovia PA 150, entre Moju e atualmente município de Tailândia. A Reasa não conseguiu desenvolver seu projeto de desenvolvimento na região devido a inúmeros conflitos em que esta se envolveu e como muitas pessoas comentariam depois, boa parte de seus recursos conseguidos junto a Sudam teriam sido desviados para outros investimentos em outras regiões do Brasil. Mas isso é algo que será discutido no segundo capítulo deste trabalho.

Outros projetos agroindustriais também estiveram espalhados por outras regiões do município, principalmente na região do alto Moju, como os Serruya, que era uma proposta de fazenda com criação de gado, projeto Seringueira localizado nas “cabeceiras” do alto Moju, madeireira São Braz e Mafisa, ambas beneficiadoras de madeira, também localizadas nas mediações do rio Alto Moju. Na região do rio Baixo Moju não houve a instalação de nenhum projeto voltado pra agroindústria de médio ou grande porte. Apenas alguns casos isolados de conflitos de terra se manifestaram nesta região, mas que não tivesse sido causado por um empreendimento de alto porte. Na região do Jambuaçu³¹ se instalou basicamente a firma Reasa, produtora de dendê. Ali esta conseguiu uma grande quantidade de terras, que ultrapassavam várias comunidades num prazo de poucos anos, contando da sua instalação até os primeiros anos da década de 1980.

Se para os governos militares, os projetos agroindustriais que deveriam ser instalados na região significavam progresso, desenvolvimento, criação de empregos, distribuição de rendas e alavancamentos das economias, mudando o sistema de produção das regiões e

³⁰ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

³¹ O Jambuaçu era caracterizado por uma região onde existiam diversas comunidades, pois estas ficavam as margens do rio também do mesmo nome.

impulsionando o crescimento das cidades amazônicas em que estas estavam numa espécie de “atraso”, para os colonos que habitavam essas regiões essas propostas não foram vistos com bons olhos, uma vez que seus estilos de vida teriam que mudar, em fase desse chamado “progresso” que estaria chegando e com grandes máquinas e força começaria a mudar esse cenário.

Desde os anos 50, o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupação das terras novas da fronteira no Paraná, em São Paulo, Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Maranhão, no Pará, no Amazonas, em Rondônia, no Acre podem ser vistos de um modo novo, por meio do mapa geográfico da violência, pela explosão de conflitos fundiários que os acompanha. Essa é a versão moderna da Conquista Hoje, esse movimento de ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do “branco” contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados.³²

Na maior parte dos casos, ou quase que na sua totalidade, as famílias que viviam no município e possuíam uma determinada área de terra, um lote³³ ou mais, como era denominado a propriedade rural, não possuíam uma cerca feita de arame para separar suas propriedades. Apenas uma demarcação era feita às vezes com um piquete que simbolizava essa separação. Em outros casos, a penas a confiança múltipla seria suficiente pra saber a quem pertencia determinada área mesmo sem a presença de piquetes.

Thompson³⁴, no capítulo que sobre os Trabalhadores Rurais, no livro II da Formação da Classe Operária Inglesa, mostra a relação do camponês com os cercamentos impulsionados pelo capitalismo em ascensão na Inglaterra. No debate, o autor frisa que os cerceamentos serviram basicamente para o interesse capitalista, não levando em conta os costumes existentes nas aldeias, fato que fez com que a situação. Assim, ocorreu uma ruptura em modelo tradicional de se viver na terra, uma vez que os interesses não eram voltados para a produção que servisse para uma comercialização, onde o objetivo pudesse ser de enriquecimento, mas sim para o benefício da sobrevivência, ainda baseada em um certo estilo Feudal.

Entretanto, a distinção, que parecia “bastante clara” de acordo com as relações de propriedade capitalistas, significava uma ruptura na estrutura tradicional dos

³² MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, “História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. IN: Novaes, FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1938, p. 664

³³ Um lote de terra significava uma demarcação equivalendo 250 metros de frente por 1.000 metros de fundo, contendo dentro desse lote outra medida, que seria de 25 hectares de terra.

³⁴ THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Volume II, a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

costumes e dos direitos dos aldeões: a violência social dos cercamentos consistiu precisamente na imposição total e drástica das definições de propriedade capitalista sobre as vilas antes dos cercamentos, durante séculos, mas coexistiram com os costumes e com os elementos de autonomia presentes na estrutura da comunidade pré-capitalista da vila, que – embora estivessem indubitavelmente se desintegrando sob a pressão do aumento populacional – persistiram com um vigor notável em diversos locais.

Analisando os Planos dos Governos Militares para a região amazônica, é possível perceber com facilidade que os colonos que habitavam a região não estavam inseridos nos planos para desempenharem alguma função de desenvolvimento econômico, uma vez que suas atividades não eram condizentes com os discursos pregados sobre desenvolvimento.

Para os militares, a cultura econômica desenvolvida pelos colonos, era rudimentar que mal dava para a subsistência de suas famílias que habitavam rincões de terras, e pra eles essas pessoas não sabiam aproveitar o potencial natural que estava sendo desperdiçado e através de pessoas com “capacidade e potencial poderiam transformar essas áreas em sinônimo de desenvolvimento”³⁵.

Isso fica claro quando os projetos agroindústrias começam a se instalar em Moju em fins da década de 1970, quando as famílias que tinham uma liberdade de adentrarem em todas as áreas de florestas, numa relação de harmonia com a natureza, para dali às vezes retirarem algum tipo de alimento quando matavam alguma caça, depois com a chegada dos projetos isso não mais poderia ser feito uma vez que estas possuíam as cercas e também guardas para protegerem essas propriedades.

A grande diferença dos projetos agroindustriais que estavam se instalando no município de Moju para os colonos que viviam na região estava no modo de produção, uma vez que as famílias estavam inseridas em um modelo econômico tradicional, baseado na produção para auto sustentação, sendo comercializado o excedente. Essa era uma prática de longa geração na Amazônia, principalmente em regiões isoladas dos centros urbanos mais desenvolvidos.

Por outro lado os projetos agroindustriais tinham como meta a produção em larga escala, sempre pensando no excedente. A comercialização da produção das empresas instaladas em Moju era o objetivo dos financiamentos dos governos militares. Além dos projetos dos agroindustriais estarem chegando no município de Moju em fins da década de 1970, um outro fenômeno também acarretou mudanças na estrutura familiar e no modo de vida de algumas populações. Foi o fato de vários japoneses terem se instalado e trabalhado

³⁵ Aqui a referência se dá em função dos projetos agroindustriais que se instalaram em Moju, como a Socôco, a Agromendes, a Reasa e projetos de criação de gado.

uma nova economia, que posteriormente algumas famílias, em menor escala depois também começariam a trabalhar.

A chegada de alguns japoneses também mudou o cenário do município de Moju, em menor escala, mas de forma considerável trouxe uma mudança na estrutura de produção, que foram os trabalhadores assalariados. Em fins de 1970 haviam várias famílias japonesas que trabalhavam, principalmente com a cultura da pimenta do reino e que necessitavam de uma ampla mão de obra pra essa lavoura.

Um dossiê³⁶ sobre os principais projetos agroindustriais que até então haviam se instalado em Moju foi elaborado pela equipe Paroquial, que era formada pelas freiras Rosa e Adelaide, além do padre Sergio Tonetto, início dos anos de 1980 e denunciava a presença desse grupo e de que maneira estes começavam a trabalhar no município.

Esse documento mostra que foram os japoneses um dos primeiros grupos a utilizarem a mão-de-obra assalariada em Moju. Os nipônicos haviam se instalado em várias localidades, como Sarapói, Sucuriju, Pirateua e Trindade. A atividade utilizada por estes era da pimenta da reino. Porém, a forma de assalariamento era algo que preocupava a equipe paroquial e a Oposição Sindical, uma vez que o trabalhador rural deixava de trabalhar sua terra para se dedicar na colheita da produção dos japoneses, onde estes aproveitavam a farta mão-de-obra para pagarem um preço muito baixo pelo trabalho desses homens. Geralmente, era feito duas formas de pagamento para os trabalhadores, sendo a primeira em forma de diária, em que o valor estipulado por um dia de trabalho equivaleria a 5% de um salário mínimo. A outra forma de pagamento feito por esses proprietários seria pela produção, ou seja, era estipulado um valor para o quilo da pimenta, onde o trabalhador teria a possibilidade de ganhar um valor maior de acordo com aquilo que produzisse. Assim, muitas vezes se sacrificava o intervalo da ‘merenda’ e muitas vezes o almoço era realizado muito rápido para ‘apanhar’ o produto.

Situação dos assalariados: normalmente são cametaenses, que ficam na área uns meses para a safra ou preparação do terreno. Foi feito o levantamento em uma dessas áreas. Eis o resultado. Horário de trabalho: de 6 hs da manhã até 4 hs da tarde. Normalmente o trabalho é por empreita: para a safra da pimenta Cr\$ 2 por quilo. Num dia de trabalho o peão consegue Cr\$ 210 – 220. Diarista Cr\$ 120. Ninguém tem carteira assinada; o patrão não quer assinar. Na área do levantamento mora 12 famílias, todas cametaenses, por um total de 60 pessoas. Situação de moradia: três barracões divididos cada um em 4 quartos. Em cada quarto, de 4x6 m. aproximadamente, mora uma família. Num desses quartos moram até duas famílias. Nas proximidades não tem igarapé; dois poços fornecem água para qualquer precisão. Na maioria das crianças trabalham, por isso não podem freqüentar a escola. Só umas freqüentam na vila do Sarapói. Presença de moscas, sobre tudo, no período da adubação do terreno. As crianças sofrem de verminose, e anemia.

³⁶ Dossiê sobre os projetos agroindustriais instalados em Moju. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém – Pará.

O documento foi apresentado pela equipe paroquial de Moju já no início dos anos 80 e mostra que o cenário do município estava sofrendo grandes alterações por parte da entrada dos grupos que possuíam algum recurso financeiro para criar um novo tipo de investimento na região. O documento citado apresenta e denuncia uma família japonesa pelo modo de tratamento que e de condições que esta dava para os seus trabalhadores.

A grande questão não estava no sentido deste japonês ou de outros japoneses darem o trabalho para outras pessoas, principalmente os cametaenses, mas sobretudo como estes trabalhos eram realizados, numa espécie de exploração de suas forças, e sem dar condições de sobrevivência dignas, como a moradia, uma vez que várias famílias dividiam um mesmo barracão, apenas dividido por paredes. Sem dar condições para que os filhos destes pudessem freqüentar a escola e sem água em condições potável para todas essas famílias.

Embora esses japoneses não contassem com grandes financiamentos, nem mesmo que fossem dos projetos de incentivos fiscais para o desenvolvimento da região, mas o modelo de produção implantados por estes também ajudaria nessa mudança de economia, uma vez que não eram só as famílias do município de Cameté que trabalhavam nestes projetos, sendo que famílias do município de Moju também não resistiam e acabavam prestando seus serviços na preparação e colheita, principalmente da pimenta do reino.

O japonês foi do tempo do Kimura que chegou pra cá. Mais o primeiro que chegou aqui foi o Massarraro que comprou esse terreno aqui defronte que era do seu Guimarães, aí a gente trabalhava com ele, aí depois que eles chegaram. Depois disso que chegou o Kimura ai. Ai o massarraro teve ai, depois foi embora, deixou o Kimura pagar ele, não sei que negócio ele fizeram, hoje é tudo do Kimura, hoje não , há muito tempo, há muitos é tudo do Kimura. Ai começou a aparecer dinheiro, o pessoal começaram a se desenvolver mais, foi assim que foi. Ali Sarapoi outra vez foi a mesma coisa, melhorou mais, desenvolveu mais com o custo dos japoneses, que ali tinha japoneses, por que o japonês ele não paga menos que um salário, ele paga justo um salário, então pra você ganhar uma graninha a mais, fazer uma empleitada boa de um japonês, olhe lá, por que ele só paga quase tudo um salário né, mas você no sábado você recebe, e por aqui isso tudo era só mata isso daqui, o campo da aviação findava ali, não tinha morador, muita terra e gente, não tinha gente pra morar, e hoje tem mais gente do que terra.³⁷

O senhor Francisco remete a um tempo em que o município de Moju era pouco desenvolvido, e com a chegada desses japoneses, houve de certa forma um crescimento. É importante notar que os japoneses que se instalaram no município, ficaram mais localizados ao redor da rodovia PA 252, mas principalmente estes se localizaram nesta rodovia as proximidades da área urbana. Quando o senhor Francisco se refere ao terreno que o japonês

³⁷ RODRIGUES, Francisco Gomes. Lavrador aposentado. Entrevista realizada em 15/03/2006.

de nome Massarraro comprou, este se refere ao terreno onde hoje está instalado o Campus da UEPA³⁸ no município de Moju, e que está localizado apenas a 1 km da área central da cidade.

Também os japoneses utilizavam a mesma prática das agroindústrias quando se apropriavam de alguma terra, ou seja, construíam logo as cercas para preservarem suas propriedades. Geralmente a área adquirida pelos japoneses era superior as terras dos colonos que habitavam o município de longas datas, uma vez que o objetivo desses empreendedores era a produção em escala maior. Mas estas terras não eram superiores as dos projetos financiados diretamente pelos militares para a região.

Estava marcada o trilha da violência que iria se iniciar por conta da tomada de terras, na verdade, de mais terras por esses projetos contra os lavradores que habitavam a região ao longo de vários anos, e muitas vezes a resistência era muito fraca e estes acabavam perdendo suas terras para esses projetos.

1.3 – Transformações na região Guajarina

A região Guajarina era formada pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Barcarena, Moju, Acará, Tomé Açú, Bujaru e Concórdia do Pará. Dentro desse panorama de mudanças que viriam acarretar em fins da década de 1970, os municípios de Moju, Tomé Açú e Acará seriam os que mais sofreriam com conseqüências maiores pela chegada do capital especulador.

Por conta da investida dos projetos agroindustriais voltados para a grande produção de produtos industrializados ou simplesmente para a criação de gados, esses municípios começariam estar dentro de um novo cenário, em que não se imaginaria que estes pudessem acontecer, uma vez que eram municípios que ficavam tão próximos de Belém, mas que este fato não interferiu em nada.

O que eram municípios sem altos índices de violência, agora começariam a viver outra situação, uma vez que os planos dos Governos Militares apoiavam pessoas que tivessem projetos desenvolvimentistas, e que tivessem dispostos a aplicá-los na região. Para isso bastaria que se apresentassem, conseguissem mais financiamento, e os incentivos fiscais estavam garantidos para que o interessado se deslocasse para essas áreas.

Porém, os municípios que mais se envolveram em conflitos por conta dessa entrada desordenada do capital especulativo sem dúvida foram os municípios de Tomé Açú e Moju,

³⁸ O Campus da UEPA foi instalado em Moju no ano de 2000, sendo este construído apenas numa parte da área que pertencia ao japonês Kimura.

ficando o município de Acará em escala menor, mas também com grandes índices de famílias que entraram em conflitos por conta da tentativa da tomada de suas terras por projetos pecuários e pela presença dos projetos agroindustriais da empresa Dempasa, produtora de dendê, que quando de sua instalação fazia divisa do município de Moju com o município acaraense.

O município de Tomé Açú, dentro da chamada região Guajarina, enfrentou diversos conflitos devido a tentativa de apropriação de terras pelos projetos agropecuários que visavam expulsar varias famílias de localidades também habitadas há muito tempo.

O município de Barcarena foi outro município da região Guajarina que passou por grandes transformações envolvendo conflitos. Porém, os conflitos que mudariam o cenário desse município não estava no tocante a questão do campo, mas sim da parte urbana, uma vez que para a instalação do projeto siderúrgico no município, a Albrás, a empresa contratada para executar a obra não cumpria com suas obrigações legais e por conta disso os trabalhadores fizeram vários protestos, durante boa parte do período da construção desta obra, o que deixou o município também num cenário não diferente dos demais, onde foi necessário ter uma organização dos operários e peões para que seus direitos fossem respeitados e muitas vezes cumpridos.

Em um artigo publicado por Fontes³⁹, conhecedora dos problemas da região Guajarina por ter atuado na Equipe FASE-Abaetetuba, dando apoio educacional aos trabalhadores da Albrás, apresenta a investidura dos projetos desenvolvimentistas que foram aplicados na Amazônia, principalmente dos que foram desenvolvidos na região do Baixo-Tocantins, onde estavam inseridos alguns municípios da região Guajarina, como Moju, Abaetetuba, Tomé Açú e Barcarena.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a região do Baixo Tocantins vive o impacto provocado pela instalação dos projetos agroindustriais, ligados ao grande projeto Carajás. Há cada vez mais a concentração e monopolização da terra por grandes empresas e conseqüente formação de uma população flutuante que se desloca para as periferias urbanas de Abaetetuba, Barcarena e Vila do Conde. Esta população serve de mão-de-obra abundante e barata, principalmente na construção civil. A estratégia dos governos brasileiros para o desenvolvimento da Amazônia passa também por implantar a nível regional, na região do Baixo – Tocantins , projetos agroindustriais de dendê, coco e seringa no município de Moju, além da construção da fabrica da ALBRÁS/ALUNORTE. Estes projetos, indústrias e agroindústrias trouxeram vultosos investimentos para o Pará. No município de Barcarena foi construída a fábrica da ALBRÁS, que produz alumínio , além da infra-estrutura necessária ao funcionamento dessa fábrica , onde se destaca o porto de Ponta Grossa, com capacidade para navios de calado de até 400.000 toneladas.

³⁹ FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE.

Se por um lado o objetivo dos governantes brasileiros era criar mecanismos para que a região se desenvolvesse, a qualquer custo, não importando a necessidade de retirar inúmeras famílias de suas terras para colocarem-nas nas periferias das cidades, aumentando em grande escala o número de habitantes desses centros urbanos, não levando em conta os problemas sociais que ali começariam a se instalar, pela falta de uma infra-estrutura, uma vez que o número de famílias desalojadas de sua terra começariam a crescer em grande escala nos fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, período em que os projetos começariam a se instalar nesses municípios.

Assim como em Barcarena, o que se viu em Moju foi uma grande corrida para a nova forma de trabalho que se instalava no município. O trabalho assalariado dentro de uma nova categoria, a qual começava tomar o lugar dos trabalhadores livres, ou trabalhadores rurais. Os “peões” como também ficaram conhecidos em Moju, por trabalharem nos campos, preparando a área, vivendo em precárias habitações, na maioria das vezes cobertas de lonas, e quase sempre andando em caminhões chamados pau de arara para chegarem nos destinos do trabalho.

Assim, precárias condições de trabalho e muitos acidentes começaram a acontecer dentro desses projetos agroindustriais, fato que levou esses trabalhadores a uma série de reivindicações por melhores qualidades de vida dentro desses empreendimentos, gerando diversas greves nas empresas da Socôco e da Crai, assim como no projeto Albrás/Alunorte.

A nova modalidade de trabalho dentro dos projetos agroindustriais como a Socôco, Agromendes, Dempasa, Reasa exigia uma vigilância rígida por parte dos patrões dessas empresas, uma vez que a falta de segurança no trabalho impulsionava revolta nesses trabalhadores, além da péssima alimentação que era servida causando quase sempre problemas de saúde, gerava um temor nos empreendedores.

Em algumas agroindústrias o abuso e o desrespeito assumiam todos limites, uma vez que o acesso era muito dificultoso, principalmente na Socôco e na Reasa que ficavam localizadas em vias de difícil acesso, não permitindo uma maior fiscalização por parte dos setores responsáveis, como Ministério do Trabalho, Defensoria Pública, e outros. De forma objetiva trataremos ainda deste assunto nos capítulos seguintes, mostrando as estratégias que os trabalhadores assalariados utilizaram para conseguir melhores condições de trabalho, com as greves que foram realizadas nos projetos agroindustriais da Crai e da Socôco, levando a diversas paralisações, noticiadas nos meios de comunicação e chamando a atenção das autoridades públicas para o problema.

Porém, além do trabalhador assalariado, os municípios pertencentes à região Guajarina, como já foram citados, também passavam a ter a figura do trabalhador rural que começava a perder suas terras, tudo em consequência dos projetos agroindustriais instalados nesses municípios e muitas famílias eram obrigadas a migrarem para as cidades, algumas por que ficavam seduzidas por uma oferta tentadora, outras às vezes por que eram expulsas mesmo de suas terras, sem nenhum direito.

O senhor Mário, mais conhecido como Mário do Sindicato, gestor do STR de Moju por dois mandatos, conta que em sua administração, mesmo nos anos 1990, sempre houve uma preocupação para que o homem do campo não saísse de suas terras. Para ele, a ‘ilusão’ da cidade ou do trabalho nas firmas acarretaria em sérias consequências para essas pessoas, uma vez que estas sempre viveram em terra e dali tiraram seu sustento. Para ele, o lavrador não tem uma preparação para morar na cidade, uma vez que a vida urbana não oferece uma infra-estrutura, por falta de moradias, ficando geralmente na parte periférica da cidade e sem emprego na maior parte dos casos, e em alguns casos, são vítimas das drogas e da prostituição.

Enfim, quando este homem chega na cidade, se depara com um mundo que ele não conhecia antes e que só traz resultados negativos e nós sempre trilhamos para que esses homens e mulheres fiquem sempre onde nasceu, onde se criou, onde boa parte do tempo desenvolveu suas atividades de sobrevivência com a própria família, então com isto a gente sempre deu apoio e tentou fazer com que este cidadão fosse consciente de que o melhor lugar dele, mesmo pra viver é no lugar de origem, da terra de onde pode tirar seu sustento dela.⁴⁰

O senhor Mário apresenta em sua lembrança o que significava um trabalhador rural sair de sua terra e passar a morar na cidade, ou seja, umas pessoas que sempre foi acostumado a trabalhar com um tipo de atividade, ao chegar na área urbana sentiriam profundamente esse tipo de mudança, uma vez que as diferenças são enormes, pois na maioria das vezes o trabalhador rural não consegue ser inserido nesse novo mercado de trabalho que existe na cidade. Por isso existe um sentimento de tristeza, pois enquanto liderança sindical seria uma obrigação dar esse tipo de orientação para essas famílias.

No entanto as transformações ocasionadas na região Guajarina só seriam percebidas mesmo na década de 1980, com a explosão da violência no campo, causada respectivamente pela entrada desordenada dos grupos empreendedores que tinham nos projetos agroindustriais um novo caminho para o enriquecimento e por conta disso, a exploração de mão-de-obra

⁴⁰ SOUZA, Mário dos Santos. Ex-presidente do STR de Moju. Entrevista realizada em 28/02/2006.

barata e na maioria das vezes oriundas da mesma região, ou seja, pessoas que saíam de suas terras, para trabalharem como assalariados dentro desses projetos.

Cabe lembrar que em nenhum momento os governos brasileiros se interessaram por um tipo de empreendimento sustentável para a Amazônia nos fins da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando as famílias que possuíam apenas uma pequena quantidade de terra poderiam se tornar alvos de financiamentos. Como os interesses desses governantes era alavancar uma região que estava há muito tempo sem desenvolvimento, os colonos não fizeram parte do projeto desenvolvimentista.

Outro fator importante que foi fundamental para a expulsão do homem do campo, do colono, era o fato destes habitarem uma determinada terra, mas não terem o documento de propriedade. O título definitivo de posse, emitido pelo Iterpa, fato que foi relevante para grandiosas fraudes nos cartórios regionais, dando posse de grandes quantidades de terra para os projetos agroindustriais.

De acordo com o senhor Manoel Libório, antes da chegada dos projetos agroindustriais, “(...) Moju era um município com muita terra e pouca gente, até os anos 80, então não havia esta confusão de terras, a confusão de terras, ela começou a partir das empresas, com a chegada das empresas é que começou essas brigas,⁴¹ essa disputa pelas terra.”

O senhor Francisco dos Reis⁴², lembra como passaram a serem donos legítimos de uma terra que até então era do governo, ou seja, era terra em que a família deste possuía, mais não eram proprietários, uma vez que lhes faltava o título expedido pelo Iterpa.

Olhe, na verdade, ela foi adquirida assim por meio do governo municipal. A gente não tinha terras própria na época, nós trabalhava de arrendado, de arrendamento e nós era proprietário dessa terra aqui, mas ela não era como se diz, ela era devoluta, ela era do governo na época a depois que o prefeito que era o Tenente Reis, ex prefeito na época em 68 que ele fez isso que ele cortou essas terras daqui foi que nós se tornemo proprietário, e até então quando eu nasci, o meu pai era só herdeiro, herdeiro não, como é que se diz..., posseiro, era só posseiro adepois que ele tirou documento da terra ai que nós tornamos a ser proprietário.

A terra citada acima pelo referido senhor, ainda na década de 1970 seria alvo de um conflito, uma vez que esta ficava as proximidades de outras áreas que também eram consideradas devolutas. Esta seria uma das primeiras questões conflituosas, das muitas que viriam posteriormente em função da entrada dos projetos agroindustriais instalados no

⁴¹ SANTOS, Manoel Libório Ferreira dos. Ex-Presidente da CUT Guajarina, Ex-presidente da Fetagri e atualmente Presidente do STR de Moju. Entrevista Realizada em 15/02/2006.

⁴² SILVA, Francisco dos Reis e. Lavrador, morador da vila do Sucuriçu. Entrevista realizada em 10/01/2006.

município. Nesse caso a terra pretendida pelo senhor de nome José Valdivino, conhecido por Zé Goiano tinha como meta a criação de gado.

A história desse conflito se desenrolaria na década de 1970 e só se desfecharia em meados da década seguinte. Embora sendo um conflito de pequena escala, levou quase uma década para se ter um desfecho. Na verdade, o conflito passou por situações muito tensas, quando em vários momentos o confronto foi inevitável. Também existiram várias divergências e várias prisões acabaram ocorrendo, principalmente com a família envolvida no litígio e de alguns vizinhos que foram solidários com a questão.

Francisco dos Reis e Silva, um dos envolvidos nesse conflito ocorrido na vila do Sucuriju, conta que ainda nos início dos anos de 1980, logo após ter casado, passou um ano fora, morando em outra vila, no Jupuíba. Afirma que o cadastramento do lote em litígio havia sido feito por ele, e que logo em seguida seus pais e irmãos começaram a trabalhar nesta área, principalmente por que havia um igarapé e isso facilitava para algumas atividades serem desenvolvidas, como a Juta e a pimenta-do-reino, que precisavam ficar na água para que o beneficiamento ocorresse. A investida do Zé Goiano deu-se ainda nos fins da década de 1970, mas foi somente no início dos anos de 1980 que o conflito se intensificou.

(...) Na época de 74 ele comprou essa área ai, ele comprou essa área nessa época, agora o tempo da perseguição mesmo, já foi naquela época dos anos 80 pra frente que ai o negócio apimentou, por que em 80, o ano em que eu casei, que eu tava lá no igarapé, que eu ouvi o motosserra cortar pra lá, que eu tava lá nessa época como vigia do japonês, que era o Xixira, nesse tempo eu tava como vigia dele lá no igarapé, que ele tinha muita pimenta. Ai eu peguei, que vinha gente trabalhando lá, ai eu peguei o material e fui lá ver, e quando eu cheguei lá, ele tava lá, eu levei o meu material, que era uma espingarda, uma cartucheira, e lá ele me viu e perguntou o que é que estava acontecendo, eu perguntei pra ele o que é que estava acontecendo pra ele estar invadindo aquela área ali sabendo que lá tinha divisa de propriedade.⁴³

Esse conflito foi um dos primeiros que aconteceram em Moju, como já foi mencionado. Essa era a apenas “amostra” do que viriam a ser os anos seguintes para os lavradores do município. A terra em questão pertencia ao senhor Eugenio e sua família que era composta de vários filhos, alguns já com família. Na verdade esta família possuía um lote de terra que ficava as margens da rodovia PA 252, ainda bem próximo da sede do município mojuense. A terra que se transformou em motivo de conflito era uma outra área que ficava nos fim desse terreno, mas que quando foi no início dos anos 1970, a família já estava com o título de proprietários, o que para o invasor, nada disso interessava.

⁴³ SILVA, Francisco dos Reis e. Lavrador, morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 10/01/2006.

Sobre o senhor Valdivino, sabia-se que era um homem que morava na vila do Sarapoi, e que estava expandindo uma área com o objetivo de fazer uma criação de gado em larga escala, e para isso precisaria de uma grande quantidade de terra para por em prática seu objetivo. No entanto as duas famílias travaram uma batalha que só foi terminada com a entrada da advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Um documento enviado ao ITERPA esclarece a situação da área em atrito. Este documento mostra que o senhor Aldenor dos Reis e Silva e seu pai, Francisco Angélico Silva ocupavam desde o ano de 1969 um lote com protocolo do Iterpa, registrado sobre o número 4208 e que media 250 metros de frente por 1.000 metros de fundo, e que tinha algumas plantações feita por estes, como uma roça de mandioca, 500 pés de pimenta-do-reino, 150 arvores de caju, 150 arvores de cacau, 200 pés de café, 5 pés de coco, 3 pupunheiras, 1 retiro de farinha, 3 tarefas capim cucuio, 15 arvores de andiroba e um açude de 120 m³, quando no ano de 1974 apareceu o senhor José Valdivino se dizendo dono de uma área que era destinada ao loteamento para colonização. Foi então que no dia 24 de novembro do ano de 1980, o promotor da cidade de Moju mandou chamar o senhor Aldenor e seu pai, Francisco Angélico para saber da situação e por que estavam em atrito com o senhor Valdivino.

O senhor Aldenor pediu para que o promotor lesse os documentos do grileiro, pois sabiam que existiam confusões em relação a datas, pois em determinado momento, a datação era de 1969 e outra era de 1979. Como a situação não se resolveu, no dia 26 de novembro, dois dias após a audiência, havia um grupo de trabalhadores nas terras em litígio e foram interrompidos pelos familiares do senhor Aldenor e seu pai. Quatro dias depois, já no início de dezembro, uma equipe de policiais foram até o lote em conflito, onde trabalhavam ali os posseiros Aldenor dos Reis Silva, Onair Serrão Sacramento, Jairo Serrão Sacramento e Raimundo Baleeiro. O senhor Aldenor e seu pai forma na frente para a cidade enquanto os outros que se encontravam no lote ficaram aguardando condução. Quando chegaram à cidade, se encontraram com o lavrador Virgílio Serrão Sacramento e foram conversar com o delegado para saber do que se tratava, quando sem explicações foram detidos por um tempo de 04 horas, ficando das 11:00 horas da manhã até as 15: 00 horas da tarde, sem entenderem o motivo da prisão.

Era evidente que os lavradores presos sabiam o motivo pelo qual estavam sendo detidos. Tinham consciência que aquela trama tinha o envolvimento direto do senhor Goiano, que a força queria se apossar das terras que estavam sendo disputadas, e como através de documentos burlados não havia conseguido êxito, passava agora para aparte mais complexa, a intimidação usando o aparato da “lei” a seu favor.

Já nos fins da década de 1970 a situação começava a ficar difícil para as famílias que eram moradoras da terra em questão, mas que eram apenas posseiros, não tendo o título definitivo destas propriedades, as agroindústrias tinham mais chances, através de assessoria jurídica para conseguir fraudar títulos de terra. Às vezes, uma pessoa comprava uma área de terra e ia em algum cartório e multiplicava aquela quantidade de terra, expulsando o posseiro, que sem documento não tinha como provar ser sua aquela determinada área de terra.

No caso do conflito envolvendo a família do senhor Angélico com seus filhos, a luta foi árdua, pois o “Goiano”, de acordo com o senhor Francisco dos Reis, tinha o aparato da lei a seu favor, como no episódio em que este e seu irmão, Antonio dos Reis também foram presos.

Fui preso, passei a noite lá, sai 09:00 hs do outro dia, que foi meu irmão lá, o Antonio. E ele viu o delegado recebendo dinheiro da mão do Goiano. O Zé Goiano pagou ele pra prender. Era pratica do grileiro pagar mesmo a policia né, na época era o João Martins que era o delegado, então, que ele viu o Zé Goiano dando dinheiro na cara do João Martins. Ai gerou aquele conflito pior, que o Antonio chegou a bater no delegado, e não atirou no Antonio por que eu me meti no meio do revolver, eu me meti no meio deles dois que já estavam agarrados eles dois, só que ele já tinha batido neles três, ele deu um soco no delegado, deu um soco no cabo Edilson e um no comissário Mário.⁴⁴

Além da família do senhor Angélico ter se envolvido no conflito direto com o senhor José Valdivino, outra família que também se envolveu foi a do senhor Virgílio, que juntamente com vários irmãos haviam comprado um lote de terra na então vila do Sucuriçu, localidade onde estava desenrolando o conflito. A família do senhor Virgílio se envolveu, por que a família do senhor Angélico havia cedido parte da terra para estes também produzirem algumas benfeitorias no local.

A esposa e viúva do senhor Virgílio Serrão Sacramento, Maria do livramento, também tem em suas lembranças, como se desenvolveu este episódio. Para ela, a família do Zé Goiano foi o grande causador desse conflito, pois a exploração de madeira e a proposta para criação de gado em uma terra que não lhes pertencia causou um grande problema para a família do senhor Aldenor e de seu pai, senhor Angélico. Ela recorda que em 1º de maio de um dos anos iniciais da década de 1980, os trabalhadores do grileiro foram retirar madeira do lote em disputa. Os familiares do senhor Aldenor souberam e mobilizaram as duas famílias para impedirem a retirada dessa madeira e foram para o ramal onde o caminhão deveria passar. Assim, através das palavras da memorialista, temos uma noção mais clara de como esse incidente aconteceu e como foi resolvido.

⁴⁴ SILVA, Francisco dos Reis e. Lavrador, morador da vila do Sucuriçu. Entrevista realizada em 10/01/2006.

Quando nós já tava lá perto das madeiras eles vinham com o caminhão, seu Aldenor, seu Eugenio. Eu lembro que eles disseram que não era pra chegar até lá na frente, que era pra nós ficar um pouco afastado e ele foi pra frente pra tentar negociar com o seu Zé. Era o seu Luis esse dia, e chamaram ele a atenção e disseram que de lá ele não tirava nenhuma madeira, que era pra ele se retirar, e ele até que de muita conversa retirou o caminhão e não entrou mais pra lá e nessa época a gente até contou que 1º de maio foi uma vitória pra gente né, a gente conseguiu a ver que ele não reagisse com a gente, que ele se afastou e deixou a madeira. Dessa época em diante foram pro sindicato e daí pra frente ele largou de mão lá, e hoje o pessoal do Eugenio estão com a terra, a gente acha que foi uma vitória nossa também.⁴⁵

Depois de quase uma década de conflito, as famílias que disputavam a terra saíram vitoriosas. Porém, a resistência foi fundamental em todos os anos em que a briga tomou conta. Não se pode afirmar que a vitória para esses trabalhadores foi fácil, uma vez que tiveram que passar por várias experiências de lutas e enfrentar os órgãos que deveriam estar dos seus lados, mas em toda a história do conflito, esteve ao lado do dito “grileiro” Jose Valdivino, ou Zé Goiano como era mais conhecido. Muitas acusações foram trocadas nesse tempo, mas uma nota denunciando todas as verdades foi distribuída para a população esclarecendo o que de fato estava acontecendo na referida região do conflito.

DENÚNCIA⁴⁶

As Entidades abaixo-assinadas vêm denunciar de público o abuso de autoridade por parte do senhor JOÃO SOARES FERREIRA, delegado de Policia da cidade de Moju – PA. Há oito anos o senhor José Valdivino Martins, apelidado de Goiano, vem perseguindo umas seis famílias localizadas na rodovia PA 252, sendo elas posseiros da no sitio Santa Izabel, lotes nº 65, 67, 69, tendo como confinantes pelos fundos o japonês Wilkskua , pela frente o lavrador Lúcio Correa Santana, pelo lateral direito o lote nº 71, pelo lateral esquerdo a PA 252.

Ditas famílias moram e trabalham nesses lotes há mais de dezesseis anos, sustentando seus filhos. Em dezembro de 1980 a advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju encaminhou na justiça uma ação de Manutenção de posse de indenização pelos prejuízos causados pela invasão nas roças dos mesmos posseiros por parte do gado do dito “grileiro”. Sendo que a justiça sempre camba do lado dos “grandes”, até agora não foi tomada nenhuma providencia a favor dos posseiros. Dia 24 de abril de 1984, dois empregados do grileiro entraram nos ditos lotes para brocar, sendo empatados pelo posseiro Eugenio. O dia seguinte foram derrubadas seis árvores, e o dia 30 saiu desses lotes uma carrada de madeira. Para pôr fim à invasão, os posseiros, se baseando no parágrafo único do artigo 502 do Código Civil, entupiram o ramal impedindo a entrada do caminhão. Dia 1º de maio os posseiros voltaram para o mato para tomar um entendimento com, os “invasores” que estavam a serviço do grileiro, sem que houvesse nenhuma alteração em ambas as partes. Apesar do entendimento entre posseiros e invasores, o grileiro José Valdivino Martins procurou a Delegacia de Policia de Moju acusando os posseiros de terem agredido com armas de fogo seus trabalhadores na área de conflito: o que não é verdade! Outra falsa acusação é de que Francisco dos Reis e Silva, um dos donos da terra, tenha roubado um rolo de arame, quando, na verdade,

⁴⁵ SACRAMENTO, Maria do Livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em: 10/03/2006.

⁴⁶ Carta-aberta ao público. Fonte CPT Regional Norte II. Belém – PA.

Francisco apenas desmanchou a cerca que o grileiro fizera dentro do terreno dos posseiros. Foi isso que causou a prisão injusta de Francisco dos Reis e Silva e seu irmão Antônio, sendo agredido pelo cabo da Polícia quando o mesmo foi na Delegacia para pedir informações a respeito do irmão. PROTESTAMOS contra a ação injusta da Polícia e CONCLAMOS todos os Companheiros Lavradores a se unirem em prol da justiça. Moju – PA, 07 de maio de 1984. Assina: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT, EQUIPE PAROQUIAL, COMISSÃO DE PAIS E PROFESSORES.

Chegava ao fim o conflito da família do senhor Angélico com o então senhor que queria se apossar das terras que estavam em disputa. Para que o caso se encerrasse foi de grande importância a presença da advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, que na época era a Dr^a Vera Tavares. Mesmo por que neste período o Sindicato já estava estruturado, fato que não pode contribuir para a defesa destes nos primeiros anos dos conflitos, por que como falavam os lavradores na época, o Sindicato era pelego, numa referência ao fato de este fazer apenas o que os governantes achassem convenientes. Referindo-se sobre a advogada, o senhor Aldenor⁴⁷ faz a seguinte lembrança, “Ótima atuação, foi ela quem ajudou a defender muitos trabalhadores que foram presos, ela era respeitada pelo juiz, promotor, qualquer autoridade.”

1.4 – A importância da igreja Católica

No ano de 2004, a Igreja Católica de Moju completou 250 anos de jubileu, que foi comemorado pelo povo católico mojuense e de outras paróquias vizinhas. Foi aquilo que se pode afirmar de uma festa tradicionalmente como rege a doutrina da Igreja. Estar sempre levando a palavra de Deus no meio do povo, e estar sempre junto do povo, ‘evangelizando’. Tudo transcorreu como previsto, como a Diocese e a Paróquia de Moju esperam. A história da Igreja Católica de Moju é a história de Moju.

Atribui-se a Antonio Dornelles de Sousa a propriedade das terras, onde foi fundado o primeiro povoado que deu origem a este Município. As crônicas de Palma Muniz e Theodoro Braga são unânimes em afirmar que esse povoado foi conhecido, antigamente, com o nome de Sítio de Antonio Dornelles, antes de ser elevado à categoria de freguesia, por ocasião da visita pastoral que, no mês de julho de 1754, realizou aquele lugar o Bispo do Pará, Frei Miguel de Bulhões. Os mesmos relatos históricos confirmam que, ao passar à freguesia, o Sítio de Antonio Dornelles já

⁴⁷ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

havia sido doado à Irmandade do Divino Espírito Santo, razão pela qual recebeu a invocação ao santo da irmandade.⁴⁸

A história do Divino Espírito Santo como padroeiro do município se assemelha com a história de outros municípios brasileiros, principalmente os da Amazônia, ou como da de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses, quando também um pescador encontrou a imagem da pombinha numa coroa e levou para uma pequena capela onde posteriormente foi construída a Igreja Matriz.

Durante estes dois séculos e meio, pouca anormalidade ocorreu dentro desta paróquia, onde os religiosos faziam apenas o trabalho de evangelização, como sempre “rezou a bíblia” da Igreja Católica. Quer dizer os párocos que passaram por ali sempre fizeram os trabalhos voltados para a “desobriga”. Missas de casamento, de batismo, de 1ª eucaristia, de extrema unção e outros.

Porém, no ano de 1977, chegou em Moju um padre que iria revolucionar a igreja tradicional por quase uma década. Tratava-se do então Padre Sergio Tonetto. Recém chegado da Itália, este desembarcou no Pará para atuar como missionário numa região que muito se ouvia falar na Europa, mas que não tinham dimensão da realidade, que era a Amazônia. Nos primeiros meses de estadia, o padre ficou na diocese de Abaetetuba aprendendo a língua portuguesa, para que posteriormente pudesse atuar em alguma paróquia diocesana.

A chegada do padre Sérgio Tonetto foi de fundamental importância para os movimentos sociais em Moju. No entanto, para que este viesse realmente para o município mojuense seria necessário todo um contexto de integração, uma vez que este estava saindo de seu país de origem, a Itália para adentrar em uma região sem grandes conhecimentos.

Assim, o processo de introdução na região se por Abaetetuba, onde permaneceu por seis meses, aprendendo a língua portuguesa e entendendo a cultura da população amazônica, os hábitos, curiosidades, e os problemas sociais que afetavam essa gente. Geralmente, Tonetto ficava horas pela manhã observando a linguagem do caboclo no cais do porta da cidade abaetetubense, e ali fazia anotações para ir se familiarizando com a nova língua. A escolha por Moju, se deu em função de um amigo, como podemos ver nestas palavras.

Bom, depois desses seis meses eu fui a Moju, por que eu pedi pra ir a Moju. O motivo pelo qual eu pedi para ir a Moju, foi por que lá trabalhava o colega meu, ele havia se formado junto comigo, o padre Lino, e disse “vou começar um trabalho, vou conversar com o sujeito que eu conheço desde o seio materno”, bom e assim eu fui lá, e em Moju fiquei dez anos, faltava 4,5 meses para completar 10 anos. O período que eu fiquei em Moju foi o terceiro período do qual eu me descolonei do

⁴⁸ Histórico do município de Moju. Fonte: www.sepof.pa.gov.br/Moju. cfm.

ponto de vista das concepções que eu tinha de missão de religião, de cultura e assim por adiante e metodologia de trabalho, então, resumindo, foi esse curso lá antes de vir pra cá, foram os sei meses que eu passei lá em Abaetetuba, sem fazer entre aspas absolutamente nada e foi o período em que eu fiquei em Moju, aquilo ali eu sempre digo foi uma conversão⁴⁹.

A lembrança do padre Sérgio ao recordar um pouco sua trajetória até chegar em Moju, de certa forma carregada de emoção, principalmente quando este diz que o “despojar” era algo que este havia feito com orgulho, uma vez que se percebe que o olhar amazônico o encantava pela diversidade cultural, e a variedade e exuberância fascinavam os europeus. Mas muito mais a realidade tornou-se impressionante para este quando viu que os problemas sociais eram imensos, principalmente no município de Moju, onde este fez questão de ficar devido ali já estar um colega seu, o padre Lino.

Ao chegar no município de Moju o padre Sérgio Tonetto ficou impressionado com a pobreza e com o tamanho da cidade, pois esta possuía mais de um século de existência e seu desenvolvimento. No entanto, um dos fatores primordiais que fez com que este permanecesse em Moju foi que os conflitos agrários começavam a entrar em ascensão, além da pobreza que era muito grande.

A vontade do padre, que aparentava estar “apaixonado” pela região no sentido de fazer um trabalho diferente com as comunidades da Paróquia do Divino Espírito Santo em Moju, fez com que ele se estabelecesse definitivamente. Neste sentido, a preocupação estava mais voltada para os lavradores, no sentido de este ao afirmar que já havia foco de conflito de terra em Moju, não causou um temor, um receio com uma vontade de retornar ou ir para outra paróquia, mas sim de permanecer, pois ‘a pobreza’ foi algo que lhe chamou a atenção.

Thompson⁵⁰, no clássico *Senhores e Caçadores* apresenta a figura de um vigário, que ao contrário de sua preocupação apenas com questões mais simples voltadas para sua paróquia, também entra no mérito da observação das leis dos camponeses de sua região. Embora o tema estabelecido por Thompson se passe no início do século XVIII (1709), na pequena cidade inglesa de Winkfield, e ali tenha demonstrado uma grande preocupação com a educação dos filhos de alguns proprietários e de pequenos agricultores, bem como investigar a vida religiosa desses moradores para saber como estavam vivendo espiritualmente. Porém,

⁴⁹ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

⁵⁰ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987, P.53.

uma das suas maiores preocupações foi à seguinte, “quando chegara a Winkfield, descobrira que “as pessoas não sabiam a que título detinham suas propriedades, ou sob que aspectos estavam livres das ou sujeitas leis florestais”.

Outro fator também contribuiu para um trabalho diferente à frente da Igreja Católica. As Conferencias realizadas pela Igreja Católica em Medellín na Colômbia no ano de 1968 e de Puebla no México em 1979, quando foi tomado partido de que lado os missionários católicos deveriam ficar na América latina.

Após duas conferencias de grande importância do Episcopado Latino – Americano (Medellín/Colômbia, 1968 e Puebla/México, 1979) a Igreja Católica começa a definir uma nova trajetória em direção à Teologia da Libertação, anunciada pelo papa João XXIII e confirmada pelo papa João Paulo II, que em Puebla diz: “Sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social...A propriedade compatível com aquele direito primordial é, antes de tudo, um poder de gestão e administração, que embora não exclua o de domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É um dever e urgente fazê-lo retornar a sua finalidade primeira” (Puebla, 492).⁵¹

Frente às injustiças sociais cometidas na América latina, principalmente após a conquista do poder pelos militares em vários países, principalmente na América Central e do Sul, a Igreja resolveu tomar uma posição e decidiu optar pelos carentes e oprimidos, num gesto que fortalecia o novo movimento que estava nascendo dentro da Igreja Católica, ou chamada também de Ala Progressista, pois este movimento ia de encontro com os setores tradicionais e conservadores do clero. Leonardo Boff⁵², um dos idealizadores da Teologia da libertação no Brasil, assim definiu esse novo mecanismo, quando do relato sobre seu julgamento perante o Tribunal do Santo Ofício.

E aí então a discussão foi sobre a Teologia da Libertação, não mais sobre mim. A crítica do cardeal se baseava sobre no seguinte: “O teu livro é protestante, quem fala assim são os protestantes, eles não são como os católicos”. Eu digo: “Absolutamente, é o lado evangélico do protestantismo, e temos muito o que aprender com Lutero. Então, não aceito que seja o lado protestante, é o lado são da teologia, que percebe o excesso, o abuso de poder da igreja, a soberba, e pertence a teologia ter uma palavra crítica sobre isso. (...) A Teologia da Libertação é um grande esforço de uma parte dos cristãos de fazer do Evangelho e da fé cristã um fator de mobilização social.

Para o Brasil e para Amazônia diversos religiosos oriundos de outros países e mesmo de nacionalidade brasileira rumaram seus trabalhos nessa nova corrente, principalmente nas

⁵¹ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, Estado, Bandidos e Heróis: Utopia e Luta na Amazônia/ Violeta Refkalefsky Loureiro. Belém – PA. Ed. CEJUP, 1997.p.160.

⁵² AMIGOS, Caros. BOFF, Leonardo. Entrevista. IN: Revista Caros Amigos. Dezembro de 2000. ,p. 34.

regiões onde situações de explorações começavam a ficar mais explícitas, como o caso dos municípios paraenses onde já em fins da década de 1970 e início dos anos 1980 a tensão no campo aumentava com a da entrada dos grandes projetos agroindustriais.

Vários religiosos que tomaram partido da ala progressista, onde outra inovação tomava corpo, chamado de Teologia da Libertação, que tinha como ideologia não somente evangelizar, mas também dar consciência política para as classes menos favorecidas, formando consciência de classe, fosse nas comunidades de periferia, fosse nas comunidades do campo sofreram pressões, ora por parte da própria igreja, ora por parte de pessoas que estavam por trás dos projetos desenvolvimentistas.

A Teologia da Libertação foi de grande importância para despertar as Comunidades Eclesiais de Base, um fenômeno em que a “tomada de consciência em uma população que sempre estivera habituada a esperar das autoridades direitos básicos. Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base, estas comunidades passaram a fazer parte de uma rede de solidariedade para irem juntas em busca dos direitos que estas achavam que lhes estava sendo tirado.

Nas Comunidades Eclesiais de Base começava uma mudança de mentalidade. Esta mudança estava presente nos momentos de celebração das reuniões, das celebrações religiosas, principalmente nesta última, uma vez que o discurso simplesmente religioso abria espaço para o político e social. Não se falava somente mais em Deus, mais também nas ações dos homens. Nos encontros celebrativo religioso, cada participante daria a sua opinião, ou “contribuição” do entendimento da leitura da Bíblia, sempre procurando fazer um comparativo com a realidade vivida das sociedades.

A Teologia da Libertação desbloqueou os cristão para o compromisso social radical em nome da fé, mostrando que o maior problema da fé na América Latina não estava em questões dogmáticas, mas em como enfrentar à sua luz a situação de opressão, de exploração das grandes massas populares. Os cristão podiam, portanto, engajar-se no processo de libertação, motivados e iluminados pela fé. Não precisavam temer nenhuma contradição fundamental entre ela e a luta libertadora dos pobres.⁵³

Para a Igreja Católica de Moju, com o recém padre chegado da Europa, a situação do município começava a ficar difícil, uma vez que os projetos agroindustriais estavam se instalando no município de forma cada vez mais rápida, e os problemas, principalmente no campo começavam a chegar numa situação crucial, sem ter para quem recorrer nos primeiros

⁵³ VIVA, História. LIBANIO, João Batista, Uma Teologia a partir das práticas libertadora dos pobres. IN: Revista História Viva, Temas Brasileiros. A Igreja Católica no Brasil. Edição Especial Temática Nº 2, p. 49.

anos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais já existia desde o ano de 1971, mas era uma instituição apenas assistencialista, como regiam as cartas dos governos militares, impedindo estas instituições de se envolverem em “questões de segurança”.

Por isso a presença do padre Sergio foi de extrema importância para um início de conscientização das Comunidades Eclesiais de Base, uma reorganização no sentido de perceberem que estas pessoas de dentro dessas comunidades podiam se tornar personagens atuantes. É de comum senso das pessoas que foram lideranças das Comunidades Eclesiais de Base, do período de 1978 em diante até a metade da década de 1980, que este religioso teve uma importância muito grande para a garantia de muitos direitos que esses trabalhadores sonhavam a muito, bem como para a organização de vários movimentos que foram criados no município, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade, organização do Sindicato dos Professores de Moju, que na época foi chamando de AMOP, e principalmente pela organização da equipe que organizou a oposição sindical para a tomada deste em 1983.

Em pouco tempo de trabalho a frente da Igreja de Moju, o padre despertou a simpatia das pessoas que faziam parte das Comunidades Eclesiais de Base e a antipatia das famílias tradicionais, que viam no religioso, pessoas que não pregava mais os ensinamentos bíblicos, e que apenas falava de política e Reforma Agrária em seus sermões. Porém, no dia 25 de dezembro de 1981, o padre Sérgio havia organizado o Presépio da Igreja. Mas para chamar a atenção da população este resolveu colocar uma cerca com arame farpado e com alguns dizeres escritos em faixas, próximo do presépio e também na frente da igreja.

O motivo para este gesto seria a solidariedade por dois padres e treze trabalhadores que haviam sido presos em São Geraldo do Araguaia acusados de terem organizado e incitado os trabalhadores a cometerem um assassinato, e que por isso estavam presos, e correndo o risco de serem deportados para a Europa⁵⁴. Também a cerca simbolizava a entrada dos grandes projetos agroindústrias em Moju e a expropriação das terras dos colonos. O incidente ocorreu no dia 25 de dezembro, dia do natal, quando os jovens entraram na igreja após o encerramento da celebração e causaram a destruição do presépio, arrancaram as faixas ainda usaram de violência contra o então padre Sérgio Tonetto. No dia seguinte foi distribuída uma nota a população esclarecendo dos fatos.

⁵⁴ Durante o período em que os padres envolvidos no conflito em São Geraldo do Araguaia estiveram presos, foi criado um movimento denominado de Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), que visava não só a libertação dos religiosos e dos lavradores presos, mas a não extradição dos missionários para seus pises de origem, a França.

DECLARAÇÃO – Ontem à noite (25.12.1981), depois da missa e da apresentação da “Pastorinha”, penetrou na igreja matriz, uma meia dúzia de jovens da cidade, que – forçando a oposição dos padres e com atitudes de desrespeito ao lugar sagrado – desmancharam o presépio, retirando a grade que fechava a gruta do Menino Jesus, posta para lembrar (como estava escrito num cartaz bem à vista) “os 13 lavradores e os 2 padres presos injustamente, os operários da Polônia e todos os irmãos perseguidos pelos poderosos deste mundo”. Eles agiram em nome do povo e acusaram os padres de serem COMUNISTAS e não sacerdotes de Cristo. É verdade que o povo católico de Moju concorda com eles? Neste caso os padres NÃO PODERAO continuar trabalhando na cidade. Se, pelo contrário, esta é a opinião de uma minoria, se faça com que o PRESEPIO SEJA REFEITO DO JEITO QUE ESTAVA. Até que isso não seja feito, os padres não tomarão parte de qualquer celebração religiosa na cidade do Moju. Nós, membros do Conselho Paroquial, repudiamos os fatos acontecidos ontem e as acusações aos padres e renovamos apoio ao trabalho que a paróquia faz em prol dos oprimidos. Moju, 26.12.1981 – O Conselho Paroquial.⁵⁵

Os padres que estavam à frente da paróquia de Moju, Sérgio e Sávio, após o incidente haviam tomado a decisão de não mais celebrarem missa no período, até pelo medo que acontecessem novos incidentes. Para a população mojuense isso seria o caos, uma vez que a cidade estava vivendo o período da tradicional festividade de Nossa Senhora de Nazaré, que todo os anos em Moju era comemorado após o período natalino, terminando sempre no dia 31 do mês de dezembro. Como poderia existir festa se os padres não decidissem fazer as celebrações? Só a parte profana não seria conveniente de ser realizada. A notícia do incidente com os padres saiu na imprensa nos dias seguinte.

A matéria publicada no jornal O liberal no dia 27, dizia que o incidente ocorrido em Moju não tinha sido tão grave, quando um grupo de doze pessoas , em sua maioria eram funcionários da Prefeitura e que estavam embriagados, e invadiram a igreja local para retirar uma grade, que cercava em um presépio, a imagem do menino Jesus. Os padres haviam colocado esta grade, que era feita de alguns pedaços de arame farpado para protestar contra a prisão dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e de 13 posseiros ocorrida em São Geraldo do Araguaia. Também simbolizava a prisão de vários povos oprimidos, principalmente os cristãos. O jornal informava ainda que o padre Sérgio Tonetto estivesse se negando a permanecer na cidade e trabalhar na paróquia mojuense. Também aproveitaram o veículo de comunicação para desmentir a informação de que não celebrariam a missa da festividade de Nossa Senhora de Nazaré, e que nas celebrações fazem apenas aquilo que a CNBB orienta, que é fazer com se posicionem em defesa dos posseiros. Havia ainda a denúncia de expulsão com violência de vários posseiros por parte de pistoleiros e jagunços onde a região do Alto Moju e do Jambuaçu estavam sendo invadidos por empresas como as do grupo Olho d’água, Ouro Branco, Rima, Reasa e Socôco.

⁵⁵ Carta aberta ao publico sobre incidente com padre. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

“E nós não podemos ficar de braços cruzados diante de tudo” – declara o padre Sávio acrescentando que tanto o Inbra como a Secretaria de Segurança Pública do Estado, já forma colocados a par da situação. O padre Sávio Corinaldes já se encontra no Moju há uns dois anos enquanto que o padre Sérgio Tonetto, trabalha ali mais ou menos três anos e meio, sendo que mesmo antes de chegarem ao local, conta padre Sávio, já existiam na região estes mesmos conflitos, provocados pela ganância do dos grileiros. Concluindo, ele nega que em suas missas e de padre Sérgio, fale-se de política –partidária, ou se propaguem afirmações ofensivas ao Governo Federal. A política que há em suas missas, diz que é de cunho social, em que se reclamam medidas que visem trazer melhorias ao povo e especialmente ao homem do campo, na região, atordoado e atemorizado em meio a conflitos que o padre diz, “não precisa óculos para enxergar”.⁵⁶

Se por um lado o jornal estava tentando mostrar a situação embaraçosa que havia ficado os dois padres da paróquia, por outro lado estes não perderam tempo e utilizaram o espaço para fazerem denúncias de como estava o município de Moju e as autoridades não tomavam nenhuma providência. Nem mesmo as autoridades da capital estavam se importando muito com a entrada dos projetos agroindustriais no município. Sobre o incidente o próprio padre Sérgio também tem sua versão sobre os fatos ocorridos.

Para ele, aquele havia sido um incidente “brabo”, por que ali tinha ocorrido uma declaração muito clara de que lado o padre estava, que era do lado dos ‘sofridos’. Para ele, a cerca colocada ao redor do presépio tinha sim o objetivo de chamar a atenção para a situação dos “presos do Araguaia”, mas também de exigir através de uma campanha nacional, que o Congresso Nacional formulasse uma nova constituição e que a Ditadura militar chegasse ao fim. Assim, tinha o presépio com a cerca e agrade entrada do Presépio e uma faixa na fachada da Igreja Matriz com a seguinte frase, “Constituinte sem povo, não dá nada de novo”. E foi neste contexto que o grupo de onze homens entraram na Igreja e criaram a situação conflituosa, como podemos nas palavras do padre Sérgio.

Então essa galera ensopada de pinga, entraram na matriz arrancaram a grade, outros foram lá em cima na frente da matriz, arrancaram a faixa, o povo, obviamente foi um episódio muito assim, como é que posso dizer, que estragou, não sei se essa é a palavra, mas o povo se assustou, inclusive ainda tinha o povão que tava saindo da igreja, então o impacto foi grande, mas eu acho também, eu na minha burriedade, não sei se é uma avaliação que eu faço depois de quinze, vinte anos, mas eu acho também que nesse episódio, eu acho, na minha burriedade, olhando um pouco a distancia, foi inclusive um momento em que uma parte significativa do povo da cidade lá começou a entender o que a gente queria, como o responsável da paróquia

⁵⁶ O LIBERAL, Jornal. 27/12/1981. Padre da igreja do Moju diz que incidente não foi tão sério. Fonte: paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

e das Comunidades Eclesiais de Base, começaram a simpatizar, então esse foi o episódio.⁵⁷

O episódio rendeu discussões no município, pois os rapazes que invadiram a sede da igreja eram todos jovens na época. Posteriormente com o passar dos anos, alguns se tornaram vereador, funcionários públicos, dirigentes sindicais como foi o caso do Udimar Pereira, conhecido por Cuia, que no final da década de 1990 e início do século XXI, transformou-se num dos maiores representantes dos professores em Moju.

(...) eu lembro que um era, inclusive depois nós tornamos amigos o filho da elegantíssima dona Maroquita, o Paulo, tinha um que trabalhava na prefeitura, o Shel, o Shel, tinha o Cuia que hoje virou um sindicalista. Agora todo esse povo me entenderam, e sabe que nós tornamos amigos, quando eu andava depois que sai de Moju, andava lá pela cidade e encontrava esse povo, me abraçavam, “ah, na sua época que era bom”, o cuia cansou de me dizer isso, o Paulo, o Shel sempre me cumprimentou bem, acho que também começaram a mudar um pouco o tom de mentalidade, claro que sim.⁵⁸

Os padres que estavam recentes no município, principalmente o padre Sérgio ia contra a linha dos padres conservadores que até então haviam passado pelo município. Em uma carta distribuída pelo ex-prefeito de Moju, Tenente Reis, existe um saudosismo quando este se refere ao padre anterior à chegada do padre Sergio. Para ele, os novos religiosos que haviam chegado a Moju, não eram compatíveis com suas funções, onde deveriam se preocupar com a parte religiosa, “ensinando aquilo que Cristo pregou: amor e trabalho honesto e construtivo”.

A sua crítica tinha um endereço certo, o padre Lino e o padre Sérgio, além das freiras Rosa e Adelaide. Esses dois padres não usavam mais a ‘batina’ e ficavam incitando o povo a brigarem com seus vizinhos por causa da terra, pregando apenas a revolta e o ódio. Uma das questões colocadas no documento se referia as festas religiosas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora de Nazaré, onde nessas datas muitos mojuenses residentes em outras cidades, bem como políticos aproveitavam a ocasião para visitarem o município, e em suas palavras, os religiosos aproveitavam a data para tecerem uma série de críticas, como podemos ver abaixo.

Vejam... As festas do Divino, de Nossa Senhora de Nazaré, são como as festas de N.S. da Conceição em Abaetetuba, e N.S. Santa Ana, no Igarapé Miri. Lá no Abaetetuba e no Miri, vão dezenas de parlamentares federais, estaduais, para compartilharem dos festejos e não vão ouvir desaforo de padres estrangeiros, pois lá, os referidos, já mantêm melhor compostura. Aqui, o chamado padre e essas

⁵⁷ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

⁵⁸ Idem.

caras sirigaitzinhas, que também se intitulam de irmãs, (matéria também tão ruim que nem cresceram), se aprazem em usar o púlpido, que para o povo humilde que é de Deus, é sagrado, para ensultar aos visitantes... Estão enganados... Esse templo, que o povo humilde chama igreja, que eles estão usando, eles vêem que tem duzentos anos de existências, então eles devem compreender, que como um povo, tradicionalmente católicos e essas festas, decorrem de século e são os dias em que centenas de ou até milhares de mojuenses, residentes em Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, ou em outro lugar do Brasil, procuram a terra mãe, para compartilharem da alegria das datas de seus padroeiros. Nós também sabemos, que reverenciar qualquer tipo de imagem, de ouro, de pau, de pedra ou de barro, é idolatria, vedada por Deus verdadeiro, entretanto, temos a certeza, o nosso povo humilde e sinceramente bem intencionado, carrega-os, com uma devoção tremenda, este seu pensamento lhe serve de indulgência perante Deus, que não é injusto, e que ver tudo mundo, inclusive, o que está dentro de nós.⁵⁹

Para o Tenente Reis, o que os religiosos estavam querendo era mudar os hábitos de um povo que durante décadas viviam sob um regime, político, econômico e social, que até então não tinham sofrido qualquer abalo nessas estruturas. Uma das suas maiores revoltas se fazia por conta do nascimento do PT (Partido dos Trabalhadores), que estava sendo fundado em todos os municípios brasileiros, e que em Moju não estava sendo diferente e que contava com uma certa simpatia da ala Progressista da Igreja Católica, no qual. Para o ex-prefeito Tenente Reis, este partido não tardaria a ficar fora da lei no Brasil, pois este partido era formado por pessoas totalmente subversivas, e os religiosos que apoiavam estes partidários e se envolviam nas questões políticas, tirando a paz e a liberdade dos mojuenses, como podemos ver mais uma vez em trecho do documento.

Os subversivos se agarram nas pessoas de pouco saber para servirem de pasto para os seus sabores... Vejam o Eugenio, embora pouco culto, mas sempre honesto, bom companheiro, sempre bem amparado por nós, ele por sua pouca inteligência, trocou há pouco tempo a nossa amizade por esses caras que poem os incautos como esparrigue nas lutas de classe e haja incitar para o Eugenio, fazer absurdo com o seu visinho, fora da lei. Resultado... O Eugenio, homem bom, já foi metido no xadrez e eles ficam sorrindo da desgraça do Eugenio e sua família. O presidente do sindicato, por ser também pouco ilustrado, foi na corda do padre e já foi com toda honra metido no xadrez. Despertem para a realidade, vejam, que nós somos de uma pátria livre, onde se respira até excesso de liberdade tanto é verdade que em outro qualquer país, esses caras não fariam os absurdos que fazem no Brasil. Vocês que andam com eles, eles insultam o presidente da República, governadores, senadores, deputados, ministros de estado, secretários de estado, prefeitos, vereadores e todos os políticos, e principalmente, aqueles que fazem alguma coisa em benefício do povo, pois, os comunas, tentam crescer, a custa da desmoralização do poder público, mas isso já está manjado e vamos passar a denunciar, nós somos brasileiros e estamos dentro da nossa pátria, não vamos consentir na nossa desmoralização por estrangeiros, que devem respeito a pátria alheia. Devolvemos aqui, a essa baixinha safada e ao barbudo sem escrúpulos, as ofensas que fizeram aos homens de bem, que visitaram Moju, nos dias 8,9 e 10 de junho, quando vieram homenagear o nosso padroeiro.

⁵⁹ SILVA, Manoel dos Reis e. IN: Carta aberta distribuída ao povo mojuense. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

Na carta do ex-prefeito, há uma sobrecarga de irritação quanto às atitudes dos missionários que estavam chegando ao município. Para o ex-prefeito seriam esses religiosos que estariam mudando a conduta das “pessoas de bem”, as pessoas que realmente ajudavam a população, pois o dever desses religiosos seria apenas de trabalhar na evangelização, cuidando dos carentes, sem se envolverem diretamente com a questão política, algo que deveria ficar na responsabilidade do Executivo e do Legislativo. Segundo o senhor Manoel dos Reis, esses religiosos seriam os responsáveis pelas prisões da família do senhor Eugenio, que “era amigo dele”, mas com a chegada dos religiosos, acabaram mudando de lado e por isso, “foi metido no xadrez”. “O presidente do sindicato por ser também pouco ilustrado, foi na corda do padre , por isso também foi metido no xadrez”.

Outro que recorre à memória para recordar sobre como era o padre Sérgio Tonetto, enquanto pároco da Igreja do Divino do Espírito Santo de Moju é o senhor Benedito Teixeira, prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Nesse período de sua administração, os movimentos sociais foram incisivos em denúncias contra os projetos agroindustriais, principalmente contra as arbitrariedades que estas cometiam contra os lavradores.

Na sua lembrança, o padre Sérgio é taxado de ‘radical’, por que segundo este, nem prefeito, nem vereador, ou seja, nenhum político deveria ser ‘padrinho’ de alguém. Em um certo episódio o senhor Benedito foi convidado para ser padrinho de uma criança, fato que ele mandou que a mãe fosse conversar primeiro com o padre Sérgio tonetto, sendo que este não aceitou o argumento da senhora, proibindo o então prefeito de ser o padrinho. Assim, o senhor Benedito foi falar com o padre para saber o porquê da proibição. Depois deste episódio a relação teve uma flexibilidade maior por parte de ambos. Mas ainda de acordo com o ex-prefeito, o bispo de Abaetetuba sim, era uma pessoa maravilhosa, como este narra a seguir.

O resto não, o bispo de Abaetetuba vinha aqui, sempre ia me elogiava ,elogiava o meu trabalho. Era muito bom o bispo de Abaetetuba, gente boa o Dom Angelo, com certeza, ele elogiava, sempre brincava comigo, ele dizia, “umbora trocar, ele dizia, seu Didi, o senhor vai pra Abaetetuba e eu vou mandar o Joãozinho pra cá que ele não faz nada”, (risos), você tá fazendo ele dizia pra mim, eu conheço Moju e você tá fazendo e o Joãozinho não tá fazendo nada lá, que era o João Bitencourt, era o prefeito de lá. Então ele sempre foi uma pessoa legal.⁶⁰

Porém, a Igreja Católica sofreu conseqüências pela opção da defesa dos trabalhadores rurais, uma vez que também acabaram se tornando alvo dos discursos contra pessoas que eram “contra” o desenvolvimento da região. Para os empresários, pessoas que conseguiam ter uma influência sobre os colonos seria algo muito perigoso. No entanto esses religiosos não

⁶⁰ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju. Entrevista realizada em 20/04/2006.

desanimaram e muitos foram até as últimas conseqüências como foi o caso do padre Jósimo Moraes Tavares, que foi morto em Xambioá, no início dos anos de 1980 no Estado do Tocantins por que defendia os lavradores da sua região.

Também a irmã Adelaide Molinari, foi outra religiosa que perdeu a vida por defender posseiros no município de Marabá. O latifúndio não se preocupou com distinção de “batina”, apenas se preocupou em tirar do seu caminho os empecilhos que “atrasavam” o progresso da região. Não tiveram o menor pudor em eliminar esses religiosos ou amedrontá-los com a força das armas. O próprio padre Sérgio em Moju sofreu ameaças de morte e um atentado no rio Alto Moju, como recorda a advogada Vera Tavares⁶¹, Uma vez a gente vinha num barco, atiraram no nosso barco (risos), era eu e o Sérgio no barco, era tiro, a gente não tinha uma arma, por que eu não andava armado, nem, ele também.

Sem dúvida, o padre Sérgio incorporou em toda a sua história de luta a figura do homem que trouxe esperança para os colonos que estavam perdendo suas terras e que não tinham a quem recorrer. É verdade que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju viria a ser referência para outros sindicatos da região, mas a contribuição que este deu para essa organização foi de fundamental importância, uma vez que, as Comunidades Eclesiais de Base foram organizadas já no seu período. Pois nos períodos anteriores, quando outros missionários haviam passado pelo município, não olhavam muito para questão social.

Se eu não me lembro errado, lá foi o padre Francisco Bulhota e no mesmo tempo ou antes dele foi o padre Lininho chamado, e antes desses dois tinha o padre Joãozinho, que ia pescar lá no alto rio Moju num lago que ainda hoje tem o nome dele, não sei ainda, mas quando eu comecei a andar pelas bandas daí, quando chegava para esta dita área, que deixa ver seu consigo me situar, que fica muito acima de um lugar chamado Tauasú, então quando o rio Moju começa a ficar doido, por que de repente você começa a enxergar o rio Moju pra cá, pra cá, pra cá, pra cá, interessante né, me lembro que naquela época, lá tinha uma capela dedicada a desobriga, o pessoal se encontrava para fazer a desobriga e lá tem um lago onde o Joãozinho ia pescar, então esses foram os colegas anteriores ao padre Lino e eu.⁶²

Na memória do padre Sérgio Tonetto está presente alguns dos religiosos que o antecederam. É interessante como para as autoridades esses missionários é que seriam ideais para o trabalho evangelizador, pois dessa forma não “incitavam” o povo contra os homens de bem, os políticos. Porém, todos os fatos ocorridos no período da década de 1970 em Moju,

⁶¹ TAVARES, Vera Lúcia Martins. Ex-assessora jurídica do STR de Moju. Ex-presidente da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH). Atualmente é Secretária de Segurança Pública do estado do Pará– SEGUP. Entrevista realizada em 04/04/2006.

⁶² TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

com ao entrada dos projetos agroindustriais para a produção de larga escala e que tinha com meta dos governos brasileiros, desenvolver a região, a chegada de uma nova mentalidade religiosa, com padres preocupados com a “expulsão” do homem do campo, e que começaria a gerar um clima tenso, seria mais intenso a partir dos anos iniciais da década de 1980, e que será abordado no capítulo II deste trabalho.

II – Capítulo - Os primeiros anos da década de 1980 – Organizar é preciso

“Srs. deputados é preocupante constatar que entre absorver grandes contingentes populacionais, acomodando tensões sociais em suas regiões de origem e servir de base material para implantação de grandes projetos exportadores, a Amazônia e particularmente o meu estado, acabou por se transformar em palco de ações de diversos agentes sociais com distintos interesses sem que, todavia, tal processo fosse acompanhado por uma ação efetiva do poder público, de forma a evitar a violência contra ou a favor da propriedade”.⁶³

O discurso acima citado é do governador do Estado do Pará, Jader Barbalho. Sua oratória foi feita no Plenário da Câmara dos Deputados tentando mostrar a real situação pelo qual passava o estado paraense na metade da década de 1980. Situação esta que parecia estar fora de controle uma vez que nesta altura a situação era muito crítica, uma vez que os conflitos no campo estavam em alta. Embora neste mesmo discurso o governador tenha

⁶³BARBALHO, Jader Fontenelle. A questão agrária e a situação das terras públicas no Pará: Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará, Jader Fontenelle Barbalho, na Câmara dos Deputados em Mesa Redonda promovida pela Comissão Especial destinada a estudar e propor medidas sobre Reforma Agrária. Brasília, 10/04/1985. Fonte: INCRA, Belém – PA.

afirmado que a situação mais delicada encontrava-se no sul do estado, na verdade não era só nesta região que os problemas sobre a terra estavam tensos. Em vários municípios os conflitos haviam se acentuado.

Eram freqüentes nos meios de comunicação noticiários sobre a violência que cada vez mais se expandia. Notícias que falavam sobre expulsão do homem do campo, de ameaças de morte e de atentados contra lideranças sindicais e religiosos, assassinatos de posseiros que resistiam sair de suas terras, líderes sindicais empenhados na defesa dos colonos, e muitos outros.

Para Jader Barbalho, que havia sido eleito com a promessa de resolver esses problemas, os sinais estavam muito claros de que este não estava conseguindo realizar esta meta de campanha, o que começava a deixar o homem do campo “desconfiado” quanto à certeza de ver estes problemas solucionados.

Na verdade, esta situação estava chegando num determinado estágio em que podemos dizer que a situação conflituosa era apenas resultado de um processo do qual os governantes brasileiros haviam imposto na região. Quer dizer, o objetivo de fazer com que a Amazônia se desenvolvesse não foi pensado nos anos que seguiriam após a implantação dos projetos desenvolvimentistas. Nesse sentido cabe afirmar que os conflitos foram se manifestando em determinadas regiões onde se instalavam algum tipo de projeto que tivesse a finalidade dos governantes brasileiros em levar o “progresso” para essas localidades.

Assim, algumas micro regiões na Amazônia, e mais precisamente no Pará tiveram mais cedo a experiência da luta pela terra uma vez que determinados projetos se instalaram com maior antecedência do que em outras micro regiões, sendo que em algumas a acentuação foi maior em que outras foram menores, ou mesmo nem sequer chegaram a existir os conflitos pela terra.

2.1 – A década de 1980 – explodem os conflitos pela terra

Como em Moju a instalação dos projetos agroindustriais se deu por volta do final da década de 1970, iniciando logo por esse período a surgir alguns focos de conflitos agrários, é de fato no início da década de 1980 que o clima se estabelece de fato muito tenso. Isso ocorre por que uma vez os agro negócios instalados e com uma base de sustentação, estes podiam ir em busca da ampliação de seus objetivos.

Nos primeiros anos da década de 1980, o município mojuense foi “sacudido” por algo que estes até então não conheciam, que era o conflito no campo. A tentativa de expulsão do

camponês foi marcante, uma vez que os projetos almejavam a todo custo conseguir mais recursos para aumentarem suas áreas de terra, uma vez que para conseguirem mais créditos era necessário ter uma extensa área para a produção.

O colono amazônico que morava na terra, em grande parte não tinha o documento que comprovasse que a propriedade fosse sua, mas o fato de estar nela trabalhando durante mais de dez anos lhe garantia o direito da posse da terra, fato que estava claro no artigo do Estatuto da Terra.

Seção IV – Dos Ocupantes de Terras Públicas Federais.

Art. 98 – Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.⁶⁴

Embora existissem leis que assegurassem direitos aos colonos, estas não eram respeitadas. Criou-se mecanismos que favoreciam aos empresários aptos a ampliarem seus projetos. Dentre os mecanismos criados para garantirem posse de terras ilícitas para esses projetos, destaca-se o uso da grilagem de terra, onde determinado empresário adquiria uma certa quantidade de terra e por intermédio de advogados que recorriam a cartórios, aumentavam a área em até dez vezes ou quantas desejassem, retirando pessoas que habitavam há muito tempo terras próximas de onde estes empresários haviam comparado a primeira parte, para que depois aumentasse dessa forma.

No entanto, como já acontecia desde o final da década de 1970 em Moju, quando estava no município o padre Sérgio Tonetto, a situação não ficou tão desesperançosa para os trabalhadores que viviam em áreas conflituosas, uma vez que a ação deste com mais um grupo de pessoas resolveram criar maneiras de se organizarem para defenderem as terras da expropriação desses empresários. Para entendermos melhor o conflito pela terra é necessário que se faça uma discussão sobre a organização sindical que se deu no município, uma vez que, mesmo no início dos anos de 1980, o Brasil ainda estava sob o domínio dos governos militares, e leis de segurança nacional não permitiam que os movimentos sociais tivessem caráter que de questionamentos, uma vez que caracterizaria desrespeito a ordem social.

⁶⁴ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Documento 8. Questões Agrárias – estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores. Brasília, 1979.

Assim, os sindicatos existentes não podiam ir de encontro aos interesses dos governantes, sendo geralmente os associados das instituições, os penalizados.

2.2 – A oposição Sindical – a “esperança” dos lavradores

Com o golpe militar de 1964, junto com uma série de organizações sociais, os sindicatos em todo o Brasil foram impedidos de discutir questões políticas e se organizarem como categorias que representassem seus associados. No Maximo deveriam funcionar como intermediários dos interesses dos poderes públicos, principalmente do Ministério do Trabalho no sentido de viabilizar assistências médicas e no mais fazer encaminhamentos referentes para que iniciasse o processo de aposentadorias.

Estes sindicatos no Brasil todo ficaram conhecidos por Sindicatos “pelegos”, em uma referência a instituições que mais estavam atrelados aos governantes do que aos trabalhadores. Na Amazônia e mais precisamente no Pará, os sindicatos que não resolviam os problemas ligados a questões agrárias recebiam esta denominação. Embora ainda no inicio dos anos 1980 o Brasil estivesse sobre o regime ditatorial, e em um lento processo se encaminhando para redemocratização, lideranças sindicais que estavam a frente desses sindicatos resistiam a uma mudança de comportamento, o que começou a levar a disputas internas dentro dessas instituições.

Pode-se dizer que durante toda a década de 1980, o Pará esteve envolvido em disputas por direções de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A prova mais precisa de que os STRs como ficaram conhecidos, só conseguiram ter uma completa organização se deu no ano de 1987, quando representantes dessas instituições tomaram a entidade de maior representação no estado, a FETAGRI, em março de 1987, quase no final da década.

Dentre a tomada das direções para as mãos dos trabalhadores que não eram vinculados a qualquer tipo de governo, destacam-se os municípios de Santarém e Moju. O primeiro sempre se destacou pelas lideranças que dali surgiram como Valdir Ganzer, Avelino Ganzer e outros. O segundo por que também ascendeu lideranças como Libório e Virgilio que foram de fundamental importância na história da organização dos trabalhadores em Moju e da organização sindical em outros municípios pertencentes a região Guajarina.

Sobre a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Pará, Petit apresenta a seguinte afirmação. Para o historiador catalão, foi no ano de 1967 que o estado do Pará teve o seu primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais reconhecido pelo Ministério do Trabalho e

um ano depois, outros Sindicatos fundaram aquilo que seria a sua maior entidade de representação, a Fetagri⁶⁵. A maioria dos STRs tiveram sua fundação na década de 1970, quando em 1971 houve um estímulo muito grande por conta da criação do Fundo de Assistência ao Trabalho Rural, também muito conhecido por Funrural. Este fundo de assistência foi incentivado pelos militares que há cinco anos tinham assumido o poder no Brasil, como podemos observar na escrita do pesquisador.

(...)somente os trabalhadores rurais filiados ao STR podiam solicitar aposentadoria e receber atendimento medico prestado na sede do sindicato. Assim, porque os Sindicatos de Trabalhadores Rurais facilitariam novas praticas clientelísticas, não é de estranhar que muitos deles tenham nascido por iniciativa de membros da Arena. Em 1973, por exemplo, haviam STRs em 34 municípios do Pará, em 87 do Maranhão, em 36 de Goiás e em 22 do Mato Grosso.⁶⁶

Sobre a informação retirada da citação do autor acima, é importante frisar que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju foi criado no inicio da década de 1970, mais precisamente no dia 08 de maio de 1971, porém, só foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1973, e como este expôs de forma clara, este sindicato, durante toda a década de sua fundação simplesmente se preocupou em cumprir com as obrigações determinadas pelo órgão do governo. De acordo com o senhor Aldenor dos Reis, filho do senhor Eugenio que estiveram envolvidos no conflito com o senhor José Valdivino na Vila do Sucuriju, este fala como o sindicato atuava no período.

O sindicato só fazia o que o Ministério do Trabalho ordenava. O Ministério do Trabalho era atrelado, o sindicato brasileiro era atrelado ao Ministério do Trabalho. Então só fazia aquilo na área do assistencialismo, oferecia o dentista, um remedinho por que tinha convênio com a Secretaria do Estado de Saúde, e era esse o trabalho deles, questão de conflito não se envolviam de jeito nenhum. Durante dez anos foi só pra cobrar mensalidade e alienar os trabalhadores.

Porém, para a situação se inverter no município de Moju foi necessário que os trabalhadores insatisfeitos com esta situação, assim como em outros municípios do Pará, formassem um grupo de oposição, que era conhecido como oposição sindical, para através das eleições assumirem a direção destas instituições. Essa não foi uma tarefa nada fácil para esses sindicatos, uma vez que as direções que estavam no poder não aceitavam perder suas posições, além das pressões governamentais que também existiam.

⁶⁵ Fetagri. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará-Amapá.

⁶⁶ PETIT, Pere. A esperança equilibrista. São Paulo, Boitempo/NAEA, 1996, pp. 53-54.

2.3 – A importância das CEBs

No município mojuense, a organização começou com o agravamento dos conflitos pelos projetos agroindustriais, que levou um grupo de trabalhadores a se mobilizarem no sentido de questionarem os representantes do sindicato, e principalmente com a chegada do padre Sérgio Tonetto, que através das visitas nas comunidades começou a transformá-las em Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, fator que foi de fundamental importância para a conscientização dessas pessoas. Na memória do padre Sérgio, este recorda que antes de sua chegada em Moju, o padre Lino já havia iniciado o trabalho junto as Comunidades Eclesiais de Base. Sua recordação perpassa o fato de que as CEBs⁶⁷ em Moju se iniciaram antes de sua chegada. Foi o então padre Lino que introduziu o novo “debate teológico” nas comunidades. A metodologia utilizada neste novo jeito de se fazer celebrações se diferenciava no sentido de que várias “regras” existentes há muito tempo deveriam ser deixadas de lado. Essas regras, que também eram conhecidas como Desobriga e que significava fazer com o que o povo cumprisse os ‘mandamentos Cristãos’ a risca, começariam ser posto de lado. A idéia era fazer realmente com que os moradores das CEBs tomassem consciência de seus direitos, que a miséria em que estes viviam não era simplesmente a vontade de Deus, mas também uma falta cobrarem melhorias de vida. E o povo mojuense era muito pobre, e isso deixou o então padre Sérgio Tonetto com uma grande disposição para atuar junto dessas pessoas. Foi em um encontro realizado em Abaetetuba no ano de 1978, denominado de 1º Encontro das Comunidades Eclesiais de Base, e que foi coordenado por Ranulfo Peloso. Neste evento, ainda morando em Abaetetuba, Tonetto sentiu na pele aquilo que seria decisivo para sua atuação em Moju.

(...) eu ainda morava em abaetetuba, tava nesse estagio do “não fazer nada”, houve o Primeiro Congresso das Comunidades Eclesiais de Base, inclusive com assessoria com uma das pessoas mais iluminado deste mundo hipócrita, o Ranufo Peloso, um craque de homem sobretudo em todos os sentidos, e ele assessorou o Primeiro Congresso das Comunidades Eclesiais de Base. Aquilo ali para mim foi como o Sol a meia noite, com todo o respeito pela lua. E aquilo ali depois do 1º Congresso das Comunidades Eclesiais de Base, fez com que se desse ênfase as Comunidades Eclesiais de Base. Foi esse congresso que o Ranufo Peloso usou, que para mim era novidade a expressão conscientização, que significa o sujeito tomar consciência do que está acontecendo ao redor dele, bem debaixo dos pés no sentido bom e no

⁶⁷ A discussão sobre a Teologia da Libertação se deu na Conferencia de Medelin, na Colômbia em 1968, quando os Bispos da América Latina tomaram uma posição e se declararam publicamente que ficariam do lado dos povos marginalizados.

sentido ruim. Então foi com essas duas categorias, Comunidade Eclesial de Base e conscientização que eu comecei a meter a cara no Moju.⁶⁸

A organização junto as Comunidades Eclesiais de Base foi de fundamental importância para que em Moju surgissem pessoas dispostas a se envolver nas questões que começavam a tomar amplitude maior. Nesse sentido podemos perceber quanto a presença do religioso citado foi de fundamental importância. No entanto, foi um encontro em Cametá, no Baixo Tocantins que fez com que um grupo de lavradores de Moju começasse de fato a pensar na organização de uma frente de oposição dentro do STR mojuense.

Este encontro já acontecia na cidade cametaense há alguns anos, mas a direção do STR de Moju não participava por achar desnecessário esse tipo de debate ou discussão, uma vez que essa não era a ‘finalidade’ da instituição, e sim resolver os problemas burocráticos como o encaminhamento das aposentadorias, e o auxílio médico.

Assim, em 1979, a então Oposição Sindical junto com Sérgio Tonetto, recém chegado a cidade de Moju resolveram participar do encontro. Entre os 17 lavradores que viajaram, estavam o Libório da comunidade do Ateua Grande, Aldenor e Virgílio da Comunidade do Sucuriju, Geraldo do Ateuazinho. Encabeçando o grupo do Ipitanga estavam o senhor Delorizano e Edgar, e outros moradores de outras comunidades. O encontro que esses homens foram participar era o 3º Encontro de Lavradores do Baixo Tocantins.

Foi principalmente a partir dessa participação em Cametá que os lavradores contrários a direção do STR resolveram partir para organizar as Delegacias Sindicais nas comunidades, e dentro de dois anos já haviam conseguido um resultado muito positivo, tanto que as eleições marcadas para esse ano foram anuladas. Porém, em 1983 a direção deu lugar aos opositores. Tonetto afirma que essa ação de irem a Cametá participar do 3º Encontro de Lavradores do Baixo Tocantins foi de fundamental importância, uma vez que o início dos anos 80 culminaram com a explosão dos conflitos agrários.

Esse episódio aqui dessa época foi uma das mais interessantes, inclusive coincidiu com uma época do estouro dos conflitos agrários do município de Moju, por que começaram a chegar ao longo da PA 252, naquela época ainda chamada PA 150, a Reasa, a Socôco e com a abertura da PA 150 as demais firmas, então isso aqui coincidiu justamente com esse processo de organização sindical que justamente culminou com a vitória, daquela época era de moda defender a chapa 2, e a chapa 2 ganhou e aí a história foi diferente. Agora, esse trabalho de organização sindical com relação justamente a organização em si dos trabalhadores e com essa

⁶⁸ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

avalanche do latifúndio no município ela foi sustentada e conseguida, inclusive dentro da organização das Comunidades Eclesiais de Base e eu cansei de andar com o Virgílio esse Alto Moju doido e Cairari, eu fazendo o meu trabalho no âmbito da Comunidade Eclesial de Base e o Virgílio fazendo o trabalho da organização sindical e assim por adiante. Nesse ponto, mesmo indo junto, mas cada qual fazia o seu discurso e eu achava isso muito interessante por que essa é a parceria, você se alia, mas você mantém autonomia.⁶⁹

Para os lavradores de Moju, a organização com uma chapa de oposição começou pra valer após o Primeiro Encontro dos Lavradores do Baixo Tocantins, que foi realizado em Cametá. Pois mesmo já no ano de 1979, o STR continuava nas mãos dos “pelegos”, como o próprio padre citou no depoimento. Antes do final da década de 1970, o senhor Aldenor dos Reis havia participado de uma diretoria, e acreditava que esta pudesse mudar o direcionamento dos trabalhos que fazia.

Aldenor conta que sua participação nos movimentos sociais de forma mais ativa se deu em função de ter participado de um curso de enfermagem em patrocinado pela Diocese de Abaetetuba. Ali foram discutidos outros assuntos além da parte técnica da enfermagem, principalmente no que dizia respeito a organização sindical, a necessidade do trabalhador rural estar associado a o sindicato de seu município. A fala abaixo ainda é acompanhada de um pouco de revolta por ver como o STR de Moju atuava.

E em 77 eu me associei já com aquela visão de ir lá pra dentro exigir nossos direitos como trabalhador rural que meu pai naquela época era marcado lá dentro, era muito visado por que ele queria um sindicato que defendesse os interesse da categoria, queria que fosse prestado boas contas com a categoria e por causa disso ele recebeu muita marcação e até ameaças dos diretor naquela época. Já entrei no sindicato um pouco revoltado por causa do tipo de visão que era contra meu pai.⁷⁰

Então já no ano de 1979, o senhor Aldenor dos Reis participou da chapa que tinha o senhor Sebastião Ferreira de Souza, que venceu outras duas chapas, uma encabeçada por José Francisco da Silva e outra por Waldemar Paranaense. Foi nesta direção que Aldenor percebeu uma série de irregularidades, principalmente na prestação de contas. A partir de então, Ester passaria a se tornar Oposição dentro do STR mojuense. Porém, foi em 1979, participando do encontro em Cametá. A partir daquela data esses lavradores passaram a ter noções claras do que era realmente um Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁶⁹ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

⁷⁰ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

Sobre conflitos agrários, a direção não fazia nem questão de discutir esse assunto. Para isso o senhor Aldenor especifica o exemplo da terra que o Zé Goiano queria tomar de sua família.

Quanto à questão de conflito de terra nem via falar, ninguém sabia o que era conflito. Foi a partir daquele encontro de Cametá que agente começou a entender o que era conflito de terra, e no entanto a gente nem sabia, foi descobrir que existia que num município como Moju, cheio de conflito, estava envolvido e não sabia o que era conflito. E o conflito da nossa área aqui juntamente com o Goiano aqui começou lá em 75 quando ele comprou a área de terra de um guamaense, comprou 100 hectare e queria ser dono de 600 hectare de terra do Sarapoi até o Caxinguba envolvendo a nossa área, então a gente descobriu que a gente tava envolvido num conflito e não sabia e quando nós começamos a reagir em defesa da nossa terra causou até prisão no dia 08 de dezembro de 80 eu cheguei a ser preso juntamente com meu pai, fui preso juntamente com o Virgílio a mesma prisão por que nós fomos defender a nossa posse de terra quando o Goiano impediu o nosso trabalho que nós vem trabalhando naquela área ali na Gruta, desna de 68, desna de quando foi loteada a colônia do Pirateua no primeiro mandato do Manoel dos Reis e Silva que é o Tenente Reis conhecido, então todos nós fomos saber o nosso lote a partir do primeiro mandato dele de prefeito.⁷¹

É a partir desse momento que a revolta toma conta do senhor Aldenor. Essa revolta não se dá por conta de este ser um homem ignorante, por não ter uma formação escolar, mas sim por entender que existia um Sindicato que deveria defender sua categoria e estes não o faziam. Não existem registros de que a direção⁷²o até o ano de 1983 tomasse partido seus sócios que estavam envolvidos nos conflitos pela terra. Mesmo no caso do senhor Aldenor, com sua posse estando em litígio, não existe a presença do presidente da instituição, o senhor Sebastião Ribeiro. Então isso faz com que a revolta marque a vida deste homem, sendo que a partir de então o9 trabalho de conscientização viesse acontecer para que pudessem mudar a situação. Na tentativa de 82, a já Oposição Sindical não conseguiu êxito, mas em 83, isso seria inevitável.

Eu tive oportunidade através do sindicato, através da Fase, através da Paróquia de conhecer o nosso município, conhecer os conflitos todinhos do município juntamente com o Virgílio e outros sindicalistas e a gente lá no ano de 82 nós encabeçamos uma chapa juntamente com o Virgílio e perdemos pro Sebastião Ferreira de Souza, por nós perder as eleições, foi uma eleição totalmente ilegal, conseguimos anular a eleição e saímos pra uma suplemental, onde naquela suplemental o José Francisco da Silva voltou a ser presidente por noventa dias e o Virgílio conseguiu registrar a chapa dele e nós conseguimos ganhar o sindicato em fevereiro de 83, eu fui Tesoureiro, o Virgílio foi presidente e nós continuamos uma

⁷¹ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriçu. Entrevista realizada em 08/01/2006

⁷² Idem.

luta combativa contra as grilagens de terra aqui no município de Moju. Das cabeceiras do Rio Moju até o baixo jambuaçu nós acompanhamos todos os conflitos, aonde vimos muitos trabalhadores rurais perder as terra, muitos trabalhador rural perder suas roças, vieram simbora pra cidade, não tinha apoio das autoridades, as ameaças era muito forte e eu continuei resistindo na minha terra com meus pais com apoio de vários amigos não só daqui mas também do Alto Moju, do Baixo Moju, Jambuaçu, um grande apoio da equipe paroquial, um grande apoio do Dom Ângelo que era o Bispo da Diocese de Abaetetuba e foi um apoio e um aparato muito grande que nós tivemos aqui no Moju e hoje nós somos proprietário não só do terreno da beira da pista como da área que o Goiano pretendia tomar, tenho titulo definitivo graças a Deus e me sinto feliz e tenho a honra de dizer que tenho um pedaço de terra por que tive o apoio de Deus em primeiro lugar e o apoio de todo esses parceiros que já falei.

Percebe-se com clareza no depoimento do senhor Aldenor o descaso que os representantes do STR de Moju tinham em relação aos conflitos agrários. Como os colonos ficavam sem opção para poderem recorrer a instituição que pudesse lhes dar apoio. É claro também o tom de revolta, quando este cita que ao fazer parte de uma diretoria que assumiu o sindicato em 1979, esta não mudou a postura das direções anteriores, obrigando outros lavradores a formarem um grupo de oposição que viesse vencer as eleições sindicais, realizadas no ano de 1982 e 1983.

2.4 – As primeiras mobilizações “radicais”

Para se conseguir destituir as pessoas que estavam a frente do Sindicato, o processo não foi nada fácil, uma vez que a direção que estava assumindo o sindicato tentou de todas as formas inviabilizar o processo eleitoral. Diversos mecanismos foram utilizados para não permitir que a chapa de oposição fosse inscrita, manifestações ocorreram durante o período que anteceder a eleição, com o protesto no dia 25 de julho de 1981 e que foi registrado pelo Jornal Folha de Belém.

Na matéria, o tom enfatizado era de puramente de criticas em relação a manifestação do dia do Trabalhador Rural. Nesse dia, estava na sede do STR mojuense a diretoria da instituição, a repórter Rita Feitosa e o fotografo Hamilton Pinto. O assunto da discussão dizia respeito ‘a vida sindical’. Neste instante o grupo de manifestantes entrou no prédio, e na frente encontrava-se o senhor Aldenor dos Reis e Silva, Manoel Ferreira dos Santos, conhecido como Libório, Humberto Cunha, presidente da SDDH (Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos), esses manifestantes faziam exigências “descabidas” aos dirigentes sindicais. Um clima de tensão se deu quando o fotografo do Jornal Folha de Belém começou a bater fotos dos manifestantes, iniciando um processo de agressão.

Controlado a situação, a direção colocou os manifestantes pra fora da instituição. Ainda assim, os manifestantes tentaram retornar a sede para revidar a violência que haviam sofrido, principalmente a da direção do STR. Como haviam mais pessoas participando da manifestação, o ato de protesto continuou pelas ruas da cidade. No trecho abaixo, que a reportagem classifica o grupo como “baderneiros” temos a seguinte visão da reportagem.

OS BADERNEIROS: Na rua havia uma multidão formada por homens, mulheres e crianças (mais mulheres e crianças do que homens). Estes se intitulavam trabalhadores rurais e aproveitaram a data para protestar contra carestia, contra os baixos salários e outras coisas a mais. A frente do movimento estavam os Padres Sálvio e Sérgio (da paróquia local e da Comissão Pastoral da Terra, respectivamente) e, Dilza Izabel Cunha (da SDDH e do Resistência), além de Aldenor, de Libório e de Humberto que atiravam o povo contra as instituições. Entre eles havia também gente do Partido do Trabalhador (do Lula) e da Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), todos reconhecidamente agitadores.⁷³

É impressionante como a reportagem repassa o conteúdo documental. Mesmo insistindo que o grupo de manifestantes se assemelhem a um grupo de baderneiros e agitadores, ela também é enfática quando diz que o objetivo da manifestação seja a carestia, os baixos salários, dando a entender que existiam fundamento no protesto. No entanto, a reportagem chama a atenção por apontar as lideranças, como os padres de Moju, Sálvio e Sérgio, além dos representantes da SDDH e do jornal Resistência, Dilza e Humberto, e do grupo de Oposição de Moju, Aldenor e Libório, que foram tachados de agitadores. Em outro trecho da reportagem, a afirmação é de que os manifestantes teriam feitos ataques ‘as pessoas de bem’.

ATAQUES AO GOVERNO: Os manifestantes saíram pelas ruas da cidade de Moju, com um alto-falante instalado em um carro, fazendo uma verdadeira baderna por onde passavam. Atacaram a FOLHA DE BELÉM, chamando-nos de dedoduro, a Revolução, o Presidente da República, o Governador Alacid Nunes, o Governo do Município, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Presidente da Fetagri (Alberone lobato) e todos os órgãos federais. Os baderneiros foram até os escritórios da Viação Moju, atrás do dono da empresa. Como ele não estivesse, deslocaram-se até sua casa, onde também não foi encontrado. Eles queriam apenas ônibus de luxo para o transporte de passageiros. De lá, foram até a Prefeitura, em cujo prédio queriam ingressar à força, mas o Prefeito Oton Gomes de Lima disse que não poderia recebê-los, e que os ouviria da sacada do seu gabinete. Então, voltaram a fazer uma série de reivindicações, exigindo mais assistência aos municípios e mais obras públicas que viessem beneficiar a população.⁷⁴

⁷³ BELÉM, jornal Folha de. Ano II – 110 edição, 01 a 08 de 1981. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

⁷⁴ Idem.

Mais uma vez nota-se a contradição na reportagem. A tentativa é clara de caracterizar o ato como um momento de ‘arruaça’, principalmente quando enfatiza que atacar o presidente da Republica, o Governador do Estado, o prefeito municipal, o presidente do Sindicato e até mesmo o próprio jornal, seja algo de irracionalidade.

O prefeito prometeu atendê-los na medida do possível e eles não acreditaram na sua palavra. Entre os manifestantes encontrava-se a professora Elizete Furo Franco de Souza, que exigia melhor tratamento e maior salário. No entanto, soubemos depois que ela não possui nem o Primeiro Grau. Portanto, não poderia reivindicar melhoria de qualquer espécie, sobretudo salarial. O mais interessante de tudo é que, depois de dissolvida a passeata, ela se dirigiu à sede da prefeitura, a fim de receber seus vencimentos, ocasião em que o prefeito Oton de Lima lhe disse que poderia pagá-lhe mais, porém, se ela completasse o Primeiro Grau e fizesse alguns cursos necessários a sua melhoria salarial. quem comandava a baderna, na realidade, eram Humberto Cunha e Libório, conhecidos agitadores profissionais. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju, procurou a Delegacia de Policia Local, onde fez registrar queixa dos lamentáveis acontecimentos, principalmente das ameaças que sofreram os nossos representantes. Em Cameté e em Curuçá também se registraram manifestações da mesma natureza aproveitando a passagem do dia do Trabalhador Rural.

É muito claro no jornal, a posição tomada pelo veiculo de comunicação, onde os trabalhadores rurais por fazerem um protesto no seu dia de comemoração, foram de encontro com a ordem pública, uma vez que exigir direitos das autoridades e questioná-los sobre esses mesmos direitos seriam uma afronta e algo que jamais poderia ser feito. Para a equipe de reportagem, o presidente do STR de Moju era uma pessoa que estava preocupado com as questões referentes aos governantes, uma vez que no final da manifestação este foi até a Delegacia de Policia, enquanto que para os trabalhadores rurais, este deveria ser destituído do cargo, uma vez que não os representava como devia.

Porém, os trabalhadores que participaram da manifestação e que também haviam participado de um encontro na sede do município que havia durado três dias, sendo este realizado do dia 23 até o dia 25 de julho e que prepararam um convite feito pelo grupo de Oposição Sindical dos Delegados das comunidades Caeté, Guajaraúna, Camorituba, Cabresto, Aguapé, Sitio Bosque, Pedreira, Sarapoi, Poacê, Sucuriju, Ateuazinho, Ateua Grande, Papuá, Pirateua, Olho d’água, Luso, Santa Terezinha, Ipitinga, Curuperé, além de outras comunidades que participaram deste encontro, afirmavam que o dia 25 de julho era uma data muito importante para o Trabalhador Rural e para outras classes oprimidas, pois esta data representava um dia de sofrimento e que por isso era necessário protestar e cobrar melhorias dos governos.

Segundo os trabalhadores, a situação estava insustentável uma vez que a grilagem de terras estava começando a expulsar o homem do campo, os trabalhadores que viviam de salário, tanto do campo quanto da cidade, estavam cada vez mais defasados, o custo de vida estava cada vez mais alto, além da morte de trabalhadores por conta de todos esses problemas. Por fim, a carta fazia o convite para que todas as classes oprimidas do município mojuense, que eram as seguintes

Por isso achamos que não podemos ficar calados diante de tantas injustiças e então decidimos vir em público DENUNCIAR as irregularidades e exigir nossos direitos. Por isso estamos convidando todas as classes oprimidas: lavradores, pescadores, carregadores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, professores, feirantes, balconistas, braçais, lavadeiras, empregadas, assalariados, domésticas, estudantes, biscateiros, funcionários públicos etc. para juntos festejarmos esse dia. Essa data além de ser comemorativa terá um caráter denunciante e reivindicativo.⁷⁵

A carta escrita pelos trabalhadores rurais mostra o oposto do que afirmava o jornal Folha de Belém, uma vez que o conteúdo era completamente difamador, não levando em consideração os problemas e as reivindicações das diversas categorias que deveriam participar da manifestação. A senhora Maria do Livramento conta como foi que seu esposo Virgílio se envolveu junto ao grupo de lavradores que estavam insatisfeitos com a direção do sindicato e formaram a chapa de oposição, uma vez que este havia chegado a pouco tempo do município de Tomé Açú.

Foi quando ele chegou aqui no Moju ele transferiu de lá pra ai do Moju, pra ser sócio daí né, ai ele continuou, pagando com aquela força né, por que quando nós chegamos aqui o sindicato não era assim, não estava nas mãos dos trabalhadores rurais e sim de um grupo que eles não conversavam com a gente dizendo o sentido que tinha esse sindicato que enquanto até pagavam as suas mensalidades eles não eram capaz de dizer pros sócios no que era aplicado aquele dinheiro né, então acho que essa era uma que eles sentia que não tinha aquela conversa, aquele esclarecimento, que ele ficava muito das vezes até aborrecido, ai que ele chegava ao ponto de dizer que eles iam conversar, ele ia conseguir uns amigos pra trabalhar, pra fazer reunião e organizar pra um dia eles tomar o sindicato e colocar nas mãos dos pequenos agricultores né, e como aconteceu (...). (...)Olha que eu sei foi o Manoel Libório, o seu aldenor, o compadre Edgar, eu não sei bem, mas eu acho que o seu Martinho, só que eu lembro, mas tinha outros. Ah, o seu Eugenio também. Ai eles começaram a se organizar, começaram a fazer reuniões e sair também para outros lugares, para as comunidades, tanto da estrada como o Alto Moju, Baixo Moju, começaram a sair, ai foram para as delegacias ai foram fazendo conversas com o povo, e ai partiu mesmo que se organizassem pra formar uma chapa pra eleição que ia ser, e nessa eleição, graças a Deus eles conseguiram tomar.⁷⁶

⁷⁵ Convite sobre o Dia dos Lavradores. Fonte: Paróquia do Divino espírito Santo de Moju – PA.

⁷⁶ SACRAMENTO, Maria do Livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em: 10/03/2006.

A senhora Maria do Livramento deixa transparente a vontade que seu esposo tinha sobre a vontade de mudar a história do sindicato, tirando das mãos de pessoas que nem ao menos prestavam contas com seus associados. O Virgílio teve um papel fundamental junto aos outros trabalhadores rurais que se organizaram pra “ganharem” a direção da instituição.

É verdade que muitos sindicatos, além de estar enfrentando diversos problemas, e que levaram a organização das chapas de oposição, a luta dos metalúrgicos no ABC paulista foram de fundamental importância para que os grupos que se tornaram oposição lutassem para conseguir os objetivos, como cita Sader.

Com a onda grevista de 1978-79, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo torna-se um movimento de massas capaz de incidir concretamente nas relações de poder tanto nas empresas quanto no sindicato. Na grande maioria das fábricas paradas entre maio e junho de 1978, os grevistas repudiaram a direção sindical e reconheceram a liderança de oposição.⁷⁷

As greves deflagradas pelos metalúrgicos em São Paulo impulsionou também os trabalhadores rurais que almejavam tomar a direção dos sindicatos, uma vez que os fatos ocorridos no estado paulista foram muito tensos com prisões de lideranças sindicais, assassinatos como do operário Santo Dias, das torturas. Então, os trabalhadores de Moju se encorajaram para destituir a direção sindical, e partiram para a luta.

2.5 – Passando a “perna” na Oposição: Irregularidades na eleição sindical de 1982

Os sócios do sindicato que faziam parte da Oposição Sindical ficaram mais insatisfeitos quando a direção tentou manipular uma eleição em que o beneficiado seria apenas o presidente da instituição, o senhor Sebastião Ferreira. Nesse sentido foi enviada uma nota pela então Oposição Sindical esclarecendo esta possível “manobra”.

A carta de protesto e repúdio foi encaminhada para as autoridades e para a sociedade mojuense, principalmente para os que viviam no campo. O documento mostrava as calamidades e os desrespeitos que eram vítimas os sócios do STR, e por isso estavam fazendo denúncias no sentido de que o presidente, Sebastião Ferreira de Sousa havia convocado uma eleição totalmente irregular para eleger 4 pessoas da diretoria apenas, sendo que seriam apenas tesoureiro, ficando 1º, 2º e 3º suplente para este cargo. Outra reclamação era sobre alguns componentes da direção que administrava o STR, que segundo a Oposição, não eram

⁷⁷ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.251.

sequer lavradores. Porém, a crítica maior neste documento era com relação a valores, que a direção não prestava contas.

Em relação as delegacias, está havendo a maior desordem: a) os sócios não estão registrados, portanto não são reconhecidos. b) o presidente sr. Sebastião Ferreira de Sousa está dando uma porcentagem de 15% aos delegados sindicais, sem concordar com a assembléia geral. c) há um tal delegado volante que recebe 40%, isso sem dar sequer conhecimento ao quadro associados. d) o conselho fiscal recebe em cada prestação de conta a importância de Cr\$ 300,00 e almoço por decisão exclusiva do presidente, sem conhecimento da assembléia geral. e) os membros da diretoria recebem gratificações que os associados nem sequer sabem a importância.⁷⁸

A revolta dos trabalhadores rurais contrários aos desmandos da diretoria era tamanha, que a denuncia na carta continuou, frisando que a instituição havia recebido uma verba no valor de Cr\$ 86.000,00, sendo que esta quantia, ao chegar nas mãos do presidente teria sido dividida por proposta do próprio presidente, ficando cada um dos diretores com uma parte igual. Como alguns sócios souberam deste ato, exigiram que o dinheiro fosse devolvido, fato que não ocorreu, e que no momento de uma assembléia, os opositores foram expulsos. Por conseguinte, o documento conclamava a todos a mudarem a situação.

Diante de tais fatos conclamamos a classe e os trabalhadores em geral a se unirem conosco na luta por um sindicato que defenda o real interesse dos trabalhadores. Para isso pedimos aos trabalhadores rurais que se associem no nosso órgão de classe e assim nos livramos de elementos que só prejuízo e vergonha trazem para a classe.⁷⁹

Com toda as manobras que a diretoria do sindicato fazia, mais precisamente o presidente desta, Sebastião Ferreira de Sousa, os lavradores que faziam a oposição partiram para a tentativa de conquistar a direção do sindicato. As eleições seriam realizadas no mês de setembro, mas a chapa de oposição não conseguiu registrar a chapa por que o presidente usou estratégias que impedissem a inscrição dos opositoristas. No início de julho de 1982, estes divulgaram uma outra carta que denunciava esta ação da direção do STR mojuense.

Esta carta chamava a atenção dos sócios e dos não-sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, para que juntos de seus vizinhos discutissem uma serie de situações, e que percebessem ‘o atraso do sindicato’. O relato buscava fazer um histórico do tempo de existência da instituição, que já possuía mais de 11 anos, sendo que a primeira administração, comandada pelo senhor Francisco José da Silva era de um completo desmando, pois nos tempos de eleição, na década de 1970, ele registrava apenas sua chapa,

⁷⁸ Carta aberta aos trabalhadores rurais de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

⁷⁹ Idem.

fato que conseguia reeleger com a maior facilidade, ocorrendo isso por duas vezes consecutivas.

Porém, em 1979, os trabalhadores cansados dessa situação, resolveram mudar, elegendo o Sebastião Ferreira de Souza, existindo uma esperança de que a situação iria melhorar, e os trabalhadores teriam um apoio maior por parte do presidente, fato que não aconteceu, assemelhando sua direção a do presidente anterior. As críticas a gestão do Sebastião eram várias, mais o desrespeito em relação as assembléias eram fortes. “Quando havia assembléia, sempre ela foi desrespeitada pelo presidente, causando vários prejuízos para a classe trabalhadora, chegando até a colocar polícia na assembléia geral”. E as críticas continuavam, como esta, que dizia a respeito de um contrato de uma moça para trabalhar como auxiliar de dentista, e o pagamento da mesma não tinha sido feito foi feito, ela entrou na justiça sendo o STR obrigado a pagar uma quantia maior, triplicando os valores. Outra denuncia dizia respeito ainda a divisão de recursos repassados para a instituição e que o presidente sempre repartia, como já havia sido denunciado anteriormente.

Em 1980 o Sebastião queria pedir um empréstimo de 800 mil cruzeiros à Caixa Econômica Federal para construir um sede nova do Sindicato com todo o conforto. Convidou até um engenheiro para fazer a planta, gastando 70 mil cruzeiros. O prejuízo não foi maior por que a assembléia nunca aprovou a proposta de uma sede para barão. No mesmo ano houve um reajuste no FUNRURAL, sobrando 86 mil cruzeiros. O homem fazia questão de repartir a quantia entre os membros da diretoria. Mas o companheiro ALDENOR DOS REIS E SILVA, que naquela época era suplente do conselho fiscal, não aceitou, por que contra a lei. Avisou os companheiros da embolada. Mesmo assim o Sebastião conseguiu dar mil cruzeiro para cada membro da diretoria. Até agora não se sabe para onde foi o resto do dinheiro.⁸⁰

Muitas eram ainda as insatisfações dos trabalhadores rurais, principalmente do grupo que fazia oposição. No entanto, uma certa revolta dizia respeito ao ato do dia 25 de julho, quando o presidente foi convidado para participar da manifestação, e os recebeu de forma agressiva, taxando-os de “baderneiros”, e ainda contratando uma jornalista, que segundo os opositores, pertencia ao então coronel Jarbas Passarinho, do PDS. O golpe maior, segundo os trabalhadores rurais, que o Sebastião havia dado dizia respeito ao edital de convocação para inscrição de chapas para a eleição, que esta teria escondido, como mostra o trecho.

COMPANHEIRO, agora o traidor Sebastião, não satisfeito com toda essa embolada, deu o maior nó do ano e escondeu a ponta. Veja o que aconteceu. A

⁸⁰ Carta aberta sobre a situação do STR de Moju divulgada pela Oposição Sindical. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

eleição sindical será este ano e deveria ser convocada no período de 28 de abril até 28 de junho. Como o Sebastião não tem força para disputar com nós, que temos um trabalho de base, ele fez o seguinte: fez o edital de convocação com data de 11 de maio marcando a eleição sindical para o dia 05 de setembro. Mas esse edital não apareceu em parte nenhuma. Nós que estávamos com a chapa pronta, procurando o edital de convocação para registrar a chapa, todo o dia ficamos a procura desse edital. Mas não encontramos em lugar nenhum. Só pelo dia 15 de junho é que ouvimos alguém falar que ele já teria convocado e registrado a chapa dele. Procuramos informações na secretaria do Sindicato e nos foi negada qualquer informação. Perguntamos a duas pessoas da diretoria e membros da chapa do pelego e nos disseram que não sabiam de nada. Para ter certeza que o homem tinha baixado o edital, tivemos que ir na DRT (*Delegacia Regional do Trabalho*). Aí confirmaram a convocação e o registro de chapa única composta, entre outras, de quatro pessoas da cidade, que nunca foram trabalhadores rurais, nem sócios do sindicato. Essas pessoas são: Nair Ferreira da Paz, Maria Ferreira Paz, Valdemar Maia e Maria Oneide Gordo.⁸¹

A Oposição Sindical sabia muito bem que estas irregularidades iam de encontro com o estatuto do STR, pois tudo não passava de uma trama para que o presidente se reelegesse, uma vez que o grupo oposicionista havia feito um trabalho de conscientização, criação de novas delegacias sindicais, bem como tinha tirado novos delegados sindicais, e isso fazia com que o Sebastião tivesse um temor em perder as eleições sindicais.

O pior é que o traidor Sebastião enviou para a DRT um atestado de que ele tinha fixado o edital. Mas isso não foi feito: o edital foi escondido e a chapa foi registrada em segredo. E, veja bem, o gracioso atestado foi fornecido pelo prefeito pelego, do PDS, Oton Gomes de Lima. COMPANHEIRO, já enviamos abaixo assinado para a FETAGRI e a CONTAG. Encaminhamos vários protestos para a DRT. Solicitamos aos companheiros solidariedade e protesto diante das autoridades competentes. COMPANHEIROS, se a gente lutar, o sindicato vai melhorar, mas se ficarmos parados, vai piorar..⁸²

O palco da disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava montado. De um lado, um grupo ligado às políticas dos governantes, chamados de “pelegos”, de outro um grupo de trabalhadores, que segundo eles, estavam mais próximos dos problemas que envolviam os lavradores, e que foram denominados de “oposição”. Na briga pela direção sindical as alianças foram fundamentais durante o processo. Os “pelegos” se aliaram a administração municipal, uma vez que esta tinha um maior acesso as instituições públicas, como a Delegacia Regional do Trabalho. A Fetagri também estava do lado destes. Por outro lado, a oposição contava com a ajuda da Igreja Católica em Moju, principalmente na figura do

⁸¹ Carta aberta sobre a situação do STR de Moju divulgada pela Oposição Sindical. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

⁸² Idem.

padre Sérgio, da assessoria da FASE⁸³, que fazia um acompanhamento junto as comunidade em Moju desde o início da década de 80. Porém, os grandes aliados da Oposição Sindical, sem dúvida foram as Comunidades Eclesiais de Base, uma vez que a organização e conscientização ajudaram na grande batalha que havia se iniciado.

A tática da direção sindical, ou “pelegos”, foi comum a outros municípios da região para inscreverem uma única chapa, a deles, visto que como já foi mencionado, as CEBs estavam conscientizadas, e possivelmente numa eleição aberta, estes seriam destituídos do cargo. Então para a direção não restava outra alternativa senão esconder o Edital de convocação. No entanto, o que mais chama a atenção era a forma como estes conseguiam fazer desaparecer este edital. Manoel Libório⁸⁴, um dos membros da Oposição Sindical apresenta a estratégia usada pela direção pra inviabilizar a inscrição da chapa oposicionista.

(...) a turbulência é que o pessoal da direção eles passaram a perna em nós e a eleição devia ser em 82, a eleição devia ter sido em 82, no final do ano de 82, mas eles passaram a perna e esconderam o edital, a gente não conseguiu registrar a chapa, depois a gente impediu a eleição deles, a gente acabou impedindo e foi eleito uma comissão provisória, e essa comissão provisória então convocou a eleição e nós registramos a nossa chapa e a eleição já foi em 83. Então foi esse que o trabalho que a gente teve que, mas eles se quebraram por que eles depois fizeram três chapas, e se eles tivesse se juntado pra fazer uma chapa contra nós, ainda perdia feio ainda, então depois os cara, até hoje não consegue mais disputar por que a porrada foi tão grande(...).

(...) Eles fizeram o edital, e o cara tinha a orientação né, com certeza, ele pregou atrás da porta, ai quando abria a porta ficava lá escondido, quando fechava, ficava dentro da casa, ai quem era que ia enxergar, então os cara foram esperto, mas ai não teve jeito, acabaram se arrebetando.

A estratégia de esconder Edital para inscrição de chapa foi comum a vários municípios da região Guajarina, como foi denunciado na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, as irregularidades no STR de Acará quando da eleição já no ano de 1984.

O Deputado Milton Peres, assumiu a Presidência, concedendo a palavra ao Deputado Fernando Bahia, por cessão de direito do Deputado Hermínio Calvino, contestando o pronunciamento do Deputado Romero Ximenes, sobre as irregularidades na eleição da nova Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acará, mostrando os motivos da não publicação do Edital de Convocação para a referida eleição; (...).⁸⁵

⁸³ FASE. Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional. Esta ficava com sua sede em Abaetetubae era responsável pelos municípios de Barcarena, Acará, Tomé-Açu, Moju, Concórdia do Pará, Acará, Bujaru e Abaetetubae.

⁸⁴ SANTOS, Manoel Libório Ferreira dos. Ex-presidente da CUT Guajarina, Ex-presidente da Fetagri e atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 15/02/2006.

⁸⁵ LEGISLATIVA, Assembléia. Ata da 53ª reunião Ordinária, 1º período da 2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembléia Legislativa realizada em 14 de Junho de 1984. Fonte: Assembléia Legislativa, Arquivo.

O documento acima mostra as irregularidades ocorrida no STR de Acará, quando da eleição para a direção sindical daquele município, quando o edital também foi escondido. Essa pratica perdurou por todo o inicio da década de 1980, sendo que em boa parte desses municípios, as diretorias que estavam à frente das instituições foram destituídas, assumindo a Oposição e em outros casos, como as direções permaneceram, as oposições sindicais continuaram fazendo o trabalho de base até que conseguissem vencer as eleições. Ainda sobre as irregularidades ocorridas no município acaraense o diretório do PT em Moju e abaetetuba assim divulgou uma nota.

Esse documento era um repúdio a ação da Delegacia Regional do Trabalho e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, além do presidente Sindicato dos Trabalhadores do município de Acará, pelo que havia ocorrido na eleição da direção da nova diretoria. Ali o processo tinha ocorrido semelhante ao caso de Moju, mas que a direção que estava a frente, através da manipulação conseguiu se reeleger. Mesmo com uma disputa, via judicial, dentro da DRT, os opositoristas não conseguiram êxito, e por isso o repúdio.

O Presidente do Sindicato, junto com a FETAGRI, não se conformaram com a decisão do Setor Sindical da DRT, e conseguiram diretamente, com o Delegado Regional do Trabalho, uma “autorização” para a realização das Eleições no dia 08 de abril de 1984: autorização, essa, de autentico respeito à Lei que eles mesmos fizeram, e que rege as Eleições Sindicais. Antes os fatos acima, viemos REPUDIAR toda essa situação de injustiça e de desrespeito às Leis Sindicais, e MANIFESTAR o nosso mais restrito apoio à luta dos companheiros de Acará, e, por respeito aos seus “direitos” de livre participação, EXIGIR das Autoridades que respeitem a vontade do povo e a Lei vigente.⁸⁶

Em Moju, com o apoio da Igreja Católica e da FASE, a Oposição Sindical continuou fazendo o trabalho de base para que a chapa única do atual presidente não se reelegesse. Por isso resolveram continuaram nas comunidades para impedir que no dia da eleição os sócios votassem na referida chapa. Para a oposição, só teria uma alternativa para que a atual diretoria “encabeçada” pelo senhor Sebastião não assumisse o a direção, que seria anulando a eleição.

Esta nova carta-aberta divulgada no final do mês de julho era para esclarecer os associados como votarem no dia da eleição, uma vez que havia sido inscrita apenas a chapa dos “pelegos”. Nesta, o conteúdo começava com um protesto pelo fato do presidente não ter permitido que fosse inscrito uma nova chapa para que concorresse ao pleito, e ainda dizia mais, que existiam pessoas que nem trabalhadoras rurais eram, e que por isso não poderiam

⁸⁶ Carta aberta divulgada pelo diretório do Partido dos Trabalhadores de Moju e Abaetetuba. Fonte: paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

fazer parte de uma representação de uma classe. Uma preocupação existia no grupo de Oposição, não permitir que a atual direção se reelegesse, sendo por isso necessário que os sócios votassem nulo, pois assim a eleição seria invalidada e seria marcada uma nova com data a ser definida, assim, o trecho final da carta dizia o seguinte.

COMPANHEIRO, são onze anos que o sindicato está na mesma; saiu uma diretoria, entrou outra e as coisas continuam na mesma. Não se sabe o que o Sindicato tem, se tem saldo, se deve...Nem se viu uma prestação de contas honesta nem uma eleição limpa. Sempre somos enrolados na hora de votar. Companheiros, pra acabar com esta enganação, precisamos de duas coisas: 1ª Estar quites. 2ª comparecer em massa para votar contra a desonestidade e manobras que temos sofrido pelo traidor Sebastião Ferreira de Souza. Quem luta por Sindicato livre, por terra, trabalho e liberdade, tem de votar. Mas votar nulo. POR QUE VOTAR NULO? + Não nos deixaram registrar nossa chapa; + Se a maioria dos votantes, no dia 5 (cinco) de setembro, votar nulo, a votação deverá ser anulada e será necessário fazer outra eleição. + Aí podemos registrar a nossa chapa e votar nela. COMO SE VOTA NULO? Riscando uma cruz fora do quadrinho, escrevendo “NÃO”, “PELEGOS”, “VIVA O SINDICATO LIVRE”, ou outros dizeres na chapa.⁸⁷

Uma das estratégias da Oposição Sindical foi à divulgação através das cartas abertas que denunciavam as “manobras” da direção sindical. Sem dúvida, este mecanismo utilizado foi de fundamental importância, pois embora o grande objetivo e meta das cartas era chegar até os lavradores, que na sua maioria não possuíam um maior grau de escolaridade, conseguiam ler as mensagens.

Tudo estava pronto para o dia da eleição, havia chegado o dia 05 de setembro de 1982. E esta aconteceu em meio a um clima tenso, pois os opositoristas fizeram um trabalho de “boca de urna”, orientando os sócios a votar nulo, ou rasurarem a cédula de votação da única chapa. No final do dia e da eleição, o resultado. A eleição estava anulada, a chapa não havia conseguido o número de votos suficiente para a reeleição. Para a oposição, a comemoração e certeza de inscreverem uma chapa no próximo pleito que seria realizado dentro de um período cinco meses. Dentro desse período uma comissão provisória administrou o STR mojuense.

2.6 – A nova batalha: a eleição sindical de 1983

A Oposição Sindical começou a se preparar para a nova batalha, disputar as eleições e vencer, uma vez que já haviam conseguido impedir a reeleição da atual diretoria, mas sabiam que esta iria novamente conseguir se inscrever. A estratégia da oposição continuou a mesma, trabalhando nas bases junto as Comunidades Eclesiais de Base fundando Delegacias

⁸⁷ Informativo “Lavrador é hora de Levantar-se”! Divulgado pela Oposição Sindical. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

Sindicais⁸⁸ e principalmente divulgando informativos, fator decisivo para a conscientização dos associados, como o que foi distribuído após a eleição que havia sido anulada e mostrando todo o processo eleitoral que foi muito tumultuado e se repetiu por três tentativas de dar a vitória à chapa única.

Com um tom mais aguerrido por terem impedido a vitória do Sebastião Ferreira de Sousa, fazendo com que este não obtivesse o número suficiente. Para impugnarem a eleição, foi necessária uma batalha árdua dos opositoristas, primeiro por que foram três convocatórias no mês de setembro de 1982 para que a eleição pudesse acontecer. A 1ª no dia 5 deste mês não aconteceu por que o presidente se despreocupou pensando que já estaria eleito, e os sócios não apareceram. Na 2ª convocatória, no dia 12, dos 129 sócios da folha inscritos, apenas 25 votaram, não sendo os números suficientes, sendo com isso os votos queimados. Na 3ª tentativa, no dia 19, o clima ficou ‘quente’, uma vez que o presidente levou logo dois soldados para dentro desde do STR, chegando a expulsar dois sócios. Dos que estavam quites para votar, 129, no mínimo 52 deveriam participar da votação, como sua situação não era favorável, apenas 16 votos foram contados.

Num gesto de desespero, o presidente Sebastião começou a pegar qualquer pessoa que se encontrava na fila, e após dar um talão de quitação, num ato arbitrário, tentou fazer com que estes votassem na sua chapa deste. Como os nomes não constavam na folha de votação, estes votos foram computados em separados. No entanto, esses votos em separado dependeriam do parecer da mesa apuradora, que votou pela inelegibilidade do candidato, não permitindo que esses votos tivessem validade. Abaixo, o trecho final da carta explicando o que os trabalhadores deveriam fazer a partir desta situação.

E AGORA, COMO É QUE VAI FICAR? Bom, no dia 28 de setembro termina o mandato do presidente Sebastião. Ele sai e entra uma junta governativa por seis meses e nesses seis meses haverá nova eleição sindical. COMPANHEIROS! Foi com muita luta que conseguimos derrotar o trambiqueiro Sebastião, presidente do Sindicato. Agora temos que nos preparar para a próxima eleição sindical que será realizada no início do próximo ano de 1983. Já conseguimos a primeira vitória que foi derrotar o pelego. Agora vamos nos preparar para a próxima eleição. Organizados nós conseguiremos superar todos os obstáculos e isso nós conseguiremos com muita luta e esforço de cada um. SE VOCÊ LUTAR, O SINDICATO VAI MELHORAR, MAS SE FICAR PARADO O SINDICATO VAI PIORAR.⁸⁹

⁸⁸ As Delegacias Sindicais ficavam localizadas nas Comunidades do interior. Eram à base de sustentação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em cada comunidade poderia ter vários sócios do sindicato, mas apenas uma Delegacia Sindical, com representantes que eram chamados de Delegado Sindical.

⁸⁹ Carta aberta distribuída pela Comissão Pastoral da Terra sobre o processo eleitoral do sindicato dos Trabalhadores Rurais que havia sido anulado. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

Na carta acima fica claro que o então presidente do STR de Moju usou todos os mecanismos para que este pudesse se legitimar no poder. Primeiro remarcou por duas vezes a votação para que pudesse ter um número de eleitores suficiente, coisa que não foi possível, e chegando a criar na terceira tentativa possibilidade de que fossem abertas novas fichas de sócio. Porém, a Oposição Sindical esteve firme e no estatuto do sindicato dizia que só poderia votar quem fosse sócio a mais de seis meses. Portanto, não houve solução para a direção. Foi necessário criar um a comissão e marcar uma nova eleição, que ficou certo que seria no mês de março de 1983. A vitória da Oposição Sindical dos Gráficos em Belém também deu animo para os opositoristas em Moju.

Através da assinatura da carta, feita pela Comissão Pastoral da Terra, percebe-se que a Oposição Sindical contou em grande medida com o apoio destes, principalmente na elaboração dos informativos que eram distribuídos no interior e na cidade de Moju. Esta carta afirmava o envolvimento da equipe paroquial, principalmente do padre Sérgio, que quase de forma aberta dizia de que lado estava.

Marcada a eleição para o dia 06 de março de 1983, iniciou-se o processo para as inscrições das chapas para concorrerem ao cargo da direção do sindicato dos Trabalhadores Rurais. A Oposição dessa vez conseguiu registrar sua chapa, sendo inscritas mais três, que segundo os opositoristas seria para uma tentativa de deixar os sócios “confusos”. A chapa dos lavradores descontentes com a atual diretoria ficou denominada de chapa 2. Assim ficou a cédula de votação, cada uma composta pelos seus representantes.

Cédula com os nomes das chapas concorrentes ao cargo da direção do STR de Moju

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju			
	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	DELEGADOS/REPRESENTANTES
CHAPA 1	EFETIVOS Ricardo Pereira Carvalho Eduardo Gomes de Moraes Raimundo Farias de Nazaré SUPLENTE Elias Gonçalves Raimundo Gomes de Souza Rdo. Loureiro da Conceição	EFETIVOS Danilo Henz Lechtweis José Teixeira de Lima Fernando Felipe Santiago SUPLENTE Valdemar de Souza Pantoja José Gomes de Oliveira Rdo. Jeremias da Conceição	EFETIVOS Francisco José da Silva Agenor Ferreira de Barros SUPLENTE Ricardo Pereira de Carvalho Euclides Quaresma da Trindade
CHAPA 2	EFETIVOS Vergílio Serrão Sacramento Rosalina dos Santos Silva Aldenor dos Reis e Silva SUPLENTE Neles Barbosa Rodrigues Alcebiades Teles de Souza André de Souza Gomes	EFETIVOS Geraldo Felipe Santiago Joaquim Alves dos Santos João da Cruz Gomes da costa SUPLENTE Tiago Martins Idalino Araújo Tavares Raimundo Leal Maia	EFETIVOS Manoel Ferreira dos Santos José Gomes da Cunha SUPLENTE Josias de Jesus Otávio Inácio da Cunha
CHAPA 3	EFETIVOS José Maria de Souza Lima	EFETIVOS Raimundo Antonio Peniche	EFETIVOS Carlos Vera Peniche

	Olindalvo Neves Saraiva Tadeu Alberto Nobre SUPLENTE Francisco Monteiro da Silva Manoel Firmo de Souza João Araújo Mota	Maria da Conceição Almeida Raimundo Oliveira Gomes SUPLENTE Samuel Gomes da Silva Agnaldo Pereira dos Santos Agenor Silva Lameira de Souza	José Maria de Souza Lima SUPLENTE Raimundo Antonio Peniche João Araújo Mota
CHAPA 4	EFETIVOS João Ramos de Souza Manoel Lisboa da Silva Fausto Dantas de Freitas SUPLENTE Raimundo Nonato da Silva José Maria Farias Teixeira Nestor Trindade de Carvalho	EFETIVOS Euclides Neri Gonçalves Antonio Alves Barbosa José Maria Rodrigues de Souza SUPLENTE Manoel Alexandre da Costa Jerônimo Pereira da Silva Valdete Pinheiro dos Santos	EFETIVOS João Ramos de Souza Antonio Alves Barbosa SUPLENTE José Maria Farias Teixeira Jerônimo Pereira da Silva

Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju

A Oposição Sindical não mediu esforços para tentar conseguir os objetivos que os haviam colocado até aquele momento. Já tinham chegado muito longe. Tinham vencido uma batalha, mas faltava a grande vitória, que só seria conquistada com empenho como já vinham fazendo desde o início da organização oposicionista. Nesse sentido, diversos informativos continuaram a ser distribuído dentro do processo de campanha eleitoral. Porém, em formato de um jornal foi feita uma carta que foi de fundamental importância para estes.

TRABALHADORES DE MOJU. CHEGOU A NOSSA VEZ: CHAPA 2 COMPANHEIROS! Sabemos que o descontentamento da nossa categoria com a atual diretoria é muito grande. Durante todos esses anos nada foi feito pela diretoria para fortalecer o nosso Sindicato. Muitos deixaram de acreditar no nosso sindicato e deles se afastaram. Mas a categoria se acordou e não há como impedir o nosso avanço. Nós queremos mudar. O Sindicato é dos trabalhadores e nós vamos reconquistá-lo. CUIDADO COM AS MANOBRAS Para confundir os lavradores, os trabalhadores, os pelegos se dividiram em três chapas. Mas para quem não sabe ou não se lembra, nós vamos historiar um pouco o caso de todos. CHAPA 1 – é encabeçada por Ricardo Carvalho, que já foi da direção durante mais de três anos e nada fez para que o nosso Sindicato ficasse forte e grande. Outro que tá de parceria com o Ricardo é conhecido Chico Inocêncio, que já foi presidente por mais de 9 anos e que também não fez nada vezes nada pelos trabalhadores. CHAPA 3 – é encabeçada por José Maria, que vai ser guiado pela chapa, como canoa, igualzinho o caso do Chico, Ricardo e João Ramos, todos farinha do mesmo saco. CHAPA 4 – quem encabeça essa chapa é o traidor e desonesto João Ramos, que se vale da boa fé do caboclo do interior pra ir tirando proveito. O negócio é assim: o João Ramos anda em tudo é quanto local procurando pessoas que queiram se aposentar e nessa conversa toda ele sempre tira lucro pro bolso dele. Podem reparar que o João Ramos está sempre falando em aposentar gente velha.⁹⁰

A Oposição Sindical não poupou as chapas concorrentes apresentando para os associados um resumo do histórico de cada chapa. No trecho acima é apresentada denúncia da chapa 1, 3 e 4, uma vez que estes eram os concorrentes dos oposicionistas. Quando o

⁹⁰ Informativo Distribuído pela Oposição sindical de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

documento cita os representantes da chapa, Ricardo Pereira Carvalho e Chico Inocêncio, ambos moradores da comunidade do Sucuriçu e Ateua Grande, era por que estes já faziam parte do STR há vários anos e não tinham postura de defensores da classe. Em relação à chapa 3 e a chapa 4, os opositoristas acreditavam que na verdade, quem iria comandar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais seria a gestão anterior, Sebastião Ferreira de Sousa. A chapa 2 se intitulava a única que poderia defender a classe por ter participado de todo o movimento, atuando na organização e ter impedido que a direção atual se reelegesse. É muito interessante notar que após a derrota, a chapa única que havia perdido as eleições em 1982, não quis registrar nem uma chapa. No entanto, o objetivo de se inscreverem mais estas três chapas era para tentar que a chapa 2, a de oposição não vencesse as eleições, pois esta era a que estava com a proposta de lutar em defesa dos trabalhadores rurais, como ainda pode ser observada em outro trecho do mesmo documento.

A SOLUÇÃO É A CHAPA 2 Vocês já sabem que nós temos uma alternativa: é a CHAPA 2, formada por companheiros que tão ali, no batente, todos os dias, sem esmorecer. E que estão lutando para o nosso Sindicato atue, lute por nós, defenda as nossas terras do olho gordo do grileiro e do poderoso. E um sindicato só pode ser forte assim se for construído por companheiros que passam pelos mesmos problemas de gente, que tenham os mesmos interesses dos lavradores, dos posseiros. Não podemos deixar o nosso Sindicato nas mãos de pessoas comprometidas com o lado de lá, dos barões. Então, qual é a saída? É votar na CHAPA 2. todos os companheiros nos conhecem, sabem onde a gente mora e que a nossa luta não é de hoje de véspera de eleição, mas de muito tempo. Dia 6 de março, não se esqueça: CHAPA é CHAPA 2. É hora de mudança, companheiros e mudança pra melhor. E isso só vai ser possível com a CHAPA 2. (...) São 04 chapas. Basta votar na chapa 02.⁹¹

O encerramento da carta expressa a posição para os trabalhadores rurais que a alternativa que existia para mudar a atuação do STR mojuense seria elegendo uma direção que estivesse de acordo com os propósitos da classe. Nesse caso, como demonstra o documento, a alternativa seria votar na chapa 2. por isso o apelo da oposição para que no dia os sócios não votassem em uma das outras três chapas.

E mais uma vez chegou o dia da tão esperada eleição. O dia 06 de março de 1983. A oposição estava muito confiante, uma vez que o trabalho junto à base havia sido muito intenso e com o apoio da Igreja Católica, Fase, os opositoristas conseguiram o tão sonhado objetivo. Manoel Libório⁹² nos informa como resolveram se organizar, mostrando que o Encontro

⁹¹ Ibidem.

⁹² SANTOS, Manoel Libório Ferreira dos. Ex-presidente da CUT Guajarina, Ex-presidente da Fetagri e atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 15/02/2006.

ocorrido em Cameté foi de fundamental importância e também com ocorreu a votação e o resultado que deu a eleição para o grupo do qual este fazia parte.

Olha, eu vim de lá resolvido, vim engajado de lá e eu cheguei, comecei a fazer trabalho, comecei a articular os outros agricultores e nós fizemos um trabalho, como ficou eu com o Virgílio, os outros caíram fora, a gente conseguiu fazer um trabalho, isso foi em 80, fizemos um trabalho tão bem feito de organização que conseguimos eleger uma direção em 83, em abril de 83 mais ou menos a gente conseguiu eleger uma direção e consegui assim uma eleição bastante pesada. Nossa chapa teve, me lembro que tinha quatro chapa, que foram registrada quatro chapas e a nossa chapa sozinha teve 224 votos e as outras três chapas juntas tiveram 90, então foi uma vitória assim muito grande que todo mundo se admirou, então isso significa que o trabalho de organização foi bem feito e de lá pra cá a gente tocou o trabalho, mas como vai aumentando as pessoas, também se diluiu algumas coisas, que a organização enfraqueceu um pouco, que pese o número aumentou, mas ela enfraqueceu um pouco, nem todo mundo que entra quer fazer trabalho, quer se escorar né, ai não tem como fazer o trabalho.

Para o grupo de oposição do STR, o encontro ocorrido em 1979 no município de Cameté, serviu para despertar mais ainda a consciência de luta para enfrentar os problemas que começavam a se tornar mais críticos, principalmente os relacionados a grilagem de terra. No entanto, era sabido que para atuarem com vigor e se fazerem presentes junto aos lavradores, era necessário que estivessem com a direção em mãos, pois só então poderiam fazer isso como representantes legítimos da classe.

Ainda sobre as irregularidades feitas pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, e a forma como conseguiram destituir a direção sindical, Aldenor dos Reis explica que a não fixação do edital de convocação é que se fez com que a ‘confusão’ acontecesse. Pois, esconder o edital de um grupo de trabalhadores que desejavam inscrever uma chapa, como do grupo de oposição, que inclusive estavam com a chapa pronta em mãos, e não conseguiram, por que o presidente fixou a mesma ‘atrás da porta’, e quando esta era aberta ou fechada à noite, ninguém conseguia visualizá-la. Então a estratégia foi fazer denúncias, primeiro na Delegacia Regional do Trabalho, e como pouco resultado tivesse dado, a alternativa seria partir para as comunidades, trabalhando com as delegacias sindicais, tentando convencer os sócios que era necessário votar, mais votar nulo. E então a batalha aconteceu dentro das três convocatórias, como observamos em sua narração.

Então a primeira convocatória foi anulada. Partimo pra segunda convocatória, com quinze dias nós convencemos os sócio pra votar, pra anular, e anulamos. Partimos pra terceira convocatória, com 45 dias depois da primeira e anulamos na terceira convocatória que acabou com a eleição. A partir daí foi que veio a Junta Governativa na pessoa de José Francisco da Silva, por noventa dias, ai com noventa dias. Antes da eleição de noventa dias, ele baixou o edital, ai o Virgílio registrou a

chapa dele e nós saímos pra uma outra eleição, foi que o Virgílio conseguiu vencer com 219 votos a 114, foi uma boa vitória. Nos tivemos a capacidade de convencer os associados pra vim votar pra anular uma chapa que tinha sido registrada ilegalmente.⁹³

Os depoimentos acima apresentam como se deu a organização dos lavradores para que impedissem a vitória da chapa do candidato Sebastião Ferreira. Para Manoel Libório, o Encontro dos lavradores na Prelazia de Cametá, foi de fundamental importância pois a partir desse momento conseguiram se organizar, fato que acabou por dar a vitória para estes em março de 1983. Já o senhor Aldenor dos Reis, frisa que mesmo com a tentativa de não deixar que a chapa de Oposição se inscrevesse para disputar o pleito, estes não desistiram e conseguiram o grande objetivo que era de anular o processo. Com a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, os opositoristas haviam contabilizado mais um STR que saía das mãos dos “pelegos”, como nos mostra Petit⁹⁴.

Em meados da década de 80, a maioria dos STRs da Amazônia Legal, entre eles dois terços dos STRs existentes no Pará, eram dirigidos por “pelegos”. Após a conquista do STR de Santarém (1980), as Oposições Sindicais ganharam eleições dos STRs nos municípios paraenses de Baião, Monte Alegre, Prainha Itaituba, Macapá, Marabá, Moju e Tomé-Açú, enquanto em outros 18 STRs, atuavam de modo organizado. Durante 1986 e 1987, as Oposições Sindicais assumiram a direção de outros 29 STRs. No Congresso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá, realizado em 1981, a chapa da esquerda sindical à direção da Fetagri teve 7 votos, e no de 1984, 15. em fevereiro de 1987, por 3 votos de diferença, a chapa apresentada pelos líderes dos STRs vinculados à CUT conquistou a Fetagri, convertendo-se na primeira Federação de Trabalhadores Rurais do país a ser dirigida por cutistas.

Como foi apresentado durante esta discussão, o STR de Moju foi um dos que conseguiu destituir a direção “pelega” do cargo de direção do Sindicato mojuense ainda na primeira metade da década de 1980. Assim como foi apresentado no texto acima, do autor Pere Petit, tanto o sindicato de Moju quanto os outros citados foram de fundamental importância, não só na defesa de seus associados contra a tentativa da tomada de suas terras, mas principalmente por conquistarem a Fetagri em 1987.

O STR de Moju foi de fundamental importância nesta conquista, uma vez que em 1985, junto com outros sindicatos da região Guajarina e Tocantina, conseguiram fundar a CUT Guajarina, tendo a frente como primeiro presidente Manoel Libório, do STR de Moju. A

⁹³ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 15/02/2006.

⁹⁴ PETIT, Pere, a esperança equilibrista, São Paulo, Boitempo/NAEA, 1996.pp. 149-150.

CUT teve uma fundamental importância, por que através desta instituição na região, outros STRs também saíram das mãos dos “pelegos”. Após a conquista da Fetagri em 1987, que teve como presidente José Dias do Sindicato de Baião, da região Tocantina, o segundo presidente da instituição foi o mojuense Manoel Libório .

Em Moju, depois de conquistarem o Sindicato, a direção manteve as promessas de atuar firme em defesa dos trabalhadores rurais, principalmente daqueles que estavam muito envolvidos com os conflitos pela terra. A Igreja Católica também se manteve firme nos anos seguintes, acompanhando os processos referentes à luta pela posse da terra.

2.7 – A Nova Moju e os primeiros conflitos na década de 1980

Até a primeira metade da década de 1970, Moju era caracterizado como uma cidade sem desenvolvimento, uma vez que sua economia era baseada na chamada agricultura rudimentar, sem probabilidade de crescer economicamente por que o que era produzido, sempre não era suficiente para desenvolver a economia local. A produção feita no município mal dava para a subsistência. Outros fatores também contribuíam para este cenário como já foi apresentado no capítulo 1 deste trabalho.

Portanto, é só a partir da segunda metade desta década, com a chegada dos primeiros projetos agroindustriais que o município encena uma caminhada rumo ao desenvolvimento. Este desenvolvimento porém, foi projetado segundo a ótica dos governantes brasileiros, dos militares que estavam no poder, sem uma consulta previa ou maiores discussões. Não se pensou nas populações que habitavam as regiões mais inóspitas da Amazônia. O desenvolvimento não incluía essas pessoas nos projetos desenvolvimentistas, sendo estas olhadas como sinônimos de atraso, uma vez que habitavam porções de terra, e não conseguiam ter uma grande produção. Por outro lado, a idéia de uma região exageradamente grande e com poucas pessoas também foi pensada, tendo servido de base para que os governantes também dirigissem suas atenções para a área. Sobre o pensamento dos militares de como desenvolver a Amazônia, Petit⁹⁵ nós faz a seguinte afirmação.

A política econômica da Administração Federal na Amazônia Legal, desde a criação da Sudam até o fim do Regime Militar (1985), pode ser dividida em três fases diferentes, ainda que todas elas alimentadas pela idéia da Amazônia como território vazio a ser ocupado. A primeira foi pautada pela mudança, ocorrida em

⁹⁵ PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003. p. 81.

1966, na política de incentivos fiscais que ampliava a política de substituição de importações, até então restrita as atividades industriais, para os projetos agropecuários. Incentivava-se as atividades agrícolas destinadas ao mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência, ambas consideradas, junto ao sistema de aviação, como principais responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico da região e da sua escassa integração ao mercado nacional. Na segunda fase, entre 1970 e 1974, durante o mandato do presidente da República de general Garrastazu Médice, foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre, entretanto diminuía, especialmente entre 1972 e 1974, as ajudas econômicas do governo federal para projetos agropecuários e, sobretudo, industriais. Na terceira fase, a partir de meados dos anos 70, o governo federal, em substituição ao modelo capitalista que inspirou as práticas da SPVEA e parte das desenvolvidas nos primeiros anos de existência da Sudam, orientou suas intervenções econômica com base nas *vantagens comparativas* de que dispunha a Amazônia, em relação a outras regiões do país, para contribuir no desenvolvimento econômico nacional.

Os militares que estavam no comando da presidência do Brasil criaram três modelos na tentativa de fazer com que a Amazônia viesse se desenvolver. Porém, como já foi mencionado anteriormente, esses modelos de desenvolvimento não inseriam o colono, mas somente existia espaço para os grandes projetos, que fossem capazes de alavancar o progresso da região, pois estas sim, iriam ter todo tipo de vantagem que necessitassem para se instalarem.

Foram esses incentivos que fizeram com que os projetos agroindustriais se dirigissem para o município mojuense, na terceira fase do projeto desenvolvimentista dos governos militares, as *vantagens comparativas*, diferente de outras regiões brasileiras atraíram investidores, que junto com seus projetos, também trouxeram a violência para o campo no município, transformando o cenário “calmo”, num cenário “turbulento” como nunca se tinha visto antes.

No entanto, este cenário mudou completamente na década de 1980, e não somente nos primeiros anos, quando da real instalação desses projetos, mas no decorrer de toda a década, como veremos nas denúncias que eram feitas, primeiro pela Oposição Sindical junto com padres da Igreja Católica e técnicos da Fase, tortura de lavradores, expulsão de suas propriedades, atentados contra o padre, advogada da Fase, assassinatos de lavradores, sindicalista, vereador, entre outros. Num segundo momento, as denúncias eram feitas direção do STR mojuense que havia sido tirado das mãos dos “pelegos” e passado para as mãos dos “trabalhadores”, sendo essas denúncias feitas nos mais diversos órgãos, tanto do governo, quanto da imprensa, através dos jornais, uma prática constante do novo grupo que começou a defender os lavradores contra a expansão das empresas agroindustriais.

2.8 – Denúncias nos meios de comunicação: uma estratégia dos lavradores

Ainda nos primeiros anos da década de 80, os trabalhadores rurais de Moju perceberam que uma das alternativas para não perderem suas terras para os projetos agroindustriais que estavam se espalhando pelo município era fazer denúncias, uma vez que estes não podiam até o ano de 1983, contar com a direção do STR de Moju, então a solução era recorrer a outras alternativas que chamassem a atenção da sociedade. A grande solução então foi optar pela imprensa, principalmente a escrita dos meios de comunicação da capital paraense. Uma das primeiras denúncias foi feita no jornal Resistência. A denúncia constava de um conflito de terra em que o lavrador Lucelino Américo dos Santos havia sido preso de maneira ilegal, como é apresentada na reportagem.

A reportagem afirmava que o lavrador Lucelino, que era coordenador da comunidade da Associação dos Trabalhadores Cristãos Agrícolas de Moju havia sido seqüestrado pelos pistoleiros Chico Cacau e Elias Costa, também por um engenheiro do Iterpa, que se chamava Hélio e por um sargento da policia militar. Assim que este foi seqüestrado, o levaram para a localidade Curuçá, que ficava localizado no Alto Moju. Depois este foi levado para Tailândia, onde prestou depoimento no posto do Iterpa, ficando ali sob pressão de 11 pessoas, que eram pistoleiros, grileiros, fazendeiros, policiais, além dos funcionários do órgão. A principal acusação contra Lucelino era de que este estaria vendendo terras e ainda se passando por coordenador do Iterpa. Como se não bastasse tudo isso, o detido foi levado para Belém, onde continuou com a série de humilhações.

Depois de sofrer grandes humilhações, Lucelino dos Santos foi trazido para Belém, e levado à presença do presidente do ITERPA e posteriormente ao DOPS, onde prestou depoimento e depois foi jogado numa cela imunda do pátio da central de polícia junto com marginais. Ali permaneceu até as 14:00 horas do dia 22 de julho, quando foi liberado graças à pressão de parlamentares e dos lavradores do Alto Moju, que vieram até Belém exigir a soltura do companheiro. Esse ato de violência praticado contra Lucelino dos Santos representa mais um exemplo da política econômica e social desse governo que sustenta o latifúndio, a grilagem de terras e a expulsão do homem do campo, principalmente o pequeno produtor.⁹⁶

A denúncia foi feita pela Oposição Sindical de Moju, pois o fato de o senhor Lucelino estar sendo denunciado por uma pratica de venda não merecia todo o cenário montado, chegando ao ponto deste ter sido seqüestrado por pistoleiros, que dentro das localidades mais distantes assumiam o papel de agentes do estado, causando temor e preocupação por parte dos

⁹⁶ RESISTÊNCIA, Jornal. Mais Violência contra os lavradores. Nº 28 – setembro de 1981. Fonte: Arquivo pessoal.

moradores dessas regiões, quando na verdade quem estava expulsando os trabalhadores do campo em Moju eram os latifundiários através, principalmente dos pistoleiros.

A região onde este foi seqüestrado para posteriormente ser preso foi à região do Alto Moju, uma região que no início dos anos 80 era de difícil acesso, trafegável apenas por via marítima, sendo raro o acesso por terra, tendo em alguns casos, ramais abertos apenas por firmas que retiravam madeira, mas assim mesmo, ainda eram muito precárias. Em outra reportagem publicada pelo jornal O Liberal, podemos ter a dimensão da situação que começava a chegar essa região.

Nesta reportagem, o presidente do Instituto de Terra do Pará, Coronel Hélio Fonseca, dizia que os colonos que estavam sendo ameaçados de expulsão por um grupo de pistoleiros armados deveriam, deveriam procurar o Iterpa para expor a situação, pois só assim o instituto designaria um técnico para verificar o problema.

Os posseiros já haviam ido até a sede da CPT, para denunciar a ocorrência, mostrando na ocasião os Títulos de Ocupação Colonial, que haviam sido inclusive expedidos pelo Iterpa. Os posseiros que estavam em Belém eram os seguintes, Josué de Souza, Manoel Pedro de Souza, Job de Souza, Manoel Raimundo Monteiro, Manoel de Souza Monteiro e Melquias de Souza. Os colonos afirmaram ainda existiam mais 80 famílias que estavam sendo ameaçadas de perderem suas terras. A situação seria encaminhada a juíza de Moju pela advogada que iria defender os trabalhadores rurais.

A advogada da CPT, Vera Tavares, disse que foi solicitar garantias para a juíza de Moju, Terezinha Fonseca, e esta enviou ofício ao delegado que nada podendo fazer, limitou-se a informar que conta apenas com dois praças da PM para o policiamento. Mesmo assim, segundo Vera Tavares “os policiais nem foram para a área”. Os lavradores contam que o prefeito municipal “não quis se meter na história, alegando que não tinha nem pessoal para atender os lavradores ameaçados pelos pistoleiros”, disseram. Também ontem, pela parte da tarde, o deputado Ademir Andrade do PMDB, fez pronunciamento da tribuna da Assembléia, quando requereu que o Legislativo prestasse “integral solidariedade aos lavradores”. Ele acusou o Iterpa de ser “nada mais que o maior causador desses problemas”.⁹⁷

Percebe-se com clareza através da matéria a morosidade do poder público em tentar resolver o problema do colono, uma vez que as dificuldades pra encontrar uma solução eram muito grande. Primeiro, por que o órgão responsável pela verificação da demarcação de terras, o Iterpa, deveria receber um comunicado “oficial” para que pudesse enviar um técnico ao local. Por outro lado, o delegado e o prefeito não poderiam também se envolver por que, o

⁹⁷ O Liberal, Jornal. Iterpa vai cuidar do caso de terra dos posseiros do Moju. Belém, (Pará), sexta-feira, 13 de novembro de 1981. Fonte: Arquivo pessoal.

primeiro não tinha um contingente suficiente para ir até a localidade, enquanto que o segundo teria outras coisas mais importantes pra fazer. Enquanto isso o município começava a virar um “barril de pólvora”, pronto para explodir a qualquer momento. O terror começava a se fazer presente na vida dos colonos, como noticiou a reportagem no jornal Resistência, ainda sobre a área em litígio no Alto Moju.

Neste jornal, a reportagem dava mais ênfase a situação vivida pelos moradores da região do Alto Moju. A crítica era de que o terror estava sendo imposto por pistoleiros e jagunços contratados pelo latifúndio “Agropecuária Olho d’água Ltda” que era de propriedade do senhor Léo Matos Serruya, e que por conta deste caso, os lavradores foram obrigados a se reunirem nos dias 14 e 15 do mês de novembro na vila de Soledade para que pudessem fazer uma avaliação e de que maneira poderiam fazer a denúncia aos órgãos competentes, pois muitos posseiros residiam nas terras há mais de 20 anos e alguns, como era o caso do senhor Benedito Manoel da Silva, que estava na área há mais de meio século.

A presença dos pistoleiros era uma constante ameaçando os posseiros de expulsá-los de suas propriedades, com várias intimidações como morte de animais e tiros que teriam sido disparados a esmos. Assim, foi que o grupo de posseiros resolveram procurar os órgãos competentes para que fossem providenciadas soluções.

Na verdade, a situação desses posseiros se tornou insuportável desde a chegada de um grupo de 8 a 10 pistoleiros na área, que a qualquer custo querem desapropriar a área para o grupo Olho d’água Ltda. No entanto, os posseiros não pretendem entregar suas terras para empresa, e através das denúncias e o encontro realizado em Soledade, procuraram criar mecanismos e tomar alguns direcionamentos para a resistência.

O encontro decidiu ainda, aguardar o cumprimento das promessas das autoridades em dar uma solução aos conflitos na região e marcar um novo encontro para os dias 3 e 4 de janeiro, para uma nova avaliação da situação. De qualquer maneira, para muitos dos posseiros a decisão está tomada: não sair da terra custe o que custar, como é o caso dos moradores do Maratininga e do Arauaí que somam mais de 300 famílias. Aliás, para os posseiros da Arauaí esta não será a primeira resistência, já que há pouco tempo, diante das ameaças do grileiro de nome Arnaldo, resolveram se organizar num grupo de 40 homens armados e expulsá-los da área. Para o comissário de polícia da comunidade de Soledade, “Antonio Soldado”, que apreendeu a arma do pistoleiro “paranaense” Manoel Marcino Garcia, (que trabalha para o dono da transportadora Guairacá, que se diz dona de 2.200 hectares da área do Igarapé Arauaí), a passividade dos habitantes da região tem um limite: a presença ostensiva de pistoleiros e jagunços contratados por grupos latifundiários cria um clima de insegurança e intranquilidade na “pacata população do mato” que pode gerar conflitos armados se não forem tomadas as “devidas providências”. Cabe refletir, entretanto que essas tais providências dependem de uma justiça que está nas mãos de um governo que defende o latifúndio e a grilagem de terras. Ainda por ocasião do encontro, onde “RESISTÊNCIA”, esteve presente, os lavradores receberam uma carta endereçada por D. Ângelo Frosi, bispo de Abaetetuba,

apoiando a luta dos posseiros pela defesa de seus direitos e recomendando “firmeza e perseverança na luta pela justiça e construção de um mundo justo e fraterno”.⁹⁸

Como já foi mencionado, a região do Alto Moju era de difícil acesso, o que facilitava a ação dos grileiros em tentar expulsar os colonos de suas terras, uma vez que o poder público não atuava com firmeza, ou de uma forma mais eficaz para garantir a tranquilidade das famílias. Impressionante como se percebe a audácia dos latifundiários na tentativa de expulsão destas famílias, uma vez que mesmo detentoras dos títulos definitivos, isso não afastava o desejo de expansão do agro negócio destes empresários.

A reportagem é enfática em mostrar que a ação dos grileiros era audaciosa, não respeitando os documentos que comprovavam a legitimidade das terras desses lavradores. O que é impressionante é a forma como estes grileiros utilizavam para adquirir as terras de seus interesses, a expropriação, com a intimidação feita por pistoleiros que de forma pouco convencionais tentavam retirar as famílias da região. Por outro lado, a reportagem feita por Miguel Chikaoka, para o jornal Resistência, as famílias estavam prontas para resistir, custasse uma luta mais frontal, caso fosse necessário, pois estas não estariam dispostas a perderem suas terras, ou o único meio de produção que estes tinham.

A reportagem mostrou que para os moradores da região do Maratininga e Arauai continuarem com suas terras, a solução seria se organizarem, e para isso fizeram um encontro em meados de novembro de 1981, quando dali surgiram propostas de como fazer essa resistência. Nesse encontro realizado na Vila de Soledade esteve presente o padre Sérgio Tonetto, representando a CPT Guajarina, e que levou a mensagem do bispo de Abaetetuba D. Ângelo Frosi. Em um período em que a Teologia da Libertação estava em seu auge, havia uma certa restrição para que os bispos da Igreja Católica não se envolvessem diretamente com os problemas sociais tão intensos, como era o caso da violência no campo. A disputa com o proprietário da área pretendida para o projeto desenvolvimentista perdurou por um longo período, mais as famílias não saíram de suas terras, pois a parte jurídica da Fase estava do lado dos lavradores, como nos fala a advogada que defendeu esta causa na época.

A Reasa, a Universal e o Serruya foram fortes por que eles tinham muito financiamento, era grupos de fora, de São Paulo, que inclusive tinham incentivos fiscais, então era uma luta contra eles e contra o estado né, e contra também o Judiciário, por que na verdade, advogado de sindicato é muito mal visto pelos próprios funcionários, e a luta era contra a grilagem de terra também, por que na verdade nós detectávamos os títulos falsos e a gente argüia isso em juízo né, então

⁹⁸ RESISTÊNCIA, Jornal. Latifúndio dos Serruya aterroriza posseiros. Nº 32 – dezembro de 1981. Fonte: Pessoal.

era uma luta jurídica, política, social. Agora é muito interessante, eu nunca vi o Serruya, eles entraram com uma..., eles compraram, como todo processo de grilagem, ele se dava, eles compravam uma área de terra de mil hectares, digamos assim, de repente quando você vai fazer o documento, você tem dez mil e esses dez mil você se apossa pra colocar as pessoas pra fora, o procedimento é mais ou menos esse e é geral para todos e foi um pouco isso que ocorreu com o Serruya. Ele comprou vários títulos de terra, que eram títulos de posse na verdade do Iterpa e transformou num documento do cartório e esse documento ele entrou com as reintegrações, esse foi o procedimento básico para todos e então nós trabalhávamos no sentido de fortalecer a organização local, criando delegacias sindicais e organizando o núcleo de resistência e juridicamente também tentando travar todos esses procedimentos, e isso foi interessante porque a gente conseguiu fazer as duas coisas né. Na verdade os processos nunca chegaram ao final, eu nunca vi um processo lá meu ser concluído, mas em compensação também os trabalhadores não saíram de lá. Eu acho que essa foi a nossa grande contribuição para a luta dos trabalhadores.⁹⁹

O apoio jurídico foi de fundamental importância para a defesa dos trabalhadores, que resistiam nas suas localidades, defendendo suas terras, com a organização familiar, comunitária, e da parte das lideranças da oposição sindical no primeiro momento junto com a Igreja Católica e com a assessoria da Fase, que auxiliava com a parte judicial, foi que os trabalhadores rurais puderam conseguir vitórias e permanecerem em suas propriedades, mas a luta era difícil e incansável para todos, ora estes lavradores comemoravam vitórias, ora ficavam apreensivos com a possibilidade de perderem suas terras e até mesmo suas vidas, quando resistiam e sabiam que as investidas pelo lado dos grileiros poderia ser muito forte. Ainda no ano de 1983, mais uma denúncia foi feita na imprensa sobre o conflito de terra com as famílias do Alto Moju.

Dizia a matéria, que 280 famílias da região do Alto Moju, da localidade do Igarapé Arauai estavam ameaçadas de serem expulsas pelo fazendeiro conhecido por Estefano. Todos os colonos instalados na área eram detentores dos títulos de posse definitiva, mas o grileiro não estava se importando com isso. Toda a situação conflituosa começou a partir de 1981 quando o senhor Estefano mandou fechar uma picada¹⁰⁰ que dava acesso aos igarapés Arauai e Ipiranga, proibindo os moradores de pegarem água e de andarem dentro dos seus próprios terrenos. A presença dos jagunços era uma constante tentando intimidar os posseiros. uma das grandes reclamações era voltada contra o presidente do Iterpa, por acreditarem que este não estaria disposto a ajudá-los, quando estes o procuraram.

⁹⁹ TAVARES, Vera. Lúcia Martins. Ex-assessora do STR de Moju. Ex – presidente da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH). Atualmente é Secretária de Segurança Pública do Estado do Pará. Entrevista realizada em 04/04/2006.

¹⁰⁰ Pequeno caminho que serve apenas para o deslocamento de pessoas de um destino a outro.

Os lavradores reclamaram que o presidente do Iterpa não lhes deu muita atenção, mas que prometeu mandar apurar o caso no próximo dia 22, quando uma comissão de técnicos irá até a área. Os lavradores acusam o fazendeiro Estefano de ter mandado assassinar o lavrador Lúcio Souza de Oliveira, 35 anos, uma das principais lideranças da comunidade. O crime ocorreu no dia 9 de setembro de 1981 e o criminoso seria um pistoleiro que trabalhava para o Estefano. Eles dizem que a situação está bastante tensa e temem, caso o conflito se acentue, que possa haver ainda outras mortes.¹⁰¹

Os conflitos pela terra ganhavam uma dimensão que de certa forma assustava os lavradores, pois não era comum a situação que estava sendo vivenciada nesses primeiros anos da década de 1980. É verdade que nestes primeiros momentos as agroindústrias já haviam se disseminando por várias partes do município, causando conflitos de terra, com tentativas de expulsão desses lavradores, mas também a morte já se fazia presente, como tinha sido o caso do lavrador Lúcio Souza de Oliveira, uma das primeiras vítimas do latifúndio em Moju. Na verdade, a primeira vítima do lado dos trabalhadores rurais, numa relação de várias que viriam perder a vida durante toda a década de 80, numa grande omissão por parte das autoridades competentes que poderiam ter tomado decisões no sentido de conter o avanço dos projetos agroindustriais que se instalaram no município, e que transformaram o campo mojuense num cenário de disputas pela terra, que em alguns momentos foram transformados em campos de batalha, como foi o caso da empresa Reasa e os moradores da região do Jambuaçu, que terminou com a morte de um vereador latifundiário, como apresentaremos no capítulo a seguir deste trabalho.

III – Capítulo – 07 de setembro de 1984. Resistência ou morte?

Tradicionalmente, uma das datas cívicas mais importantes do Brasil é o 07 de setembro. É sinônimo de orgulho pela conquista de independência, fato que marcou a

¹⁰¹ O LIBERAL, Jornal. Iterpa promete apurar conflito no Alto Moju. Belém (Pará). 18/03/1983. Fonte: Arquivo Pessoal.

separação política do povo brasileiro do reino de Portugal. É bem verdade que na atualidade este sentimento de amor pela pátria já não está tão presente na sociedade, principalmente em cidades do interior da Amazônia. Mas já houve período em que a data era sinônimo de patriotismo obrigatório, de as pessoas se arrumarem cedo e assistirem a desfiles escolares, principalmente no período em que o Brasil viveu no período da Ditadura militar e após este período ainda esteve muito presente esta prática.

Porém, no município de Moju, o 07 de setembro do ano de 1984 passou a ter um significado maior do que o amor pela pátria começou a ser sinônimo de resistência para os lavradores das comunidades do Curupeté e Ipitanga, que faziam parte da região do Jambuaçu, pois nessa data, 44 trabalhadores rurais, assassinaram o grileiro de terras da empresa agroindustrial Reasa e também vereador do PDS, Edmilson Soares.

Naquele mês de setembro do ano de 1983, os conflitos no campo estavam em um estágio avançado. Como já foi mostrado, a região do Alto Moju e do Jambuaçu eram as regiões mais delicadas pela forma como as agroindústrias avançavam em direção as terras dos lavradores, terras sem cerca, onde o uso poderia ser comum a varias pessoas de uma mesma família, ou até mesmo entre uma vizinhança maior.

José de Souza Martins nos dá uma dimensão de como certas mudanças ocorreram no cenário brasileiro referentes a questão da posse da terra, quando discute A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, mostrando os diversos significado que a terra já teve. Para Martins, o costume do homem “comum”, o seringueiro, o posseiro com relação a propriedade da terra é diferente do homem de negócios, aquele que pretende a terra para expandir seus lucros. Para ambos, o que se tem visto nos últimos anos é uma disputa desigual, em que os camponeses, indígenas, extrativistas tem levado desvantagens em relação a esses empresários que a todo custo tentam tomar as terras.

Se para os latifundiários que tentam se apropriar das terras dois camponeses, se apropriando em leis ou em fraudes de cartórios que possam lhes beneficiar, para os colonos, a lei que conhecem é outra, como nos mostra o autor.

Em toda região amazônica ainda é forte a concepção de sinal de ferro como indicativa de amansamento da terra, amansamento que por si só gera um direito de posse reconhecido por todos, menos, evidentemente, pelos portadores de títulos e documentos de propriedade. O sinal de ferro é a marca do machado que derrubou a mata, desbravou e amansou a terra, incorporando nela o trabalho duro que quem primeiro nela trabalhou. Em muitos povoados e vizinhanças do Maranhão, do Tocantins, de Goiás, do Pará, do Mato Grosso e da Amazônia Ocidental, esse direito que já foi lei prevalece no consenso e no respeito do que é de um e

do que é de outro. Não se cria, no entanto, por aí, a propriedade privada. Cria-se apenas um direito de uso privado (e familiar) da terra comum.¹⁰²

Foi esse o significado que sempre (ou em boa parte) existiu nas regiões do município de Moju, a lei da terra marcada pelo machado, facão, foice, do homem que sempre habitou a terra, sem muito se preocupar com as questões legais ou burocráticas. É verdade que muitas famílias possuíam o documento que lhes assegurava o direito de propriedade, mas muitas outras não. Isso servia de pretextos maliciosos para os donos dos projetos agroindustriais que tinham interesse em expulsar essas famílias de suas propriedades.

Embora as terras trabalhadas e habitadas a um longo período por essas famílias que não possuíam o documento que comprovasse que a terra lhes pertencia, estas aparentemente não tinham uma preocupação no sentido de que poderiam perdê-las, pois algumas leis já lhes eram favoráveis, como a Lei do Usucapião, que dizia que após um ano e um dia na terra, o lavrador teria o direito a esta propriedade. Por outro lado, as terras também não pertenciam aos latifundiários. Também o estado entrava na questão muitas vezes dizendo ter direito sobre essas propriedades, mas que não existia problema no primeiro momento em permitir que estas fossem trabalhadas pelos colonos, sendo que num segundo momento, visando interesses, leis que antes defendiam os pequenos posseiros das terras, viravam-se contra estes.

Essa discussão está presente em Thompson¹⁰³, com Senhores e Caçadores, quando o autor tece a discussão sobre direitos a propriedade. O autor refere-se aos conflitos sobre o direito de retirar a lenha e principalmente a caça (cervos) das florestas que pertenciam aos reis e a nobreza da Inglaterra durante o século XVII, XVIII e XIX por camponeses moradores das áreas próximas a essas florestas. Ocorre que em determinados momentos, as terras que de certa forma são “públicas”, começam a pertencer a um pequeno grupo de pessoas considerados nobres, e que não estão mais sujeitas a permissão para a os camponeses que dali retiravam o essencial para suas sobrevivências.

Thompson mostra ainda que para conter essas pessoas, leis foram criadas com o intuito de penalizarem de formas severas quem as desrespeitassem, como foi o caso da Lei Negra, criada no ano de 1723. Esta Lei gerou uma série de atritos, pois os camponeses visavam meios de burlarem e continuarem podendo usufruir direitos que achavam poder

¹⁰² MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, “História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. IN: Novaes, FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1938, pp, 671-672.

¹⁰³ THOMPSON, E.P. Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

possuir, mesmo sendo contrários pelos magistrados que compunham o parlamento, que editavam leis que beneficiavam apenas uma pequena burguesia.

Assim, os projetos agroindustriais instalados em Moju, baseavam-se nas leis que pudessem lhes favorecer, principalmente nas leis que defendiam o desenvolvimento da Amazônia, criadas pelos governos militares, sendo que os lavradores que viviam nas terras há tanto tempo, poderiam perdê-las, pois o parlamento brasileiro pouco, ou quase nada fazia para resolver a situação conflituosa que começava a existir, principalmente na região Norte do Brasil.

Frente a essa situação, os colonos que estavam sendo expulsos de suas terras, também começaram a se organizar e criar mecanismos para resistirem e não serem expulsos do lugar de onde retiravam o sustento de suas famílias. Um caso interessante e que marcou a história dos trabalhadores rurais como foco de resistência e que criou uma cartilha de leis criadas por estes trabalhadores, foi no município de Baião, com a famosa Lei do Anilzinho, uma lei criada pelos trabalhadores, mas que nunca foi editada por nenhum parlamento. Foi uma Lei criada pelos lavradores, mas que serviu de base para suas defesas contra a tentativa de expulsão pelos grileiros. Vera Tavares, que no início dos anos 80 trabalhava nessa região, nos mostra como surgiu esta lei.

Entre todos os conflitos, que a gente sempre achava que do lado de Baião, que é a região da estrada, que é Tucuruí, Cametá, mas que fica no município de Belém, as terras eram muito boas, então aquela região ela era cheia de conflitos e quase todos os conflitos eram já com fazendeiros, grileiros de outros estados. E o Anilzinho não fugia a regra, a diferença do Anilzinho é que o Anilzinho era uma comunidade de negros né, eram basicamente negros e que inclusive o padroeiro era o São Benedito, tinha uma festa muito grande do São Benedito. Então o Anilzinho era um rio, um Igarapé, que passa lá embaixo, e é um igarapé que a cor é bem azul, por isso Anilzinho também, e é farto de água, as terras muito boas, e um fazendeiro se estabeleceu lá. Então o Anilzinho era o nosso grande encontro que foi feito lá na região por que era o lugar que foi decretado despejo dos trabalhadores, foi um despejo muito violento, então na verdade era um desafio pra retornar pra aquela área, era o nosso primeiro grande desafio, tanto que em três dias foi construído um barracão, claro que de taipa, barro e coberto, amarradinho, mas assim foi, todas as outras comunidades vieram reforçar a luta dos companheiros do Anilzinho. E o detalhe mais importante é que no final do encontro, se tirou doze pontos que foram consensuados lá na reunião dos trabalhadores de como se devia agir em caso de conflito de terra. Então era primeiro resistir, então tinham doze pontos, nem consigo me lembrar bem, que seria como se fosse a lei, que depois foi denominada lei, que os trabalhadores se pautariam para fazer o enfrentamento com o grileiro de terra, isso ficou conhecido como a lei do Anilzinho, que foi o grande ganho e que realmente foi o instrumento, depois fez com que os trabalhadores se fixassem e resistissem naquelas terras lá da região de Baião. E outros municípios também acabaram aderindo a Lei do Anilzinho.¹⁰⁴

¹⁰⁴ TAVARES, Vera. Lúcia Martins. Ex-assessora do STR de Moju. Ex - presidente da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH). Atualmente é Secretária de Segurança Pública do estado do Pará—SEGUP. Entrevista realizada em 04/04/2006.

Ora, os trabalhadores tinham orientação de pessoas que acompanhavam os problemas relacionados aos conflitos pela posse da terra¹⁰⁵. Mas isso não era suficiente. Era preciso formar lideranças para que estas pudessem organizar as outras pessoas a fim de enfrentar os latifundiários, e este foi o papel da equipe Fase que esteve presente nos municípios onde existiam os conflitos pela posse da terra. A lei do Anilzinho, que foi denominado de um pequeno rio, e que também por esse motivo havia sido motivo pela disputa da terra no município de Baião, serviu como base de resistência para os colonos de vários municípios, primeiro por que os doze pontos eram de fundamental importância para a resistência na terra, explicando muito bem como fazer para não perderem suas terras.

Raimundo Valdomiro¹⁰⁶, que discutiu em um trabalho o campesinato na região de Cametá, no Baixo - Tocantins nos mostra as 12 leis que foram criadas pelos trabalhadores rurais e que serviam de base para a resistência na terra.

1. Resistir na terra; 2. A terra é da comunidade; 3. A terra é pra trabalhar nela (...);
4. Fazer a demarcação da área sem esperar pelo Governo; 5. Defender a terra com armas, se for preciso, machado, terçado, espingarda, etc. Reagir ao ataque da grilagem; 6. Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas (...) imprensa (...); 7. Fazer oposição sindical e política . troca de delegado sindical pelego (...), 8. (...) Criar comissão de terra; 9. Construir casa comunitária ou capela e exigir posto médico (...) para dar mais segurança na terra, 10. Organizar a comunidade (...) através de trabalho coletivo; 11. Criar um fundo de manutenção de encontros; 12. Lutar pela reforma agrária radical e imediata.¹⁰⁷

Como o grupo homens de Moju haviam participado do encontro de lavradores em Cametá em 1979 e posterior os contatos e notícias ficaram muito mais direto, uma vez que os conflitos existentes na região do Baixo – Tocantins eram semelhante aos de Moju, os trabalhadores rurais passaram a conhecer o problema da comunidade Anilzinho, que não eram tão diferentes assim. Por isso, as 12 leis criadas no encontro foram muito utilizadas no município mojuense, principalmente na região do Ipitinga – Curuperé, palco do conflito.

Ali, as leis foram seguidas a risca, tanto que foi criada cantina comunitária para que estes não dependessem do supermercado da cidade, trabalhos de mutirão para fortalecer as plantações, denúncias nos meios de comunicação como uma forma de expor a situação dos problemas na área. E foi o que aconteceu com o conflito da firma Reasa, com os posseiros da

¹⁰⁵ Aqui me refiro às equipes da FASE, CPT, STR, FETAGRI, sendo estas as mais ligadas aos problemas no campo e que davam apoio aos lavradores.

¹⁰⁶ SANTOS, Raimundo Valdomiro de. Modalidades de credito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá. Naea – UFPA. Belém – PA, 2000.

¹⁰⁷ Relatório do I Encontro Anilzinho, realizado em Anilzinho – Baião, 10 e 11 de julho de 1980. In: SANTOS, Raimundo Valdomiro de. Modalidades de credito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá. Naea – UFPA. Belém – PA, 2000.

região do Jambuaçu, quando todas as possibilidades de resolverem os problemas pelas vias legais não se concretizou. O ponto 5 da Lei Anilzinho entrou em cena, não restando outra alternativa senão a violência conflagrada, terminando na morte do vereador.

A Reasa, diferente de certa forma dos outros projetos agroindustriais como a Socôco, a Crai, a Agromendes, a Dempasa que haviam se instalado no município mojuense com o intuito de plantarem coco e dendê, não apresentou um grande interesse pelo que haviam projetado. Mesmo com conflitos por tentarem aumentar suas áreas de produção, os demais projetos citados acima cumpriram com suas metas, e logo foi visível que estas iriam levar adiante seus objetivos, enquanto que a Reasa não dava o menor sinal de que seus interesses eram realmente o de plantar dendê.

O projeto havia sido instalado no município em fins dos anos 70, por um grupo de sócios vindos da região sudeste do Brasil, sendo que o principal dono era conhecido pelo nome de Célio. O Edmilson Soares, que no ano de 1982 havia sido eleito vereador, tinha sido contratado pelos donos como uma espécie de gerente da empresa. Ele era uma pessoa que ficava encarregado de contratar trabalhadores para desenvolverem as atividades. Toda a história do conflito com a Reasa ficou muito resumido a figura desta pessoa por que em todo o período do conflito, ele foi o que se fez passar como sendo um dos donos da empresa, daí a sua figura ter se tornado de certa forma emblemática em todo o processo litigioso.

Não foram apenas os lavradores da região e o Edmilson que fizeram parte deste cenário, muitas outras pessoas participaram de forma ativa, como as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, A advogada da Fase, Dr^a Vera Tavares, A Igreja Católica de Moju, a esposa na época do vereador, os políticos locais, como prefeito Didi Teixeira, e os vereadores. Instaurou-se um clima de tensão, como iremos observar nas falas das pessoas diretamente ligadas a situação.

A localidade onde a Reasa se instalou foi em Santana do Alto, um povoado que ficava localizado no médio Jambuaçu. Sempre ficou transparente que o objetivo dos proprietários não era o de desenvolver qualquer tipo de empreendimento ligado a produção do dendê, mas sim de especular a terra. Isso significava que os proprietários conseguiriam grandes quantidades de terra, e através de financiamento para o projeto, estes aplicariam o dinheiro em outros negócios, propriamente imobiliários em outras regiões do Brasil, como o sudeste.

Sérgio Tonetto¹⁰⁸, na época padre de Moju, nos reporta de certa forma, os primeiros processos conflituosos contra a firma Reasa. Segundo ele, a região do jambuaçu foi uma das

¹⁰⁸ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

regiões do município onde a dificuldade de criar uma organização que enfrentasse o latifundiário foi maior, visto que segundo sua ótica isso parecia algo “cultural e histórico”.

A gente acompanhava, inclusive as comunidades do Jambuaçu e eu passava mais de mês no alto Moju e Cairari, mas eu passava semanas visitando as comunidades do Jambuaçu, São Manoel, São Bernardino, Santana do alto, Trindade, Curuperé, enfim, um certo ponto, eu não me lembro exatamente quando a gente se deu conta da presença dessa firma e o pessoal que vendia terra, e eu sentia que o pessoal não sabia como enfrentar essa coisa, e percebia, até por que dentro do município todo de Moju, na minha avaliação, a maior dificuldade teve de organizar os trabalhadores foi no Jambuaçu, e eu justifico por que o povo do Jambuaçu é mais tradicional, no sentido “arcaico”, então a organização sindical era mais complicada a ser enxertada, inclusive as Comunidades Eclesiais de Base do Jambuaçu eram mais fraquinhas do que as comunidades do Alto Moju. O conflito com a Reasa começou a se acirrar quando lembro por exemplo, queimaram algumas casas no ramal que naquela época era chamado de ramal da Reasa que ligava a PA 252 a vila Nossa senhora das Graças, onde hoje mora o Narciso, a dona Fuluca e assim por adiante. O seu Nabor mora ainda lá. Se não tivéssemos começado pelo menos um processo de pelo menos resistir, esse povo já teria saído, e eu me lembro naquele dia como o seu pai, nós chamaram urgentemente, não lembro quem foi que veio avisar a gente, “corram logo lá no ramal da Reasa por que o negócio lá está feio”, não sabíamos como fazer pra chegar lá rápido, e olha a loucura, pegamos o barco da paróquias e descemos até a localidade de Juquiri, margem direita do rio Moju, fomos de pé do Juquiri ao ramal da Reasa andamos um dia inteiro, chegamos lá era por volta das cinco e meia da tarde, o povo já estava reunido, eu me lembro, a preocupação que a gente via no rosto desse pessoal, a tensão e o medo. Nós fizemos a reunião, o encaminhamento que fizemos, vamos denunciar em Belém, e nós fomos em Belém, juntamos uma equipe, a dona Fuluca tava, a filha dela tava, o Virgílio tava, (...), e nós fomos no governo do estado, naquela época quem era o Secretário lá era Romero Ximenes, nós apresentamos nossas queixas, depois eu não lembro se nós fomos ao Iterpa não, mas aqui nós fomos. O que é que deu isso, deu que a firma pelo ao menos parou um pouco, até por que o negócio apareceu na imprensa, isso. Eu lembro muito bem esse episódio.

A lembrança do padre Sérgio Tonetto mostra que de certa forma, as comunidades da região do Jambuaçu não tinham a mesma organização que outras comunidades, como as da do Alto Moju, eram mais desorganizadas, e isso não é apenas pelo fato do conflito que se instalou nesse período, mas por que sempre ficou visível a dificuldade desses lavradores conseguirem organizar as Delegacias Sindicais. Agora, sem sombra de dúvida, essa passividade dos moradores foi fundamental para que a empresa tivesse conseguido os objetivos de ampliar suas terras, expulsando esses moradores de suas propriedades, ora com propostas de compras das terras por valores irrisórios, ora pela violência descarada, como acontecia de famílias resistirem e suas roças serem invadidas por gados e pistoleiros desses empresários.

A grande questão do conflito que se deu com a firma Reasa na região do Jambuaçu, e que já foi mencionado, era que esta empresa queria se apropriar de uma grande quantidade de terras, talvez pelo fato, de assim conseguir mais financiamento para outros empreendimentos,

e que por este fato ela ia adquirindo terras ao longo boa parte de extensão da região do Jambuaçu, e que o conflito violento acabou por se dar já na comunidade do Curupeté e do Ipitinga, uma área com uma distancia considerável de sua sede na localidade de Santana do Alto, e que terminou com a morte do vereador Edmilson. Um relatório¹⁰⁹ apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju mostrava como estava a situação do município em relação aos conflitos de terra, e que denunciavam a região do Alto Moju e do Jambuaçu.

Rodovia PA 252 - Região do rio Jambuaçu	400 famílias, pela REASA
Igarapé Poacê - Região do Jambuaçu	16 famílias , pela REASA
Alto Moju - Ig. Tapera-Arauai Ig. Maratininga	300 famílias, pela Agropecuária "Olho d'água", Grupo Serruya
Alto Moju - região Mamorana Paraíso-Curuçá Cauaçu	260 famílias, pela madeireira S. Braz
Alto Moju - Região Arauai	300 famílias, pelo Estefano
Total	1.276 famílias

Percebe-se através dos dados como o município de Moju estava envolvido pelo conflito agrário e a região do Jambuaçu começava a enfrentar o problema, sem a organização das comunidades que aos poucos, as famílias iam deixando de permanecerem em suas propriedades. Cabe frisar, com mencionou o padre Sérgio Tonetto, que em várias comunidades, as CEBs eram muito “fracas”, mas que em certo momento, a resistência começou a aparecer, juntamente com a representatividade dos órgãos de defesa desses trabalhadores como o Sindicato e a Igreja. Estes por sua vez, junto aos lavradores procuravam órgãos competentes em Belém para denunciarem os fatos, como a que foi publicada em 1982 no jornal a Província do Pará.

Segundo a matéria, mais de “30 posseiros” haviam ido denunciar junto a CPT as perseguições que estavam sofrendo por conta das empresas Serruya e Reasa. A primeira referente à região do Alto Moju e a segunda referente a região do Baixo Moju e que compunha automaticamente a região do Jambuaçu. Segundo os posseiros, o objetivo das empresas seria a retirada destes moradores para a implantação dos projetos agroindustriais. De

¹⁰⁹ Relatório sobre os conflitos de terra nas regiões do Alto Moju e Jambuaçu organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Fonte: Dossiê Família Virgilio.

acordo com os colonos, estes já haviam procurado o ITERPA, mas o órgão não teria dado solução para os seus problemas.

O padre Sérgio Tonetto, representante da CPT em Moju e que sempre estivera do lado dos trabalhadores denunciou que a firma Serruya estava conseguindo fazer com que alguns lavradores “induzissem” outros a venderem suas terras para a empresa, numa espécie de “grilagem mansa”.

O posseiro Narciso dos Anjos Silva, residente no local há 41 anos revela, por exemplo, os transtornos causados pela firma em sua área. “Eles foram ampliando o lote adquirido e vararam na linha do meu terreno. Quando me descuidei, metem trator na minha roça, jogaram limoeiro, abacateiro, açaí...”.

Já a senhora Florência Corrêa da Silva denunciou que os pistoleiros contratados pela firma Reasa estão perseguindo seu pai de 78 anos de idade que mora no local desde que nasceu. Além disso, ela revelou ainda que, “eles estavam a caça do meu irmão porque ele não aceitou qualquer transação de venda”.

Por sua vez o posseiro José Correia da Cunha apontou o tenente João Ferreira de Lima, da Aeronáutica, como grileiros da firma Reasa. “Ele comprou um pedaço de terra de 300 metros de frente e foi ampliando e chegou nas nossas terras. Já prometeu levar a Aeronáutica, o IBDF e já andou com um bando de pistoleiros da Reasa”. Todas essas denúncias foram apresentadas ao diretor do departamento fundiário do Iterpa, Pedro Marques, o qual prometeu aos posseiros tomar providências contra as firmas. “Sempre procuramos os órgãos competentes, mas ninguém deu bola. Nunca fomos atendidos”, reclamam os posseiros.¹¹⁰

Como já foi mencionado, a firma Reasa estava disposta a conseguir a maior quantidade de terras que pudesse para ampliar seus objetivos. Para isso a empresa viabilizou uma tática diferente para finalmente fazer com que o objetivo fosse alcançado. Segundo o padre Sérgio Tonetto, o líder sindical Manoel Libório e moradores da comunidade do ipitinga, a estratégia foi contratar para gerenciar a e firma o mineiro Edmilson Soares, um homem carismático, de fala “mansa” religioso, que poderia de maneira não violenta cumprir com os ideais da empresa.

O fato tem verdade, tanto que no ano de 1983, este foi eleito pelo PDS¹¹¹, compondo a maior bancada do município com cinco vereadores e ainda contando com a vitória do prefeito municipal, Benedito Teixeira, tudo ficava mais fácil aparentemente para a empresa Reasa alavancar cada vez mais a possibilidade de aumentar sua vastidão de terras.

Assim sendo, cabia ao então gerente e vereador esta tarefa de fazer com que a ampliação fosse concretizada. Agora, além de vereador, este também utilizava as

¹¹⁰ PARÁ, A Província do. 23/06/1982. Fonte: Arquivo Pessoal.

¹¹¹ Na eleição de 1983, em Moju foram eleitos prefeitos e vereadores de apenas dois partidos, do então PDS, que agregava filiados da ARENA, e também pelo PMDB, que agregava filiados do MDB, sendo que a maior bancada ficou por conta do PDS com cinco vereadores, sendo estes: Manoel Vilar, Jaime Sarraf, Cleto Medeiro, Deodoro Rocha e Edmilson Soares. Enquanto o PMDB elegeu apenas quatro vereadores, sendo estes Feliciano Souza Ribeiro, Benedito Teixeira, Raimundo Valadares e André Vale da Costa. O prefeito Benedito de Azevedo Teixeira, mais conhecido por Didi Teixeira, foi eleito pelo PDS. Fonte: Arquivo família Virgílio.

comunidades para mostrar-se como um “evangelizador”, ou como uma liderança religiosa. O padre Sérgio Tonetto que viajava com frequência para as comunidades do interior na região do Jambuaçu percebeu como eram as investidas do então representante da empresa, e nos conta como ficou irritado um certo momento quando chegou em uma dessas comunidades e se deparou com inúmeros cartazes deste na capela onde se fazia as celebrações litúrgicas.

Deus santo, a primeira... raiva, raiva não por que eu não sou cachorro, mas a primeira revolta que eu tive com o Edmilson foi quando num certo ponto visitando as Comunidades Eclesiais de Base do Jambuaçu, eu comecei a reparar, olha o que é que significa, eu comecei a olhar que na capela, ou nos barracões onde o pessoal fazia as reuniões, onde nós fazíamos os encontros, tinha o retrato, não o retrato, tinha o santinho que é pior, o santinho do diabo do Edmilson. Atrás do santinho, tinha a oração da Santíssima Maria Trindade, aquilo ali me revoltou, e eu comecei até a ficar meio brabinho com os dirigentes do pessoal das Comunidades Eclesiais de Base. “Não é possível que vocês aceitem que esse filho de uma Égua pendure a cara dele ali”, inclusive num espaço sagrado como pode ser a capela e o barracão, por que o barracão é um espaço sagrado para as comunidades. Não é admissível que se faça assim quando vocês sabem da briga que nós temos, inclusive vocês com a Reasa. Ai o pessoal, “sabe como é, pá, pá, pá”, mas essa foi a primeira coisa, e eu ali me apercebi, por que eu não era besta não, mas eu comecei a reparar que a Reasa na pessoa do Edmilson estava usando o discurso religioso e estava se aproveitando dos espaços sagrados do povo de Deus para levar adiante por baixo dos panos a proposta da tomada total do território do Jambuaçu, digo território agora por que lá moram quilombolas declarados.¹¹²

Por outro lado, podemos perceber através da narrativa de sua ex-companheira, Elizabeth¹¹³ que o discurso utilizado pelo padre Sérgio Tonetto era muito pesado, pois segundo esta, ele era muito ligado as comunidades, todo o dinheiro que este recebia da atividade parlamentar, era gasto com as pessoas vindas dessas localidades, como podemos observar na sua narração.

Então como ele gostava muito de comunidade, tá nas comunidades, ele era uma pessoa muito religiosa, numa dessas vezes eu fui pra uma festa com ele lá no São Bernardino, que nessa época eu era bem jovem, e ele já tinha uns trinta e poucos anos, quase quarenta anos, nós fomos no carro dele que ele tinha um carro velho, nós fomos pra essa festa e começamos a namorar, namorar, mas não era assim um namoro de compromisso, ele era casado, separado, a mulher dele era de Belém, morava em Belém, e a família toda de São Paulo, ele tinha aquele contato com a família, mas ele não vivia com a mulher dele. Agora eu não conhecia se ele tinha coisa obscura, se ele tinha algum relacionamento ruim com comunidade. Nessa época, que eu tava com ele, por que ele era uma pessoa que ele veio pra desenvolver a empresa Reasa, ele e os sócios que estavam instalados na Santana do alto, que era a Reasa. Nessa época a Reasa já estava praticamente falida e nesse período, o Célio era um dos sócios do Edmilson, então eles tiveram quase que uma briga, quando ele entrou pra política, ele abandonou um pouco a empresa já por consequência da empresa estar falindo e ele se

¹¹² TONETTO, Sérgio. Ex –pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

¹¹³ FRANÇA, Elizabeth dos santos. Professora e viúva do vereador Edmilson Soares. Entrevista realizada em 03/2006.

desligou e se dedicou pra política e depois ele se dedicou à comunidade a ajudar as pessoas, tanto é que aquele dinheiro de vereador que ele ganhava, não era pra ele, era só pra ele investir nas comunidades, apesar das pessoas falarem que ele era uma pessoa ruim, eu não conheci esse lado ruim dele, eu conheci o lado humano dele, o lado ruim não foi da minha época. eu não o vejo como uma pessoa má, por mais que ele tenha sido, mas pra mim ele não foi e eu não consigo vê-lo assim. As pessoas depositaram toda confiança nele, e ele conseguiu chegar até a câmara como vereador, teve pouco tempo de mandato, ele não pode fazer muita coisa.

Na fala da ex-esposa, pelo seu conhecimento que tinha sobre o companheiro, que para ela este era uma pessoa muito boa, incapaz de fazer maldades a qualquer outra pessoa, pois segundo esta, “todo o seu dinheiro era destinado para os moradores das comunidades onde este atuava”. Fato semelhante também é mostrada na lembrança do ex-prefeito do município de Moju, quando este se refere ao Edmilson, enfatizando que ele era um homem muito corajoso e também bondoso, e que não conseguiu entender como ele acabou morrendo, como nos afirma nesta fala.

Ele não era diretor, ele era tipo capataz na Reasa. Eu acredito que ele contratava pessoas pra trabalhar, eu sei bem que ele era um dos que mexiam lá na Reasa que tinha uma função poderosa na Reasa, né? Agora o que eu te digo é que eu não entendo como o Edmilson com a formação que ele tinha e como ele dizia que era um cara católico, era um cara bom, não sei como ele entrou numa dessa, por que ele era muito católico e o Freitas me falou uma vez o seguinte, que ele trouxe ele pra isso mesmo, que pra ver se o povo não se rebelava, por que ele era um cara dado, e ele era um cara dado mesmo. Eu não entendi como ele entrou nessa fria pra morrer, por que eu acho que ele tinha que morrer mesmo, e quando o cara é assim mesmo ele tem que morrer mesmo, por que eu sei que ele era corajoso. Agora era um cara muito educado, muito bom. Não sei, não entendi.¹¹⁴

Podemos perceber uma série de contradição quando falamos do ex-vereador e representante da Reasa, Edmilson Soares. São várias concepções que existem sobre este. Se para os seus familiares a pessoa dele não é de má índole, é uma pessoa “boa”, de bom coração, incapaz de maldades, para os lavradores este não passava de uma pessoa má, disfarçada de religioso e que só tinha como objetivo ampliar as terras da Reasa, empresa para a qual trabalhava, mesmo que aparentemente estivesse “afastado”, como frisou o ex-prefeito de Moju, Didi Teixeira.

3.1 – Passando por cima de tudo e de todos.

A empresa Reasa havia se instalado na comunidade Santana do Alto. Seu objetivo, como frisou o padre Sérgio Tonetto, era se apropriar de todas a área do Jambuaçu. Com o

¹¹⁴ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

Edmilson como gerente da empresa, até o ano de 1984, a empresa já havia feito uma grande expansão de suas terras, passando por várias comunidades como São Manoel, São Bernardino, Trindade. Por onde esta passava, não havia resistência. Na verdade um foco de resistência se fez nas comunidades do Papuá, onde morava a família do senhor Alcebiades, mais conhecido por Visage. Ali a resistência se fez com a família deste senhor, que resistiram e não “entregaram”¹¹⁵ suas terras, pois outras famílias acabaram vendendo-as para a firma. Outras comunidades que não permitiram que a empresa se apropriasse de suas terras foram as de Santa Terezinha e as do Alto Rio Ubá, onde a resistência foi muito forte também.

De acordo com uma denúncia feita no Jornal O Liberal no dia 04 de janeiro de 1984, podemos perceber o agravamento da situação em que a região do Jambuaçu estava alcançando. A denúncia encaminhada ao Governador Jader Barbalho, ao Secretário de Interior e justiça, Itair Silva, e as lideranças do PMDB e do PDS na Assembléia Legislativa haviam sido feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que mostrava o que a firma Reasa estava fazendo, agora na localidade Nossa Senhora das Graças, próximo do Baixo Jambuaçu com as famílias daquelas localidades. Segundo a denúncia, a empresa havia fechado o ramal que dava acesso à rodovia PA 252, ficando interdita por conta de árvores que haviam sido derrubadas propositalmente para forçá-las a sair de suas casas. O documento mostra ainda que o STR já havia apresentado a situação às autoridades do município, sem que nenhuma providência fosse tomada. Assim, criou-se uma comissão composta pelo vice-prefeito João Cardoso, o bispo de Abaetetuba Dom Ângelo Frosi, o presidente do PT, dois representantes da paróquia de Moju e dois representantes do STR, para verificar o que a empresa estava realmente fazendo naquela região, fato que ficou constatado com a destruição de vários roçados, e que duas famílias com um total de 19 pessoas estavam sendo expulsas sumariamente de suas casas. De acordo com jornal, a empresa mandou colocar fogo no roçado do senhor Durvalino, com o objetivo de que sua casa pegasse fogo e este desistisse de permanecer na área, como nos mostra a matéria abaixo.

Segundo o documento, a “Reasa mandou derrubar a mata ao redor de suas casas e quando foi o tempo da queimada, deu ordem de tocar o fogo na área. A família do Sr. Durvalino Rodrigues (mais conhecido por Tertuliano) passou toda a noite sem dormir, com medo que o fogo alcançasse a sua casa. De fato, as chamas chegaram a poucos metros da moradia, obrigando o Sr. Durvalino procurar abrigo em casa de amigos, a espera de justa solução de seu caso”. Diz ainda que a Comissão flagrou trabalhadores, a mando da Reasa, destruindo o roçado de Durvalino.¹¹⁶

¹¹⁵ O termo se refere à venda da terra por um preço insignificante ou mesmo pela expulsão quando o acordo não conseguia ser concretizado por parte da empresa principalmente.

¹¹⁶ LIBERAL, Jornal O. 04/01/1984. Sindicato do Moju denuncia violências. Fonte: Arquivo pessoal.

Assim se iniciava o ano de 1984 na região do Jambuaçú, com investidas fortes por parte da empresa Reasa, tentando a qualquer custo ampliar suas áreas de terra. Nestas localidades onde o jornal citou, Nossa Senhora das Graças, que ficava no trecho da PA 252, Moju-Acará, é possível perceber a situação vivida por estas famílias que corriam o risco de perderem algo que era tudo o que tinham, como suas roças e casas, fato que acabou acontecendo com o senhor Durvalino após a equipe ter ido embora, pois sua casa acabou sendo queimada num momento de sua ausência.

Nesse sentido, os conflitos com a firma Reasa se estendem por quase todo o ano de 1984, ora com a empresa fazendo suas investidas contra os trabalhadores, ora com os trabalhadores rurais resistindo, ora as entidades de defesa denunciando para os órgãos competentes e para a imprensa, como ocorreu já no mês seguinte. Segundo o jornal A Província do Pará, uma nova denúncia havia sido feita contra a empresa. Desta vez a denúncia havia sido levada pela advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, Vera Tavares, o presidente deste Virgílio Serrão Sacramento e mais sete colonos que seriam vítimas da empresa, ao governador do Estado, Jader Barbalho. Segundo a denúncia, a empresa que havia comprado duas áreas tituladas no município, agora estava expandindo sua propriedade expulsando os colonos que viviam na região de interesse das terras da empresa, e que segundo os moradores estaria descambando para violências generalizadas por parte dos dois lados. De acordo com o jornal, o governador Jader Barbalho já havia encaminhado o problema para o Secretário de Justiça, Itair Silva e também para o presidente do Iterpa, Fernando Velasco, que deveriam encaminhar o caso de volta para o governador e este enviar ao Procurador Geral do Estado, Benedicto Monteiro, a quem caberia encaminhar a solução.

Segundo informava a comitiva de Moju, o caso já teria sido encaminhado para o ex-governador do estado Coronel Alacid Nunes, ao Secretário de Segurança Pública, ao presidente do Iterpa, sendo que nenhuma providencia havia sido tomada. Também já haviam encaminhado documentos à “Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que também havia repassado ao ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e ao IBDF. Nesse caso a comitiva lamentava que nenhuma medida havia sido tomada, e que a qualquer momento a violência poderia se generalizar.

Ainda de acordo com o jornal, uma das táticas utilizadas pela empresa para expulsar os colonos era a de queimar as casas, como podemos observar neste trecho da reportagem.

As terras compradas pela Reasa ficam entre os rios Jambuaçu e Ubá, de grandes extensões e limites difíceis de se estabelecer. Apesar de suas atividades serem de reflorestamento, a empresa plantou na área dendê, começando depois avançar sobre as posses dos colonos, adotando segundo as denúncias, todos os meios que lhe são possíveis – invasões pura e simples, expulsão dos colonos, ameaças e incêndios nos barracos dos colonos que resistiram. A Reasa chegou até a comprar algumas posses. Dois dos colonos que se recusaram a abandonar suas terras estão sendo processados pela Reasa, acusados de invadir as terras da empresa. São eles José Correia da Silva e Laudelino Rodrigues.¹¹⁷

É interessante notar como a empresa conseguiu transformar-se de “vilã” a vítima, fazendo com os lavradores tivessem que responder processos na justiça por “invadir propriedade particular”, no caso, da empresa, quando se sabia que era o contrário. Isso geralmente se devia por estas constituírem um quadro de assessoria jurídica mais complexa que a dos movimentos de defesa dos trabalhadores, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tinha na figura da advogada Vera Tavares, a grande e única representante jurídica desses colonos.

3.2 – Ipitinga e Curuperé: a resistência

Sinônimo de organização e luta, assim já era conhecida a comunidade do Ipitinga mesmo antes do fatídico 07 de Setembro de 1984. O fato era decorrente de ali ter se formado a maior e mais estruturada Delegacia Sindical do município. Embora o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju tivesse sido ‘tirado’ das mãos dos “pelegos” no ano de 1983 por um grupo de trabalhadores rurais de várias partes do município, sem sombra de dúvida, a comunidade do ipitinga foi uma das mais importantes para que esse fato viesse ocorrer. Desta comunidade várias pessoas ajudaram a compor a direção do STR por vários pleitos. Podemos destacar duas figuras de grande importância na organização dos lavradores deste lugar como o senhor Edgar e o senhor Adalberto, mais conhecido por Deca, que chegou inclusive a ser Eleito em 1989 vereador pelo PT (Partido dos Trabalhadores). O senhor Edgar ajudou a compor a chapa pelo PT como candidato a vice-prefeito que concorreu ao pleito também de 1989, não conseguindo o resultado positivo. Dona Maria de Nazaré¹¹⁸, nos conta com era vida que estes levavam.

¹¹⁷ PARÁ, Jornal A Província do. 10/02/1984. Questão de terra pode gerar violência no Moju. Fonte: Arquivo Pessoal.

¹¹⁸ LIMA, Maria de Nazaré Valente. Moradora da comunidade Virgílio Serrão Sacramento. Professora aposentada. Entrevista realizada em 05/04/2006.

Tranqüilo, só vivendo mesmo do extrativismo, da caça, do peixe, plantava mandioca, arroz, feijão, vivia disso lá, depois as firmas chegaram e muitas pessoas que não eram organizadas foram vendendo suas terras, vendendo não, dando né, mas desse pessoal lá que a gente começou a trabalhar em Comunidade Eclesial de Base, não aceitamos de jeito nenhum isso. Nós fomos bater de frente mesmo com as firmas.

A noção de vida ‘tranqüila’ empregada pelos moradores das comunidades de Moju reflete-se no fato de estes entenderem a terra que possuem lhes dá o direito de subtraírem desta aquilo do que precisam, e por isso, em muitos casos não havia a preocupação de se buscar a documentação para comprovação de que esta terra lhes pertencia definitivamente. Assim, o ato de morar nesta terra, por si só é o que lhes basta. Thompson mostra muito bem essa relação com a terra. Em Senhores e Caçadores, a briga pela terra enfrenta a resistência dos camponeses ingleses. Hora com os negros de Windsor lutando pela floresta de Windsor e em outros momentos, a briga é pela floresta de Hâmpshire. A briga se dá pelas constantes leis que são criadas para não permitir que essas pessoas possam retirar lenha, caçar, se beneficiar das florestas publicas, que devem servir basicamente a nobreza e a realeza.

Nesse caso, o parlamento criou várias alternativas para não permitir que os camponeses se apossassem daquilo que também lhes pertencia por direito. Dentre a alternativa que mais causou temor aos camponeses, estava a criação da lei Negra, que significava dar varias penalidades aos ‘infratores’ que fossem flagrados desrespeitando esta lei. A pena mais severa, de acordo com a gravidade seria a execução, numa demonstração de que ninguém deveria desrespeitá-la, caso o fizessem, teriam o mesmo destino que os outros.

Neste caso, os moradores da região onde o conflito estava se dando tinham uma desconfiança muito grande com a legislação brasileira, pois tinham a plena certeza de que as leis não iriam lhes favorecer. A firma Reasa, segundo moradores da comunidade do Ipitinga, começou a colocar os moradores numa situação bastante tensa, uma vez que estes sabiam que a empresa estava vindo em direção de suas terras. No primeiro momento, a presença desta empresa se fez através do Edmilson, então gerente, procurando “conversar” com as pessoas da região. Como frisou o padre Sérgio Tonetto, uma das estratégias utilizadas pelo Edmilson era a de convencer as pessoas com o seu carisma religioso. Ainda segundo a senhora Maria de Nazaré, o Edmilson havia visitado a comunidade do Ipitinga no inicio dos ano de 1983, com a intenção de convencer os moradores a venderem suas terras para a Reasa. Isso aconteceu por que o Edmilson sabia que vários trabalhadores rurais haviam vendido suas terras e estavam trabalhando para a firma Socôco, que também fazia divisa com esta comunidade. A visita feita pelo representante da firma deu-se num domingo pela manhã, momento em que

geralmente se celebrava o culto dominical. A fala da senhora Nazaré abaixo nos mostra o que ocorreu naquele dia.

Ele foi um dia lá, foi num domingo, nós estávamos reunidos, até estudando aquela Assembléia do Povo de Deus, onde que diz assim, o lema diz :”Nós igreja apostamos nos pequenos” e ai nós estávamos reunidos fazendo essa assembléia, quando chegaram lá, ele e mais duas pessoas do Jambuaçu, fazendo parte conosco, disseram que iam ajudar no culto, ai quando nós começamos a falar dos problemas da Reasa, aí quando nós nem pensamos ele saiu sem se despedir de ninguém, aí ele já ficou aborrecido desde daí ele começou a já ter uma intriga com o Edgar, que naquele tempo era o coordenador da comunidade, e o “Deló”, que era o dono da área, que se sentia ofendido, e aí ele dizia que era esses dois que ele chamava de “cabeça” só que ele ficou com intriga desde esse dia lá, que ele não aceitou quando nós começamos a falar da denúncias que tava acontecendo na Reasa, o trator derrubando roça, acontecendo isso aí. Ele tentou mas não conseguiu amizade porque nós logo falamos a verdade na frente dele, não ficamos omitindo.¹¹⁹

O grande interesse da firma Reasa, segundo os moradores e documentos feitos pelo STR de Moju, davam conta de que esta pretendia se apossar de uma grande quantidade de terras, queria ir além daquelas conseguidas já na região do Jambuaçu. As terras localizadas nas comunidades do Curuperé e Ipitanga eram alvos desta empresa, pois ali haviam muitos hectares. Mas para conseguir tal área de interesse, era necessário passar pelas terras do senhor Delorizano Duarte da Costa, mais conhecido por Deló. Este era morador da comunidade do Curuperé, então vizinha da comunidade do Ipitanga. Na verdade era um desmembramento, e portanto, para se chegar nas outras terras, era preciso primeiro ocupar a do senhor Deló.

A disputa por esta terra levou meses, pois segundo o dono, o senhor Deló, os documentos comprovavam que seus antecedentes eram proprietários desta a mais de cem anos. De acordo com uma carta-documento enviada a CPT (Comissão Pastoral da Terra) logo após a morte do vereador, para que esta fosse divulgada em diversos setores da sociedade e encaminhadas as autoridades, remetiam exatamente sobre a situação o documento dizia o seguinte. “Esta terra está registrada em cartório, com documentos bem antigos. O primeiro é de 1894. Tempo atrás o senhor Delorizano perdeu um quinto de suas terras quando lhe foi tirado pela firma CAJI¹²⁰.”¹²¹

A “intriga” criada pela firma Reasa com os moradores das duas comunidades foi o fator fundamental para a tragédia viesse a ocorrer, pois nem uma das partes desistiu de seus

¹¹⁹ LIMA, Maria de Nazaré Valente. Moradora da comunidade Virgilio Serrão Sacramento. Professora aposentada. Entrevista realizada em 05/04/2006.

¹²⁰ A firma CAJI estava localizada no km 40 e 60 da PA 252, tomando boa parte das terras do rio Ubá e Jambuaçu, segundo alguns relatos, moradores da comunidade conhecida por Papua foram prejudicados por esta empresa.

¹²¹ ESCLARECIMENTO, Nota de. Carta-documento enviado pelo STR de Moju a CPT. 10/09/1984. Fonte: Arquivo Pessoal.

objetivos, sendo que o da empresa era se apropriar das terras e por outro lado os moradores não tinham a pretensão de sair do lugar.

Jairo Valente¹²², historiador e filho de um dos moradores envolvidos no conflito, escreveu uma monografia em 2002 que relatava basicamente sobre este conflito. No seu trabalho, é colocada todas as circunstâncias que levaram a essa situação. Ali é possível perceber o lamento do senhor Delorizano, frisando que este havia nascido e se criado na área em litígio, e mesmo apresentando o documento de sua terra para o então Edmilson, o representante da firma resolveu fazer um pico, que seria para dividir as terras, sendo que certa parte seria da empresa. E sempre que o senhor Delorizano comunicava que esse pico não deveria ser feito, por um certo período isso era obedecido, sendo posteriormente descumprido. Fato que gerava uma tensão maior.

Ainda segundo Valente, o senhor Delorizano não agüentando mais a situação, convidou 44 homens das duas comunidades num certo dia em que peões da firma faziam um trabalho na sua terra, e foram lá impedir. Nesse dia os trabalhos foram paralisados. Porém, foi necessário que o senhor Deló fosse até a sede do STR falar com o presidente, Virgílio Serrão Sacramento, que organizou uma equipe para ir a Belém falar com os representantes do Poder Público. Ali foram recebidos pelo Governador Jader Barbalho, que não lhes deu muita atenção, sendo posteriormente encaminhados a Secretaria de Segurança Pública e ao Iterpa. Neste último, o presidente Fernando Velasco, disse que iria fazer um ofício para ser encaminhado ao escritório da Reasa. No período em que esteve em Belém, o Edmilson meteu três tratores que fizeram um verdadeiro “arrastão” nas terras do reclamante.

3.3 – 07 de Setembro: a tragédia anunciada

Uma vez que os trabalhadores rurais das comunidades do Curupéré e Ipitanga haviam recorrido às autoridades competentes e o problema junto à empresa não havia solucionado, o negócio foi partir para outras alternativas, e enquanto a firma avançava nas terras do senhor Deló, mais temor se passava para os outros moradores, pois se esta conseguisse passar por este terreno, os das outras famílias seriam facilmente conquistados.

Em uma certa noite, pistoleiros foram até a casa do senhor Deló e dispararam vários tiros de fuzil em direção a esta, que deixou marcas em varias partes da parede, não deixando vítimas nem feridos por que estes se encontravam na casa do senhor “João Gato”, um

¹²² LIMA, Jairo Valente. Conflitos pela posse da terra – Moju-PA (1984-85). Abaetetuba-PA. UFPA, 2002. Monografia (Não publicada)

morador da comunidade do Ipitinga, sendo que nesse momento percebeu-se que o clima já estava muito tenso, pois segundo os moradores, a firma queria expulsá-los a qualquer custo.

De acordo com o senhor Edgar, uma noite eles foram fazer guarda do casa do senhor Deló, porque os pistoleiros estavam ameaçando invadi-la e matar o proprietário. Uma das estratégias utilizadas por esses lavradores para matar “matarem” os pistoleiros foi à seguinte. “Nessa noite nós colocamos um pilão na rede do Deló e nós ficamos escondidos aguardando ao redor da casa, caso eles atirassem, acertariam o pilão, e nós uns quinze, iríamos atirar neles. Só que infelizmente ou felizmente, eles não vieram.”¹²³

Ainda de acordo com os moradores, a situação já estava insustentável, e para eles não havia mais a quem recorrer. Por isso tomaram a decisão de partirem pra luta armada. Essa decisão foi tomada na comunidade do Ipitinga no dia 05 de setembro de 1984, sendo que no dia 06 de setembro, os 44 trabalhadores rurais foram fazer vistoria na área por onde os empregados da firma já haviam derrubado boa parte da terra. Na empresa trabalhava como vigia um senhor que era morador da comunidade do Curuperé, e ouviu comentários que no dia 07 de setembro, o Edmilson iria fazer frente aos trabalhos e que se fosse necessário, ele mesmo atiraria em quem viesse intervir na obra. Esse fator foi crucial para que os colonos se armassem e fossem pra mata.

No dia 06 de Setembro, na cidade de Moju, estava sendo realizado um Encontro Bíblico, onde havia participantes de várias comunidades do interior. O encontro ocorria no Salão Paroquial, com uma construção ainda de madeira, que ficava localizado em frente a praça principal de Moju e próximo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Nesse dia, um morador da localidade em conflito foi avisar o padre Sérgio Tonetto e o presidente do STR, Virgílio, e outras pessoas que também participavam do encontro que os lavradores já haviam tomado a decisão de partirem para o embate, pois estes iriam à noite para o local onde estava sendo feito o desmatamento.

Mesmo os moradores das comunidades que participaram do conflito e da ação, praticamente serem todos participantes das Comunidades Eclesiais de Base, não procuraram outra alternativa naquele momento, achando que a solução deveria ser resolvida já na base luta armada. Neste caso, o que favoreceu muito esta decisão foi o ponto 5 da lei Anilzinho, que dizia: ‘Defender a terra com armas, se for preciso, machado, terçado, espingarda, etc. Reagir ao ataque da grilagem’, sendo que neste caso, a espingarda é que foi a arma usada, pois para os moradores, os grileiros também viriam armados. Para dar mais encorajamento e

¹²³ LIMA, Edgar. Entrevista concedida a Jairo Valente Lima. IN: Conflitos pela posse da terra – Moju-PA (1984-85). Abaetetuba – PA. 2002. Monografia (Não Publicada).

ser sinônimo da luta pela resistência, o Hino dos lavradores, do autor paraense Benedito Nunes era constantemente entoado nos encontros destes, onde o principal refrão dizia o seguinte.

*Agora nos vamos pra luta,
A terra que é nossa ocupar,
Justiça, nós enfrentaremos,
Na lei, ou na marra
Nós vamos ganhar!*

*Já chega de tanto sofrer,
Já chega de tanto esperar,
A luta vai ser tão bonita,
Na lei ou na marra,
nós vamos ganhar!*

As lideranças sindicais e religiosas não tinham mais como controlar a situação, sendo inclusive acionadas para que posterior ao que viesse a ocorrer, estas se prontificassem a agir em defesa destes lavradores. O padre Sérgio Tonetto, nos conta como foi o ritual antes da partida desses homens para a mata, pois segundo um senhor conhecido por Visagem, antes de saírem fez o seguinte “teste” para que ver quem estava realmente disposto a ir para o campo de batalha que iria ser travado. Utilizando um trecho da bíblia, sua fala dizia o seguinte.

“Esperai, esperai, esperai, nós que somos cristãos, temos a Bíblia que é a nossa ferramenta”. , “mas esperai, esperai”, o seu Alcebiades. “Eu quero ler aqui para vocês, ler para a galera um trecho da bíblia e um conflito e tal”. E leu, era o trecho da bíblia, Gedeão o povo de Deus que estavam se preparando para enfrentar os Filisteus, não lembro, ou se eram os Hebreus. Quem é que vai combatê-los? A bíblia conta o fato. O último teste era..., por que fizeram vários testes, o último foi, quem consegue beber água do rio? Possivelmente fizeram assembléia ao longo do rio Jordão. Quem consegue beber água do rio Jordão sem dobrar o joelho? E o Visage leu isso, ele não deu nenhuma explicação, mas todo mundo entendeu que era para fazer uma seleção. Seriam os 44. Esse episódio me lembro, me Arrepiou a pele.¹²⁴

Tal fato ocorrido às vésperas de adentrarem para o local onde passaria o comboio da empresa pode ser analisado pelo fato de grande parte das comunidades participarem de movimentos como as CEBs, que dava embasamentos religiosos e políticos para saberem questionar direitos básicos.

Para moradores da comunidade do ipitinga, como o senhor Edgar, a empresa não estava preocupada com a situação das famílias que viviam e sobreviviam dessas terras, pois dali tiravam o sustento para seus filhos. Tudo pronto para o confronto, foram os 44

¹²⁴ TONETTO, Sérgio. Ex – pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

trabalhadores para a mata. Foram na véspera, ainda no dia 06, lá se dividiram em grupos. Quatro foram esses grupos formados por onze homens todos armados com espingardas. É o próprio senhor Edgar, uma das mais expressivas lideranças da comunidade do ipitinga e de Moju, que nos conta como realmente ocorreu a ação.

A partir das 5:00 horas da manhã os peões e o pessoal da firma começaram a chegar e as 6:30 horas o trator começou a zoar e a trabalhar. As 7:30 horas apareceu o gerente, o Edmilson e dois pistoleiros, conhecidos como Gordo e Mineiro, todos fortemente armados, com armas nas mãos direita e na esquerda munição. Quando saímos do mato todos os grupos juntos a uma distância de 50 metros, os pistoleiros foram logo atirando, sendo correspondidos por nós. Sucederam-se vários tiros de ambas as partes. Em meio aos sucessivos tiros, nós corremos pela mata, sob tiros para o alto. Depois do tiroteio todos preocupados pensando se tinha acontecido alguma coisa com nosso companheiro.¹²⁵

Após os disparos de ambas as partes, os lavradores procuraram se reunir e ficar atento aos fatos. Só souberam da morte do vereador as 11:00 horas da manhã ainda do dia 07, uma vez que o caso foi noticiado por uma rádio de Belém. Após essa confirmação, a preocupação seria com a defesa, uma vez que o grande temor agora era a prisão que inevitavelmente iria ocorrer e com o medo das torturas que viessem sofrer.

De acordo com o senhor Didi Teixeira, então prefeito de Moju naquele período, ele e mais outros vereadores tentaram convencer o Edmilson a não ir para a área em questão, mas suas palavras de nada adiantaram, como de forma lamentosa, nos mostra.

Nós tava numa reunião pro dia 07, a gente fez, eu levei ele pra casa pra aconselhar pra ele não ir, a esposa, a minha finada esposa levou o Edmilson, até na hora ela falou, “Edmilson, não vai, fica, dorme aqui em casa, tem rede tem tudo, então vai lá pro hotel”, ele gostava de dormir lá no Juraci, “vai lá pro hotel dos Viajantes. Não vai rapaz, amanhã é o primeiro 07 de setembro que a gente vai estar festejando”. E era uma festa tão bonita e acabou na morte dele né. Mas que nada, eu acho que era o dia dele, sabe, ele não podia escapar daquela, por que o cara dizia. “Não, vou conversar, eu vou conversar por que tem que acabar esse atrito, esse atrito não pode continuar”, ele dizia assim.¹²⁶

Na cidade de Moju, de modo tradicional, realizava-se o desfile do dia 07 de setembro, estando ali autoridades como o prefeito. Foi então que por volta das 09:00 horas da manhã chegou a notícia do que realmente havia acontecido região do Ipitinga e Curuperé. Para o

¹²⁵ LIMA, Edgar. IN: SACRAMENTO, Edna do Socorro Diniz. A luta pela terra em Moju: a história do sindicalista Vergílio Serrão Sacramento. 2000. Monografia. (Ciências Sociais). UFPA. Campus de abaetetuba.

¹²⁶ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex – prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/02/2006.

prefeito Didi Teixeira, era necessário que se concluísse o evento, e ainda segundo este, o corpo custou a chegar em Moju para ser velado.

Olha terminou o 07 de setembro. Tinha que terminar né, mas não foi mais aquela festa que tinha que ser né. Com certeza não foi cancelada não, tava tudo em palanque, os alunos estavam tudo desfilando o pessoal, ninguém podia terminar não, parar. Custou a vim o cadáver, quando chegou já tinha terminado, por que foi a policia, foi tanta gente pra lá né, pra trazer o cadáver, já tinha terminado, chegou já era pra mais ou menos 01:00 hs da tarde, custou a chegar.¹²⁷

A morte do vereador Edmilson não despertou uma comoção na sociedade mojuense. Algumas informações como do ex-prefeito Didi Teixeira e do padre Sérgio Tonetto, dão conta de que seu velório não foi carregado de um grande número de pessoas. Segundo o ex-prefeito Didi Teixeira, foi dada toda a atenção devida de um funeral para um homem “representante do povo”, sendo que o seu corpo ficou na Câmara Municipal até aguardar a hora do sepultamento, ocorrendo no cemitério local. O padre Sérgio também menciona que, no dia 08, na hora que ocorria a transladação do seu corpo para o cemitério, passando em frente da casa onde moravam as irmãs (missionárias), Rosa e Adelaide, o que percebeu-se foi apenas uma pequena movimentação de pessoas.

Ainda sobre o velório do Edmilson, Elizabeth com quem este tinha um caso na época, e que nesse período estava em Belém de resguardo da filha que há poucos dias havia acabado de nascer, relata também que este foi enterrado sem sapatos, por segundo sua mãe, os trabalhadores rurais após terem disparado suas armas contra ele, ainda tiraram-lhe os calçados, fator que contribuiu para que o ex-vereador fosse realmente enterrado descalço. Ainda segundo a ex-companheira, um dos fatores que também contribuíram para que não houvesse um número grande de pessoas em seu velório, era a falta de sua família no município, uma vez que já possuía dois filhos com outra mulher que morava em Belém, mas que não foram velar o ente.

A família não apareceu, a única pessoa que apareceu foi o filho dele, mas ele não veio pro enterro, ele veio buscar alguns pertences dele que ele tinha deixado, depois. Então nessa época essa senhora não apareceu que morava em Belém, ele mantinha ela lá com os filhos, ela não apareceu, depois de três dias que ele foi enterrado, ele foi desenterrado pra fazer a autópsia pra saber o que é que tinha acontecido, e nunca apareceu. O que eu sei da família é que ele era casado, separado e que ele tinha dois filhos e que moravam em Belém, e que a família dele, mãe, irmãos, moravam em São Paulo, é esse o conhecimento que eu tenho, até hoje, de lá eu não sei mais. Que ele

¹²⁷ Idem.

deixou, uma filha, a Paula, que é a mãe do João Gabriel, que tá ai, hoje com 21 anos, que é a época que ele morreu, só isso.¹²⁸

3.4 – A repercussão da morte nos meios de comunicação

“Vereador morre numa emboscada – foi no Moju, por causa de problema de terra”. Com manchete estampada na primeira página e sendo a notícia mais importante do dia, assim noticiou o jornal A Província do Pará, do dia 09 de Setembro de 1984. por si só a manchete já passava uma noção para o leitor, quando afirmava que o vereador havia morrido numa “emboscada”, deixando claro que os lavradores seriam os grandes “vilões”. Por outro lado, quando assim complementava, dizendo que o motivo seria pelo “problema da terra”, poderia levar o leitor, antes de ler a matéria na íntegra, que este assunto seria de modo geral bem complexo.

Na primeira parte da reportagem do jornal A Província do Pará, um novo título foi dado para o caso, que dizia o seguinte, “Posseiros assassinaram vereador do PDS em Moju”. A reportagem prosseguia com a seguinte versão.

Interferindo num problema de terra a favor da firma Reasa, responsável pela implantação do projeto Dendê, no Moju, o vereador do PDS, Edmilson Ribeiro Soares, terminou sendo morto, por posseiros, numa emboscada. Foi sexta-feira, as sete horas, quando penetrava na área em litígio, na localidade de Curuperé, em companhia de quatro funcionários da Reasa. A viatura em que estavam foi atacada por mais de 60 homens, todos armados, tombando o *Edil* (grifos do autor) com uma carga de chumbo no peito. O crime levou tensão ao município, havendo deslocamento de uma tropa da PM, de Belém, e reforço requisitado de Abaetetuba, Igarapé Miri e Conde.¹²⁹

A reportagem mostrou a situação crítica em que se encontrava o município mojuense após a morte do vereador, mas exagerou no número de posseiros que haviam se confrontado com a vítima, pois para o jornal eram nada mais, nada menos do que “60 homens”. Um fator curioso foi o tratamento dado a vítima, sendo chamado de “Edil”, uma forma diminutiva e aparentemente íntima por parte da reportagem, uma vez que no município de Moju, este era apenas conhecido por “Edmilson”.

O jornal prosseguiu com a reportagem frisando que a área em que estava o “Edil”, era de propriedade da empresa Reasa, e que ao cortar uma parte dessas terras, que há tempos

¹²⁸ FRANÇA, Elizabeth dos santos. Professora e viúva do vereador Edmilson Soares. Entrevista realizada em 03/2006.

¹²⁹ PARÁ, Jornal A Província do. 09 e 10 de Setembro de 1984. Fonte CPT Regional Norte II.

estava ocupada por posseiros, recebeu uma “carga de chumbo no peito”. Segundo ainda a reportagem, as identidades dos homens não eram conhecidas.

Dando um clima de guerra, a matéria frisava que, tropas militares de Belém, Barcarena, Abaetetuba e Vila do Conde se dirigiam para o local a fim de somarem com os policiais que se encontravam no município para prenderem os acusados. Tentando mostrar a situação do conflito, o jornal dizia que a juíza havia determinado que o promotor Renato Maués tivesse mantido um contato com os posseiros para intermediar o caso, levando propostas para que o impasse chegasse ao fim, fato que não foi conseguido por que os lavradores se negavam a sair por conta das “benfeitorias” que possuíam no lugar. Dessa forma, ainda segundo a matéria, o vereador Edmilson se interessou, achando que sua posição de político poderia resultar em algo positivo para a empresa Reasa. A reportagem concluía informando que a polícia de Moju não sabia muita coisa a respeito de “quem liderava os posseiros”, e que em tempo curto estariam realizando as prisões para que pudessem desvendar o crime.

Já no jornal O Liberal do também do dia 09 de setembro, a manchete em destaque não soou tão forte. Dizia assim: “Vereador morto no Moju ao verificar uma demarcação”. De modo parcial, diferente da reportagem do jornal A Província do Pará, a matéria agora apenas noticiava os fatos, sem aparentemente tomar “partido”. Assim, a matéria afirmava que o vereador havia sido morto por que vistoriava uma área da empresa. Estando acompanhado por mais três homens sendo que apenas este sofreu os disparos, sendo morto instantaneamente. Na última parte da reportagem, mencionava-se a “preocupação” de algumas autoridades políticas com a situação conflituosa em que se encontrava o município.

O deputado Aziz Mutran, que tem no Moju um de seus redutos eleitorais, o informou que foi procurado por vereadores do município contando os problemas que grassam na região. Ele revelou que na segunda-feira, o prefeito Didi Teixeira virá a Belém acompanhado por alguns vereadores para manter contato com as autoridades estaduais e relatar o clima de intranquilidade que toma conta de Moju. O deputado confirmou que o crime ocorreu por conflitos de terra e assegurou que a situação é mais grave do que parece. O prefeito do município solicitará das autoridades medidas urgentes para evitar que os conflitos gerem mais mortes.¹³⁰

De certa forma, a reportagem causa surpresa quando cita a “preocupação” dos representantes políticos para a situação tensa em que se encontrava o município de Moju, uma vez que como já foi citado anteriormente, lideranças sindicais juntamente com os moradores

¹³⁰ LIBERAL, Jornal O. 09/09/1984. Vereador morto no Moju ao verificar uma demarcação. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém – PA.

já haviam feito varias tentativas para o problema fosse solucionado de maneira pacifica, sem, contudo obterem resultado. Na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, duas referencias foram feitas ao vereador morto, sendo nos dias 11 e 17 de setembro. A primeira foi uma nota de solidariedade do Deputado Edson Matoso, que naquele momento comunicou o falecimento de Edmilson Soares e que solicitou ao governador do Estado que concedesse pensão especial a viúva¹³¹. A segunda referência foi feita pelo então Deputado Fausto Fernandez, em que se solidarizava com a família do vereador morto, “pelo seu brusco falecimento”.¹³²

3.5 – A prisão e a defesa dos trabalhadores

Passado às 24 horas do flagrante, os envolvidos na morte do vereador Edmilson Rodrigues Soares, resolveram, enfim se entregar a policia para esclarecerem sobre o acontecido. A estratégia utilizada de não serem “presos em flagrante”, mostrava bem como estes compreendiam a questão jurídica, pois isso era fruto da formação que recebiam por conta dos encontros das CEBs, sendo que além de parte religiosa, a parte política, também acompanhava esse novo método.

Assim, dois dias após o incidente, estes foram levados presos em uma caçamba para cidade de Abaetetuba. Porém, isso ocorreu de forma pacífica, uma vez que no dia 09 de setembro, pela parte da tarde uma equipe de policia de Moju esteve na comunidade do Ipitinga, pois o senhor conhecido por Prazer havia ido até a cidade avisar a policia de que estes estavam dispostos a se entregar. Foi quando no fim dia daquele, dois sargentos e cerca de aproximadamente uns dez soldados chegaram na comunidade para “conversar” com os posseiros. Atravessaram um igarapé e encontraram os quarenta e quatro sentados numa grama junto com suas esposas e algumas crianças. “Os sargentos queriam levar os posseiros na tarde do mesmo dia, ai o Edgar, apoiado pelos outros companheiros, decidiram que não iam de noite, mas sim no dia seguinte, 10/09 pela manhã.”¹³³

Dessa forma então, ficou acertado que pela manhã, os policia viriam buscar os quarenta e quatro posseiros para serem levados para que pudessem ser ouvidos. A noite,

¹³¹ LEGISLATIVA, Assembléia. Ata da 81ª reunião Ordinária, 2º período da 2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembléia Legislativa realizada em 11 de Setembro de 1984. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

¹³² LEGISLATIVA, Assembléia. Ata da 84ª reunião Ordinária, 2º período da 2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembléia Legislativa realizada em 17 de Setembro de 1984. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

¹³³ LIMA, Maria de Nazaré Valente. Moradora da comunidade Virgílio Serrão Sacramento. Professora aposentada. Entrevista realizada em 05/04/152006.

reunidos, os colonos se reuniram para definirem algumas estratégias. A primeira decisão seria a de que não iriam chegar até estrada principal (PA 252) pelo ramal dos Cunhas, que ficava distante 1 km da comunidade por temerem uma ação desleal da policia ou de pistoleiros da Reasa. Assim iriam caminhar. Assim, iriam pelo ramal da Campina, um ramal que dava acesso a comunidade do ipitinga e que era preciso passar por outra comunidade.

A outra decisão tomada pelos trabalhadores seria de enviar, ainda de madrugada duas mulheres, as senhoras Merentina e Nazaré para que avisassem o presidente do STR Virgilio e a equipe paroquial de que eu os posseiros estavam se entregando e que providenciassem a defesa. Uma terceira decisão tomada foi de que as mulheres e crianças deveriam acompanhá-los até o local aonde o carro viria apanhá-los, pois temiam que se este carro estivesse com sua frente volta para a direção de Belém, mas via o município de Acará, as mulheres e as crianças deveriam se posicionar na frente deste impendido-o de prosseguir viagem e automaticamente obrigando-o a dar curva e seguir na direção do município de Moju.

A última e mais importante estratégia colhida pelo grupo foi a de que todos os que iriam se entregar deveriam dar apenas uma versão para o caso, pois temia-se que a policia pudesse fazer com que alguns deles não tivessem a mesma firmeza. Dessa maneira, ainda na mesma noite, fizeram uma simulação de como poderia ser o interrogatório.

Olha, eles são muito covardes, eles podem nos pegar pelo pé. Temos de dar um só depoimento. Ai pegamos um caderno, e fizemos um depoimento completo de uma pessoa. Nós vamos responder nisto aqui, o que eles perguntarem pra nós, vamos responder isto. Ai tiramos um delegado, e um para indicar o elemento que estava respondendo errado e dizer não é assim, é assim. Várias vezes feito, não foi só uma, várias vezes repetidas. “Tu não tá esquecido não”? A nossa conversa já era só aquilo. “O que tu vais responder se eles te perguntarem o que tu fizeste com a tua espingarda?” quando ele falava e errava, era logo concertado. Em seguida falava de novo, até acertar. Ai, dizíamos que ninguém podia vacilar, senão um colocava o rebanho a perder. Era pra responderem, falarem só no plural., “nós atiramos”, “nós corremos”, etc.¹³⁴

E assim foi feito. Pela manhã os quarenta e quatro lavradores se entregaram a policia e foram levados em direção a cidade de Moju. Como o delegado temeu algum tipo de revolta e por conta do espaço da delegacia, os presos passaram direto a cidade de Abaetetuba. Os trabalhadores apostavam no apoio que receberiam da equipe paroquial local, do STR e principalmente da advogada desta instituição, Vera Tavares.

A senhora Maria do Livramento relembra que seu companheiro Virgilio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, tinha uma relação muita boa com os moradores

¹³⁴ LIMA, Edgar. IN: SACRAMENTO, Edna do Socorro Diniz. A luta pela terra em Moju: a história do sindicalista Vergílio Serrão Sacramento. 2000. Monografia. (Ciências Sociais). UFPA. Campus de abaetetuba.

da comunidade do Ipitinga, pois suas palavras para os moradores eram palavras de um líder sindical, daqueles envolvidos com a causa, e que sempre acompanhou o problema da terra do seu Delo. Nesse sentido, quando este forma presos, e este ficou sabendo, deu todo o apoio necessário para que não demorassem muito na delegacia de Abaetetuba e fossem logo postos em liberdade para que assim respondessem o processo.

Os jornais de Belém deram destaque sobre a prisão dos colonos, sendo que o Jornal O Liberal, frisou em sua reportagem do dia 10 de setembro que quarenta e quatro posseiros haviam sido presos pela guarnição da polícia militar, acusados de matar o vereador Edmilson Soares do PDS. A reportagem mencionava que a transferência se deu para o município de Abaetetuba devido ao “grande clima de revolta” em Moju. O jornal afirmava ainda que os principais acusados da morte eram o dono da terra em litígio, Delorizano Gomes da Costa e seus quatro filhos, Francisco Gomes da Costa, José Maria Gomes da Costa, João da Cruz Gomes da Costa e Manoel Gomes da Costa e um outro homem conhecido por Edgar de Souza Lima.

Segunda a reportagem, com uma dramaticidade, a a operação coordenada pelo Sargento Cardoso, a operação foi pacífica, por que os posseiros não resolveram abrir fogo das “trincheiras” que haviam sido formadas na área da comunidade Ipitinga, onde esta era predominada por “pântanos”. De acordo com a parte final da reportagem, o sargento deu a seguinte explicação.

Depois da emboscada ao vereador Edmilson Ribeiro Soares, os posseiros hominizaram-se em Ipitinga e fizeram trincheiras para defenderem-se. Dois sargentos foram até eles negociar e aceitaram seguir presos para o Moju. Ali a população estava revoltada e por medida de segurança houve a transferência para Abaetetuba.¹³⁵

Exagero ou não, sabia-se pela versão dos moradores que nada disso havia acontecido, pois não haviam feito nem uma trincheira, e muito menos a região era predominada por pântanos, pois ali, embora houvesse um rio que cortasse a comunidade do Ipitinga, o que predominava era a terra firme. Ainda sobre a prisão dos quarenta e quatro envolvidos, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, senhor Mário afirma que sua ajuda naquele momento foi de fundamental importância para a defesa destes, pois no dia 07 de setembro, assim que a direção do STR, Virgílio junto com outros membros souberam do acontecido, solicitaram então a este que fosse até a cidade de Abaetetuba informar a advogada Vera Tavares, que esta se preparasse para atuação. Como havia uma escassez de transporte

¹³⁵ LIBERAL, Jornal O. 44 posseiros presos como suspeitos: Moju 10 de setembro de 1984. Fonte CPT Regional Norte II. Belém – PA.

naquele dia, principalmente por ser feriado, este fez o trajeto de aproximadamente 28 km pedalando em uma bicicleta, mas que sua viagem não foi em vão, pois conseguiu falar com a advogada e deixou esclarecida sobre os fatos que estavam acontecendo, ficando esta pronta para a defesa.

De acordo com a versão dos lavradores, após atravessarem de balsa o rio Moju e seguirem em direção a cidade de Abaetetuba e depois de terem percorrido alguns km na caçamb, a tristeza deu lugar a alegria, quando passou por eles um carro que vinha na direção contrária, deu meia volta e ultrapassou a caçamba novamente, foi quando avistaram o presidente do STR Virgílio e a advogada Vera Tavares.

A própria advogada Vera Tavares ficou muito preocupada os colonos, pois esta também temia que eles fossem torturados, tanto que procurou o delegado de Moju e apresentou-se como advogada destes e que se fossem detidos, esta deveria ficar sabendo. Por um certo momento, sua dúvida foi com relação para estes deveriam ser levados, pois como sabia que em Moju não ficariam, poderiam, além de Abaetetuba, serem levados para Belém. Foi então que esta entrou em contato com o Bispo de Abaetetuba, Dom Ângelo Frosi, que se encontrava na capital e solicitou que isso ocorresse, este deveria tomar as primeiras providências como podemos observar em sua fala

“Dom Ângelo, só tem o senhor, eu vou ficar desse lado, eu vou pra Abaetetuba, de Moju, se o pessoal, se o pessoal for pra Abaetetuba, eu acompanho, se eles atravessarem e não der pra mim, o senhor vai acompanhando”, por que a gente tinha muito medo que eles fossem torturados, sofressem, então a gente tinha que estar lá No momento da prisão deles, e foi o que aconteceu. Na verdade eles foram presos, eles se entregaram e vieram numa caçamba, e uma caçamba assim, todo mundo em pé, numa caçamba com policial, armados, pra eles não pularem, e aquela caçamba com, aquele buraco horróroso, estrada, muita poeira, poeira, poeira, então o cara da caçamba pra me sacanear ele corria, então era aquela poeira atrás do carro, que era um fusca, a gente não via nada, e uma coisa interessante, que quando eu estava desse lado, foram presos, se entregaram, quando eles estavam na caçamba, eles me viram, ai eles riam, eles riam tanto, faziam sinal de vitória, e eu “ai meu Deus amado”, esse pessoal é louco.

Na cidade de Abaetetuba, os lavradores foram levados para a delegacia de policia do município para prestarem os primeiros depoimentos, fato que foi noticiado pelo jornal Diário do Pará no dia 11 de setembro. A ma teria afirmava que os quarenta e quatro presos haviam sido presos no “domingo”, dia 09 e que só estavam sendo ouvidos em Abaetetuba por motivo de segurança, pois uma parta da população estava “revoltada com a morte do vereador”. O jornal afirmava ainda que cinco integrantes de uma família, por terem envolvimento direto deveriam permanecer detidos e o restante seria liberado logo.

Na verdade, todos os envolvidos na morte permaneceram detidos em Abaetetuba por sete dias, ficando os membros da família do senhor Delorizano e o senhor Edgar na delegacia de Policia e o restante do grupo ficaram reclusos no Centro de Formação Cristã Laranjal¹³⁶. A senhora Maria do Livramento, relembra, quando de uma visita com a senhora Eulandina, no período em que estavam presos lá, como era a vida desses homens.

Mas eu lembro que eu fui lá fazer uma visita pra eles, eu com a dona Eulandina fomos lá, eles estavam no Laranjal, o alojamento deles era lá e nós fomos lá, chegamos lá, eles estavam lá, tinha uma parte deles que estava na delegacia, que eles eram muito, e chegamos lá, ele estava lavando a louça pra eles que tinha terminado o almoço, ele estava lavando a louça, enquanto que eles estavam todo lá assistindo televisão com a maior alegria, e ele tava lá ajudando com a maior alegria do começo ao fim né? Acompanhando eles lá, se doou né, por que a pessoa larga tudo pra ir né? Tá se doando mas com muito prazer e alegria que ele trabalhava lá pra ajudar eles.¹³⁷

Podemos perceber na fala da senhora Maria do Livramento que os sete dias passado pelos colonos em Abaetetuba não foram tão tensos como se poderia imaginar, tanto que há maioria nem sequer ficou na delegacia de Policia, mas sim em um outro espaço que nada lembrava um cárcere, pois ali podiam circular pela área interna, fazer algum tipo de atividade esportiva como jogar futebol, pois estes ajudaram a construir um pequeno campo de futebol, e podiam “assistir televisão a vontade”. Quando a senhora Maria do Livramento se refere a doação, é ao senhor Virgilio, presidente na época do STR, que ficou o tempo todo acompanhando o grupo na cidade abaetetubense.

Com uma matéria publicada no dia também no dia 11 de setembro, o jornal O Liberal publicou uma matéria que frisava o depoimento dos lavradores, como foi citado na matéria. Nesta reportagem, a reportagem já mostrava as versões desses homens, diferentes das reportagens anteriores, onde apenas utilizavam-se suposições. Segundo o jornal, “dos 44 lavradores presos sob suspeita, seis estão atrás das celas na delegacia de Abaetetuba, enquanto os demais estão apenas detidos, e liberados a medida que prestam depoimentos”.¹³⁸

Os lavradores tiveram oportunidade de desmentir na reportagem o que havia sido publicado em matérias anteriores, pois afirmaram que no dia da emboscada o vereador estava armado com revolveres e acompanhado de dois pistoleiros, e que tentava invadir as terras do senhor Delorizano. Fato curioso e de certa forma intrigante, foi o que relatou o delegado que

¹³⁶ O Centro de Formação Cristã do Laranjal, era um local utilizado para encontros religiosos da Diocese de Abaetetuba. Ficava localizado na chegada à cidade.

¹³⁷ LIVRAMENTO, Maria do Livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em 15/03/2006.

¹³⁸ LIBERAL, Jornal O. 11 de setembro de 1984. 16 pessoas depuseram no Moju Fonte CPT Regional Norte II. Belém – PA.

acompanhava o caso, Salustiano de que as versões eram parecidas. Para o delegado, eles deveriam estar seguindo a orientação de alguém, pois quando perguntados sobre suas espingardas, todos afirmaram que as perderam no mato quando corriam. “Eles dizem que foram atacados e que apenas revidaram. Mas eu acho que eles foram doutrinados antes de cometerem o crime”, afirmou o delegado.¹³⁹

Concluindo a reportagem, a matéria apresentava uma nota divulgada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, Virgílio Serrão Sacramento e pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores da Região Guajarina, Manoel Ferreira dos Santos, que esclareciam a sociedade de que no dia 07 de setembro, os moradores foram surpreendidos com barulho de tratores e se dirigiram para o local, sendo que nesse momento foram recebidos por bala dos pistoleiros comandados por Edmilson, que em seguida revidaram disparando suas armas de caça e saíram correndo, largando suas armas pelo caminho, sem saber se alguém havia morrido.

A nota citada na reportagem era composta de todo um histórico sobre o conflito da Reasa com os moradores das duas comunidades. De forma detalhada, ela mostrava como o processo havia se desenrolado até chegar ao fatídico dia 07 de setembro. A nota mostrava como a firma havia chegado até as terras do senhor Delorizano, e que foram feitas várias tentativas de se resolver o problema via-legal, sem que nenhuma autoridade tivesse dado importância para o caso, tanto as políticas quanto as judiciais. De acordo com o documento, até no dia 06 de setembro, véspera da tragédia, o STR de Moju acionou o bispo Dom Ângelo Frosi de Abaetetuba, que se encontrava em Belém para a Assembléia dos Bispos da Região, a fim de alertar as autoridades competentes sobre as tensões na região da comunidade do Curuperé, “Dom Ângelo procurou repetidas vezes entrar em contato com o governo do Estado, o Presidente do Iterpa, o Secretário de Segurança. Não conseguiu conversar com ninguém”.¹⁴⁰

Por fim, a nota esclarecia com grande pesar e lamentação o fato de os pistoleiros e donos da firma Reasa não terem sido levados também para o interrogatório, como tinha ocorrido com os quarenta e quatro lavradores acusados pelo crime, pois afirmava a nota que os grandes responsáveis por aquela tragédia seriam os proprietários da empresa. De forma taxativa, o documento encerrava da seguinte maneira.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ ESCLARECIMENTO, Nota de. Carta-documento enviado pelo STR de Moju a CPT. 10/09/1984. Fonte: Arquivo Pessoal.

Lamentamos também a omissão dos órgãos do Estado e Federais que deixaram (mesmo repetidamente avisados!), que a REASA multiplicasse situações conflituosas. Uma rigorosa fiscalização dos documentos, dos limites, dos direitos, mostraria qual é a origem da tensão verificada na área. Não adianta mandar soldados para prender posseiros: mandem soldados para prender pistoleiros e, sobretudo, mandem advogados, topógrafos, juizes que verifiquem no lugar a situação(grifos do documento). Mas que se faça isso logo, para que não corra mais sangue e para dar sossego aos moradores da região.¹⁴¹

6.6 – As mulheres dos presos

Como já foi mostrado, a comunidade do Ipitinga era uma das mais organizadas em termos de unidade. Isso ficou ainda mais claro com a situação em que os homens se envolveram no conflito que terminou na morte do vereador Edmilson, e posteriormente quando foram presos. Mesmo quando estes resolveram se entregar, as mulheres foram utilizadas como uma das estratégias para que não corressem o risco de serem conduzidos por uma rota não combinada com a polícia.

Porém, os dias que se seguiram sem a presença dos seus companheiros foi angustiante e ao mesmo tempo cheia de solidariedades na comunidade e por outras entidades que resolveram prestar ajudas a essas mulheres. De acordo com a senhora Nazaré, antes da morte do vereador, as mulheres já tinham andado pelo lugar onde estava sendo feito o desmatamento e conseqüentemente a desapropriação da terra do senhor Delo. Mas na noite em que seus maridos foram pra mata, bem que algumas tentaram acompanhá-los, mas foram impedidas. Segunda ela.

À vontade da gente é ir, só que nesse dia, nessa noite, foi conversado, foi feita uma reunião e foi dito que as mulheres não eram aconselháveis ir, nos dias anteriores nós fomos, mas nesse dia não tinha nada para a mulher, só mesmo pra homem. Porque disseram que eles iam passar a noite, e era mais perigoso mulher, inclusive a gente não podia ter uma arma, tá, com arma mesmo, e nesse tempo, nessas outras horas, a gente tinha nossas armas que eram nossa voz, nossa fala mesmo pra dizer aquilo que a gente sabia. Nessa hora tinha que ter arma de fogo e nós não tínhamos condições.¹⁴²

Ainda de acordo com a senhora Nazaré, as mulheres, naquela noite se reuniram na casa do “seu João Gato”¹⁴³ e ali fizeram uma celebração com todas as famílias no primeiro dia, sendo que algumas famílias permaneceram por todo tempo em que seus companheiros estiveram ausentes. Como os maridos não estavam, a solução encontrada por elas que ficaram

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Maria de Nazaré Valente Lima. Moradora da comunidade Virgílio Serrão Sacramento. Professora aposentada. Entrevista realizada em 05/04/2006.

¹⁴³ João da Silva Cunha, mais conhecido por João Gato cedeu sua casa por ser de dois andares, e possuía uma sala bem ampla, que comportava um grande número de famílias em seu recinto.

foi fazer os trabalhos em forma de mutirão. A cantina comunitária e o “sopão” destruído à noite para todas famílias foi o que também contribuiu para o fortalecimento destas mulheres, além de todas as noites celebrarem o evangelho. “Nós nos sustentamos com isso lá e quando era a noite era feito aquele sopão assim, um panelão para todas as famílias que estavam presentes, e todas as noites a gente rezava, fazia as nossas orações e não ficamos um dia sem ler o evangelho, sem rezar por eles. Foi marcante isso.”¹⁴⁴

Na época, o então padre do município de Acará, Girolamo Domenico Trecanni, sabendo da situação em que se encontravam estas famílias sem a presença de seus esposos, fez uma arrecadação de alimentos e pegou a estrada rumo a comunidade do Ipitinga para assim fazer a entrega do que havia sido arrecadado. Ao chegar no ramal dos Cunhas, que dava acesso a localidade, encontrou alguns garotos que se encontravam a beira da rodovia, e estes não tinham também estavam preparados para não darem informação. A senhora Nazaré informa ainda que quando se reuniam para falar sobre a situação do conflito, havia uma pessoa responsável em “levar as crianças menores pra brincar, como podemos observar em suas palavras.

Quando a gente conversava sobre isso de armamento, tinha a equipe que saia ia brincar com as crianças para não verem nada do que tinha acontecido, né, e todas as crianças eram organizadas, se você chegasse lá e perguntasse onde é que mora o Edgar, o “Deló”, ninguém informava, dizia não sei, não sei. Até a equipe paroquial do Acará quando veio trazer uma ajuda financeira, chegou lá e não tinha quem informasse. “Não, nós somos padres”. Ai sim, é pra cá o ramal.¹⁴⁵

Ainda sobre a ajuda enviada pela equipe paroquial do município de Acará, o então vigário de Moju Sérgio Tonetto, recorda como o fato ocorreu, uma vez que seu colega do Acará, Girolamo Trecanni lhe contou este fato, vejamos a versão do vigário mojuense quando perguntou aos meninos que se encontravam na pista.

“Menino por onde é que se entra para ir lá para o Ipitinga?” “O ramal é lá adiante”. “Obrigado”! Ele continuou a viagem e de repente, encontra outros três moleques, não sei o nome do ramal, acho que é aquele ramal novo que foi aberto depois, né? encontrou lá. “Maninho, é esse o ramal que dá lá para o Ipitinga?” “Não, o senhor já passou dele”. Ai o Jerônimo¹⁴⁶ se tocou, antes me falaram que era mais adiante, agora me falam que é mais pra trás, ai voltou atrás de novo na boca do ramal dos Cunhas. E ai de novo, “mas os seus colegas falaram que é esse o ramal”. E os moleques perguntaram? “Mas quem é o senhor”? Ele teve que mostrar os documentos. “Eu sou

¹⁴⁴ Maria de Nazaré Valente Lima. . Moradora da comunidade Virgílio Serrão Sacramento. Professora aposentada. Entrevista realizada em 05/04/2006.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Jerônimo também era conhecido como o padre Girolamo Domenico Trecanni.

o padre fulano, tal”, para poder entrar e levar comida lá para as famílias, os maridos estavam todos presos, foi interessante isso, acho que pouquíssimas pessoas sabem.¹⁴⁷

Para o padre Sérgio, o apoio do bispo de Abaetetuba foi muito importante, pois ainda quando estavam no Laranjal, um dia Dom Ângelo Frosi chegou e não comentou nada a respeito da morte do vereador, bem com em nenhum momento pediu que estes não usassem mais as armas, apenas reiterou que procurassem defender suas terras, que era mais importante que estes tinham.

O processo transcorreu cheio de controvérsia sobre a morte do vereador Edmilson Soares, mas os lavradores puderam responder em liberdade. Nos primeiros meses, os trabalhos na comunidade eram todos feitos em mutirão, pois temia-se que houvessem represálias por parte da empresa Reasa, mas no entanto, o que se viu nos anos seguintes foi a desistência de tentar conquistar a área daquela região, ficando os moradores, sentindo-se vencedores, não por terem tirado a vida de uma pessoa, mais por não perderem aquilo de mais precioso que possuíam, a terra de onde retiravam seus sustentos.

¹⁴⁷ TONETTO, Sérgio. Ex – pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

IV Capítulo – A violência domina o cenário mojuense

Passado quase a primeira metade da década de 1980, quando os conflitos se iniciaram e se intensificaram, agora com o restante da década não seria diferente. A acentuação da luta pela terra teve uma ampliação maior. É claro que a intensificação dessa disputa também foi acompanhada pela principal instituição de defesa dos colonos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Como foi apresentado no III capítulo, o STR esteve presente quando do conflito com a firma Reasa, e que terminou na morte do vereador Edmilson Soares. Também os lavradores continuavam contando com o apoio da CPT, da Fase e dos religiosos Sérgio Tonetto, as religiosas Rosa e Adelaide, da Igreja Católica de Moju. No entanto, os anos seguintes também apresentariam, além dos conflitos envolvendo grileiros e posseiros, uma crise interna no movimento sindical envolvendo a Igreja Católica local e a Fase, principal assessora desta instituição. Isso por que impasses surgiram no sentido de verifica como seria dado assistência para os trabalhadores que deixavam suas terras para trabalhar para os projetos agroindústrias, transformando-se assim em assalariados. É fato também que essa crise se dá por questões políticas envolvendo a Diocese de Abaetetuba e a equipe Fase que ficava com sua sede neste município.

Porém, nos últimos anos desta década, dois fatores marcaram o período, além da continuação dos conflitos agrários. O primeiro é a morte do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento em 1987, quando propositalmente é atropelado por um caminhão quando retornava para sua casa, e o segundo fato é a invasão da cidade por homens da região do

Jambuaçu, no início do ano de 1988, e que fez com que os moradores e autoridades ficassem atônitos.

Assim, a década de 1980 não viveu apenas de uma luta árdua onde os trabalhadores rurais sofressem as ações e em seguida revidassem, como se tudo não passasse de um jogo. Na verdade, a luta tomou proporções maiores, ora com disputas entre posseiros e latifundiários, em alguns momentos isso acontecendo de forma direta, em outras mais nas formas de denúncias, e em outros momentos, os colonos sofrendo perdas, de suas terras, de vidas humanas, e também houve momentos em que a crise dentro do próprio movimento manifestou-se.

4.1 – A crise Fase x STR x Igreja Católica

A fundação da Fase no Pará deu-se no ano de 1977, com a necessidade de assessorar sindicatos, associações, movimentos populares que necessitassem de apoio técnico e jurídico. No primeiro momento. Para se estabelecer em determinada localidade, era necessário criar uma ‘parceria’ com outro órgão para que o trabalho se desenvolvesse com mais firmeza.

Em Moju, a equipe Fase iniciou seus trabalhos no início do ano de 1980, e ainda durante a transição da direção sindical, o trabalho foi feito junto ao grupo de Oposição Sindical. Posteriormente, após a vitória dos opositores, a parceria veio consolidar-se. A relação entre ambos foi de grande compromisso e apoio. Isso, no entanto ocorreu até o início dos anos de 1985, quando desentendimentos internos no STR mojuense levaram a uma ruptura com a entidade.

Na verdade, não foram simplesmente os conflitos internos no STR que levaram a esta separação, mais também uma serie de outros fatores, como a pressão da Igreja Católica em achar que a Fase não estaria mais só fazendo o trabalho de orientação e assessoria dos trabalhadores rurais, mas sim de que estaria ‘mudando’ a cabeça destas pessoas. Uma das criticas maiores feitas pela Diocese de Abaetetuba no início do ano de 87, foi de que a Fase estaria fazendo ‘politicagem’, onde a parte teológica das CEBs estaria dando mais lugar às discussões partidárias, principalmente da esquerda no Brasil.

É evidente que neste contexto, os mais prejudicados com a crise foram na verdade os trabalhadores rurais, que poderiam ficar sem um apoio maior, e nu momento crucial que era a metade dos anos 80, onde o conflito se espalhava pelo município mojuense. Dessa forma, STR, Igreja Católica e Fase tinham suas justificativas para a situação embaraçosa.

Conflitos internos não são novidades dentro de uma estrutura organizada. É natural que os ‘rachas’ aconteçam dentro de um determinado momento. Nesse sentido é importante

observar o trabalho de Petit, quando analisa a história do PT no Pará. O autor nos mostra que mesmo o partido tenha se formado de uma base unificada, no decorrer dos anos inicia-se o que será denominado de “disputa pela hegemonia”. Ou seja, o partido chega em um determinado momento e tempo que os direcionamentos tendem a mudar. Para o autor, as disputas internas pelo comando representam, um conflito que aparentemente não deveria fazer parte desta situação. Mas por outro lado também representam interesses de grupos internos que acabam por dar novos rumos com aquilo que é conveniente.

O conflito envolvendo o STR de Moju, Fase e a Igreja Católica, mais propriamente a Diocese de Abaetetuba também se insere nesse contexto, uma vez que o STR mojuense já estava consolidado, principalmente depois da vitória em 1983, e que neste sentido já percebia que podia-se também ‘caminhar’ com uma outra visão.

A situação que fez o STR pensar dessa forma deu-se em virtude de um grande número de trabalhadores rurais terem saído de suas terras e rumarem para as agroindústrias da região. Assim, o colono que antes era um trabalhador rural, agora passava a ser um trabalhador assalariado, sendo que, se antes este possuía um vínculo com este sindicato, agora não passaria mais a ter, ficando sem uma instituição que o representasse, pois até o início dos conflitos, o único sindicato existente em Moju era dos trabalhadores rurais.

O padre Sérgio Tonetto, explica que durante os seus quase dez anos à frente da paróquia de Moju e acompanhante direto dos problemas no campo, lembra que enquanto esteve no município, duas equipes da Fase passaram por ali. Sua crítica refere-se muito mais a segunda equipe que atuou junto aos trabalhadores do que a primeira. Para o religioso, a primeira equipe comandada pela advogada Vera Tavares, ou Dr^a Vera Tavares como era mais conhecida, fez um trabalho mais voltado para a assistência do lavrador mojuense, principalmente no incidente que envolveu os posseiros do Ipitanga-Curuperé. Mas principalmente por que esta equipe se deslocava constantemente para as localidades onde os conflitos se desenvolviam com mais frequência.

Já a segunda equipe, de acordo ainda com Tonetto, comanda pelo agrônomo Raul Couto, era de que o ‘discurso’ desta equipe era diferente do discurso da primeira. Na verdade, na palavra do padre, eram três discursos. O primeiro era um discurso direcionado a tendência da esquerda, o segundo era o da derrubada do discurso eclesial, e o terceiro era de redirecionar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A crítica do padre Sérgio, refletia o temor da igreja em acreditar que membros da Fase estivessem subordinando as CEBs, transformando a mentalidade das pessoas destas comunidades para que seguissem os ideais políticos, principalmente os da esquerda no Brasil,

como os do Partido Comunista do Brasil, ou do Partido Comunista Brasileiro, em um momento que o país começava a se redemocratizar.

Porém, o maior temor da igreja naquele momento, era em perder seus fiéis. Assim, um dos motivos que viessem a fazer com que a Diocese de Abaetetuba rompesse o vínculo com a Fase pode muito bem ter sido o do discurso ideológico, uma vez que a Igreja Católica não aceitaria fazer parceria com uma instituição que pregasse o comunismo, muito menos o radical, como ficou demonstrado em vários documentos, em que esta afirmava que vários membros da Fase Abaetetuba pertenciam ao PRC (Partido Revolucionário Comunista). Em um documento enviado ao Coordenador Nacional da Fase, a equipe de Abaetetuba esclarecia a situação em que encontravam junto ao conflito Fase x Diocese. Após alguns dias de um clima tenso, uma reunião havia sido marcada no município abaetetubense com religiosos, lideranças sindicais e o bispo. Parte do documento dizia o seguinte.

No dia 03/04/87 fomos para a reunião, juntamente com o coordenador regional. Lá estavam presentes além da equipe, o bispo D. Ângelo Frosi, o padre João Viola, pároco responsável pelas comunidades dos centros de Abaetetuba, o padre Sérgio, pároco responsável pelas comunidades de Moju, Aventino, Presidente do STR de Moju, Virgílio e Aldenor, membros da diretoria do STR de Moju. A equipe questionou a ausência das lideranças das categorias atingidas pelo programa que foi respondido pelo bispo que este esperava que a própria equipe convidasse, por outro lado foi esclarecido também que o padre Primo da paróquia de Barcarena não se encontrava presente pois o mesmo teria colocado que não teria interesse na reunião.¹⁴⁸

Durante a reunião, críticas de ambas as partes foram tecidas. Por parte dos religiosos, coube ao padre João Viola afirmar que a ideologia da Fase seria a ideologia do PRC, e que, portanto, seria contra a Igreja, e nesse caso a igreja não poderia apoiar mais esta instituição, pois estes estariam fazendo a ‘cabeça’ dos fiéis. Por parte de Moju, as lideranças sindicais e o padre Sérgio Tonetto questionaram sobre o fato de a Fase receber dinheiro em nome dos trabalhadores, e por que este dinheiro não deveria ser repassado diretamente a esses trabalhadores, uma vez que muitos colonos estavam passando fome.

Para a Fase, tudo não passava de questões políticas, uma vez que o próprio padre Viola reconhecia que o trabalho da equipe era bom para as comunidades. Apenas a “inspiração Comunista” fazia com que a situação se tornasse crítica. Quando o documento se refere a questões políticas, mostra que neste período, a Igreja de Abaetetuba ajudou a fazer com o então jovem João de Deus tivesse todo o apoio para se lançar na vida política como um

¹⁴⁸ FASE. Carta sobre a situação do conflito com a Diocese e STR de Moju. Anexo 01. Abril de 1987. Fonte FASE Belém.

representante conservador tradicional. Nessa situação, houve uma campanha direta a favor de seu candidato, como pode ser observado neste trecho.

Um outro fato importante ocorreu no processo eleitoral de 86 em que a igreja deflagrou campanha contra alguns candidatos do PT, indicando as CEBs uma chapa completa (Gov. Nazareno; Sem. Avelino, e Almir Gabriel; Dep. Fed. Ademir Andrade; Dep. Est. João de Deus), mas seu real candidato era propagandado da seguinte forma: “Estamos com Deus”. Lembramos aqui que a campanha de João de Deus era financiada por Amílcar Moreira, candidato a Dep. Federal e membro da UDR, e a Igreja como um todo sabia disso. João de Deus obteve mais de 10.000 votos em Abaetetuba, o que dá para perceber a forte influência da Igreja no município”.¹⁴⁹

Assim, a questão da permanência da Fase com o apoio da Diocese estava completamente ameaçada, uma vez que a parceria já vinha ocorrendo desde o início dos anos de 1980. Se por um lado em Abaetetuba a situação era essa, em Moju, se dava por conta de questões financeiras e pelo fato da instituição achar que o STR deveria dar assistência aos trabalhadores assalariados, fato que a direção de Moju se negava por acharem que estes deveriam criar sua própria instituição, que a responsabilidade que estes tinham, era com os lavradores. Aldenor dos Reis, que também acompanhou esse processo, faz a seguinte descrição desse ‘conflito’.

No ano de 85 a FASE era uma peça importante para o movimento sindical. Que eu lembre naquela época não houve tanto atrito, houve apenas um desentendimento por parte da direção sindical, que nós achávamos, e acha até hoje que devemos defender o trabalhador autônomo, para se tornar dono da vida dele, sem ser assalariado, foi isso que aconteceu naquela época, a gente achava que deveria cuidar do trabalhador autônomo, pra evitar eles se tornarem assalariados para dificultar a reforma agrária, dificultar, esse era o nosso entendimento, mas a FASE não entendia por aí, ela queria que o sindicato lutasse dos dois lados, quando se entendeu que deveria lutar pros dois lados funcionou muito bem, foi tanto os assalariados tiveram apoio, quanto, os trabalhadores rurais autônomos, só que nós sempre dizíamos nós vamos dar apoio até onde puder dar, não ultrapassar pra que o campo se torne mais vazio do que já existe. Porque nossa maior bandeira de luta é defender a reforma agrária, e não defender o emprego na área rural.¹⁵⁰

Fica evidente que a posição da maioria dos diretores do STR de Moju era de não apoiarem a categoria dos trabalhadores assalariados, isso por acreditarem que apenas estariam reforçando aquilo que mais combatiam, que era fazer com que o lavrador

¹⁴⁹ FASE. Carta sobre a situação do conflito com a Diocese e STR de Moju. Anexo 01. Abril de 1987. Fonte FASE Belém.

¹⁵⁰ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – Presidente do STR de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

permanecesse na sua terra, e que não deveriam vendê-las para depois se empregarem dentro das empresas agroindustriais. Assim, o embate STRxFase fez com que a relação de apoio se fragmentasse.

No entanto, a preocupação da Fase em Moju era de que essa nova categoria não teria quem os defendesse, e por isso achavam que a responsabilidade deveria ser do STR, até o momento em que viessem se organizar e criar o próprio sindicato, fato que posteriormente fez com que a direção sindical de Moju compreendesse essa situação, como fez atuando dois momentos em que os assalariados fizeram uma greve na agroindústria que trabalhavam na Socôco¹⁵¹.

Para Petit (1996), os movimentos sociais, principalmente os camponeses, sempre tiveram acompanhamento de instituições de apoio, como partidos políticos, religiosos, de instituições que ajudavam a formar lideranças, como o Ipar¹⁵², a própria Fase, a CPT e dos partidos, principalmente os de esquerda, como PCB, PC do B e posteriormente, o que mais se identificou com esses movimentos, o PT. Então seria evidente que em determinados momentos, esses conflitos viessem à tona por conta de divergências de idéias, como ocorreu com a Fase.

Mesmo assim, a Fase foi desligada da Diocese de Abaetetuba em fins de agosto de 1987. Para a instituição isso significava que não existiria mais possibilidade de fazer o mesmo trabalho que vinham desenvolvendo desde o começo da década, pois o recurso que utilizavam para fazer o trabalho vinha de uma organização internacional, MISEREOR¹⁵³, que tinha sua sede na Alemanha, e apoiava ações praticadas pela Igreja Católica no mundo todo, principalmente nos países pobres, como dos continentes africanos, asiáticos e da América Latina, onde estava automaticamente o Brasil e mais precisamente o estado do Pará com o município de Abaetetuba. O apoio a Fase se dava por esta trabalhar diretamente com pessoas carentes, principalmente das CEBs.

Como era uma verba destinada a Igreja, somente esta poderia conceder o direito de seu uso, fato que era de sua importância para que a Fase continuasse suas atividades pelos municípios onde esta atuava como principalmente nos municípios de maior necessidade, como Abaetetuba, Barcarena e Moju. Raul Chicair Couto, um dos técnicos que atuava na

¹⁵¹ A greve ocorrida na empresa Socôco, do dia 06 a 14 de setembro de 1988 durou mais de uma semana. A reivindicação dos trabalhadores assalariados era por melhores salários, alojamento, transporte, instrumentos de trabalhos repassados pela empresa, alimentação, entre outros.

¹⁵² Ipar. Instituto Pastoral e Religioso. Órgão que formava lideranças religiosas para trabalharem nas CEBs.

¹⁵³ MISEREOR. Organização criada na Alemanha em 1958, e que tinha como finalidade combater a fome e a miséria no mundo todo, através de projetos sociais e apoio a outros órgãos em regime de colaboração.

instituição quando esta perdeu o apoio, apresenta o panorama que viria a se desenvolver após o rompimento.

Na verdade é assim, encerrou o convênio, mas entraram outros recursos de outros projetos e nós passamos, nós funcionamos ai com orçamentos trienais. São projetos, trienais, então nós fomos sucedendo. Só que ai já foi a história de que a gente ia trabalhar com os assalariados rurais, começou a trabalhar com metalúrgico, depois na medida que esses recursos foram chegando ao seu final, nos retiramos desse trabalho, ficamos nos localizando só com os agricultores lá em Abaetetuba né, até que nós levamos isso em 98, 99 por ai assim. Então quando é 98, 99 já por questão de uma dificuldade, dotação orçamentária, uma mudança no cenário da cooperação internacional, então a Fase tomou um reposicionamento estratégico geral na Fase toda e ai em nosso caso aqui no estado do Pará, nós fizemos a opção pra fechar os escritórios locais, no caso de Abaetetuba era um escritório local e virmos todos pra Belém fazermos um escritório regional. Mas isso ai já foi no final na década de 90 e por um cenário da cooperação internacional. Mas que quando isso já aconteceu, o trabalho em Moju, Abaetetuba, nos outros movimentos já estava consolidado, eles já tinham organizado direitinho o seu sindicato, a sua colônia de pescadores, associação, cooperativa, e centro de treinamento de tecnologia alternativo, quer dizer as organizações já tinham organizado redes sócio produtivas lá, já tinham criado uma institucionalidade própria que garantia que a gente pudesse fazer um outro tipo de acompanhamento do que aquele mais direto na base como a gente vinha fazendo anteriormente.¹⁵⁴

As palavras do técnico Raul Chicair sintetizam bem a situação em que ficou a instituição após o encerramento do convenio com a Diocese de Abaetetuba. Embora a Fase soubesse que muitos religiosos como padres apoiassem o trabalho, principalmente os da ala Progressista, sabia-se que a pressão por parte de uma maioria dentro do clero era contrário a esse trabalho, pois como foi mencionado, os funcionários foram ‘taxados’ de comunistas e embora também partissem acusações por parte da equipe em afirmar que a situação estava chegando a esse desfecho por interesses políticos da Igreja Católica, em apoiar pessoas mais conservadoras, como o carismático munícipe João de Deus. Em uma nota publicada na página do Repórter 70, assim foi noticiado o fim da parceria.

A Diocese de Abaetetuba não vai renovar a carta de autorização para que a Federação para Assistência Social e Educacional (FASE), entidade que atua em conjunto com a Igreja Católica, possa continuar desenvolvendo seus trabalhos em Abaeté. A FASE necessita de uma carta do bispo Ângelo Frosi para continuar recebendo verbas de organizações religiosas da Alemanha Ocidental, mas a diocese de Abaetetuba não vai renovar o pedido por considerar a FASE infiltrada por esquerdistas e incitadores de invasão.¹⁵⁵

¹⁵⁴ COUTO Jr. Raul Chucair. Agrônomo, Técnico da Fase. Entrevista realizada em 20/06/2005.

¹⁵⁵ OLIBERAL, Jornal O. Repórter 70. 09 de setembro de 1987. Fonte: Fase – Belém – PA.

Ida Selene, uma das últimas técnicas que trabalhou na Fase, mais precisamente em Barcarena assessorando os metalúrgicos da construção civil, relembra com uma certa saudade o trabalho que desenvolviam ali. Atuando na área desde o ano de 1985 junto a esses trabalhadores, mostra que o conflito que se deu junto a Diocese foi muito mais ideológico e político, por afirmarem com veemência que todos os técnicos da Fase eram Comunistas, generalizando os membros da instituição, quando na verdade, existia uma pluralidade, sendo que alguns técnicos eram simpatizantes desses partidos, como o próprio PRC, que teve uma vida curta, o PC do B, e o PT, mas que também existiam aqueles que tinham um vínculo muito forte com a própria Igreja Católica. Criticando um comentário do então padre Viola de Abaetetuba, um conservador nato, sobre a percepção da Fase, temos seguinte narração por parte da memorialista.

Na realidade, eles gostavam de derrubar a Fase, a crise era essa, a crítica que a igreja fazia, e nós éramos vistos assim, como se nós fôssemos ateus, na realidade era isso, e que nós éramos aqueles que iam comer as criancinhas. Mas ou menos assim. Então havia essa retaliação, então a colocação de “ah, é infiltrada por partidos comunistas”. Não, nós éramos todos, eu era de um partido comunista, vim da pastoral universitária como coloquei, e havia outros colegas que não eram vinculados a partidos comunistas. Por exemplo, eu posso dizer, ele não era vinculado, o Raul Couto, ele não era vinculado a nenhum partido comunista, mas a posição dele sempre foi, que se o comunismo era justiça social, nós todos pensávamos assim, eu até hoje penso assim. Então eu não sou taxada. Na minha época de universidade eu lembro bem, quando a gente disputava o centro acadêmico o outro lado que hoje é o Zenaldo Coutinho, dizia pra mim “essa é comunista” como se fosse assim a grande ofensa e que a questão não é, é um pensamento político, é uma forma de ver a sociedade, de querer a sociedade, mas havia essa taxaço com certeza, e o padre Viola colocava como se fossem pessoas assim, fossem do mal, né. O mal e o Bem que se degladiavam.¹⁵⁶

Não se deve negar que o trabalho desenvolvido pela Fase na região Guajarina foi de fundamental importância para que os demais movimentos sociais tivessem tido muitos resultados positivos nas lutas que desencadearam por conta dos projetos agroindustriais que nesta região se instalaram. Isso se percebe tanto na memória dos que trabalharam como técnicos e assessores quanto dos que receberam esse apoio. Na verdade o que aconteceu foi uma junção. Uniu-se a formação intelectual com a força de vontade de não perderem terras, dignidades, de não serem exploradas pelo capitalismo que se implantou nestas terras, que em certos momentos se transformaram em campos de batalhas, e a orientação dessas pessoas para

¹⁵⁶ SOROTÔ, Ida Selene. Juíza da 8ª Zona do Trabalho em Belém. Foi assessora da Fase no município de Barcarena nos anos de 1985 a 1989. Entrevista realizada em 21/05/2007.

ajudar na condução de negociações e defesas foi muito importante para que muitas vitórias acontecessem e trouxessem benefícios.

Por outro lado, não se pode afirmar que a Diocese de Abaetetuba era totalmente omissa aos problemas que haviam sido instalados na região, o próprio bispo de Abaetetuba, embora não sendo declarado um ‘Progressista’, muito colaborou para que os movimentos sociais tivessem êxito. Em suas palavras, o padre Sérgio Tonetto relembroando sobre o episódio da morte do vereador Edmilson de Moju, assim fala sobre o então bispo de Abaetetuba naquela ocasião, Dom Ângelo Frosi.

O bispo veio, até foi muito assim, solidário, não comentou absolutamente nada sobre a morte do fulano, mas reiterou para a defesa da terra e tal, tal, tal, não falou, nem use a espingarda não. Não, nem falou nem isso. Chega o Dom Ângelo, mesmo tendo um discurso meio mansinho, mas a postura era clara, por isso que tenho saudade dele.¹⁵⁷

Assim, mesmo com divergências e crises em determinados momentos o apoio que os trabalhadores e as CEBs receberam dessas duas instituições foram de fundamental importância, da Fase por que esta enquanto atuou, sempre procurou ajudar na organização e orientação para que os direitos dessas pessoas fossem respeitados. E por outro lado, a Igreja Católica, principalmente nos municípios em que os padres possuíam uma ligação com a ala Progressista, a corrente mais voltada para o debate da Teologia da Libertação.

4.2 – A morte como intimidação

O STR de Moju, depois da conquista da eleição em 1983, passou a ser sinônimo de orgulho para os seus sócios, pois a nova direção estava sempre fazendo o acompanhamento dos problemas relacionados a questões de disputas pela terra, principalmente quando percebia-se que a possibilidade de expulsão desse colono era iminente. Fosse nos órgãos de governamentais do município, do estado ou do governo federal, lá estava o sindicato através de sua direção.

A importância do novo sindicato em Moju foi tão grande não só para sua categoria, como também para outros movimentos sociais locais, como da fundação da AMOP (Associação Mojuense dos Professores), que depois, nos anos 90 viria a se transformar no

¹⁵⁷ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

Sintep (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará), para a criação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Mojuenses do Campo e da Cidade.

Porém, ‘encabeçando’ os outros STRs da região Guajarina, o STR de Moju ajudou a fundar a CUT – Guajarina no ano de 1986, quando seu primeiro presidente foi o Manoel Libório Ferreira dos Santos, do município mojuense. Isso demonstrava a força, a garra e a união e organização dos trabalhadores de Moju. Essa força ficou muito claro também no início de 1987, quando a Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará), foi vencida por uma chapa de oposição, onde os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais também já haviam conseguido essa façanha.

Todas essas organizações e conquistas que foram ajudadas pelo STR de Moju, eram resultado de uma equipe de dirigentes que se empenhavam muito para fazer com que a situação em que se encontrava o município pudessem mudar. No entanto, um nome sempre se destacou dentro dessa estrutura sindical. Virgílio Serrão Sacramento, o presidente da instituição quando elegeram a chapa de Oposição.

O sindicalista Virgílio foi assassinado em 1987. Traçaremos aqui um perfil deste líder, mostrando um pouco sua trajetória de vida junto a família e aos movimentos sociais. Nascido em uma comunidade chamada de Turuçú no município de Limoeiro de Ajurú, no estado do Pará no dia 02 de outubro de 1942 e descendente de uma família de extrativistas que retiravam da floresta o látex da seringueira e também utilizavam-se da pesca para complementar o alimento, assim vivia a família do Virgílio, que além deste, tinha mais oito irmãos, somando cinco homens e três mulheres. Seu pai se chamavam Vergílio Sacramento Filho e Ana Serrão Sacramento.

Em 1966 casou-se com Maria do Livramento Diniz sacramento, e a partir daquela data não estava mais disposto a permanecer no local de origem, pois as atividades de trabalho pouco ou quase nada rendiam para as famílias, servindo apenas como subsistência. Nesse período, a pimenta-do-reino já estava em fase de expansão, e o próprio Virgílio já tinha verificado e até trabalhado na colheita do produto, assim como muitos outros conterrâneos. É a própria senhora Maria do Livramento que nos conta um pouco como foi que se deu essa mudança da família em busca um ‘lugar melhor’ para viverem.

Então daí pra frente quando eu me casei com o finado Virgilio, era um jovem também de lá, nós morava tudo perto um do outro, família dele humilde, pobre, mas rico de espírito que eu acho né, e depois que nós casamos nós vimos que lá ele já era um

rapaz que trabalhava muito em Tomé-Açú, e se adaptou com o povo de lá com o trabalho que era melhor do que no Limoeiro do Ajuru, que lá era mais difícil um pouco, o trabalho era muito, mas o ganho era pouco, então nos casamos.¹⁵⁸

A saída da família do município limoeirense para a cidade de Tomé-Açú foi apenas o começo de uma jornada, pois ali seria a primeira cidade onde estes tentariam a sorte, e posteriormente ainda passariam por outros municípios paraense, sendo que no ano de 1968, um irmão da esposa do lavrador os convidou para morarem em Almerim, pois havia feito uma promessa de que lá iriam ter uma vida melhor. Acreditando na promessa, a família rumou para lá, sendo que o resultado não foi o esperado, pois foram abandonados em uma localidade muito distante do da cidade e de qualquer vila ou comunidade existente. Ali teriam que desbravar a terra para produzirem. Não satisfeito com a situação, retornaram no início de 1969 para a terra natal. Em fins de 1969 mais uma vez foram para a ‘terra-da-pimenta’, agora já com dois filhos, José Dorival e Maria Dinalva.

De volta a cidade onde a economia predominante era controlada pelos japoneses, o Virgilio trabalhou muito para tentar melhorar de vida. Virou empregado nas plantações de pimenta, ora trabalhando como assalariado, ora trabalhando como meeiro¹⁵⁹. Moravam nos grandes barracões construídos para abrigar inúmeras famílias que faziam a colheita quando era a época da safra. Neste segundo período que estava de volta, seus pais junto com alguns de seus irmãos também estavam tentando fugir da atividade extrativista na terra de origem.

Já com dois filhos, em Tomé-Açú nasceram mais três, Edna do Socorro, Sandra Regina e Elias. Agora já eram cinco filhos, a família não pensava em sair mais do município. Com quatro anos de trabalho e algumas economias o Virgilio comprou um lote de terra e seus pais com seus irmãos compraram outro em uma localidade chamada de Corunuma. Também junto seus demais familiares, conseguiram comprar um trator e uma caçambinha estilo C 10 para transportar as mercadorias que produziam, pois em suas terras já cultivavam também a pimenta, além de farinha e outros gêneros. Mais uma vez a senhora Maria do Livramento nos reporta sobre esse período.

E daí pra frente nós continuamos a ter filhos, primeiro o Dorival, depois a Dinalva, fomos pra Tomé Açú, ele foi trabalhar com o japonês, eu também né, e daí nós

¹⁵⁸ SACRAMENTO, Maria do Livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

¹⁵⁹ Trabalho realizado pela parceria, em que uma determinada área é arrendada para uma pessoa que todo o trabalho fica na sua responsabilidade, e o resultado da produção posteriormente é dividido entre esse trabalhador e o dono desta área.

tivemos a Edna, o Elias, a Sandra. Trabalhamos né, compramos um lote de terra, e lá a gente vivia um vida digna lá, trabalho, era muito trabalho lá, a gente ganhava melhor lá, mas a gente se demos bem.¹⁶⁰

Quando tudo parecia que a família iria ter realmente progresso na vida, pois as duas já estavam com seus terrenos, trator e carro para escoarem seus produtos, também estavam começando a organizar uma comunidade, um incidente fez com que os planos tivessem que mudar mais uma vez. Em uma festa realizada no ano de 1976, fez com dois irmãos do Virgílio se envolvessem em uma briga, e para que um dos irmãos não fosse atingido por uma faca, um outro irmão disparou um revólver, vitimando de forma fatal o agressor. O episódio fez com cinco dos seis irmãos fossem detidos, sendo liberados em seguida permanecendo ainda na prisão do município tomeçuense apenas o que havia feito o disparo. Ao longo de três meses este foi também liberado para responder o processo em liberdade, pois ficou provado que o ato havia se dado em legítima defesa.

Por conta de ameaças de familiares da vítima, Virgílio tomou a decisão de vender sua terra, ato que foi seguido por seus pais e irmãos, sendo que teriam que procurar um outro local para viverem. Assim após uma análise, e consultas em alguns municípios, chegaram em Moju em fins de 1976, onde compraram um novo lote de terra, localizado a margem da rodovia PA 252, Moju-Acará. Ali se estabeleceram a família de Virgílio e a família de seus pais. A difícil missão agora seria recomeçar tudo de novo, do zero.

Trabalhando com muitas dificuldades, mais uma vez a família começou a obter progresso, e aos poucos foram se reerguendo. Como no município de onde tinham vindo, trabalhavam com a pimenta-do-reino e com a cultura da mandioca, na nova terra a experiência foi efetuada. Também trabalharam para alguns japoneses que cultivavam a pimenta também, a fim de adquirirem recursos para implantarem na sua terra. Logo na chegada, em fins de 1976, em Dezembro, nasceu mais um filho do casal, João Agnelo. Agora já eram seis.

Foto 1

¹⁶⁰ SACRAMENTO, Maria do Livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.



Virgílio discursando em um encontro dos movimentos sociais em Abaetetuba. Fonte: Fase – Belém-PA

Foto 2



Virgílio (na esquerda) no centro, dois companheiros desconhecidos, no lado direito, o então jovem Aventino recém eleito presidente do STR de Moju, em um momento de descontração de um encontro em Abaetetuba. Fonte: Fase – Belém-PA

Foto 03



Virgílio (no centro) com Fátima e Nery (hoje Senador – PSOL-PA) no encontro da CUT em Abaetetuba. Fonte: Família Virgílio

Embora já fosse sindicalizado no município onde morava anteriormente, foi neste novo município que o Virgílio começou a se engajar pra valer. Primeiro este começou a participar da comunidade onde sua terra foi comprada na vila do Sucuriju. Convidado pela família do senhor Eugênio, pai do Aldenor, que eram os mais envolvidos, este foi tomando ‘gosto’. Logo em seguida se associou ao STR, pois acreditava que junto a um sindicato, poderia conseguir benefícios para si e para outros lavradores.

O padre Sérgio Tonetto, que também chegou neste período da Itália para trabalhar no Brasil, mais precisamente em Moju, relembra como conheceu a família do Virgílio, enfatizando que logo em seguida foi feita a ‘parceria’ entre o movimento social e a Igreja Católica, e que por diversas vezes o padre ia até a casa do lavrador e lá também ajudava nas atividades da agricultura, principalmente na colheita da pimenta-do-reino e do café.

Eu cheguei em Moju definitivamente em 78, então nós dois chegamos juntos, a segunda coisa, o Virgilio vinha de uma caminhada de Comunidade Eclesial de Base, que naquela época ele veio de Tomé-Açú, me parece, se a memória não está me falhando, e eu comecei a acompanhar as comunidades, inclusive da PA 150, que depois se tornou PA 252, e eu ia no Sucuriju e se criou uma simpatia, seja por que a minha família era numerosa e família dele era numerosa. Depois ele participou em Cametá conosco, são situações que fizeram com que a ligação se tornasse amizade, além disso sendo que Sucuriju era muito perto de Moju, onde eu morava, eu cansei de ajudar o Virgilio na coleta do café, então a gente passava o dia todo coletando café. Então, além do mais depois, quando começou lá pelos anos 80, a oposição sindical, o Virgilio vinha comigo lá no alto Moju, essas foram situações que foram construídas que praticamente acabaram criando essa parceria, esse companheirismo

e eu diria até essa amizade, além do mais, a família sempre foi muito simpática, fácil do relacionamento, exuberante, sem muita frescura, foi bonito, foi bonito.¹⁶¹

Já em fins da década de 1970, o Virgílio já estava bastante envolvido no STR, principalmente atuando como grupo de Oposição. Porém, é no início dos anos 80 que a atuação se consolida, vindo junto com outros lavradores opositores a conquistarem a direção do sindicato, motivo de muita festa e alegria para esses trabalhadores. O envolvimento do líder sindical estava completo, nada mais o conseguia parar. Sua determinação em defender os lavradores não tinha limite.

Assim, à frente do STR, tornou-se um marco de referência, pois visitava as localidades onde existiam delegacias sindicais, ou aquelas comunidades em que estivessem passando por conflitos agrários. Por conta dessa atuação recebeu ameaças de morte e sofreu duas prisões, a primeira em 1981, quando atuou na defesa da terra do seu vizinho Aldenor, na comunidade do Sucuriju, que estava sendo pleiteada pelo senhor Valdivino, mais conhecido por Goiano. A segunda prisão ocorreu em março de 1984, por ordem do promotor público de Moju, Renato Maués.

Essa prisão foi denunciada na imprensa paraense dos jornais impressos O Liberal e a Província do Pará. No primeiro, a reportagem dizia que o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Moju, havia distribuído uma nota de solidariedade no dia 19 de março ao seu presidente, Virgílio Serrão Sacramento, que tinha sido preso por 25 horas. O fato tinha ocorrido no dia 29 do mês de fevereiro, quando de uma audiência entre o promotor e posseiros do município. A nota trazida a redação do jornal dizia que, Virgílio, baseado no artigo 2, letra A do Estatuto do Sindicato, e no artigo da CLT, manifestou-se em defesa dos posseiros e acabou sendo preso, sob acusação de desacato a autoridade.

De acordo ainda com esta reportagem, essa era a terceira vez que o promotor Renato Maués, que havia sido candidato a prefeito de Abaetetuba em 1982 pelo PMDB, “rejeita a a representatividade dos dirigentes sindicais”, e que dessa forma ignora os artigos existentes em lei, que permitiam líderes sindicais de manifestarem-se em defesa de seus associados. Várias entidades se solidarizaram com o sindicalista.

A nota é assinada pelas delegacias de Ipitinga, Pedreira e Soledade, do sindicato de Moju, e por entidades como o Diretório do PT naquele município, Comissão

¹⁶¹ TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2006.

Já na reportagem do jornal A Província do Pará, a denúncia era mais incisiva, alegando que a prisão do líder sindical tinha sido arbitrária e ilegal, por que ali o Virgílio estaria se manifestando em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. O documento explicava ainda que tudo acontecera por que 150 moradores estavam correndo o risco de serem despejados de uma área, onde um “queixoso” estava reivindicando essa terra.

De acordo com o presidente do sindicato rural de Moju, a ação do promotor público se deu em função de ação judicial contra posseiros da região. Em uma audiência, ficou acertado que o queixoso iria indenizar cada posseiro com 150 mil cruzeiros, o que deveria ser feito no dia 29 de fevereiro. Acontece que após a audiência, os posseiros, sabedores de seus direitos sobre a posse, por estarem na área por mais de cinco anos, resolveram manter seus direitos, reconhecidos pelo próprio promotor. Como o queixoso não compareceu para cumprir o acordo no dia 29 de fevereiro, eles decidiram lutar pelo direito de posse. Nesta ocasião, o promotor público afirmou que os posseiros não tinham nenhum direito sobre a área, no que foi contestado por Virgílio, que na qualidade de presidente do sindicato, manifestou-se em defesa dos direitos dos posseiros, sendo interpelado pelo promotor, que perguntou-lhe qual seu grau de formação para contestar sua informação. Não aceitando a representatividade de Virgílio como presidente de um sindicato de trabalhadores rurais, manteve o detido por desacato devendo processá-lo por isso.¹⁶³

Ações como essa eram comum nos sindicatos do Pará. Não aceitar a representatividade por que a maioria das lideranças dos STRs mal tinham o fundamental completo (ou 1º grau), era cena normal. O caso do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento não era diferente, uma vez que este tinha cursado somente até a 4ª série primária, por conta principalmente das dificuldades existentes nos municípios paraense nas décadas de 50, 60, 70. Porém, se tinha uma coisa que este líder sindical apostava e incentivava era a educação, tanto que era algo que mais recomendava para os outros lavradores, que fizessem com seus filhos estudassem, não importasse as dificuldades. Edna do Socorro, filha do Virgílio, nascida em Tomé-Açú, e tendo iniciado seus estudos na localidade onde morava, conta que as dificuldades eram muitas, mas foi somente em Moju que estas aumentaram, pois houve um tempo em que a família morou na cidade, no final dos anos 70 e início dos anos 80, mas depois tiveram que retornar para a comunidade onde estava localizado o terreno.

¹⁶² LIBERAL, Jornal O. Trabalhadores do Moju estão solidários. 20/03/1984. Fonte: CPT Belém-PA.

¹⁶³ PARÁ, jornal A Província do. Presidente do Sindicato denuncia arbitrariedades. 20/03/1984. Fonte CPT Belém-PA.

Ai nos retornamos e começamos a morar no Sucuriju de novo, continuamos a estudar, mais ai a gente ia de bicicleta, bicicleta velha, capenga velha, mas empurrava na estrada do que andava nela. Teve uma que era 'Marquês de Cara Baixo' (risos), pneuzinho na frente. Eram várias bicicletas velhas, ai o papai disse que ia montar uma pra mim por que eu era a mais nova, a caçula do grupo que estava estudando, ai ele arrumou um pneuzinho de bicicleta de criança e colocou numa grande, ai eu morria de vergonha (risos). Ela ia assim com a cara lá embaixo, ai os meninos apelidaram ela de 'Marquês de Cara Baixo'. Mas ai a gente foi levando né, tinha que estudar, ele sempre incentivava muito a gente que tinha que estudar por que o nosso futuro dependia disso, por que se a gente ficasse só trabalhando na roça e não estudasse a gente não ia ter muita garantia no futuro, ia ser igual todo mundo da roça, que só sabe fazer aquilo, plantar milho, feijão e arroz e não consegue se especializar.¹⁶⁴

A fala da filha do Virgílio apresenta a preocupação que um pai tinha para com seus filhos, por que este não gostaria que seus filhos tivessem o mesmo destino que este, que sem estudo, não teria a possibilidade de tentar outro tipo de vida, que não fosse a terra, trabalhar na agricultura. Não que este fosse contra trabalhar na agricultura, pelo contrário, também era necessário aprender mais, outras coisas importantes, mesmas técnicas novas de como trabalhar a terra. José Dorival, filho mais velho de Virgílio também relembra a preocupação deste homem com a educação, afirmando que o sindicalista sempre estava fazendo debates para verificar a possibilidade de melhoria do processo educacional no município, principalmente nas localidades onde não existiam escolas, e os filhos dos lavradores não conseguiam ter acesso a ao ensino, ou estudavam no máximo até a 4ª série primária, pelas dificuldades de chegar a sede do município.

O papai apesar de ter pouco estudo, mas fazia uma contribuição muito grande pra isso, era uma pessoa que era preocupado com a educação no município, tanto é que eu o considero como um dos principais educadores apesar de não ser professor e ter a cultura, não ter educação, o conhecimento, mas era um educador ferrenho no município de Moju. Tanto é que debatia a implantação de várias escolas no município de Moju, em diversas localidades, com estrutura, com professores qualificados e ele também entrava pra dentro do Sintep e fazia essa discussão no município e era bastante respeitado nessa área pelos professores do município que tinham como uma pessoa que era preocupado, que quando eu estava concluindo o meu ensino, era uma das cobranças que ele me fazia, que quando eu formasse, viesse a retribuir pro município ensinando nas comunidades, nos lugares do interior que chamava ali de ensinar os filhos dos trabalhadores rurais.¹⁶⁵

Durante os anos em que estive no município de Moju, de 1976 a 1987, quase uma década e depois de ter nascido o filho João Agnelo logo na chegada, o sindicalista Virgílio

¹⁶⁴ SACRAMENTO, Edna do Socorro Diniz. Socióloga formada pela UFPA e Especialista em Gestão Ambiental pela UFPA. Filha de Virgílio. Entrevista realizada em 10 de Março de 2006.

¹⁶⁵ SACRAMENTO, José Dorival Diniz. Matemático formado pela UFPA. Filho de Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

com sua esposa Maria do Livramento tiveram mais cinco filhos. Maria de Lourdes, Marlene, Ilene, Virgílio Júnior e Noemi, esta última nascida em outubro de 1986. Agora eram onze os filhos do casal, uma família grande e numerosa, mais muito unida por conta dos ensinamentos do pai e da mãe. Sua esposa afirma que o Virgílio conseguia algum tempo para cuidar da suas atividades agrícolas, como cuidar da pimenta, do café, da roça e também conciliar suas atividades enquanto líder sindical, viagens que fazia, como para São Paulo quando foi participar do Congresso da Contag¹⁶⁶, Rio de Janeiro, Brasília, Xingu, e muitas dentro do estado do Pará.

No município de Moju, também viajava muito para as comunidades para discutir a situação dos lavradores, procurar encaminhar denúncias de invasões e expulsões dos camponeses, fato que sempre deixava seus familiares preocupados e a sua esposa tomando de conta da estrutura familiar, conduzindo a atividade do trabalho. É o seu filho José Dorival que reportando da morte do vereador Edmilson em 07 de setembro 1984, seu pai ficou muito visado, e todos pediam para que este tomasse muito cuidado quando viesse para a cidade ou retornasse para sua casa, pois esta ficava a 08 km da sede urbana. Sempre que retornavam a noite, logo após a morte do vereador e viam algum foco de luz distante, pai e filho se escondiam no mato, na lateral da estrada, com medo de que pudessem ser pistoleiros, e depois que o carro passava, retornavam para a estrada e continuavam o percurso.

Assim foi a rotina do líder sindical Virgílio serrão Sacramento durante todos os anos em que esteve em Moju, desde sua chegada até o mês de abril de 1987. Mesmo deixando a presidência do STR em 1986 para o então jovem presidente Raimundo Aventino, que havia sido apontado pelo ex-presidente, pois este acreditava e apostava na juventude, o sindicalista continuou fazendo parte da direção, como delegado representante. Mas agora além do STR mojuense, já fazia parte também da direção da CUT Guajarina, da direção Estadual do PT e em março de 1987 foi eleito membro da direção da Fetagri, quando da conquista pelos STRs de Oposição do estado do Pará. Já era um homem de grande expressão.

No dia 05 de abril de 1987, um domingo, ia acontecer uma Assembléia Geral do sindicato, que se encerraria com um almoço. Segundo sua esposa, Maria do Livramento, pela manhã tomaram um banho no sítio para encaminharem a sede do STR. Junto com o casal que seguiu na moto que este havia adquirido com o dinheiro da pimenta no ano de 1985, também foi a filha menor, Noemi de 05 meses. O filho Dorival participaria do encontro, mais iria de bicicleta para a cidade.

¹⁶⁶ Contag. Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

Lá participaram das discussões, e quando foi concluída a reunião, conversaram mais um pouco por lá, com outros lavradores e as lideranças sindicais além dos religiosos que se encontravam presente. Depois o casal retornou para sua casa para almoçarem. Era por volta das 13:30 horas. Foi quando chegou em sua casa que o sindicalista percebeu que tinha esquecido sua agenda na sede do STR e decidiu voltar para pegá-la e comprar o jantar, pois não tinham nada para comer. Retornando a sede do município, Virgílio pegou sua agenda de volta, comprou peixes para jantarem e ao retornar para sua residência encontrou conhecidos do sindicato e da comunidade, além do seu filho Dorival que assistiam a um jogo de futebol em um campo que ficava na parte central de Moju.

Lá, assistiu também ao jogo por alguns momentos, além de conversar com estas pessoas. Por volta já das 16: 00 resolveu retornar e levar o jantar para sua família, fato que nesse momento foi seguido por um caminhão que se encontrava na beira do campo. Sem se preocupar com nada, seguiu uma viagem tranqüila, até que quando estava a 1 km de sua casa, iniciando a descida de uma ladeira, totalmente deserta, sem nenhum carro ou pessoa trafegando, o caminhão o atropelou, e como se este motorista tivesse técnica, o choque do caminhão arremessou o sindicalista a certa distância que o motorista teve tempo de frear e logo em seguida continuar o trajeto, acertando agora a vítima sem nenhuma chance de sobrevivência. A moto que também fora arremessada, praticamente nada sofreu. Os peixes que iriam ser servidos no jantar ficaram espalhados pela pista e pela lateral desta. Algumas notas de dinheiro também esvoaçavam-se pelo asfalto da tarde ainda quente. Nas palavras diretas e dolorosas da sua esposa, podemos ter uma idéia daquele dia.

Foi um choque pra todo mundo, um choque grande, que continua até hoje(pausa). Era um domingo, tinha uma Assembléia Geral. Ai nos fomos, eu, ele a Noemi que ainda era pequenininha. Nesse dia eu acho que tava marcado, não sei, fizeram aquele movimento acho pra acontecer isso. Ai foi o dia né, na minha idéia teve um mandante, com certeza, pra acontecer isso, essa tragédia né. Nós não almoçamos lá na assembléia por que foi feito pra terminar assim lá pela uma hora da tarde e todo mundo saia pra suas casas, foi o momento que nós saímos, viemos, a gente acha né, tinha pessoas seguindo ele Eu acredito, tinha pessoa seguindo ele ai no momento que a gente veio em casa ele esqueceu de alguns pertences né, como a agenda e voltou, chegou lá, ficou por lá, teve um tempo na beira do campo como todo mundo sabe, ficou por lá assistindo o torneio e, eu acredito assim, nesse momento que ele parou lá, com certeza tinha alguém vendo, ele veio, eu acredito que a pessoa seguiu ele, chegou no local onde não existia ninguém pra fazer o que eles tinham de fazer.¹⁶⁷

¹⁶⁷ SACRAMENTO, Maria do Livramento Diniz viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

Do local da morte do sindicalista, para o centro da comunidade onde este morava era de aproximadamente uns 500 metros, e naquele domingo a tarde várias pessoas se encontravam na beira da estrada, conversando e foi quando ouviram o barulho do choque. Nesse momento, um desses moradores que estavam ali, era o Francisco dos Reis e Silva, e como sua casa era próxima da lateral da pista, pediu a alguém de sua família que corresse pra pegar um papel e uma caneta pra anotar a placa do caminhão, fato que fez em seguida, apontando para o caminhão de carregamento de madeira bruta de numeração PT 1189, de Paragominas, mas que trabalhava para uma serraria do município de Tailândia.

Em seguida este pegou sua bicicleta e saiu em direção à cidade, constatando no caminho que a vítima era o sindicalista Virgílio. Ao chegar a Moju, parou na beira do campo de futebol onde ainda se encontravam as pessoas com quem o Virgílio tinha conversado poucas horas antes, informou-lhes o acontecido e seguiu em direção a Delegacia de Polícia, explicando ao delegado o que tinha ocorrido.

Nesse momento, várias pessoas que se encontravam assistindo o jogo de futebol se dirigiram para o local da morte, entre eles o filho mais velho, o irmão da vítima José Serrão Sacramento, além amigos e moradores da vila que estava na cidade naquele momento. Quando lá chegaram, muitas pessoas da comunidade, e principalmente alguns familiares como a esposa e a filha Edna em profundo estado de dor, choravam o corpo do sindicalista estendido ainda na alta temperatura do asfalto. É o filho José Dorival, que também descreve aquele momento.

Eu estava na cidade do Moju no dia, nos participávamos de uma assembléia no sindicato, no dia 05 de abril, e o dia todo. Quando foi a tarde ele veio deixar a mamãe em casa, ai eu fiquei na cidade, ai ele veio deixar a mamãe em casa, e a tarde tinha um jogo lá no campo do Juventus, lá no centro da cidade, que hoje é desativado esse campo, funciona um centro cultural nesse local. Eu estava assistindo o jogo, ai depois ele retornou novamente a cidade, depois de ter deixado a mamãe no sítio, retornou a cidade, foi comprar peixe pra fazer a janta dos meninos que não tinha nada em casa e nesse retorno aconteceu a tragédia. Eu estava no campo quando um vizinho nosso lá da colônia foi avisar a gente lá, eu estava, tava no melhor momento do jogo, eu lembro que eu estava distraído, e eu lembro que ele chegou próximo da gente ai o rapaz que estava perto de nós, o Flavio perguntou, “ei Tatá, o que foi que aconteceu?” “Rapaz, aconteceu um negócio”. Eu digo “i”. Mas eu não imaginava nada disso né. Ai ele olhou pra mim, “é, o teu pai, o teu pai acabou de morrer”. Ai eu parei. Fiquei parado sem ação nenhuma. Ai o Flávio que tinha o carro no momento disse “vamos lá”. Entramos no carro com ele, o Flávio era um vizinho paranaense vizinho nosso aqui do Sucuriçu. Viemos, eu vinha curioso, numa determinada distancia eu vi aquele número de pessoas no local exatamente onde ele tinha dito que tinha acontecido o acidente e também não comentei, não falei mais nada com ninguém, não tinha a possibilidade de falar mais nada. Ai chegamos no local, eu vi minha mãe e a Edna em cima do corpo do papai chorando. Eu olhei fiz algumas observações, também não tinha como chorar, estava

paralisado emocionalmente. Ai aquilo foi um choque. Depois que eu comecei a me dar de conta de mim que tinha acontecido realmente que não tinha retorno, que não haveria retorno da situação é que foi chegar o momento de eu chorar de desespero, parece até que eu desmaiei um momento, não sei o que aconteceu, mas eu acho que devo ter desmaiado em algum momento e a partir daí a gente demorou a perceber que a responsabilidade estava em cima da gente, como filho mais velho.¹⁶⁸

Nas palavras do filho do sindicalista Virgílio, o sentimento expresso por este foram as sentidas por todos os seus familiares, parecidas ou semelhantes também foram sentidas pelas pessoas que o conheciam, principalmente as do movimento sindical. Após a chegada da polícia para fazer a perícia no local, a pedido de sua esposa, o corpo do marido foi levado até sua casa ainda, local para onde estava indo. Quase por volta das 18:00 horas este foi levado para a cidade para que fosse feita uma necropsia, e quando já era aproximadamente 20:00 hs chegou a Igreja Católica para que fosse velado.

Durante toda à noite e a manhã seguinte, o corpo do líder sindical Virgílio foi velado. Muitas pessoas passaram pela Igreja Católica para prestarem suas últimas homenagens. Alguns políticos estiveram presentes. Vários telegramas foram remetidos à família e ao STR mojuense. A solidariedade esteve presente para os familiares e dirigentes sindicais. As 11: 00 foi celebrada a missa de corpo presente por vários padres dos municípios da Diocese de Abaetetuba. Em seguida, pelas ruas da cidade, em forma de protesto, a multidão que acompanhava o cortejo seguiu rumo ao cemitério, onde no caminho todos se revezavam para carregarem o caixão, como prova de agradecimento pelo derramamento do seu sangue. Um trecho de um canto era bastante entoadado pelo povo, e que dizia o seguinte, “*Prova de amor maior não há, que doar a vida pelo irmão.*”

Pessoas que conviviam com o líder sindical e que já tinham convivido sentiram muito sua morte. Um exemplo é o da advogada Vera Tavares, que durante vários anos defendeu o STR de Moju acompanhando o sindicalista e no ano de 1987, estava no estado do Rio de Janeiro concluindo um curso de pós-graduação. Para ela, o acidente tinha sido doloso, desses que o criminoso tem a intenção de matar. Na sua fala, esta recorda da morte do também líder sindical “Benezinho”¹⁶⁹ morto em Tomé-Açú, no ano de 1984, como um exemplo que poderia remeter mais cuidados a outras lideranças da região Guajarina.

¹⁶⁸ SACRAMENTO, José Dorival Diniz. Matemático formado pela UFPA. Filho de Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

¹⁶⁹ Benedito Alves Bandeira, o Benezinho como era conhecido o líder sindical de Tomé-Açú. Sobre a morte do líder sindical, ver o documentário da Fase filmado no dia do sepultamento e que mostra que a população revoltada matou os três pistoleiros que haviam assassinado esta liderança sindical. Um dos pistoleiros foi morto no dia 04/07/1984 à tarde e os outros dois, presos na delegacia de Polícia do município, foram retirados e mortos do lado de fora a pauladas e queimados no dia seguinte.

Eu não estava mais aqui, eu tava pro Rio de Janeiro, eu só soube né, que ele foi acidentado, um acidente doloso, desse proposital, mas eu acho que o Virgílio tinha essa desconfiança, vamos dizer assim que poderia acontecer com ele, por que depois que o Benezinho morreu, foi assassinado, nós ficamos muito com medo depois, assim, mas a gente teve uma luta ali né, que não poderia parar, mas eu acho que aconteceu, a coisa começou assim, começou que a gente teve um pouco de cuidado, mas essas coisas você não tem muito controle, por que ou o medo te paralisa, ou você domina ele. Você é uma liderança, então não tem como voltar, não naquela situação...¹⁷⁰

Ainda recordando as duas lideranças, Vera Lúcia Tavares afirma que acompanhou muito os dois líderes sindicais, até por que esta era quem fazia a defesa desses sindicatos, e onde os problemas no campo na década de 1980 estiveram muito aflorado, tanto que o líder sindical de Tomé-Açú foi morto em 04 de julho de 1984 por pistoleiros que tinham acabado de almoçar com ele, fingindo-se serem lavradores, e dispararam tiros que acertaram sua nuca, e em 05 de abril de 1987, três anos depois foi a vez do líder sindical de Moju. Para Vera Tavares os dois pareciam seus ‘irmãos’, pois andavam sempre juntos, eram muito respeitadores, por isso a dor pelo assassinato.

Sauer (2005)¹⁷¹, analisando a violência na fronteira paraense, principalmente nos municípios mais recentes como Rondon do Pará e Anapu, mostra que o estado se tornou completamente ausente nestes anos, e que por conta disso diversas lideranças sindicais, religiosas e políticas foram assassinadas por tomarem posição de uma defesa dos lavradores, como os mais de vinte enumerados pelo autor, citando exemplos como dos sindicalista João Canuto e expedito Ribeiro em Rio Maria, José Dutra, o Dezinho em Rondon do Pará, Ademir Federicci, o Dema em Altamira, os deputados Paulo Fontelles e João Batista em Belém, Adelaide Molinari em Eldorado dos Carajás e a mais recente vítima dessa cruel violência, a missionária Dorothy Stang em Anapu, entre outros.

O Jornal O Liberal, do dia 07 de abril noticiou a morte do líder sindical, afirmando que a esta não poderia simplesmente ter sido um acidente, pois segundo as informações colhidas pelos trabalhadores rurais de Moju davam conta dessa situação. Segundo a reportagem que tinha ido colher informações sobre o caso, o sindicalista Virgílio, após participar de uma reunião, voltava para sua casa, quando foi atingido violentamente pelo caminhão de placa PT 1189, de Castanhal, e no momento do atropelamento não havia nenhum movimento na estrada, e o caminhão não desviou de algum obstáculo ou carro, ele simplesmente vinha atrás

¹⁷⁰ TAVARES, Vera Lúcia Martins. Ex-assessora jurídica do STR de Moju. Ex-presidente da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH). Atualmente é Secretária de Segurança Pública do estado do Pará-SEGUP. Entrevista realizada em 04/04/2006

¹⁷¹ SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT, Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

do Virgílio que vinha em sua moto. Muitas pessoas no município estavam protestando contra a morosidade da policia local, pois de acordo com algumas informações, o motorista estaria preso em Tailândia, mas o delegado local nada estaria fazendo para solicitar sua transferência para o município mojuense, e que no dia do crime, a única coisa que fizeram foi ir até o local. Sobre o velório, assim informou o jornal.

Ao velório e enterro de Virgílio, compareceu uma multidão de cerca de mil pessoas vindas das várias localidades do município e de outras cidades da região, inclusive de Belém. Eram representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, da Comissão Pastoral da Terra e de outras entidades que assessoram os trabalhadores, além da Central Única dos Trabalhadores, da qual Virgílio era tesoureiro da região Guajarina. Ele havia sido empossado semana passada como membro do Conselho Fiscal da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri), depois de uma acirrada disputa onde a chapa de oposição conseguiu derrubar o ex-presidente, no cargo há 14 anos. Virgílio também era ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e ocupava atualmente o cargo de delegado representante junto a Fetagri.¹⁷²

O laudo de exame de corpo de delito feito em Moju pela médica Elisa Paris, constava que a morte do sindicalista tinha sido instantânea e causada por várias escoriações pelo corpo como fraturas diversas, principalmente pelo tronco inferior (pernas), tendo o motorista jogado o caminhão em cima da vítima e o esmagando no asfalto, o que gerou um choque hemorrágico e um traumatismo imediato, sem chances de sobrevivência. Após a morte, um inquérito policial foi aberto, uma vez que a prisão do acusado havia sido feito no município de Tailândia. No entanto, por ‘precaução’, o delegado de policia de Moju que ouviria o depoimento, resolveu pedir a transferência do acusado para Belém, como noticiou o Jornal O Liberal, no dia 10 de abril.

O motorista que atropelou e matou o sindicalista Virgílio Serrão Sacramento, no último dia 05, em Moju, prestará depoimento, às 10:00 horas na delegacia do Interior. Osvaldo Camargo, cujo caminhão tem placa de Paragominas e não de Castanhal, como chegou a ser noticiado, presta serviços para as empresas madeireiras instaladas naquela região, o que reforça as suspeitas das entidades sindicais de que o atropelamento não foi acidental. Recentemente, Virgílio e os demais membros da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju fizeram uma série de denúncias a cerca da atuação das empresas na área e foram ameaçados. De acordo com os sindicalistas, o motorista já é conhecido nas redondezas pelas arbitrariedades que comete no trânsito.¹⁷³

No dia 11, após o interrogatório, mais uma vez o jornal O Liberal informava a população. Ali, no depoimento, o acusado disse que dirigia o caminhão nas PA 150, no

¹⁷² LIBERAL, Jornal O. Suspeita de homicídio no atropelamento. 07/04/1987. Fonte. CPT. Belém-PA.

¹⁷³ LIBERAL, Jornal O. Motorista será ouvido hoje. 10/05/4/1987. Fonte. CPT. Belém-PA.

quilometro oito, quando mais a sua frete ia , na estrada, havia um motociclista indo no mesmo sentido. Ele não soube explicar como aconteceu o atropelamento, e justificou que não socorreu a vitima por desculpa de que temia represálias da população, e negou conhecer a vitima, visto que Virgílio era muito conhecido naquele município e o choque foi tão brutal que a parte inferior do seu corpo foi esmagada pelas rodas dianteiras do veiculo. O acidente consternou a cidade, fazendo cancelar a programação esportiva que estava marcada para aquele domingo pelo Lions Clube do Moju. Por outro lado, o advogado do STR, Antonio Pereira afirmou que o clima no Moju era de consternação, mas não percebia uma tentativa de revolta no ar. De acordo ainda com o jornal, a possibilidade de assassinato foi caracterizada pela policia de Moju, como podemos ver a seguir.

A possibilidade de homicídio foi aventada devido o acidente ter acontecido num local ermo, sem a presença de testemunhas. Pelo croquis feito pela policia no local, o caminhão desviou-se do meio da estrada, indo colher a motocicleta na margem da pista.¹⁷⁴

Após a morte do sindicalista, a paróquia de Moju e o Sindicato dos Trabalhadores lançaram um informativo falando sobre o assassinato. Em umas paginas, era mostrado o histórico do líder. Com a pergunta, Quem era o Virgílio, assim o pequeno jornal o caracterizava.

Lavrador, pais de família; era casado com dona Maria Diniz Sacramento. Onze filhos: José Dorival, Maria Dinalva, Edna do Socorro, Sandra Regina, Elias, João Agnelo, Maria de Lourdes, Marlene, Ilene, Virgilio e Noemi, de 4 meses. Nascido em Limoeiro do Ajuru-PA, em 1942, carregou a cruz da imigração em busca de uma terra prometida – um dos 40 milhões de brasileiros migrantes, estrangeiros em sua própria terra. Virgilio Passou dois anos em Almerim-PA, sete em Tomé-Açú, trabalhando inclusive como assalariado rural e finalmente chegou em Moju, onde conseguiu um lote de terra que prontamente documentou. Tinha realizado o seu sonho. “– Minha doença maior, dizia a esposa é ver essa pelegada toda dentro do sindicato. Mas um dia tudo isso vai passar para as mãos dos lavradores”. E foi mesmo. A partir de 1979, junto a uma turma de companheiros, deu inicio a Oposição Sindical, que ganhou as eleições em março de 1983. ficou como presidente até o começo de 86, e atualmente era delegado do STR junto a Federação . tesoureiro da CUT Guajarina e membro efetivo do Executivo do Diretório estadual do PT, em fevereiro passado foi eleito membro do Conselho Fiscal da Fetagri. Realmente um companheiro comprometido com a classe trabalhadora e sua organização. Quem afirma isso é a própria dona Maria: “Nós sempre trabalhava junto. Quando nós morava no Amazonas, nós deixava o zitito Dorival no casco, e íamos trabalhar na juta. A água tava grande”. Virgilio e dona Maria eram também companheiros de luta, até no ultimo dia! Brincando freqüentemente com a filhinha Noemi, Virgilio dizia: “Minha filha, você não vai conhecer seu pai, vão me matar.”¹⁷⁵

¹⁷⁴ LIBERAL, Jornal O. Depoimento do motorista não explicou o atropelamento. 11/04/1987. Fonte. CPT. Belém-PA.

¹⁷⁵ Informativo, Lavrador é hora de levantar-se. Abril de 1987. Fonte: Arquivo pessoal.

Infelizmente para a família e o STR de Moju, o processo sobre a morte do sindicalista Virgílio, assim como tantas outras vítimas do latifúndio não seguiu adiante. Foi arquivado, mesmo com pressão dos advogados da CPT, do STR, é muito provável que o poder do dinheiro tenha falado mais alto. Apenas o motorista e assassino foi fichado, ficando respondendo o processo em liberdade. A Anistia Internacional, cobrando providências dos governos do Brasil, a nível Federal e Estadual, reportou sobre a situação do município de Moju, em que as autoridades até aquele presente momento nada tinham feito para esclarecer a situação no campo. Em uma das cartas endereçadas ao prefeito municipal, que naquela ocasião era o João Cardoso, dizia o seguinte.

Exmos. Sr. Sendo membro da Seção Sueca da Anistia Internacional sinto-me no direito de denunciar crimes e violências praticadas na zona rural do Brasil, de que latifundiários pagam homens armados que matam e espancam pobres agricultores, trabalhadores e outras pessoas devido a litígios de terras. Cito o exemplo do Dirigente Sindical VIRGÍLIO S SACRAMENTO no dia 5 de April 1987, em Moju. A Anistia Internacional não se pronuncia sobre os litígios de terras, mas considera de responsabilidade das autoridades competentes na região evitar de todas as maneiras a reincidência de sevícias e assassinatos. Solicito aos poderes federais que com determinação e firmeza, tentem fazer com que as autoridades estaduais assumam a sua responsabilidade atuando legalmente para impedir o prosseguimento das violências na zona rural.

Como centenas de casos de violência praticados contra as lideranças e trabalhadores rurais no Brasil e na Amazônia e que ficavam sem solução, na maior parte por descaso das autoridades competentes, principalmente do Judiciário, a morte do sindicalista Virgílio acabaria entrando para somar a estas estatísticas, mesmo que a pressão existisse por parte dos movimentos sociais como da Fetagri, CUT, CPT, Fase, entre outros no Brasil, além de organismos de outros países, como a própria Anistia Internacional, a impunidade falou mais alto neste caso também, ficando os familiares órfãos de um pai e os trabalhadores rurais sem uma das suas principais lideranças.



Velório do Sindicalista Virgílio. Detalhe para seus irmãos Manoel de camiseta, Jairo de camisa listrada e Onair de camisa branca próximo a cabeceira do caixão. Também os filhos José Dorival de cabeça baixa e Elias de boné na parte esquerda. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 5



Velório do sindicalista Virgílio na segunda-feira de manhã. Detalhe para os irmãos Manoel do lado esquerdo e Onair do lado direito e o lavrador da comunidade do Ipitinga mais conhecido por Belém. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 6



Celebração da missa de corpo presente do sindicalista. O padre Sérgio conduziu a celebração composta por mais seis padres a Diocese de Abaetetuba. Detalhe para as filhas do Virgílio, Sandra e Edna ao lado do padre Zezinho Fonte: Arquivo pessoal

Foto 7



Celebração da missa de corpo presente. A Igreja Católica de Moju ficou pequena para a grande multidão que foi se despedir do sindicalista. Detalhe para a filha mais velha, Maria Dinalva, do lado direito de camisa quadriculada, que no dia morte participava de um encontro da Pastoral da Juventude na comunidade de Camorituba. Fonte: Fase – Belém-PA

Foto 8



Saindo da Igreja Católica após a missa de corpo presente, populares iniciam o cortejo indo em direção ao cemitério da cidade de Moju. Carregando o caixão do lado direito, o senhor Delorizano da Costa, alvo da firma Reasa que por força queria tomar suas terras. Fonte: Fase – Belém-PA

Foto 9



Populares iniciam a subida na rua da saudade com o cortejo. Muitas crianças acompanharam a caminhada no sol do meio dia. Fonte: Fase – Belém-PA

Foto 10



Populares começam a se aproximar do cemitério municipal. Detalhe para o filho do sindicalista João Agnelo, no lado esquerdo, acompanhado pela senhora Deolinda Fonte: Arquivo pessoal

Foto 11



Início do sepultamento. A irmã do sindicalista Maria de Nazaré prepara os últimos detalhes. Ao seu lado, os filhos José Dorival e Edna. No fundo, João Batista, o Babá, eleito deputado estadual pelo PT no Pará, e que atuou junto à defesa dos trabalhadores rurais. Fonte: Arquivo pessoal

Passado três meses da morte do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento, a Igreja Católica decidiu presta-lhe uma homenagem. Seria a realização da 1ª Romaria da Terra da região Guajarina. A decisão foi tomada pela equipe paroquial formada principalmente pelos padres e freiras. Somado ao apoio da Diocese, da CPT, do STR e de outros movimentos populares como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Mojuense, ficou definido que o evento seria feito no dia do Trabalhador Rural, 25 de julho de 1987.

Além da homenagem ao líder sindical, também pretendia-se com a 1ª Romaria da Terra fazer um grande protesto contra a impunidade no campo, contra o número alto de mortes decorrentes desses conflitos e que até aquela data assolavam o Brasil, a Amazônia e principalmente o Pará. Também na região Guajarina a violência por disputas de terra já registrava números alarmantes, e tinha duas lideranças sindicais contabilizados como vítimas do latifúndio que não se importavam nada para a vida humana. Assim, os municípios da região Guajarina e as Comunidades Eclesiais de Base receberam os convites para participarem da atividade a ser realizada. Um trecho do convite dizia o seguinte.

Somos um POVO que caminha todo dia em busca da JUSTIÇA, da TERRA, da VIDA. Por isso, no dia 25 de julho, dia do Trabalhador Rural, vamos realizar em Moju, a nossa 1ª “ROMARIA DA TERRA”, para: 1º Rezar ao Deus da Bíblia que faz justiça aos oprimidos, que deu a Terra para todos e quer que todos tenham vida. 2º Pedir justiça para os Mártires da Terra e, em particular, para VIRGILIO SERRÃO SACRAMENTO, nosso companheiro de FÉ e de Luta, esmagado pelo latifúndio, no asfalto da PA 150-Moju. 3º Buscar forças em Deus Libertador, para continuarmos nossa luta em defesa da VIDA PLENA PARA TODOS.

E foi chegando dia do encontro, onde vários município e comunidades se encontrariam para participarem da mística misturada com a parte litúrgica. Seria o encontro do religioso cantando ao Deus Cristão, mas aproveitando o momento, os protestos também seriam ecoados, ‘gritados’ para que a sociedade de modo geral pudesse ouvir o ‘clamor desse povo’, como enfatizava a própria Igreja Católica Progressista naquele momento.

Como o ano ainda era o de 1987, o Brasil já estava com dois anos no processo do início da redemocratização. Mesmo com um presidente civil a frente do governo brasileiro, o maranhense José Sarney, eleito indiretamente, uma vez que apenas os parlamentares do Congresso Nacional tinham votado, era grande a expectativa de que o país pudesse finalmente voltar de forma definitiva a ter sua democracia livre e plena, dando direitos a população de participar das decisões, como escolher seus representantes.

Assim, a idéia era reunir em várias partes do Brasil pessoas para fazerem protestos para que o Congresso Nacional agilizasse o processo para que a sociedade pudesse escolher o seu novo representante. Para o município de Moju não deveria ser diferente, pois iria-se

somar as homenagens do dia do Trabalhador Rural com as reivindicações pela volta a redemocratização e com a promulgação da nova Carta da Constituinte, que estava precisa para ser votada no ano de 1988. o jornal O Liberal do dia 23, antevéspera do ato em Moju fez a seguinte notificação.

Diversas manifestações estão programadas para o dia 25 de julho de, dia do lavrador. Em quase todos os municípios serão realizados atos públicos e outras manifestações contra a violência no campo pela Reforma Agrária. Em Moju, o Sindicato dos Trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base vão promover a Primeira Romaria da Terra, que objetiva pedir justiça. Uma cruz será erguida no km 8 da PA – 150, onde foi morto ex-presidente do STR, Vergílio Serrão Sacramento, vítima de um acidente até hoje não esclarecido.¹⁷⁶

Para homenagear o líder sindical assassinado em abril, a idéia seria preparar um cruz de aproximadamente três metros de comprimento, fita toda de concreto para que esta fosse fixada no local da sua morte. Para os organizadores seria uma justa homenagem. Para o padre Sérgio Tonetto, um dos principais organizadores, a Romaria foi algo contagiante, por que envolveu um numero significativo de pessoas dos vários municípios, inclusive do município de Igarapé Miri, que apesar de ser ‘vizinho’ de Moju, pertencia a Prelazia de Cametá, e por isso não se considerava um município participante da região Guajarina, mas assim mesmo, muitos moradores se fizeram presente na Romaria. De acordo com o religioso e organizador, participou da celebração um coordenador do Ipar¹⁷⁷ Afonso que sintetizou o sucesso do evento.

Eu me lembro o comentário de noite já, havíamos concluído a romaria e estávamos merendando lá onde hoje tem o sindicato. Tinha o professor que ensinava no Ipar, o Afonso, me chamou, “vem cá”. Ele tava na romaria. Afonso naquela época e ainda hoje é uma das mentes mais lúcidas na questão social e teológica, ele assessorava o Ipar, pastoral regional, não sei se assessora ainda hoje, e era chamado para conferencia, era uma pessoa extremante competente, ele falou, “vem cá”, me olhou na cara, “parabéns. A Romaria de vocês foi uma Romaria Teológica”, depois eu perguntei para esmiuçar um pouquinho mais. “No sentido da mística e dos valores que foram trabalhados durante o evento”, isso.

A celebração que se iniciou na casa do sindicalista morto, envolveria realmente uma parte teológica e uma parte mística. Não seria uma Romaria voltada apenas para a questão ‘espiritual’, tanto que havia representantes da Igreja Católica como o bispo de abaetetuba

¹⁷⁶ LIBERAL, Jornal O. Romaria. 23/07/87. Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁷⁷ Ipar. Instituto Pastoral Regional. Órgão da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil. Ajudava a formar lideranças religiosas e missionárias para trabalhar nas CEBs, adotando a linha da Teologia da Libertação. Foi muito criticado pelos Progressistas.

Dom Ângelo Frosi, padres, freiras, mas também várias lideranças sindicais. Uma de duas notas publicadas no Jornal O Liberal do dia 27 de abril, dizia que Dom Ângelo tinha aberto a cerimônia na casa da viúva do sindicalista e fechado com uma celebração à noite na praça da Matriz, onde várias entidades haviam estado presentes, como a CNBB e CPT Norte II, além de diversas entidades ligadas à questão do trabalho e também todos os sindicatos dos municípios da Diocese de Abaetetuba. Ali, os pronunciamentos depois que a missa foi encerrada eram pela Reforma Agrária imediata, a punição para os mandantes e assassinos de trabalhadores e a perseverança na luta pela libertação, mas os manifestantes reivindicaram uma constituição soberana e eleição direta para Presidente da República. Falando sobre as homenagens para o sindicalista Virgílio, a reportagem enfatizava o seguinte.

A romaria, que percorreu 10 quilômetros, prestou duas homenagens a Vergílio Serrão Sacramento, ex-presidente do STR e agente de Pastoral, que foi assassinado a menos de dois meses. Uma foi à saída da casa do lavrador. A outra que consternou a todos foi, foi a fixação de uma grande e pesada cruz, no km 8 da rodovia de Moju, local onde Vergílio foi assassinado. A cruz foi carregada por diversos trabalhadores rurais, durante a romaria. No retorno a Moju, já a noite, os romeiros portavam tochas de fogo, cartazes e faixas pedindo o fim da violência no campo e reforma agrária.¹⁷⁸

A homenagem prestada em forma da preparação da grande e pesada cruz que seria carregada por vários homens e fixada no km 8, significava, de forma ‘mística’, o exemplo de Jesus, uma vez que além de líder sindical, o Virgílio também era agente pastoral, uma pessoa que também teria derramado seu sangue em benefício de vários ‘irmãos’. Para carregá-la foram necessário um número de aproximadamente 8 pessoas, que de instante em instante se revezavam até concluírem o percurso de 1 km.

O início da Romaria deu-se por volta das 16:00 hs da tarde, sendo iniciado na casa da família do líder sindical, passando no segundo momento pelo carregamento e fixação da cruz e prosseguindo no terceiro momento com a caminhada do trajeto final, que seria de mais 7 km até chegar a sede do município, já a noite. Antes de chegar em frente a Igreja Matriz, onde seria feito a celebração, um pequeno incidente agitou os manifestantes. O senhor Nilo Franciosi, gerente de uma firma localizada no Alto Moju, juntou do chão um dos cartazes com a foto do Virgílio, que havia caído de uma pequena cruz e amassou com as mãos sendo em seguida pisoteado por seus pés. Alguns dos manifestantes tentaram enfrentá-lo, mais este estava acompanhado por dois policiais militares. Os romeiros então seguiram o trajeto, ‘cantando e rezando’, onde o principal trecho entoado era o seguinte.

¹⁷⁸ LIBERAL, Jornal O. Romaria I e II. 27 de julho de 1987. Fonte: Arquivo pessoal.

Romaria da terra
Faz o povo reunir
Numa luta sem guerra,
Nós lutaremos por ti.

Para encerrar a 1ª Romaria da Terra foi feita a celebração, seguida pelos discursos de protestos das entidades participantes e que, como já foi enfatizado, pediam a Reforma Agrária, punição para os assassinos de trabalhadores rurais. Após esse momento, foi servido um lanche e apresentado um vídeo da posse da Fetagri, em que o sindicalista Virgílio estava presente, finalizando o evento com o retorno a noite das pessoas para suas localidades de origem.

Passado alguns dias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a CPT e as CEBS divulgaram um relato sobre a realização da 1ª Romaria da Terra da região Guajarina. O documento fazia uma análise de como tinha transcorrido o evento, mostrando que o sucesso era claro e que nos anos seguintes poderiam ser organizadas outras Romarias nos município da Diocese de abaetetuba, sendo que foram realizadas conseqüentemente ainda em Tomé-Açú e Barcarena. Porém, são nas palavras da viúva do sindicalista que podemos ter uma noção mais clara e emocionante do que foi realmente a Romaria da Terra.

Foi uma coisa muito boa, muito bonita que fizeram, foi uma homenagem simbólica que eu acredito que sim, que envolveu muita gente e restaram bastante homenagem a ele né, nessa data né, e eu acho pra mim uma coisa até de valor, que valoriza o ser humano né, a memória não só dele, do Virgílio, mas de tantos outros eu acredito que uma coisa que mexe com a gente que toca no coração de cada pessoa que a Romaria da Terra é muito importante.¹⁷⁹

¹⁷⁹ SACRAMENTO, Maria do livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

Foto 12



Maria do Livramento com os filhos Dorival, Dinalva, Edna, João, Marlene e Virgílio além da cunhada Maria de Nazaré. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 13



Maria do Livramento com cinco filhos menores ao seu lado, João, Lourdes, Marlene, Ilene e Virgílio além de outros familiares como cunhados, sobrinhas e a sogra Ana Serrão Fonte: Arquivo pessoal

Foto 14



Maria do Livramento conversando com dois amigos, entre eles o ex-padre Ángelo Paganelli, de camiseta. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 15: Ana



Ana Serrão (mãe do Virgílio), Maria do Livramento e a irmã Rosa Fonte ouvem histórico do sindicalista Virgílio. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 16



Raimundo Aventino (Presidente do STR) se prepara para entregar um presente para a senhora Maria do Livramento. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 17



O padre Sérgio anuncia o início da Romaria para as centenas de pessoas. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 18



Maria do Livramento mostra o presente recebido (um quadro), das mãos do presidente do STR, Raimundo Aventino. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 19



Padre Zezinho participando do início da celebração. No seu lado direito, o bispo Dom Ângelo Frosi, na esquerda o padre Sérgio Tonetto. Fonte: Arquivo pessoal
Foto 20



Populares se movimentando na entrada da casa do Virgílio. Detalhe para o cartaz com o símbolo do lavrador crucificado. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 21



Romeiros responsáveis pela segurança das na procissão se preparando para dar início da longa caminhada de 9 km. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 22



Romeiros chegando ao local da morte do sindicalista. À frente, a filha Edna do lado direito e sua prima Lindalva do lado esquerdo. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 23



Depois de 1 km, os romeiros chegam no local da morte do sindicalista Virgílio, carregando uma cruz de concreto como símbolo de sacrifício. Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 24:



Em um momento místico, romeiros fixam a cruz em homenagem ao sindicalista Virgílio. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 25:



Romeiros terminam de fixar a cruz e se preparam para retomar o percurso em direção a cidade de Moju. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 26



Romeiros retomam a caminhada em direção a cidade de Moju. Fonte: Arquivo pessoal

Foto 27



Romeiros com a faixa em homenagem ao sindicalista Virgílio. À frente as Professoras Ilda, à esquerda e Nair, à direita. Fonte: Arquivo pessoal.

4.3 – Um basta na violência

Os anos 80 estavam chegando ao fim, mas a violência no campo em Moju não. Prova disso era a morte do líder sindical Virgílio no mês de abril de 87. Também nesse mesmo ano, em setembro, havia sido morto o presidente do PMDB local, de forma não esclarecida, e pela forma como aconteceu tudo indicava que este havia sido a mando de alguém. Manoel Coimbra como era conhecido, um comerciante que mantinha uma relação muito amistosa com os colonos, sempre comprava os produtos agrícolas direto dos colonos nas suas casas, e no dia da sua morte, viajando de madrugada para algumas vilas da PA 150, em um trecho entre os municípios de Moju e Tailândia, encontrou vários pedaços de pau na estrada, que seus ajudantes foram retirar os obstáculos, vários homens encapuzados se aproximaram do carro e dispararam vários tiros de escopeta, acertando a vítima sem nenhuma chance de reação e que teve morte instantânea, não sendo levado nada, nem algumas jóias como cordão, pulseira e relógio de ouro que era usado como sendo de certa forma uma marca registrada do falecido.

Por tudo isso, somado aos anos anteriores, o município vivia momentos extremos. Assim, no início dos anos de 1988, mais uma vez a cidade foi “sacudida” por um ato de violência, desta vez causada pela organização dos colonos da região do Jambuaçu. A ação dos

lavradores foi tamanha que causou susto e temor em todos os moradores, pois jamais imaginava-se um ato tão ousado como que estes homens fizeram. Nada mais, nada menos que invadir a cidade no dia 08 de janeiro deste ano.

Segundo informações do padre Sérgio, os moradores da região do Jambuaçu, cansados pela onda de violência que os assolava, estavam se programando para virem para a cidade e expulsarem um grupo de pistoleiros que ali se encontravam, sendo o chefe deste Claudomiro Barbosa, e tendo como seu bando aproximadamente mais uns sete homens, que destacavam-se como os mais perigosos o Alvim, Quelezinho e um outro chamado de Bira. Os moradores, principalmente do Jambuaçu e outras lideranças sindicais acusavam esses pistoleiros, sob o comando do Claudomiro, recebiam propostas de interessados para comprarem as terras de colonos, e se estes se negassem defender, poderiam retirá-los a força de suas propriedades.

O plano dos colonos estava tudo acertado, faltando definir a data da ‘invasão’, por conta de falta de algumas coisas, sabia-se apenas que seria em janeiro. Porém, um colono conhecido por Canindé e outro chamado de João, moradores da mesma região estiveram na cidade por volta do dia 03 de janeiro, tomando bebida alcoólica, excedeu-se e após uma certa embriagues comentou em bom tom, que sozinho iria matar o principal alvo dos colonos, Claudomiro, que alguém avisou neste momento o delegado de policia, não tendo dificuldade para fazer a prisão dos dois homens.

A noite, ainda de acordo com informações do padre e também da imprensa local, o sargento de policia conhecido apenas por Modesto, adentrou na delegacia e retirou o Canindé junto com o outro homem chamado João e junto com outros pistoleiros os levou para um lugar desconhecido, tendo ali nesta noite torturado os dois, mandado cavarem uma cova, e depois de tudo isso, os executados com tiros pelo corpo, principalmente no peito.

Passado aproximadamente uns dois dias, alguns moradores, caçando perceberam vários urubus sobrevoando uma área, e que seguiram para essa direção, descobriram marcas de sangue que os levou até onde estava uma cova rasa com os corpos das duas vítimas, e em seguida forma denunciar a policia de Moju, gerando uma curiosidade, e fazendo com que a noticia se espalhasse, chegando até a região do Jambuaçu, quando os lavradores não tiveram dúvida que havia chegado à hora de entrarem em ação e tentar dar um basta na situação. Com a manchete principal, “Delegacia e casa destruídas”, assim o jornal O Liberal noticiou a ação dos colonos da região do Jambuaçu.

Por volta das 10 horas da manha de ontem , cerca de cem homens armados com espingardas cartucheiras (de caça), invadiram o município de Moju, com 15 mil habitantes e a 70 km de Belém. Eles chegaram em caminhões e, numa ação

ordenada, dispersaram-se em grupos pela pequena cidade. quase que simultaneamente destruíram o posto telefônico da Telepará, invadiram e destruíram a delegacia e em seguida incendiaram a casa de Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Terra Vista”.¹⁸⁰

Citando um horário equivocado, o jornal fazia referencia a ação do grupo dos colonos que haviam adentrado a cidade no dia 07 de janeiro. Diferente do que a reportagem frisava, não era um numero de cem e muito menos o horário teria sido as 10:00 hs, e sim bem cedo da manhã e a quantidade de homens seria de aproximadamente uns 80, também estavam todos com os rostos pintados de carvão, para não serem reconhecidos.

O jornal Diário do Pará, do dia 08 noticiava com uma diferença a ação. Para o jornal, os mais de 100 posseiros haviam invadido a cidade onde destruíram e incendiaram a delegacia de policia. Nesse caso, o objetivo dos revoltosos era matar os policiais que davam cobertura ao pistoleiro Claudomiro, e que conseguiu escapar. Percebe-se uma contradição nas informações dadas no primeiro momento pelos veículos de comunicação.

No entanto, o morador da região, que também participou da ação, conhecido por Pregote, enfatiza que os moradores do Jambuaçu não estavam tendo sossego por conta das ameaças constantes do grupo do pistoleiro Claudomiro que vivia lhes aterrorizar, primeiro com as propostas de comprar suas terras por preços muito baixos, sendo que os que se recusavam, geralmente era retirados à força ou com ameaças de morte, sendo quase sempre empregado o terror, com destruição de plantações, roças e morte de animais. Para ele, os moradores estavam muito insatisfeitos. Nas suas palavras abaixo, este nos dá uma noção mais precisa de como realmente os fatos aconteceram.

Muito insatisfeito, por que existia nove pistoleiro aqui, junto com o Claudomiro. Claudomiro, Agostinho. A frente se arrumou. Eu fui um dos companheiros, viemo 80 pessoa, tá, fui o primeiro que deu o tiro no fio da ocorrência (comunicação) ali da Telepará, do telefone, descemos por aqui, com a cara cheia de carvão e tudo mais, peguemo ali uns litro de gasolina no posto que não queriam nos dá, “olha se vocês não nos dar, nós bota fogo é aqui mesmo”. Ai foi mais quem nos deu carote, ai a gente subiu por aqui, nessa, o Mário estava assumindo a própria delegacia, o Mário tava até tomando um banho, quando ele viu, correu de cueca e caiu dentro de um barril pra se esconder e o sargento correu e foi se esconder dentro da casa da Dulcirene, dentro do guarda-roupa dela, mas nós não tinha nada com eles, nós ia na casa do Claudomiro. Não sei quem ou quem repassou pro Claudomiro e o Claudomiro saiu, enxerguemo só a casa dele, só toquemo fogo na casa, foi isso.¹⁸¹

¹⁸⁰ LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruída, Grupo mascarado invadiu a cidade de Moju. 08/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

¹⁸¹ RODRIGUES, Odorico Amaral, popularmente conhecido por “Pregote” Morador da comunidade do Castanhadeua da região do Jambuaçu. Entrevista concedida em 25 de fevereiro 2007

Com uma expressão tranqüila e serena, o senhor Odorico rememora essa ação, informando que o grande objetivo realmente não era matar as autoridades policiais de Moju, mas sim o pistoleiro Claudomiro com seu bando, fato que fugiram não evitando que a destruição de sua casa fosse efetuada, bem como parte da delegacia de policia. Quando este cita o nome do senhor Mario, é por que assim era conhecido o comissário, que na verdade seu nome era Edwaldo Gomes silva, que nesse período estava a frente do comando da segurança, e que também outras pessoas afirmavam que este ao ver o grupo se esconde em um tanque de óleo queimado da Celpa¹⁸², visto que a delegacia fazia divisa com o escritório da estatal de energia.

Ainda segundo o Jornal O Liberal do dia 08, a ação tinha se dado por que vários posseiros estariam ocupando a colônia de Jambuaçu há mais de dez anos, e aproximadamente seis meses houve uma intensificação de homens armados nas suas terras. Para dizer que as propriedades lhes pertenciam, os pistoleiros utilizavam a estratégia de abrir picadas no meio da mata fazendo uma separação das terras. Isso era feito geralmente a mando do pistoleiro Claudomiro Barbosa e que contava com a cobertura do sargento Modesto, conhecido por “Pezão”. Segundo o jornal, o lavrador Canindé teria sumido depois de reagir à ocupação de sua terra, sendo e “seqüestrado e depois morto”.

Verdade ou não, a matéria extensa do Jornal O Liberal sobre a situação do município mojuense apontava sempre para a pessoa do Claudomiro como sendo o principal responsável pelos atos de violência no Jambuaçu. Para algumas pessoas da cidade, como o ex-prefeito Didi Teixeira, o Claudomiro era uma pessoa boa, influente na sociedade e que sempre estava participando dos eventos que ali aconteciam como das festividades locais, além de ser sócio do Lyons Clube, uma importante organização que trabalha atividades sociais, mas que na sua maioria de componentes é formada por pessoas que tenha um poder aquisitivo, como principalmente comerciantes. Assim, as palavras do ex-prefeito, apontam para este homem, odiado pelos invasores.

Quando eu cheguei aqui, o Claudomiro pertencia ao Lyons Club daqui de Moju. Era homem da sociedade mojuense quando eu cheguei. Então quem era que ia dizer que o Claudomiro tinha envolvimento com pistolagem se o cara era do Lyons, ninguém, que o Lyons é um clube. Então era onde eu via o Claudomiro, no Lyons Club, então eu nunca pensei que o Claudomiro fosse quando eu cheguei. Procurei não fazer grandes amizades, mas também não ser mal com ele, por que ele era um cara até que serviu os professores quando faziam festa, ia buscar porco lá, parecia

¹⁸² Em 1988 a energia elétrica de Moju já funcionava 24 horas por conta de uma linha de retransmissão vindo diretamente de Tucuruí, posto que anteriormente a energia era gerada por motores movidos a óleo diesel, e por isso nem todos os equipamentos ainda haviam sido retirados da cidade, ficando ali vários tanques que serviam para armazenar óleo queimado que não serviam mais para serem utilizados.

ser um cara bom né, parecia né. Então era assim. De repente apareceu esse negócio da São Pedro, fizeram esse negocio de marcação pra lá, ai já apareceu com esse Quelezinho. Esse Quelezinho apareceu por aqui, mas eu nunca vi, eu nunca vi, já vi depois de morto, o Quelezinho eu não conheci ele, eu conheci só o Claudomiro. Esse tal de Alvim eu não conheci, tinha um outro, que esqueci o nome dele agora, esse outro eu vi umas duas vezes pela cidade mas, trabalhou naquele projeto do Salame, ali naquela fazenda do Salame como empleiterio, o Salame me disse que ele trabalhou direito com ele, fez as empreitadas dele, tudo deram certo com ele. E era o pior disque que tinha, não era nem o Claudomiro, mas ele é que era o pior deles. Houve aquele negócio ai eles começaram a desaparecer daqui né, não deu certo e que eles foram embora né, foi o melhor, o bom foi isso que eles foram embora.¹⁸³

No jornal A Província do Pará¹⁸⁴, com o titulo “delegado fala sobre as causas da invasão”, a reportagem mostrava que dois dias depois do ataque a cidade, o delegado (Comissário) Edwaldo teria ido a Belém para explicar melhor os fatos. Em suas palavras, os lavradores ao chegarem na delegacia queriam a qualquer custo o sargento Modesto, sendo que os homens não quiseram ouvir suas explicações pelo fato do procurado não estar lá. Assim, este não teve outra alternativa se não sair correndo, pois neste momento já se encontrava sozinho, sendo que os outros policiais já haviam deixado o prédio há algum tempo. Para ele, foi ‘um ataque de guerra’, por que todos estavam armados de cartucheiras e pintados o rosto com carvão para não serem identificados, sendo que após o ato, rapidamente conseguiram retornar para suas localidades sem serem identificados.

Também no dia 09, o Jornal O Liberal¹⁸⁵ denunciava a situação em que tinham sido encontrados os dois corpos, confirmando a versão dada pelas pessoas que tinham encontrado o local. De acordo com a reportagem, o vice-prefeito de Moju, João Cardoso teria repassado a informação de que o lavrador conhecido por “Canindé”, que morava na colônia de Jambuaçu, foi encontrado no dia 06 a tarde, já em estado de decomposição, enterrado em uma cova situada à margem de um ramal, no km 35 da rodovia PA-150, junto com outro cadáver, também em estado de decomposição, e ocupando a mesma cova. A matéria afirmava ainda que pela autópsia, feita no município de Moju pelo medico Leite, havia constatações que os dois teriam sofrido torturas e depois teriam sido baleados, o Canindé levando uma bala no peito e outra na cabeça e, por fim teriam sido queimados sendo enterrados juntos em uma cova rasa.

¹⁸³ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

¹⁸⁴ PARÁ, Jornal A Província do. Delegado fala sobre as causa da invasão. 09/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

¹⁸⁵ LIBERAL, Jornal O. Cadáveres encontrados em Moju: queimados, com marcas de torturas e balas. 09/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

Para o ex-presidente do STR, Mário de Souza, não havia dúvida de que o caos que tinha se instalado no Jambuaçu era por causa do Claudomiro, pois a partir do momento de que teria começado a comandar um grupo de pistolagem, o município não teria sido mais o mesmo, pois tanto na região dos conflitos quanto na área urbana o temor era geral. De certa forma causou surpresa para muita gente saber que uma importante figura da cidade estava envolvida com esse tipo de coisa. Segundo suas palavras, a situação chegou a um ponto que as pessoas não suportaram mais.

Eu cheguei a ver e lembro muito bem da forma que eles procediam, agiam a ponto de não mais ser suportável aquela situação em que viviam e os trabalhadores acabaram se organizando sim pra dar combate a essa situação e acabaram se mascarando, se pintando, se organizando de modo geral e vieram pra cidade, entraram na cidade de uma forma silenciosa e procuraram justamente a casa desses cidadãos na tentativa de pegá-los e de uma vez por todas dar um basta nessa situação, foi em pleno dia mesmo isso e foi uma correria pra todo lado, saiu tiroteio, por que chegaram armados na cidade e com isso foi um trabalho que não vou dizer que concordo em função de ser a melhor coisa. Mas foi uma forma de tentar evitar a expansão da permanência do que acontecia na época. Chegaram, se dirigiram-se as casas desses cidadãos, considerados pistoleiros e não chegaram a pegar nenhum deles em função da correria acabaram escapando da mira desse povo que veio pra ver se iam encontrar e ver se de uma forma ou de outra, dar combate a essa situação. Após isso, a gente louva a Deus e atitude desses homens, mudou pra melhor, por que boa parte desse pessoal já passaram a outro tratamento, trataram de uma forma totalmente diferente e não mais tendo condição de permanecer na cidade.¹⁸⁶

Passado alguns dias da invasão na sede do município de Moju, uma comissão composta por 25 pessoas se organizou para ir até a cidade de Belém se encontrar com o então governador Hélio da Mota Gueiros para lhe entregar uma pauta com várias reivindicações. A comissão se organizou e foram ao encontro da autoridade maior do estado. Esta era composta por autoridades políticas como o prefeito, vice-prefeito, vereadores, líderes religiosos, sindicalistas entre outros. Para a comissão que teria se encontrado no dia 13 de janeiro, a tensão na cidade ainda se encontrava muito forte, mesmo depois da invasão. Por isso a grande preocupação. O jornal informava ainda que o prefeito teria se retratado das acusações de que seria amigo de Claudomiro, afirmando que em seu gabinete recebia qualquer pessoa, e que um favor pedido pelo então chefe da pistolagem, de abrir um ramal que seria para uma suposta fazenda de sua propriedade só teria sido atendida por que também beneficiaria famílias de uma comunidade.

¹⁸⁶ SANTOS, Mário de Souza. Ex-presidente do STR de Moju. Entrevista realizada em 28/02/2006.

Várias denúncias foram apresentadas ao governador do estado nesta ocasião, sendo que dentre as principais constava das arbitrariedades cometidas pelo delegado de polícia, que mais uma vez o prefeito eximiu-se de ter conhecimento, e afirmou nesta ocasião que no dia do desaparecimento do lavrador Canindé, este não se encontrava na cidade, sendo que o vice-prefeito, também conhecido por Parola, não assumiu nenhuma responsabilidade, pois também não sabia de nada.

Já para o presidente do STR de Moju que acompanhou a comissão, afirmou na ocasião que o clima no município era tenso não só por conta da invasão na cidade cometida pelos lavradores do Jambuaçu, mais sim em função dos conflitos existentes em todo o município, e que o Iterpa não tomava nenhuma atitude. De acordo com a matéria, utilizando das palavras do presidente do STR, assim houve a descrição.

Para ele, Claudomiro e mais dois moradores conhecidos como Alvim e Agostinho, não passam de pistoleiros de várias empresas agroindustriais, existentes na região. “Ninguém pode acusar quais das firmas os possuem, mas sabemos que elas são responsáveis pelos pistoleiros.”¹⁸⁷

Além de serem ouvidas pelo governador do estado, as comissões teriam procurado outros órgãos na capital paraense, sendo que as autoridades judiciárias seriam um dos alvos para entregarem as denúncias, como noticiou o jornal Diário do Pará¹⁸⁸. Porém, por estarem de férias, não foram sequer recebidos para denunciar a situação da violência cometida por pistoleiros, com a ‘convivência da polícia’.

Com toda essa série de acontecimento em Moju, a diocese de Abaetetuba se pronunciou de forma oficial no dia 08 de fevereiro. Junto com outros órgãos como a Comissão Pastoral da Terra, norte II, Conferência dos Religiosos do Brasil, Conferência dos Bispos do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral dos Pescadores, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Paróquia de Confissão Luterana em Belém, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá e Central Única dos Trabalhadores, entregaram uma nota contendo uma série de ações que tivessem permitido que o município chegasse a esse ponto.

No documento apresentado, o histórico da violência no campo teria se intensificado desde o início dos anos de 1981, quando os órgãos de imprensa do estado paraense passaram a noticiar os problemas ligados a terra, não tendo durante todos esses anos as autoridades tomado medidas para conter esses problemas. Os organizadores da denúncia também

¹⁸⁷ LIBERAL, Jornal O. Gueiros recebe comissão do Moju e ouve prefeito. 14/01/1988. Fonte: CPT – Belém-PA.

¹⁸⁸ PARÁ, Jornal Diário do. Moradores de Moju são vítimas de violência. 19/01/1988.

apontaram mais de 12 atos que fizeram com o município passasse por momentos muito tensos, como o assassinato do líder sindical, Virgílio Serrão Sacramento, ameaças de morte do padre Sérgio Tonetto, assassinato do comerciante Manoel Coimbra, ameaças de morte a populares, vereadores e comerciante que denunciavam a morte do comerciante Coimbra, tiroteio dentro da Telepará, contratação de pistoleiros por um fazendeiro conhecido por Mundi, para fazer corte de ‘picos’ no jambuaçú, confronto entre pistoleiros e posseiros, sendo que dois pistoleiros foram mortos, mais seus corpos desapareceram. Tortura e assassinato do homem conhecido por Canindé e a entrada na cidade de 100 lavradores pintados e armados com o objetivo de liquidar os pistoleiros e devolver o sossego à população de Moju. “Com a cobertura da policia e aparente ingenuidade do prefeito, os pistoleiros Claudomiro Barbosa, Agostinho e Alvim, conseguiram fugir e estão soltos”. Assim finalizava a listagem das ações de violência no município.

Concluindo o texto, o documento mostrava a grande insatisfação, lamentando a total ausência do estado e das autoridades competentes, mas deixava um alerta pela impaciência do povo da cidade Moju, “pois seria extremamente perigoso deixar esgotar a paciência do povo empobrecido”.

Os anos seguintes a toda violência que se tornou extrema no município de Moju, deu uma oscilada, passando por momentos tão tensos como os da década de 1980, culminando ainda com ameaças as lideranças sindicais, como a que ocorreu com o presidente do STR Raimundo Aventino ainda em 1986, feitas pelo gerente de uma fazenda do Alto Moju, Nilo Franciosi Fossati, prisão do delegado sindical Juvenal dos Santos, ameaça ao diretor do STR, Armando Alves em 1986 e em 1990, já como presidente da instituição, entre outras. Porém, a situação vivida no campo com tantas mortes e situações de dimensões extremas jamais se viu no município, como a morte de político, dirigente sindical, de posseiros e invasão da área urbana, apenas ficaram na história, como lição que não foi por completa aprendida.

Considerações Finais

A proposta deste trabalho não foi mostrar a história dos vencidos numa parte da Amazônia, como frisa Eric Hobsbawm no clássico a Era dos Extremos citando “A história de baixo pra cima”. Jamais se pensou nessa possibilidade. Em Moju não existiu a história dos vencidos, existiu sim, uma história em que o cenário mudou repentinamente, mas não que os camponeses, utilizando uma expressão thompsiniana, ficassem simplesmente assistindo ao teatro ali instalado. Os trabalhadores rurais reagiram a investida contra a instalação das agroindústrias que foram aos poucos chegando, e por isso não foram atores passivos, e sim muito ativos. e agiram rápido, mesmo com uma série de dificuldades, impedimentos, a reação foi intensa, marcada por uma série de desafios e conflitos que muitas vezes, derrotas foram impostas com grande requinte de perversidades, mas que em outros momentos também puderam comemorar vitórias esplendorosas.

Embora trabalhos monográficos, de conclusão de curso de graduação tenham reportado a história da violência no campo em Moju na década de 1980, como o do filho da comunidade do Ipitinga, Jairo Valente, que concluiu o curso de história em 2002 pela UFPA no campus de Abaetetuba, em que apresentou o contexto do conflito da firma Reasa com os moradores das comunidades do Curuperé e do Ipitinga no ano de 1984, e o de Edna do Socorro, que concluiu o curso de Sociologia no mesmo campus acima citado no ano de 2000, discutindo o sindicalista Virgílio Serrão Sacramento como figura emblemática dentro do novo cenário que ali se instalaria, não conseguiram dar conta de toda uma amplitude em que o município viveu. Mesmo o trabalho por mim concluído na graduação em 2003 no Núcleo Universitário de Tailândia, tecendo o mesmo debate aqui estabelecido, também não contemplou o resultado esperado. Por isso a idéia de ampliar a discussão em um trabalho como este foi de fundamental importância para que o resultado fosse realmente um melhor esclarecimento do que realmente aconteceu naquele período de dez anos.

Isso não significa dizer que os demais trabalhos monográficos mostrados não possuem méritos, pelo contrario, cada um traz uma contribuição grandiosa para a sociedade acadêmica

e civil, mostrando que o tema possui muita relevância dentro da Universidade, tanto que outros trabalhos como esses ainda virão. Uma prova real foi o trabalho apresentado por Sérgio Tonetto a Universidade Politécnica Salesiana do Equador, com sub-sede em São Luís do Maranhão em março de 2007, onde para receber o título de graduação em Antropologia apresentou uma discussão em que enfatizava os sindicalistas Virgílio Serrão Sacramento e Benedito Alves Bandeira, como símbolos da luta pela terra na região Guajarina.

Nesse contexto, depois de mais de uma década e meia transcorrido esses episódios que fizeram com que o município mojuense estivesse exposto ao noticiário por conta dos constantes ‘embates’ entre lavradores e posseiros contra os latifundiários representado quase sempre pelos pistoleiros e jagunços, o palco instalado não poderia dar outro resultado a não ser a violência explícita com as tentativas de expulsão do homem do campo com a derrubada em seqüência de plantações de roçado, queima de casas e tentativas de assassinatos, quando várias vezes, isso se confirmava mesmo.

Mas como já foi frisado, os trabalhadores mojuenses, não permitiram que o ‘circo dos horrores’ acontecesse sozinho, sem a participação destes. Como num processo de ‘reação’, a uma ação imposta por algo ou alguém, os trabalhadores reagiram primeiro tentando se organizar em grupo, procurando conquistar a instituição que deveria representá-los, mas que não o fazia. Depois de consumado este objetivo, com muitas dificuldades enfrentadas, verificou-se se esta alternativa seria a única que poderia lhes auxiliar, fato que foi observado posteriormente que não seria, pois muitas vezes, o outro ‘lado’, extrapolava os limites das disputas pela terra, fazendo com que os colonos se utilizassem de meios ilegais para ‘frearem’ os adversários, como fizeram em duas ocasiões claras, quando pegaram nas armas. É importante frisar que deste tipo de ação completamente ilegal, de fazer uso das armas, os grileiros também se utilizavam destas, na verdade uma prática inicialmente utilizada por esse ‘lado’, uma vez que quando a impaciência chegava ao fim, era a primeira alternativa que recorriam.

Mesmo não se tendo notícias de um núcleo da UDR em Moju, onde esta teria nascido em Goiânia no ano de 1985, onde sabia-se muito bem que as formas de atuação desta instituição se assemelhavam a dos antigos Coronéis que povoaram e dominaram o cenário do campo na primeira metade do século XX. Fernandes (1999) nos mostra que no estado do Pará, a UDR se fez presente principalmente nas cidades do sul paraense, arregimentando uma gama muita alta de sócios, que tinham por objetivo ‘proteger suas terás de invasores’, e que se preciso fosse, utilizariam dos recursos que tivessem aos seus alcances para protegê-las, como as armas de fogo, por exemplo.

Faz-se necessário mencionar que mesmo a UDR não estando presentes, muitos latifundiários que estavam chegando à cidade de Moju, tinham os mesmos pensamentos dos que eram sócios, por que se percebiam com grande visibilidade seus objetivos, que era conseguir a maior quantidade de terras e depois não permitir que estas fossem lhes retiradas. Assim, quando o conflito não se dava pela resistência, se dava pela tentativa de reconquistar. Neste caso, como a autora citada diz esses latifundiários, ‘modernos’, vindos das cidades grandes principalmente, tinham boas referências, e automaticamente bons relacionamentos com a sociedade, fato que lhes permitia acesso direto com os poderes administrativos, sendo que essa ‘boa’ relação lhes garantia sossego e tranquilidade em muitos casos.

Era comum nesta década os conflitos do município aparecerem nos meios de comunicação, ora como relatos em alguns jornais, como O Liberal, A Província do Pará e posteriormente como o Diário do Pará. Mas também em alguns momentos, esses mesmos jornais davam um destaque de denúncias, bem como em outros noticiários, como o Jornal Resistência, a revista Pará Agrário. Nesta última, com duas edições, sendo que a primeira do início do ano de 1987, dava destaque para várias ações contra trabalhadores rurais de Moju sendo que a ameaça de morte contra o presidente do STR Raimundo Aventino dentro das sedes pelo sócio da empresa Franciosi Fossati no Alto Moju. Também o outro destaque dado nesta mesma revista era da morte do sindicalista Virgílio.

É verdade que a chegada dos projetos agroindustriais em Moju criou a relação de conflitos que se estenderia a partir do início dos anos de 1980, criando grupos antagônicos. Mas é sem dúvida também que é graças a esse novo fato que os lavradores das várias regiões do município vão passar a ter uma unidade maior, por que daí vem a necessidade de se organizarem melhor, nas CEBs, nas Delegacias Sindicais, na Igreja Católica e no próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A chegada das agroindústrias não representa simplesmente a tentativa de expulsão do homem do campo, mas sim na sua organização consistente e no seu fortalecimento, e conseqüentemente em outras formas de organização, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Mojuense.

Também é verdade que esse fenômeno que ocorre em Moju, não é diferente do que ocorre com outros municípios do estado do Pará. Assim, aos poucos novas categorias vão surgindo e criticando o poder público. Um exemplo é o movimento de professores em Moju, no primeiro momento denominado de AMOP, Associação Municipal dos Professores, que nasceu apoiado pelo STR mojuense, uma vez que este já estava fortalecido nos meados de 80.

Não tem como negar também que a Igreja ocupou um papel determinante nesse processo, principalmente através dos religiosos Xaverianos que foram trabalhar a serviço da

Diocese de Abaetetuba, uma vez que esta não tinha sacerdotes disponíveis para atuarem na sua região. Assim, alguns desses padres que vieram trabalhar, ficaram muito a vontade e deixaram de 'rezar na cartilha' do Clero principal, para evangelizarem na 'cartilha' da Teologia da Libertação, fato que foi muito importante para que os lavradores tivessem um apoio maior e sentissem mais seguros. É bem verdade, que em toda a região, religiosos que ousaram sair do altar, sofreram grandes conseqüências como intimidações, ameaças de morte, atentados, prisões, e até assassinatos, como o que ocorreu com o padre Josimo Moraes Tavares, que atuava na região conflituosa do Bico Papagaio, nas divisas dos estados do Pará, Tocantins Mato Grosso.

Cabe aqui concluir, expressando que a luta pela terra na década de 1980 foi algo que começou e terminou no fim deste período. Não, a luta pela terra continuou. No entanto, como ocorreu na década discutida isso não mais se viu, pois o momento vivido foi de um grande palco, em que os personagens interagiram com uma força espantosa, sendo que em muitos momentos o cenário ficou muito nebuloso, que sequer havia previsão do que poderia vir acontecer. É evidente, que este palco não poderia sequer ser armado caso o projeto dos governantes para o desenvolvimento da região tivesse sido repensado, ou que tivessem incluído os amazonidas também. Mesmo os poderes públicos tiveram culpa para que o cenário criado trouxesse muita violência e em diversos momentos, derramamentos de sangue. Mas, sem sombra de dúvida, o município mojuense nunca mais foi o mesmo depois desta década, com muitas histórias de dor e tristezas, mas também com muitas histórias bonitas, de alegrias, vitórias e conquistas para os trabalhadores rurais. Na verdade, com muitas histórias que jamais poderiam ficar só na memória.

FONTES CONSULTADAS

ENTREVISTAS UTILIZADAS

FRANÇA, Elizabeth dos santos. Professora e viúva do vereador Edmilson Soares. Entrevista realizada em 15/03/2006.

LIMA, Maria de Nazaré Valente. Moradora da comunidade Virgílio Serrão Sacramento. Professora aposentada. Entrevista realizada em 05/04/2006.

RODRIGUES, Francisco Gomes. Lavrador aposentado. Entrevista realizada em 15/03/2006.

RODRIGUES, Odorico Amaral. Popularmente conhecido por “Pregote” Morador da comunidade do Castanhandeua da região do Jambuaçu. Entrevista concedida em 25/02/2007.

SACRAMENTO, Edna do Socorro Diniz. Socióloga formada pela UFPA e Especialista em Gestão Ambiental pela UFPA. Filha de Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

SACRAMENTO, José Dorival Diniz. Matemático formado pela UFPA. Filho de Virgílio. Entrevista realizada em 10/03/2006.

SACRAMENTO, Maria do Livramento Diniz. Lavradora e viúva do sindicalista Virgílio. Entrevista realizada em: 10/03/2006.

SANTOS, Manoel Libório Ferreira dos. Ex-presidente da CUT Guajarina, Ex-presidente da Fetagri e atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 15/02/2006.

SOROTÔ, Ida Selene. Juíza da 8ª Zona do Trabalho em Belém. Foi assessora da Fase no município de Barcarena nos anos de 1985 a 1989. Entrevista realizada em 21/05/2007

SOUZA, Mário dos Santos. Ex-presidente do STR de Moju. Entrevista realizada em 28/02/2006.

SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

TAVARES, Vera Lúcia Martins. Ex-assessora jurídica do STR de Moju. Ex - presidente da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH). Atualmente é Secretária de Segurança Pública do estado do Pará– SEGUP. Entrevista realizada em 04/04/2006.

TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

TONETTO, Sérgio. Ex-pároco de Moju. Coordenador da CPT da Região Guajarina. Entrevista realizada em 26/02/2006.

DOCUMENTOS

A questão agrária e a situação das terras públicas no Pará: Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará, Jader Fontenelle Barbalho, na Câmara dos Deputados em Mesa Redonda promovida pela Comissão Especial destinada a estudar e propor medidas sobre Reforma Agrária. Brasília, 10/04/1985. Fonte: INCRA, Belém – PA.

Carta distribuída ao povo mojuense escrita pelo ex-prefeito Manoel dos Reis e Silva. Fonte: paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

Carta aberta ao público sobre incidente com padre. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

Carta-aberta ao público. Fonte CPT Regional Norte II. Belém – PA.

Carta encaminhada ao ITERPA pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-Pará.

Carta enviada ao prefeito de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.
Carta enviada ao prefeito de Moju. Fonte: CPT Regional Norte II, Belém – Pará

Carta – Convite sobre o Dia dos Lavradores. Fonte: Paróquia do Divino espírito Santo de Moju – PA.

Carta aberta sobre a situação do STR de Moju divulgada pela Oposição Sindical. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

Carta aberta divulgada pelo diretório do Partido dos Trabalhadores de Moju e Abaetetuba. Fonte: paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

Carta aberta distribuída pela Comissão Pastoral da Terra sobre o processo eleitoral do sindicato dos Trabalhadores Rurais que havia sido anulado. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Documento 8. Questões Agrárias – estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores. Brasília, 1979.

Cédula com os nomes das chapas concorrentes ao cargo da direção do STR de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – Pará.

Dossiê sobre os projetos agroindustriais instalados em Moju. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém – Pará.

Histórico do município de Moju. Fonte: www.sepof.pa.gov.br/Moju.cfm.

Informativo Distribuído pela Oposição sindical de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

Informativo “Lavrador é hora de Levantar-se”! divulgado pela Oposição Sindical. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju – PA.

LEGISLATIVA, Assembléia. Ata da 53ª reunião Ordinária, 1º período da 2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura da Assembléia Legislativa realizada em 14 de Junho de 1984. Fonte: Assembléia Legislativa, Arquivo.

JORNAL

BELÉM, jornal Folha de. Ano II – 110 edição, 01 a 08 de 1981. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

LIBERAL, Jornal O. 27/12/1981. Padre da igreja do Moju diz que incidente não foi tão sério. Fonte: paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

LIBERAL, Jornal O. Iterpa vai cuidar do caso de terra dos posseiros do Moju. Belém, (Pará), sexta-feira, 13 de novembro de 1981. Fonte: Arquivo pessoal.

LIBERAL, Jornal O. Iterpa promete apurar conflito no Alto Moju. Belém (Pará). 18/03/1983. Fonte: Arquivo pessoal.

LIBERAL, Jornal O. 04/01/1984. Sindicato do Moju denuncia violências. Fonte: Arquivo pessoal.

LIBERAL, Jornal O. 09/09/1984. Vereador morto no Moju ao verificar uma demarcação. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém – PA.

LIBERAL, Jornal O. 44 posseiros presos como suspeitos: Moju 10 de setembro de 1984. Fonte CPT Regional Norte II. Belém – PA.

LIBERAL, Jornal O. 11 de setembro de 1984. 16 pessoas depuseram no Moju Fonte CPT Regional Norte II. Belém – PA.

LIBERAL, Jornal O. Repórter 70. 09 de setembro de 1987. Fonte: Fase. Belém – PA.

LIBERAL, Jornal O. Trabalhadores do Moju estão solidários. 20/03/1984. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

LIBERAL, Jornal O. Suspeita de homicídio no atropelamento. 07/04/1987. Fonte. CPT Regional Norte II. Belém-PA.

LIBERAL, Jornal O. Motorista será ouvido hoje. 10/05/4/1987. Fonte. CPT Regional Norte II. Belém-PA.

LIBERAL, Jornal O. Depoimento do motorista não explicou o atropelamento. 11/04/1987. Fonte. CPT Regional Norte II. Belém-PA.

LIBERAL, Jornal O. Romaria. 23/07/87. Fonte: Arquivo pessoal

LIBERAL, Jornal O. Romaria I e II. 27 de julho de 1987. Fonte: Arquivo pessoal.

LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruída, Grupo mascarado invadiu a cidade de Moju. 08/01/1988. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

LIBERAL, Jornal O. Cadáveres encontrados em Moju: queimados, com marcas de torturas e balas. 09/01/1988. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

LIBERAL, Jornal O. Gueiros recebe comissão do Moju e ouve prefeito. 14/01/1988. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

PARÁ, Jornal A Província do. 10/02/1984. Questão de terra pode gerar violência no Moju. Fonte: Arquivo Pessoal.

PARÁ, Jornal A Província do. 09 e 10 de Setembro de 1984. Fonte CPT Regional Norte II.

PARÁ, jornal A Província do. Presidente do Sindicato denuncia arbitrariedades. 20/03/1984. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

PARÁ, Jornal A Província do. Delegado fala sobre as causa da invasão. 09/01/1988. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

PARÁ, Jornal Diário do. Moradores de Moju são vítimas de violência. 19/01/1988. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém-PA.

PARÁ, A Província do. 23/06/1982. Fonte: Arquivo Pessoal.

RESISTÊNCIA, Jornal. Mais Violência contra os lavradores. Nº 28 – setembro de 1981. Fonte: Arquivo pessoal.

RESISTÊNCIA, Jornal. Latifúndio dos Serruya aterroriza posseiros. Nº. 32 – dezembro de 1981. Fonte: Arquivo pessoal.

REVISTAS

AGRÁRIO, Pará. Informativo da situação fundiária, n. 1. Belém, Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1986.

AGRÁRIO, Pará. Informativo da situação fundiária, n. 8. Belém, Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1992.

VIVA, História. LIBANIO, João Batista, Uma Teologia a partir das praticas libertadora dos pobres. IN: Revista História Viva, Temas Brasileiros. A Igreja Católica no Brasil. Edição Especial Temática Nº 2.

AMIGOS, Caros. BOFF, Leonardo. Entrevista. IN: Revista Caros Amigos. Dezembro de 2000.

MONOGRAFIAS

LIMA, Jairo Valente. Conflito pela posse da terra – Moju-Pa (1984-1985). 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba-PA.

SACRAMENTO, Edna do socorro Diniz. A luta pela terra em Moju: a história do sindicalista Vergílio Serrão Sacramento. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba-Pa.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Os conflitos pela posse da terra em Moju na década de 1980, Breve Resumo da História Social da luta pela Terra. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Núcleo Universitário de Tailândia-Pa.

TONETO, Sérgio. Poderão matar as flores, mas não a primavera: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região guajarina. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia). Universidad Politécnica Salesiana/Sub-sed de São Luís do Maranhão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACEVEDO MARIN, R. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial, In: ACEVEDO MARIN, R. A escrita da história paraense, Belém: NAEA/UFPA, 1998.

_____. Conflitos agrários no Pará, Belém, 2002, no prelo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989). UFPA, 1989.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda & D'INCAO, Maria Ângela. A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.

AZEVEDO, Célia Maria M. Onda negra e medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAMPOS, Ademar da Silva. O confronto de Eldorado do Carajás: trágica consequência do processo histórico da concentração de terras no Brasil. Belém: Promov Gráfica e Editora, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem/Teatro das sombras. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978

DECCA, Edgar de. O silêncio dos vencidos. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FERNANDES. Marcionila. Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1938.

FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE.

HALL, Antony L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

_____. Sacralização da política. Campinas. 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 1986.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, Estado, Bandidos e Heróis: Utopia e Luta na Amazônia/ Violeta Refkalefsky Loureiro. Belém – PA. Ed. CEJUP, 1997.

MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, “História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. IN: Novaes,

MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. 2ª e. – São Paulo: Contexto, 1989.

PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista, a trajetória do PT no Pará. São Paulo, Boitempo/NAEA, 1996.

_____. Chão de promessas: elites políticas transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O seringal e o seringueiro. 2ª edição. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, F., Ainda “a cultura do barracão” nos seringais da Amazônia., In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 3, v. 3, jun. 2000, São Paulo.

SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global: Terra de Direitos, 2005.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Volume II, a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa vol III. *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain, As lutas camponesas, In: *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*, Campinas, Editora da Unicamp, 1989.

TRECCANI, G. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade*, Belém, UFPA/ITERPA, 2001.

THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa vol II. *A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: EDUC, 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: Uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

